

As Relações Portugal-Brasil no Século XX

Coordenação

Fernando de Sousa

Paula Santos

Paulo Amorim



**AS RELAÇÕES PORTUGAL-BRASIL
NO SÉCULO XX**

Título

As relações Portugal-Brasil no século XX

Coordenação

Fernando de Sousa
Paula Santos
Paulo Amorim

Todos os Direitos Reservados

Fronteira do Caos Editores Lda. e CEPESSE

Capa

João Machado

Impressão e Acabamento

Sersilito, Empresa Gráfica Lda.

Depósito Legal

XXXX

ISBN CEPESSE

978-989-8434-01-2

ISBN Fronteira do Caos

978-989-8070-56-2

1.^a Edição

PORTO – 2010

CEPESE

Rua do Campo Alegre, 1021/1055

4169-004 Porto

cepese@cepese.pt

www.cepese.pt

FRONTEIRA DO CAOS EDITORES LDA.

Apartado 52028

4202-801 Porto

fronteiradocaos@netcabo.pt

www.fronteiradocaos.com

{5}

COLECÇÃO
PORTUGUESES NO MUNDO

**AS RELAÇÕES PORTUGAL-BRASIL
NO SÉCULO XX**

Coordenação
Fernando de Sousa
Paula Santos
Paulo Amorim



FRONTEIRA DO CAOS
EDITORES



CEPESE

Índice

Introdução	7
<i>Introduction</i>	11
Artigos	
As relações Portugal-Brasil dos anos 1990 até hoje Celso Marcus Vieira de Sousa	17
O aprofundamento das relações Brasil-Portugal no contexto da globalização Fernando de Sousa/ Marília Sardenberg Gonçalves	39
Brasil e Portugal no mundo Vamireh Chacon	53
Portugal, Brasil, a CPLP e a lusofonia Lauro Moreira	59
As relações luso-brasileiras e a CPLP. Algumas reflexões em torno da ideia da lusofonia Adriano de Freixo	65
Estratégia nacional e imigração Darc Costa	79
As relações luso-brasileiras nos anos 1950 Williams Gonçalves	99
As relações Portugal-Brasil na primeira metade do século XX (1910-1945) Paula Marques dos Santos/ Paulo Amorim	121

ÍNDICE

Pelo pão e pela liberdade. Imigrantes, padeiros e experiências políticas em São Paulo (1870-1945)	
Maria Izilda Santos de Matos	141
A atuação dos imigrantes portugueses nos movimentos sociais, como fonte de garantia e alargamento de direitos	
Gladys Ribeiro/Paulo Terra	159
Globalização cultural	
Fernando Ludwig	177
<i>Recensão crítica</i>	
O Brasil e a integração sul-americana	
Fernando de Sousa	193
<i>Notas sobre os autores</i>	197
<i>Resumos</i>	207
<i>Abstracts</i>	217
<i>Índice geral</i>	227

Introdução

Esta obra, que agora é lançada pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, dedica-se em exclusivo ao tema de *As Relações Portugal – Brasil no século XX*, a traduzir a importância crescente que este relacionamento detém na política externa dos dois países – aproveitando o facto de partilharem a mesma língua, o mesmo universo cultural, os mesmos valores, no quadro de uma agenda política comum que transcende a CPLP, assim como os espaços regionais em que os dois países se situam, a Europa e a América do Sul – de forma a contribuírem para um novo sentido das relações luso-brasileiras, ultrapassadas que estão as simples e episódicas relações culturais e as afirmações retóricas de circunstância que as caracterizaram durante largas décadas.

Reúnem-se, pois, neste publicação, os contributos de vários investigadores, nacionais e brasileiros, especialistas nesta problemática, procurando, assim, contribuir para o desenvolvimento de estudos científicos sobre o relacionamento luso-brasileiro.

Celso Vieira de Souza estabelece a ponte entre o século XX e o século XXI, evidenciando todas as concretizações político-diplomáticas alcançadas na última década do século XX e demonstrando de que forma estes contactos bilaterais devem ser reforçados no novo século que desponta. Para esta análise, o autor tem conta em as condicionantes regionais, económicas e financeiras em que cada um destes países se encontra inserido, bem como os fenómenos transnacionais que afectam todo o sistema internacional.

Fernando de Sousa e Marília Sardenberg desenvolvem uma reflexão acerca das relações entre Brasil e Portugal, enquadradas pelo novo fenómeno das relações internacionais, a globalização, procurando identificar possíveis estratégias de cooperação bilateral, no quadro dos processos de integração regional onde ambos se inserem – Mercosul e a União Europeia.

Vamireh Chacon faz uma análise do posicionamento de ambos os países no sistema internacional actual, evidenciando todas as suas potencialidades e os

pontos menos favoráveis para o desenvolvimento do relacionamento bilateral, de acordo com o enquadramento europeu de Portugal e americano do Brasil.

Lauro Moreira reflecte sobre o papel da CPLP, na actualidade, no diálogo e cooperação entre os países lusófonos, no âmbito do “triângulo Portugal-Brasil-África”.

Adriano de Freixo debruça-se sobre a problemática da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e da retoma da ideia da lusofonia, procurando demonstrar de que forma a CPLP se pode tornar num mecanismo eficiente na promoção da lusofonia e dos interesses políticos, económicos e sociais de todos os seus países membros, e de Portugal e do Brasil, em particular.

Darc Costa desenvolve uma reflexão abrangente acerca da estratégia nacional brasileira e da importância da imigração portuguesa para a consolidação da identidade nacional (ou seja, a imigração portuguesa para o Brasil surge como a grande arte da Estratégia Nacional deste país), identificando as suas razões antropológicas, históricas, económicas e geográficas.

Williams Gonçalves analisa as relações Brasil-Portugal nos anos de 1950. Nele, o autor defende a tese segundo a qual Portugal teve sempre a iniciativa diplomática nas relações bilaterais, de forma a preservar o seu império colonial face à pressão descolonizadora internacional.

Paula Santos e Paulo Amorim apresentam um texto acerca da evolução deste relacionamento bilateral desde o fim do regime monárquico em Portugal até ao final da II Guerra Mundial, procurando evidenciar as acções políticas, diplomáticas e socioeconómicas que se verificaram na primeira metade do século XX, e analisar as diversas conjunturas que influenciaram directamente este relacionamento que não permitiram muitas vezes o seu reforço efectivo.

Maria Izilda Matos trata das experiências quotidianas de imigrantes na cidade de São Paulo, no período entre 1870 e 1945. A análise apresentada procura recuperar a teia de relações quotidianas na sua dimensão da experiência no mundo dos negócios e do trabalho, recuperando as actividades de produção e comercialização do pão, que na sua maioria tinham proprietários de origem portuguesa. Privilegiando a documentação do DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), particularmente os prontuários, a proposta recupera conflitos, formas de resistência, luta e greves que atingiram o sector da panificação.

Gladys Ribeiro e Paulo Terra escrevem sobre a participação dos imigrantes portugueses ao longo do processo de constituição da cidadania no Brasil, centrando, principalmente, a sua actuação na Primeira República brasileira (1890-1930). A cidadania é vista aqui como um processo não limitado aos canais formais de participação política, e comporta um feixe de manifestações e pressões sociais exercidas pelos indivíduos, associações, colectividades ou grupos sociais na defesa de seus interesses.

Fernando Ludwig, no seu artigo, argumenta que a globalização cultural é um factor de extrema importância para a solidificação de uma determinada identidade nacional e que, ao mesmo tempo, pode ser compreendido como fonte de homogeneização e diversificação cultural. Deste modo, apresenta o estudo de caso da Música Popular Brasileira (MPB) e suas características que representam a(s) identidade(s) de um povo, uma trajectória que muitas vezes se confunde com a própria história do Brasil.

Embora presentes em conjunturas regionais distintas, o diálogo luso-brasileiro é um dos elementos em termos de política externa e de diplomacia económica, que não pode ser descurado nos projectos nacionais de desenvolvimento e crescimento. O século XX demonstra efectivamente a necessidade que existe em manter e operacionalizar este relacionamento bilateral, fornecendo novos parâmetros para o desenvolvimento sustentado de ambos os territórios.

Resta acrescentar que, por razões estranhas ao CEPESE, esta obra, embora se encontre pronta desde 2008, só agora é publicada.

Fernando de Sousa
Paula Santos
Paulo Amorim

Introduction

This work, now published by CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Research Centre for the Study of Population, Economy and Society) is exclusively dedicated to the theme *The Portugal-Brazil relations during the 20th century*, expressing the increasing importance that this relationship has for the foreign policies of both countries – benefiting from a common language, a common cultural universe, and even common values, in the scope of a political agenda that transcends CPSC (Community of Portuguese Speaking Countries), as well as the regional spaces each country occupies, Europe and South America – in order to contribute for a new meaning of the Portuguese-Brazilian relations, now that the episodic cultural relations and the rhetorical and circumstantial statements that characterized them across the last decades were overcome.

With that purpose, this work gathers the contributions from several Portuguese and Brazilian researchers, which are renowned experts in this theme, in order to contribute for the development of scientific studies about the Portuguese-Brazilian relationship.

Celso Vieira de Souza establishes a link between the 20th and the 21st century, revealing all the political and diplomatic achievements attained in the last decade of the 20th century and showing how these bilateral contacts should be reinforced and used in the dawn of this new century. For this study, the author analyzes the regional, economic and financial conditions from each country, as well as the transnational phenomena that affect the entire international system.

Fernando de Sousa and Marília Sardenberg develop a reflection about the relationship between Brazil and Portugal, framed by the new phenomenon of the international relations – globalization –, seeking to identify possible strategies for bilateral cooperation, in the context of their respective regional integration processes – Mercosul and the European Union.

Vamireh Chacon develops an analysis about the positioning of both countries in the current international system, highlighting the potential and drawbacks for the development of these bilateral relations, according to the European frame of Portugal and the American frame of Brazil.

Lauro Moreira addresses the role of CPSP (Community of Portuguese-speaking countries) at the present time, for the dialogue and cooperation between Portuguese-speaking countries, in the extent of the “Portugal-Brazil-Africa triangle”.

Adriano de Freixo focuses on the issue of the Community of Portuguese Speaking Countries and the idea of *Lusofonia* (Portuguese speaking) seeking to demonstrate how the CPSC can turn into an efficient mechanism to promote *lusofonia* together with the political, economic and social interests of all its member countries, particularly from Portugal and Brazil.

Darc Costa develops a comprehensive reflection on the Brazilian national strategy and the importance of Portuguese immigration for the consolidation of the Brazilian national identity showing that the Portuguese immigration to Brazil came to be the great craftsman of the Brazilian national strategy, identifying the anthropological, historical, economic and geographical reasons.

Williams Gonçalves reflects on the Brazil-Portugal relations in the 1950s. The author supports the argument that Portugal always had the diplomatic initiative regarding bilateral relations, so that it could preserve its colonial empire when facing the international pressure for decolonization.

Paula Santos and Paulo Amorim present a text about the development of this bilateral relationship since the end of the monarchy in Portugal until the end of World War II, trying to highlight all the political, diplomatic and socioeconomic actions that took place in the first half of the 20th century. It also present an analysis of the various situations that directly influenced this relationship, often not allowing its effective reinforcement.

Maria Izilda Matos deals with the everyday experiences of immigrants in the city of São Paulo in the period between 1870 and 1945. The analysis seeks to recover the web of relationships in their everyday dimension of experience in business and labor, recovering the activities of production and selling of bread, whose owners were mostly of Portuguese origin. The author use documentation from DEOPS (State Department of Social and Political Order), remembering conflicts, forms of resistance, struggles and strikes that affected the bakery sector.

Gladys Ribeiro and Paulo Terra write about the participation of Portuguese immigrants through the long process of citizenship building in Brazil, focusing mainly on their action in the First Brazilian Republic (1890-1930). Citizenship is seen here as a process not limited to the formal channels of political participation, but includes a series of manifestations and social pressures exerted by

individuals, associations, communities and social groups, in the defence of their interests.

Fernando Ludwig argues that cultural globalization is a crucial factor for the consolidation of national identity, as well as, at the same time, it may be understood as a source of cultural homogeneity and diversity. The characteristics of the Brazilian Popular Music (MPB) are analyzed as a case study, since its characteristics represent the identity of a people, a course that is often intertwined with the Brazilian history itself.

Although Portugal and Brazil belong to different regional backgrounds, the dialogue between both countries is one of the elements in terms of foreign policy and economic diplomacy, that cannot be neglected in their national projects for development and growth. The 20th century clearly showed the need for the maintenance and operationalization of this bilateral relationship, increasing the importance of their geopolitical positions and providing new parameters for the sustainable development of both territories.

Lastly, we would like to mention that, although this work is ready since 2008, for reasons unrelated to CEPESE, only now was possible to be published.

Fernando de Sousa
Paula Santos
Paulo Amorim

ARTIGOS

As relações Portugal-Brasil dos anos 1990 até hoje

Celso Marcos Vieira de Souza

Introdução

Decidir falar sobre as relações entre Portugal e o Brasil a partir dos anos 1990 não constituiu escolha fortuita. Revela, pelo contrário, vontade de analisar o momento de mudança, na cena mundial, que marcou o início da passagem do século XX para a presente centúria.

Com efeito, nessa altura, os dois países já participam, cada um por seu lado, de processos de integração regional: o Brasil, no Mercosul, e Portugal, na União Européia.

Esses processos, previstos no GATT 1947 sob o seu artigo XXIV, que permitia a formação de áreas de livre comércio e uniões aduaneiras como exceção ao livre comércio mundial¹, se consagraram com a proliferação de formações regionais, como a ALADI – Associação Latino Americana de Integração – marco jurídico da liberalização comercial do Mercosul, as quais são consagradas no próprio GATT sob a Cláusula de Habilitação, normativa aprovada na Rodada Tóquio, em 1979, que aprovou a mútua concessão de preferências tarifárias entre países em desenvolvimento.

É sabido que a inserção estratégica de ambos os países em projetos de integração regional tem reflexos sobre o relacionamento bilateral no sentido de enriquecê-lo, criando novos nichos de oportunidade.

Veremos mais adiante uma de suas conseqüências mais recentes e expressivas, a realização da I Cimeira Brasil-União Européia, que constituiu fato marcante do início da gestão da Presidência portuguesa do Conselho Europeu, em julho de 2007.

¹ Recordemos que o artigo XXIV do GATT explicita que o estabelecimento de uma união aduaneira ou de uma zona de livre comércio deveria visar a facilitar o comércio entre as partes e não erigir obstáculos às trocas das outras partes contratantes do GATT com as mesmas (art. XXIV, 4).

Outra característica do período considerado, que, embora de modo mais indireto, influenciou sobre as relações luso-brasileiras, foi a multipolarização das relações internacionais.

A Guerra Fria atinge o seu fim, liberando as tendências reprimidas à globalização, sobretudo no tocante às relações econômicas e comerciais – sem prejuízo dos câmbios políticos, alguns dos quais dramáticos, como foi o caso da ex-Iugoslávia, e culturais.

Em 1990 já se assiste ao desmoronamento do império soviético, primeiramente com a queda dos regimes ligados a Moscou na Europa do Leste, processo em que é emblemática a unificação das duas Alemanhas.

Esses dois referenciais, os processos de integração regional e o final da Guerra Fria, vão balizar as relações entre países a partir dos anos noventa, em especial aquelas envolvendo países em desenvolvimento e países do bloco desenvolvido.

No caso do relacionamento entre o Brasil e Portugal, esse contexto reforçará uma tendência à sua intensificação que já se notava a partir dos anos oitenta, momento em que os dois países, após décadas de viverem sob regime ditatorial, renascem sob o impulso da redemocratização – Portugal já a partir de meados da década de 1970, o Brasil em meados do seguinte decênio.

É justamente como países democráticos e membros de organismos regionais de integração e, no que lhes diz particularmente respeito, como parceiros na lusofonia (contexto em que são integrantes da jovem Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP), que o Brasil e Portugal buscarão encontrar sinergias no seu relacionamento mútuo para, mediante parcerias em vários níveis, como o econômico, alavancarem seu potencial como atores na cena global.

É importante salientar, igualmente, que ambos os países deverão juntar esforços, nos vários fora internacionais, para contribuírem no enfrentamento dos grandes desafios que hoje concernem a todas as sociedades do planeta, como, para mencionar alguns dos mais emblemáticos dos efeitos colaterais da globalização, os vários problemas ambientais (aquecimento global, secas e escassez de água, mudanças climáticas), econômicos (fome em muitos países de menor desenvolvimento relativo, aumento dos preços dos alimentos e dos combustíveis a nível mundial), sociais (os fluxos migratórios Sul-Norte e Sul-Sul) e de segurança (terrorismo internacional, tráfico de drogas, de armamentos e de seres humanos, crimes na internet).

Portanto, o que veremos nas páginas a seguir será uma tentativa de delinear, nas suas grandes linhas, esse percurso dos dois países no sentido de estreitarem suas relações, à luz de suas condicionantes endógenas (redemocratização) e exógenas (integração regional, globalização), com vistas a aproveitarem a vantagem comparativa do idioma comum e de seus laços históricos e culturais para saberem

encontrar nichos de oportunidade na cena mundial (v.g., no âmbito da CPLP, como representantes da América Latina e da Europa, promover a articulação entre vários esquemas de cooperação entre esses distintos continentes).

É essencial apontarmos, nesse novo contexto do relacionamento luso-brasileiro, o mecanismo das cimeiras, renovado pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, assinado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000, no âmbito as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil.

Esse tratado veio a substituir o Acordo-Quadro de 1991, sob cuja égide se realizavam reuniões periódicas dos Chefes de Governo dos dois países.

O novo instrumento constitui marco político-jurídico abrangente, vez que normatiza o questão do reconhecimento de graus e títulos acadêmicos e de títulos de especialização, bem como trata do estatuto de igualdade política, mecanismo pelo qual, na letra de seu artigo 12, brasileiros e portugueses gozarão, respectivamente em Portugal e no Brasil, dos mesmos direitos e estarão sujeitos aos mesmos deveres dos nacionais desses Estados. Ademais, o tratado insta as partes a desenvolverem esquemas de cooperação em vários campos, como os econômico, cultural, científico e tecnológico.

À luz dessas considerações introdutórias, procuraremos, a seguir, identificar melhor os fatores que permitiram ao Brasil e a Portugal, nesses últimos vinte anos, adensarem espetacularmente suas relações bilaterais.

Para tanto, alinharemos, conforme já adiantado mais acima, os elementos de ordem interna e os de ordem externa, bem como buscaremos ressaltar o marco institucional que passou a balizar o relacionamento entre os Estados brasileiro e português.

Esse relacionamento inter-estatal, por sua vez, interagiu com os movimentos espontâneos das sociedades dos dois países no sentido de mútua procura, como as ondas de turismo e de migração.

1. Os anos 1990. O Brasil no MERCOSUL e Portugal na CEE

1.1. O MERCOSUL

O Brasil e Portugal, conforme mencionado, pertencem, respectivamente, a dois agrupamentos de integração regional, o Mercosul e a União Européia. No contexto da globalização econômica – processo inerente ao capitalismo, que

tomou impulso após a II Guerra Mundial e acentuou-se nos anos 1990 – foi firmado, em dezembro de 1995, o Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação Econômica e Comercial entre o Mercosul e a União Européia. Contudo, os interesses e circunstâncias próprias a cada um dos parceiros adiaram a criação de uma área de livre comércio, conforme defluiria do mandato nesse sentido estabelecido pelo referido Acordo-Quadro.

De todo modo, antes de procurarmos analisar as perspectivas de uma parceria luso-brasileira no contexto alargado de uma eventual associação entre o Mercosul e a União Européia, buscaremos refletir, nas linhas abaixo, sobre a importância, para o Brasil e para Portugal, do fato mesmo de pertencerem aos referidos agrupamentos – com suas conseqüências políticas, econômicas e sociais.

A política externa, como se sabe, constitui instrumento de que lança mão o Estado para a promoção do desenvolvimento do país. Essa afirmação, verdadeira desde sempre, é especialmente válida nos dias de hoje, em que se tem um cenário internacional particularmente complexo, onde os principais problemas que afetam os países são de natureza transnacional, em razão das transformações econômicas, políticas e tecnológicas ocorridas nas últimas três décadas.

Nesse contexto, convém recordar, no tocante à política externa brasileira, o artigo 4º da Constituição Federal vigente (1988)², que, após alinhar os princípios que regem a conduta do Brasil em suas relações internacionais, estabelece em seu parágrafo único que o país “buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

Percebe-se, na citada normativa, que o constituinte brasileiro reconheceu o que a prática da diplomacia pátria já consagrava, isto é, o fato de a integração regional constituir elemento essencial de política externa. Com efeito, implícito nesse fato estava o reconhecimento de que o desenvolvimento econômico e social do país não poderia prescindir da criação de sinergias com os países da região – o que viria a ficar particularmente claro no tocante às relações do Brasil com seu entorno imediato, nomeadamente com a Argentina.

² “Art. 4.º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I – independência nacional; II – prevalência dos direitos humanos; III – autodeterminação dos povos; IV – não-intervenção; V – igualdade entre os Estados; VI – defesa da paz; VII – solução pacífica dos conflitos; VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X – concessão de asilo político. Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988)”.

Incumbe ressaltar que a legislação em apreço refletiu a nova ordem democrática instaurada no Brasil após duas décadas de regime ditatorial (1964-1985). A chamada “Nova República”, como foi batizado o regime pós-ditadura, inaugurado em 1985, com a posse do Presidente José Sarney, havia já identificado os eixos em torno dos quais se processariam e se articulariam as ações externas do Estado brasileiro: a) integração regional; b) multilateralismo; c) aprofundamento das relações com os países em desenvolvimento; d) fomento de uma relação madura e pragmática com o mundo desenvolvido.

A consolidação da democracia e a promoção do desenvolvimento econômico tinham no estreitamento das relações políticas e econômicas com a vizinha Argentina³ o seu natural estímulo. Com efeito, ao longo da história dos dois países, independentes a partir do início do século XIX, as concertações políticas e econômicas sucedem-se à confrontação geoestratégica, segundo as circunstâncias e os governantes do momento. Superados esses impasses pela visão fortemente integracionista instaurada nos dois países com a redemocratização, assistiu-se, no final do século XX, a um processo de intensa aproximação entre Brasília e Buenos Aires. Da Ata de Iguazu, firmada em 1985, e do Programa de Cooperação e Integração entre Argentina e Brasil (PICAB), celebrado em 1986, os governos de Sarney e Alfonsín passaram rapidamente à assinatura do Tratado de Cooperação e Integração, que previa a criação de uma área de livre comércio entre os dois países dentro de dez anos.⁴ Da Acta de Buenos Aires (junho de 1990), que antecipava o estabelecimento do livre comércio entre os dois países para 31 de dezembro de 1994, ao Tratado de Assunção (março de 1991), que criava o Mercado Comum do Sul (Mercosul), juntamente com o Paraguai e o Uruguai, foi um passo.

O Tratado de Assunção previa a criação de um mercado comum entre as partes até 31/12/1994. O Mercosul, desde o início, constituía um agrupamento intergovernamental, não sendo a intenção dos Estados Partes o estabelecimento de uma

³ Assinale-se que a Argentina foi o primeiro país a ser atingido pela onda democrática que varreu o Cone Sul nos anos 1980. Raul Alfonsín tomou posse, em 1983, como presidente eleito, encerrando o regime da junta militar instaurado em 1976. Conforme visto, o Brasil restabeleceu o regime democrático em 1985, no mesmo ano em que o Uruguai o fez, e o Paraguai encerrou a ditadura do General Stroessner em 1989.

⁴ A celebração do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e Argentina, em 1988, cujo objetivo era o de estabelecer uma área de livre comércio em dez anos, foi acompanhada da assinatura de vinte e quatro Protocolos, que dispuseram sobre cooperação em áreas como bens de capital, trigo, produtos alimentícios industrializados, indústria automotiva, cooperação nuclear, transporte marítimo e transporte terrestre. O auge do processo foi atingido em Julho de 1990, com a assinatura da "Ata de Buenos Aires" que reduziu o prazo em quatro anos e meio, até dezembro de 1994 e o objectivo passou a ser o de um mercado comum. Em dezembro de 1990 foi assinado o Acordo de Complementação Económica n.º 14, entre os dois países, incorporando os 24 Protocolos anteriormente citados, que se constituiu no referencial adoptado, posteriormente, no Tratado de Assunção”.

organização supranacional. Contudo, por ser muito ambiciosa, essa meta foi postergada e, pelo Protocolo de Ouro Preto (1994), o Mercosul se tornou uma união aduaneira, etapa intermediária para alcançar a almejada fase de mercado comum, havendo-lhe sido atribuída personalidade jurídica de direito internacional, bem como definida sua estrutura institucional. As decisões são tomadas por consenso entre os governos e a normativa aprovada, ao menos para o Brasil e para o Uruguai, passa pelo processo de sua incorporação ao ordenamento jurídico interno para sua aplicação.

No âmbito do Mercosul, onde se tem procurado harmonizar normativa e práticas em áreas como políticas comerciais, aduaneiras, industriais e agrícolas; normas técnicas; transportes marítimos e terrestres; e energia, dentro dos subgrupos de trabalho correspondentes, o crescimento do comércio entre seus Estados Partes foi extremamente significativo.⁵ O Mercosul, desse modo, consolidou a vertente da integração regional na política externa brasileira, com seus resultados altamente positivos de reforçar a democracia, o aumento do comércio e os intercâmbios culturais e educacionais entre os parceiros do agrupamento.

Ressalte-se que o realismo com que foram tratadas várias questões dentro do Mercosul, em especial a das assimetrias entre seus Estados Partes⁶, tem contribuído para transformá-lo em importante instrumento de desenvolvimento econômico, de capacitação política nos foros internacionais e de coesão social interna para os povos desses Estados. A recente adesão da Venezuela, como Estado Parte (2006), conferirá ao bloco dimensão continental, que se estende do Caribe à Patagônia.

Não se olvide que o Mercosul igualmente propicia aos seus membros maior peso na cena internacional, mediante a coordenação de posições em seus diversos fora. Ademais, o Mercosul tem em vigor acordos de livre comércio com quase todos os países da América do Sul (à exceção da Guiana e do Suriname) e já firmou acordos de preferências tarifárias fixas com países e agrupamentos de outras regiões, como a Índia e a União Aduaneira da África Austral (SACU, em inglês). Ressalte-se o já mencionado Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação

⁵ Em 1991, ano da assinatura do Tratado de Assunção, o comércio intra-bloco se limitava a US\$ 5,1 bilhões, enquanto, em 1997, passava a US\$ 19, 7 bilhões (in *Boletim de Integração Latino-Americana*, n.º 22, janeiro-julho/1998). Em 2005, esse valor aumentou para US\$ 21,1 bilhões, e, em 2006, para US\$ 25,6 bilhões (in *Boletim de Comércio Exterior do Mercosul*, Dezembro de 2007, Secretaria de Assuntos Internacionais/Ministério da Fazenda/BR).

⁶ Mencione-se a criação, em 2006, do FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL), com vistas a combater as assimetrias existentes no agrupamento. O FOCEM visa a financiar projectos que beneficiem os países pequenos, de modo a facilitar a sua integração no bloco. O Fundo conta com um orçamento anual de US\$ 100 milhões, distribuindo-se as contribuições do seguinte modo: Brasil, com 70%; Argentina, com 27%; Uruguai, com 2%; e Paraguai, com 1%. Naturalmente, os principais beneficiários do Fundo são o Paraguai, que recebe 48%, e o Uruguai, que recebe 30%. O Brasil e a Argentina, cada um, recebem 10%.

Econômica e Comercial firmado pelo Mercosul e pela União Européia em dezembro de 1995, que está à espera de sua implementação, que seria o estabelecimento de uma área de livre comércio entre as partes.

A guisa de informação sobre a dimensão do processo de integração na América do Sul, conviria mencionar a UNASUL. Criada em 2004, como Comunidade Sul-Americana de Nações, aquela associação conta com a participação dos 12 Estados sul-americanos e visa a integrar o subcontinente – numa continuação da dinâmica sobretudo impulsionada pelos acordos comerciais do Mercosul na região – nas esferas comercial, social e da infra-estrutura. A UNASUL também constitui importante foro de concertação política entre seus membros.

A UNASUL tem no Banco do Sul seu braço financeiro, que deverá constituir o instrumento a financiar o desenvolvimento regional, com ênfase em programas sociais. O Banco do Sul, cujo capital inicial é de cerca de US\$ 7 bilhões, tem sede em Caracas e é integrado pelos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela. De natureza mais democrática do que o FMI, onde os países mais ricos têm maior peso decisório, o Banco do Sul está aberto à adesão dos demais países da UNASUL.

1.2. Portugal e a integração européia

As forças políticas que se consolidaram após a queda da cinquentenária ditadura do salazarismo, em 25 de abril de 1974, provocada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), tinham como eixo de seu projeto de reconstrução da sociedade portuguesa o binômio restabelecimento da normalidade política e desenvolvimento econômico.

Após as acomodações ideológicas e práticas que se sucederam ao mencionado movimento militar – quando se passou, entre 1974 e 1976, da esquerda comunista à centro-esquerda (sobretudo do PS de Mário Soares) ⁷ – decidiu-se,

⁷ Essas acomodações não se realizaram sem agitações. Recorde-se o “Verão Quente”, de 1975, período de grande tensão, em que surgiram grupos de direita que passaram a hostilizar o Movimento das Forças Armadas e o Partido Comunista Português (PCP). Foram realizadas ocupações de grandes propriedades agrícolas e de fábricas pelas forças revolucionárias, assim como invasões e depredações de sedes do PCP, conduzidas por grupos contra-revolucionários. Nesse processo, cai o V Governo Provisório de Vasco Gonçalves, assumindo o Almirante Pinheiro de Azevedo (VI Governo Provisório). Após a ocorrência de entendimentos entre o PCP e o Grupo dos Nove, movimento moderado dentro do MFA, no final de 1975, a crise política estava controlada. Pouco depois, o socialista Mário Soares, que representava a esquerda moderada, assumia o I Governo Constitucional do país, após a promulgação da nova Carta Magna

no país, a negociação da adesão portuguesa à Comunidade Económica Europeia (CEE), processo que se iniciou, oficialmente, em 1978. A entrada de Portugal, em 1º de janeiro de 1986 (juntamente com a Espanha), no espaço integrado europeu, definiu, a partir daquele momento, a escolha política e o modelo de desenvolvimento económico do país: democracia com economia de mercado, à qual não faltava “a mão keynesiana do Estado”.

A adaptação às práticas e instituições comunitárias representou a modernidade para Portugal, que se beneficiou de sua pertença à CEE para, *inter alia*, atuar como um parceiro mais credível nos fora e mecanismos internacionais. Mas foi da dinâmica de inserção no processo de integração europeia que surgiram os mais imediatos e espetaculares resultados para Portugal, nomeadamente os recursos financeiros oriundos dos Fundos comunitários.⁸

Com efeito, até 2006, por ocasião das comemorações dos 20 anos da adesão portuguesa à CEE, o país teria se beneficiado, sobretudo para obras de infra-estrutura, do aporte de aproximadamente 50 bilhões de euros. Ressalte-se o grande efeito multiplicador que representou para Portugal essa reconstrução das redes de infra-estrutura, que, ao permitir ao país dispor de uma interligação eficiente com o restante do continente europeu, incrementou o seu comércio com os parceiros comunitários e estimulou a entrada de investimentos e turistas.

O início da década de 1990 constituiu, indubitavelmente, momento de prosperidade económica para Portugal, cuja população se beneficiou de um nível de consumo, apoiado por largo acesso ao crédito, desconhecido no período salazarista.

Portugal está inserido de forma muito profunda no processo de integração europeu. Seu comércio exterior é fundamentalmente voltado para os demais países da União Europeia. Em 2006, aproximadamente 70% de suas trocas comerciais se efetuaram com aqueles países. A vizinha Espanha constituiu-se, naquele ano, como o principal parceiro comercial de Portugal, sendo responsável por cerca de 23% do total do comércio exterior lusitano.

Deve-se assinalar ainda que Portugal pertence à zona do euro e ao espaço Schengen. Esses fatos, somados aos dados e às considerações anteriores sobre a

portuguesa em 1976, e conduziu Portugal na linha de um capitalismo com preocupações sociais, que caracterizava, em geral, o clima político da Europa Ocidental à época.

⁸ Esses Fundos são os Fundos Estruturais (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER – instituído em 1975, voltado para infra-estruturas e investimentos produtivos com vistas à geração de empregos, e o Fundo Social Europeu – FSE – instituído em 1958, para a inserção profissional de desempregados e desfavorecidos) e o Fundo de Coesão (instituído em 1994, para diminuir as assimetrias de desenvolvimento entre as regiões e os Estados-Membros). Os Fundos Estruturais receberam, para o período de 2007-2013, 278 bilhões de euros, enquanto o Fundo de Coesão recebeu 70 bilhões de euros.

vertente europeísta da política externa portuguesa deixam poucas dúvidas sobre a enorme importância da União Européia para Portugal.

Esses resultados positivos da inserção portuguesa na integração europeia – *grosso modo*, aumento do peso político do país na cena internacional, aliado à reestruturação de suas infra-estruturas e de seu setor produtivo – benefícios econômicos – não devem fazer olvidar, porém, o fato de que Portugal continua a olhar com interesse especial a outra margem do Atlântico.

As relações de Lisboa com Washington passam muito pelo fato de Portugal ser membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)⁹ e, com o Brasil e com os demais países lusófonos, elas passam, inicialmente, pelos imperativos colocados pela história e pela cultura, com a conseqüência de um idioma comum. Sobre este último aspecto, incumbe salientar a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP),¹⁰ organização que se tem constituído em importante foro para articulações políticas, em seu sentido amplo, de seus membros.

Poder-se-ia afirmar, numa síntese da política externa portuguesa, que três seriam as suas vertentes: a europeísta, a atlanticista e a lusófona. Ainda que a inserção de Portugal na integração europeia pareça conferir maior peso específico à primeira vertente, não se olvide que a complexidade da cena internacional tem conduzido o país a estreitar suas relações com Brasil, país que, ademais de compartilhar com Portugal as características acima mencionadas, possui articulações regionais e internacionais de crescente importância.¹¹ Nesse contexto, poder-se-ia afirmar que o empenho da Presidência portuguesa do Conselho Europeu, no primeiro semestre de 2007, em realizar a I Cimeira Brasil-União Européia, constituiu um reconhecimento, por parte de Lisboa, de que as articulações com o Brasil – que também é membro do Mercosul, cf. acima – podem produzir resultados exponenciais no âmbito de um relacionamento alargado a nível europeu. Portugal poderia ser, de alguma forma, um interlocutor privilegiado dentro da União Européia, podendo-se pensar em várias formas de parcerias, incluindo o país no contexto europeu e da CPLP – *v.g.*, atividades de cooperação bilateral Brasil-Portugal ou Brasil-União Européia nos países da África lusófona.

⁹ Portugal foi dos primeiros membros da OTAN, havendo aderido a essa organização em 1949, ano de sua fundação.

¹⁰ A CPLP foi criada em 1996, com sede em Lisboa, sendo integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Timor-Leste aderiu à organização em 2002, após sua independência.

¹¹ Com efeito, o Brasil, membro do Mercosul, é também, *inter alia*, participante do G-4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão), que propugna o aumento do número de membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas; do G-20 (que defende a posição dos países em desenvolvimento na Rodada Doha, em especial as do sector agrícola).

2. Portugal e o Brasil

2.1. Aspectos jurídicos-institucionais do relacionamento bilateral

Conforme adiantado acima, as relações entre Portugal e o Brasil têm a peculiaridade da história comum, e, em conseqüência, dos laços lingüísticos e culturais. Os acontecimentos políticos internos e as circunstâncias regionais não foram capazes de esbater a marca dessa herança, como o comprovam os movimentos migratórios espontâneos que buscavam a outra margem do Atlântico – de portugueses ao Brasil do final do século XIX a meados do século XX e a recente emigração brasileira a terras portuguesas a partir do final dos anos 1980 até hoje.

Fato inconteste seria o de que as relações políticas luso-brasileiras amadureceram a partir dos processos de redemocratização nos dois países – na década de 70 para Portugal, e na de 80 para o Brasil. A reestruturação do Estado, dentro dos parâmetros constitucionais fundados, por sua vez, no estado de direito, permitiu a ambos os países aproveitarem oportunidades de desenvolvimento que lhes eram vedadas – a mais espetacular dentre elas constituindo os processos de integração regional.

Nesse ímpeto criativo, propiciado pela liberação das forças democráticas no Brasil e em Portugal, claro estava que os dois países, nesse contexto de buscas de oportunidades políticas e econômicas no exterior e em razão dos fatores próprios ao seu relacionamento (*vide supra*), logo procurariam intensificar suas relações. As cimeiras entre Chefes de Governo dos dois países, que já haviam sido estabelecidas pelo Tratado de Amizade e Consulta de 1953, foram reforçadas pelo Acordo-Quadro de Cooperação de 1991.

As oito reuniões de cúpula que se realizaram desde 1991 constituíram-se em importantes ferramentas para elevar o patamar das relações bilaterais, ao possibilitarem a realização de um diálogo franco e permanente entre os Governos brasileiro e português. Assinale-se que, dessas Cimeiras emanaram, *inter alia*, acordos e documentos que têm impulsionado a cooperação em várias áreas, como, por exemplo:

- I Cimeira Bilateral (Brasília, maio de 1991): a) Acordo-Quadro de Cooperação Bilateral; b) Tratado Bilateral de Auxílio Mútuo em Matéria Penal; c) Tratado Bilateral de Extradicação; d) Acordo Bilateral de Cooperação para a Redução da Procura, Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas.

- II Cimeira Bilateral (Lisboa, julho de 1995): a) Acordo para a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos; b) Acordo de Cooperação Consular para Efeitos de Proteção e Assistência aos Seus Nacionais; c) Protocolo de Alteração ao Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima.
- V Cimeira Bilateral (Brasília, setembro de 2001): a) Tratado Bilateral sobre a Transferência de Pessoas Condenadas.
- VI Cimeira Bilateral (Lisboa, novembro de 2002): a) Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos.
- VIII Cimeira Bilateral (Porto, outubro de 2005): a) Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Mudança do Clima e do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto; b) Protocolo de Cooperação entre a Confederação Nacional da Indústria – CNI – (Brasil) e a Associação Industrial Portuguesa – AIP – (Portugal), sobre a promoção de novos negócios e investimentos; c) Protocolo entre o Instituto de Comércio Externo de Portugal – ICEP – (Portugal) e a Agência de Promoção de Exportações – APEX – (Brasil), na área de promoção e distribuição comercial.

Voltando à análise do processo de realização dessas cimeiras – sobre cujos resultados nos antecipamos um pouco no parágrafo acima – seria lícito afirmar que a dinâmica criada por esses encontros veio a exigir um acordo-quadro que refletisse a especificidade do relacionamento entre os dois países. Os Chefes de Governo do Brasil e de Portugal, cientes desse fato, comprometeram-se, quando da III Cimeira Bilateral, realizada em Brasília, em julho de 1997, a negociar novo acordo-quadro.

Esse instrumento, o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, foi celebrado no contexto das comemorações do quinto centenário do descobrimento do Brasil, na emblemática cidade de Porto Seguro, na Bahia, em 22 de abril de 2000.¹² Aquele tratado entrou em vigor em 5 de Setembro de 2001, quando, em Brasília, no âmbito da V Cimeira Bilateral, foram trocados os seus instrumentos de ratificação.

O Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta acima referido estabelece em seu artigo 4.º b), no capítulo relativo à cooperação política e estruturas básicas de consulta e cooperação, a realização de cimeiras anuais dos dois Governos. Ao mesmo tempo cria uma Comissão Permanente luso-brasileira para acompanhar a execução do tratado (artigo 6º).

¹² O simbolismo da data e lugar não poderia ter sido melhor para a firma de um tratado que incrementava as relações entre o Brasil e Portugal. Como se sabe, o navegador Pedro Álvares Cabral aportou em terras brasileiras, pela primeira vez, na localidade a que chamou Porto Seguro, no actual Estado da Bahia, em 22 de Abril de 1500.

Incumbe ressaltar a criação do Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, no capítulo homônimo, o qual prevê que os brasileiros em Portugal e os portugueses no Brasil “gozarão dos mesmos direitos e estarão sujeitos aos mesmos deveres dos nacionais desses Estados”, nos termos e condições previstos no referido tratado. Um brasileiro com três anos de residência habitual comprovada em Portugal poderá requerer à autoridade portuguesa competente o gozo de direitos políticos, podendo se tornar eleitor e ser eleito para os cargos públicos aos quais não é vedada, pela Constituição do país, a participação de estrangeiros – ocorrendo o mesmo para o cidadão português que, em idênticas condições, venha a pleitear o gozo de direitos políticos no Brasil.

A Comissão Permanente do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta teve seu regimento interno aprovado em 2002. Atualmente, aquela comissão conta com as seguintes subcomissões: a) Assuntos Consulares e de Circulação de Pessoas; b) Econômica, Financeira e Comercial; c) Educação, Cultura e Comunicação Social, Ciência e Tecnologia; e d) Reconhecimento de Graus e Títulos Acadêmicos e Questões Relativas ao Acesso a Profissões e seu Exercício).

O Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta propiciou a constituição de fora onde questões complexas no âmbito do relacionamento bilateral puderam ser equacionadas e encaminhadas. Mencionem-se, como eloquentes exemplos, as questões migratórias e as relativas ao reconhecimento de graus e títulos acadêmicos.

No tocante à primeira ordem de questões, saliente-se que, na última e oitava cimeira bilateral (Porto, 13 de outubro de 2005), o Primeiro Ministro José Sócrates se comprometeu a agilizar a execução, pela parte portuguesa, do Acordo de Contratação Recíproca de Nacionais, celebrado quando de visita oficial do Chefe de Governo brasileiro a Portugal, em julho de 2003 – por isso chamado “Acordo Lula”. Esse acordo, que visou a regularizar a situação de nacionais de cada país exercendo atividades laborais no território do outro país, permitiu que cerca de trinta mil brasileiros se inscrevessem para obter os necessários vistos de permanência. À época da cimeira do Porto, apenas cerca de quatorze mil dentre aqueles inscritos tiveram sua situação regularizada.

Quanto à segunda ordem de questões, caberia mencionar que, na segunda reunião da Subcomissão de Reconhecimento de Graus e Títulos Acadêmicos, realizada em Lisboa, nos dias 20 e 21 de abril de 2006, foram criados “pontos de contato”, no Brasil e em Portugal, para estudar a futura implementação do reconhecimento recíproco dos mecanismos de avaliação dos programas e cursos dos dois países e aceitação mútua de graus e títulos acadêmicos.

2.2. Os aspectos substantivos do relacionamento bilateral

Conforme visto anteriormente, uma confluência de fatores atuou no sentido de criar oportunidades para o incremento do relacionamento luso-brasileiro, a partir dos anos 1990. Esses fatores eram tanto de natureza interna – como os respectivos processos de redemocratização – quanto de natureza externa – como os imperativos da integração econômica regional, com suas condicionantes políticas, e da globalização, com suas vertentes comerciais e financeiras, às quais foram acrescidas, nos dias de hoje, com destaque, entre outras, as ambientais e securitárias.

É interessante notar que a redemocratização se fez, em ambos os países, *pari passu* com a liberalização comercial. Esta última, recorde-se, acontecia quase por gravidade, no contexto da globalização econômica que marcou as últimas décadas do século XX. É verdade que a expressão “liberalização comercial” não é um conceito absoluto, como o prova a existência, no seio da União Européia, dos subsídios agrícolas da PAC¹³, e, na primeira economia mundial, desses mesmos instrumentos de protecionismo comercial. O Brasil, por sua vez, pratica tarifas aduaneiras para certos setores, em especial de bens de alta tecnologia – o que lhe atraiu críticas de praticar política protecionista, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), embora suas tarifas aduaneiras já tenham sido consolidadas no antigo GATT¹⁴.

De todo modo, o Brasil e Portugal não deixaram de tirar partido desse contexto liberalizante, como o comprovaram os vultosos investimentos lusitanos que se realizaram na economia brasileira em finais da década de 1990 (sobretudo entre 1998 e 2002), em especial nos setores de telecomunicações, turismo, infraestrutura e energia, na esteira do processo de privatizações levado a cabo, à época, pelo Governo brasileiro.¹⁵

¹³ Criada em 1962, a Política Agrícola Comum (PAC) provê o financiamento da produção agropecuária dos países comunitários, de modo a possibilitar a competitividade de seus agricultores e criadores no âmbito de um mercado único europeu. Conforme já mencionado, a PAC tem sido alvo de contestações, por parte dos países do G-20, dentre os quais figura o Brasil, no âmbito da OMC.

¹⁴ *General Agreement on Tariffs and Trade (GATT)*, em português, Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio. O GATT, acordo celebrado em 1947, no imediato pós-guerra, funcionou, até a criação da OMC, em 1994, pelo Tratado de Marraqueche, como um mecanismo de supervisão da liberalização do comércio mundial.

¹⁵ Somente em 1999 e 2000 o Brasil recebeu cerca de US\$ 5 bilhões em investimento directo bruto, vinculado às operações da Portugal Telecom para aquisição do controle da Telesp Celular (cerca de US\$ 3,1 bilhões), participações na Telesp fixa (atual Telefónica) e na Embratel,

Cabe observar o salto que esses investimentos representaram nas relações econômicas entre os dois países. Com efeito, recorde-se que o estoque de capital português investido no mercado brasileiro, em 1995, totalizava aproximadamente US\$ 100 milhões, enquanto seu valor, atualmente, ultrapassa os US\$ 18 bilhões (€ 12 bilhões).

O impulso investidor brasileiro no mercado português, por sua vez, ocorreu mais pelo *boom* da demanda no setor de infra-estrutura – como vimos, beneficiado pelos fundos comunitários – do que pela liberalização comercial que pressupunha a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia. Com efeito, o Brasil, no início dos anos 1990, estava entre os maiores investidores estrangeiros em Portugal. Destacaram-se grandes empresas do setor de construção civil, como a Organização Odebrecht, representada pela Construtora Bento Pedroso, bem como o Grupo Andrade Gutierrez, que se fez representar pela Zagope.¹⁶ O valor total do estoque dos investimentos brasileiros em Portugal se situa, atualmente, em torno de US\$ 1 bilhão.

Os números relativos aos fluxos de investimentos portugueses para o mercado brasileiro revelam que, no plano econômico, a partir da década de 1990, “Portugal redescobriu o Brasil”. Os investimentos brasileiros para o mercado português teriam, ao que parece, amplo terreno para expandir-se, como é o caso dos setores financeiro, da construção civil e aeronáutico.

Cabe mencionar, para continuarmos na vertente econômica do relacionamento luso-brasileiro, o desempenho razoável da corrente de comércio bilateral. Com efeito, as trocas comerciais entre o Brasil e Portugal cresceram 20% em 2007 em relação ao ano anterior, totalizando US\$ 2,1 bilhões (US\$ 1 bilhão e 800 milhões de exportações brasileiras – aumento de 22,3% – e US\$ 340,9 milhões de importações brasileiras – aumento de 9,8%).

Observe-se que, embora o comércio bilateral seguramente esteja aquém de seu potencial, o que parece atrair mais a atenção das autoridades portuguesas são os investimentos brasileiros. Neste terreno, o potencial parece ser bastante promissor, especialmente quando se recorda que o investimento brasileiro poderá somar-se ao capital lusitano, em operações de parceria, para ações em terceiros

bem como para a compra de 19,7% da Companhia Riograndense de Telecomunicações. São também dignos de nota, entre outros, os vultosos investimentos realizados naquele ano por empresas como a EDP (electricidade), a EPAL (águas), o Grupo SONAE e a Caixa Geral de Depósitos.

¹⁶ A Bento Pedroso participou da construção de estradas, da Ponte Vasco da Gama, da Barragem e Usina Hidroeléctrica de Alqueva, bem como da expansão do metro de Lisboa. A Zagope participou da construção do novo aeroporto e de mais de vinte túneis urbanos na Ilha da Madeira.

mercados, seja no âmbito da União Européia, da CPLP ou de países da fronteira mediterrânica da Europa.

Conforme mencionado, as relações de países como o Brasil e Portugal, estrategicamente inseridos em projetos de integração regional, por este fato mesmo tendem a ganhar densidade. As oportunidades que podem surgir nesse contexto mais amplo, enriquecem e complementam as respectivas agendas externas.

Indubitavelmente, a iniciativa da Presidência portuguesa do Conselho Europeu de realizar a I Cimeira Brasil-União Européia, no início de sua gestão¹⁷, partiu do pressuposto esboçado no parágrafo anterior. Na ocasião, lançaram-se as bases de uma futura parceria estratégica, a qual poderá ter repercussões no relacionamento luso-brasileiro. Com efeito, consideremos, à guisa de exemplo, a questão da escala. Conforme mencionado anteriormente, poder-se-iam maximizar investimentos luso-brasileiros no âmbito alargado do espaço europeu.

Observe-se, nesse contexto, a parceria estabelecida entre a empresa petrolífera GALP e sua congênere brasileira, a PETROBRÁS, no setor dos biocombustíveis, com vistas ao mercado europeu.¹⁸

Do mesmo modo, empresas e instituições de vários setores (v.g. de pesquisa científica) dos dois países poderiam realizar importantes *joint ventures* no contexto do Mercosul e de seu mercado ampliado.¹⁹ O entrelaçamento de ações envolvendo tanto a agenda bilateral quanto a regional deverá propiciar o surgimento de várias oportunidades interessantes.

Vale recordar, ainda, no tocante às relações entre o Brasil e a União Européia, o interesse comunitário na continuação das negociações sobre a criação de uma área de livre comércio com o Mercosul, conforme o mandato do já referido Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação Econômica e Comercial entre o Mercosul e a União Européia. O núcleo de tal interesse parece ser o credenciamento do

¹⁷ Recorde-se que Portugal assumiu a Presidência do Conselho Europeu no segundo semestre de 2007. Observou-se o significado de a I Cimeira Brasil-União Européia haver-se realizado logo no início daquela Presidência (Lisboa, 4 de julho de 2007).

¹⁸ A Galp Energia e a Petrobrás assinaram, no âmbito da cimeira Brasil-UE, acordo que visa à produção de 600 mil toneladas por ano de óleos vegetais no Brasil e a produção, comercialização e distribuição do biodiesel nos mercados português e/ou europeu. Para a condução deste projecto será criada uma sociedade detida em 50% por cada uma das empresas que irá produzir: - 300 mil toneladas de óleos vegetais para produção de biodiesel de segunda geração nas refinarias da Galp Energia; - a restante produção de óleos vegetais, 300 mil toneladas, será destinada à produção de biodiesel para exportação para Portugal e/ou outros países europeus (excertos do comunicado de imprensa da GALP – Lisboa, 04/07/07).

¹⁹ O Mercosul celebrou acordos de livre comércio, no âmbito da ALADI, com todos os países da América do Sul, salvo a Guiana e o Suriname, que não integram aquela Associação. Esses acordos contêm várias disposições relativas a matérias não diretamente vinculadas ao comércio, como integração física, deixando campo para a realização de parcerias importantes entre empresas locais e as de terceiros países.

Brasil como parceiro confiável, cujas políticas econômicas e sociais, adequadas e responsáveis, somadas à dimensão da riqueza do país, tornaram-no um *soft power*²⁰.

Todavia, uma retomada no curto prazo dessas negociações não está visível no horizonte próximo. Com efeito, os resultados da Política Agrícola Comum (PAC), pela qual Bruxelas confere importantes subsídios aos agricultores europeus, praticamente impossibilitando a concorrência de produtores de terceiros países, por si só tornariam impraticável o exercício daquele processo negociador. Nessas condições, o reinício dessas tratativas acabou por ficar condicionado aos entendimentos a serem alcançados no âmbito da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Convém assinalar, de todo modo, que o lançamento da parceria estratégica entre o Brasil e a União Europeia, no contexto da cimeira referida anteriormente, abre caminho para uma cooperação mais aprofundada na produção econômica e na coordenação, nos fora mundiais, dos grandes desafios transnacionais (crime organizado; terrorismo; energia; temas ambientais, como mudanças climáticas). Nesse contexto, reiteremos as oportunidades que poderão surgir para parcerias luso-brasileiras.

Conforme assinalado na declaração que emanou daquele encontro de julho de 2007, o Brasil e seu parceiro europeu decidiram, *inter alia*, cooperar para estimular o desenvolvimento de energias renováveis, incluídos os biocombustíveis, bem como, por intermédio de suas entidades de fomento, o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES), se comprometeram a incrementar a cooperação para financiar projetos brasileiros.²¹

Ademais das Cimeiras periódicas que constituem o aspecto institucional das relações luso-brasileiras, ocorrem igualmente encontros entre Chefes de Governo e altas autoridades fora daquele marco. Foi o caso da visita oficial do Primeiro-Ministro José Sócrates ao Brasil, a convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realizada entre os dias 8 e 11 de agosto de 2006.

Sucintamente, poder-se-ia afirmar que os temas econômicos acima mencionados, em especial a manifestação de interesse, pelo mandatário luso, no incremento

²⁰ Expressão cunhada por Joseph Nye, que a explicou em sua obra *Soft Power: The Means to Success in World Politics (2004)*. Basicamente o *soft power* se relaciona com a capacidade dos Estados de fazerem ouvir suas vozes na cena internacional, a qual derivaria de factores imponderáveis como a cultura e os valores. O crescimento económico brasileiro, acompanhado de programas de inclusão social, constituiria exemplo dessa capacidade, visto que credenciaria o Brasil a assumir papel relevante tanto em fora económicos quanto sociais.

²¹ Cf. Declaração da Cimeira Brasil-União Europeia (Lisboa, 04/07/07).

de investimentos brasileiros em Portugal, constituíram aspecto importante daquela visita. O Primeiro-Ministro José Sócrates, na ocasião, se fez acompanhar de vários ministros (incluindo as áreas econômica e cultural), bem como de comitiva empresarial.

À guisa de exemplo podem-se mencionar os contatos realizados na sede da empresa aeronáutica EMBRAER, em São José dos Campos, no Estado de São Paulo. A imprensa portuguesa deu grande cobertura ao assunto, visto que se espera que aquela empresa, principal acionista do Grupo OGMA, que atua em Portugal no setor de manutenção de aeronaves, amplie a ação daquele Grupo no sentido de manufaturar peças para aviões. Em razão de sua dimensão e complexidade, essa questão continua em tratativas entre aquela empresa e o Governo português.

Outros temas econômicos foram igualmente tratados durante a estada de José Sócrates no Brasil, destacando-se os entendimentos entre a empresa petrolífera portuguesa, GALP, e sua congênera brasileira, PETROBRÁS sobre parcerias na exploração de petróleo em território brasileiro.

Neste ponto, cabe recordar que a agenda das relações entre o Brasil e Portugal não se cinge aos aspectos econômico-comerciais, embora estes sejam reveladores do fato de que essas relações se atualizaram e se revigoraram, no contexto das transformações políticas e econômicas por que passaram os dois países no último quartel do século XX.

Com efeito, durante a mencionada visita oficial do Primeiro-Ministro português, particularmente em seu encontro, em Brasília, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi reiterada a importância das concertações dos dois países, nos fora mundiais, relativamente à questão do enfrentamento dos desafios que se apresentam em escala global, como as mudanças climáticas, energia, terrorismo, tráfico de drogas e de pessoas. Mencione-se que os dois países, no período que nos ocupa neste texto, têm-se apoiado mutuamente naqueles fora.

Outro aspecto importante das relações luso-brasileiras tratado pelos dois mandatários, naquela oportunidade, foi a pertença do Brasil e de Portugal à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Nesse sentido, reconheceu-se a importância de fortalecer a CPLP como espaço para coordenar ações de cooperação em diversos níveis, como, por exemplo, parcerias luso-brasileiras voltadas à cooperação para o desenvolvimento nos demais países lusófonos.

Não seria ocioso salientar que o relacionamento entre o Brasil e Portugal é de expansão – provocada, conforme visto, pelas ações econômicas acima analisadas, bem como pela cooperação mútua no contexto internacional. Esse adensamento se reflete também no crescente intercâmbio artístico-cultural que vem ocorrendo entre as duas margens do Atlântico. Emblemático dessa situação é o fato de que

Portugal é passagem obrigatória na agenda de destacados artistas e intelectuais brasileiros.

O turismo, por sua vez, se desenvolveu, nessas quase duas décadas que nos ocupam, com grande vigor. Atestam-no os quase setenta vôos semanais entre Lisboa e várias cidades brasileiras. Assinale-se que, na esteira desse desenvolvimento, assistiu-se a um incremento dos investimentos portugueses no Brasil no ramo hoteleiro, ademais de muitos portugueses haverem estabelecido sua segunda moradia em terras brasileiras.

A intensificação do relacionamento luso-brasileiro, dos anos 1990 até hoje, se traduz igualmente no grande número de brasileiros que emigram para Portugal. De acordo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal (SEF), há aproximadamente 70 mil brasileiros vivendo regularmente em Portugal, o que confere à comunidade brasileira primazia em relação aos demais grupos migratórios (como angolanos, cabo-verdianos, chineses e ucranianos).

Essa presença brasileira em Portugal é de tal modo marcante que ensejou, em julho de 2003, durante visita oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Portugal, a assinatura do Acordo de Contratação Recíproca de Nacionais, o chamado “Acordo Lula”. Pela via desse acordo, trinta mil brasileiros puderam inscrever-se para proceder à regularização de sua situação laboral em terras portuguesas.

As migrações, como se sabe, constituem tema de grande sensibilidade em Portugal e na União Européia, sobretudo em função do Acordo de Schengen, que elimina a necessidade do controle imigratório quando da passagem na fronteira entre um Estado signatário desse acordo e outro. O assunto foi também abordado quando da mencionada visita do Primeiro-Ministro José Sócrates ao Brasil, em 2006, no sentido de agilizarem-se os trâmites de regularização dos brasileiros beneficiados pelo “Acordo Lula”.

A integração dos brasileiros em Portugal se tem realizado, de um modo geral, de forma satisfatória. Evidentemente, trata-se de assunto complexo, a começar pelo fato de que não haveria perfil único do imigrante brasileiro. A década de 1990 constituiu o momento da chamada “segunda leva” migratória do Brasil para Portugal²²A emigração para Portugal, nos anos noventa, passou a ser constituída de cidadãos da classe média baixa, em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Contrariamente à chamada “primeira leva” migratória, composta de executivos e trabalhadores qualificados, esta se caracterizava por sua inserção no nicho

²² A “primeira leva” teria ocorrido entre meados dos anos 1980 e meados dos anos 1990. Era constituída de empresários, profissionais liberais e funcionários de empresas que passaram a investir em Portugal, no contexto da renovação da economia e da sociedade portuguesas que se deu na esteira da adesão de Portugal à CEE.

de mercado de trabalhos não-qualificados. Salientem-se, porém, dois fatos, com relação a essa leva posterior da migração brasileira a Portugal: a) Vários desses imigrantes aceitam empregos muito inferiores ao que tinham no Brasil, como é o caso de professores primários que trabalham como comerciários; b) Apesar de certo alarmismo em relação à questão da concorrência com os brasileiros no mercado de trabalho português, tem-se que os próprios portugueses vão exercer essas profissões em outros países da União Européia, abrindo, com isso, espaço a ser ocupado pelos imigrantes.

Desse modo, pode-se dizer que, com os muitos turistas que visitam anualmente Portugal, os imigrantes brasileiros, oriundos de diversos segmentos sociais, formam um retrato global de sua sociedade em terras portuguesas – não se configurando, pois, de modo marcado, um perfil específico para o brasileiro em Portugal.

Como se pôde depreender das linhas acima, as relações entre o Brasil e Portugal não se reduzem a visões puramente estratégicas ou, no sentido oposto, sentimentais. A imbricação das duas sociedades é um fato inerente ao seu relacionamento, dado que, especialmente no período colonial, o Brasil foi uma projeção da sociedade portuguesa no ultramar. Com efeito, embora distorcida pela exploração econômica, a presença portuguesa no Brasil se constituiu da fundação de cidades – quem quer que vá a Salvador ou ao Rio de Janeiro, para mencionar duas metrópoles regionais, reencontra, aqui e ali, trechos da arquitetura de Lisboa – e no conseqüente estabelecimento das bases do que viria a ser a sociedade brasileira.

Observe-se, ademais, que o Estado brasileiro decorreu, em sua gênese, da transposição do Estado português, com a ida da Família Real para o Brasil, em março de 1808. A importância desse evento pode ser medida pela visita oficial do Presidente Aníbal Cavaco Silva ao Brasil, de 7 a 9 de março de 2008, bem como pelas comemorações, em março e em maio do mesmo ano, levadas a cabo conjuntamente pela Câmara dos Deputados do Brasil e pela Assembléia da República Portuguesa²³.

²³ A convite do Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Arlindo Chinaglia, o Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, acompanhado de vários parlamentares, visitou oficialmente o Brasil de 10 a 14 de Maio de 2008, onde participou da inauguração oficial da Exposição e na Conferência sobre “As origens do Estado nacional – das Cortes Gerais ao Parlamento brasileiro. A Conferência Internacional em Brasília vem na sequência das Comemorações do Bicentenário da ida da Corte Portuguesa para o Brasil (1808-2008), promovidas pela Assembleia da República em 13-14 de Março de 2008, em Lisboa, que contaram com a presença do Presidente Arlindo Chinaglia e duma delegação parlamentar brasileira.

Considerações finais

A análise das relações entre o Brasil e Portugal a partir da última década do século XX revela, em seus desdobramentos, a riqueza e a complexidade das mudanças ocorridas no contexto mundial e seus reflexos sobre o comportamento dos Estados nacionais, afetando seus relacionamentos com outros Estados e demais pessoas jurídicas de Direito Internacional, como as organizações internacionais e as recentíssimas organizações não governamentais.

Com efeito, os fenômenos que mais atraem a atenção dos governos dos países do globo nos dias atuais – o que já se manifestava com vigor nos anos 1990 – são aqueles de natureza transnacional, como a mudança climática, o terrorismo, a energia, os movimentos migratórios e o crime organizado, para citarmos os que têm provocado maior número de reuniões e acordos nos fora internacionais.

Isso significa que um Estado, isoladamente, não tem mais condições de fazer face a tais fenômenos, mas que, pelo contrário, deve buscar na cooperação, fundamentalmente com outros Estados e com organizações internacionais, como a ONU e suas agências, bem como outras de cunho regional, se for o caso, o equacionamento de problemas deles derivados.

Conforme vimos, esse estado de coisas – que, segundo dizem, “chegou para ficar” – não reduz as relações entre Estados a um determinismo causado pelo caráter global das principais questões que se lhes colocam. Questões, aliás, cuja origem se deu nas políticas nacionais dos Estados de capitalismo avançado, logo copiadas por aqueles de capitalismo mais tardio – como se procura demonstrar em relação à mudança climática, que teria na destruição paulatina da camada de ozônio sua principal causa, que, por sua vez, teria origem nas emissões descontroladas de CO₂ resultantes da atividade industrial e do uso cada vez maior de automóveis desses países.

Na determinação do incremento das relações entre dois Estados entram fatores específicos, como a história e a língua comuns, como vimos no caso das ligações entre o Brasil e Portugal. Que esses fatores tenham servido de trunfos para ambos os países na cena internacional não lhes tira o valor próprio, o de orientar a escolha de cada um de ver no outro parceiro natural para suas ações de cooperação externas.

Assim o foi na realização da I Cimeira Brasil-União Européia, em julho de 2007, no âmbito da Presidência portuguesa do Conselho Europeu. Não é desconhecido o empenho de Lisboa junto a seus parceiros comunitários no sentido de garantir seu apoio para a concretização daquela reunião de cúpula. As relações

bilaterais deverão se adensar nesse contexto mais amplo, em que à dimensão nacional se soma a de caráter regional e multilateral.

Nessa linha, as articulações dos dois países no âmbito da CPLP igualmente refletem a imbricação entre os interesses nacionais e a realidade internacional. Neste caso, temos, por exemplo, para Portugal, as questões de criar sinergias importantes com o Brasil em vários fora e no contexto birregional, bem como os interesses em estreitar seus laços com os países africanos lusófonos – com alguns dos quais, como Cabo Verde e Guiné Bissau, há uma condição de vizinhança que cria situações particulares – e com Timor Leste.

Mas queríamos reter nesta análise a importância dos acontecimentos políticos que tiveram lugar nos dois países e que definiram os rumos que suas ações externas teriam a partir dos anos 1990: os movimentos de redemocratização. A renovação do Estado e da sociedade em cada país permitiu ao Brasil e a Portugal revitalizarem suas relações bilaterais, conforme depreendido ao considerar-se o itinerário dos acordos e cimeiras que foram firmados e realizados desde 1991.

Esses marcos institucionais, que facilitam relações que se expandem em vários terrenos, conforme analisado neste texto, parecem dever ser complementados por outros que dêem conta dessa expansão. O “Acordo Lula”, sobre trabalho e migração, e que permitiu a regularização de milhares de trabalhadores brasileiros em Portugal, talvez seja o exemplo mais claro dessa nova dinâmica.

O aprofundamento das relações Brasil-Portugal no contexto da globalização

Fernando de Sousa
Marília Sardenberg Gonçalves

Introdução

Sob o ponto de vista das Relações Internacionais, a passagem do século XX para o século XXI caracterizou-se por três grandes rupturas:

- uma ruptura de ordem política, com o fim da bipolarização e o afundamento dos sistemas comunistas europeus;
- uma ruptura de ordem económica, com a internacionalização do comércio, da produção industrial, a liberalização e expansão das transacções financeiras e a expansão das empresas transnacionais, responsáveis pela maior parte do capital de investimento e da tecnologia;
- uma ruptura de ordem tecnológica, com o prodigioso desenvolvimento das tecnologias da comunicação, que praticamente suprimiram os estrangimentos da relação espaço – tempo (Chagnollaud).

Na última década, as economias tornaram-se em toda a parte interdependentes, dando origem a novas formas de relações entre a Economia, o Estado e a Sociedade, num sistema complexo de geometria variável e de difícil percepção.

O aumento do volume do comércio internacional, a integração dos mercados financeiros, a internacionalização das empresas contribuíram para o aparecimento de uma nova época, qualitativa e quantitativamente diferente, assente num mercado global único.

A extinção da União Soviética e com ela o desmoronamento do comunismo internacional atenuou a contestação histórica do capitalismo, pôs fim à Guerra Fria, diminuiu os riscos de um holocausto nuclear, transformou radicalmente a geopolítica mundial, mas deu origem a novas formas de violência dispersa, ao terrorismo internacional, que culminou no ataque de 11 de Setembro de 2001, à cidade de Nova Iorque e noutros atentados que até hoje têm sido praticados nas mais diversas partes do Mundo.

O capitalismo conheceu uma reestruturação total, caracterizada por uma gestão mais flexível; por um domínio crescente do capital sobre o trabalho, a gerar um intenso declínio do movimento operário, a individualização e diversificação crescente das relações de trabalho e a integração maciça das mulheres no estatuto de assalariadas, em condições geralmente discriminatórias; pelo desmantelamento do Estado-Providência e pela aceleração da concorrência económica mundial, enquanto se diversificam cada vez mais as áreas geográficas e culturais em que se acumula e gere o capital.

O mundo, nas últimas décadas, tornara-se multipolar. Mas, com a implosão do império soviético, os três clássicos pólos, americano, japonês e europeu, pareceram evoluir rapidamente para a construção de um só pólo dominante.

As três economias-mundo deram origem a uma só economia mundial, liderada por um só protagonista?

Neste processo de mundialização, que se traduz não apenas por uma maior abertura das economias às trocas internacionais, como também, mais profundamente, pela interpenetração dos sistemas produtivos, quem beneficia em primeiro lugar?

A globalização que hoje constitui uma realidade/fatalidade, não é a globalização orientada pelos Estados Unidos da América, a grande vencedora da Guerra Fria?

Primeira potência económica, os Estados Unidos são também, incontestavelmente, a primeira potência militar, a única superpotência capaz de se projectar por todo o planeta com uma superioridade industrial, tecnológica e operacional esmagadora. Quem, senão ela, e só ela, poderia ter intervindo no Afeganistão em 2001, para terminar com o Estado terrorista dos talibans e no Iraque em 2003, para acabar com um programa nuclear e de armas de destruição maciça... que, afinal, não existia?

Será possível contrariar esta realidade, atenuar o peso hegemónico de uma só potência, afirmar outros pólos dominantes, enfim, regular a globalização? A frustrante experiência americana no Médio Oriente e o espectacular crescimento económico da China parecem apontar para a multipolaridade do sistema internacional. Mas é ainda cedo para se por em causa a hegemonia americana. Há muito pouco que os Estados Unidos possam fazer sozinhos. Mas nada no mundo pode ser feito sem os Estados Unidos (Dominique Moïsi).

Não importa discutir se a globalização/mundialização é um fenómeno novo ou velho. O que importa sublinhar é que a desigualdade da distribuição da riqueza mundial se agravou nas duas últimas décadas, com mais de 1,2 biliões de pessoas (1/5 da população mundial) a viver na pobreza absoluta, ou seja, com um rendimento inferior a um dólar por dia e outros 2,8 biliões a viverem apenas com o dobro desse rendimento. Grande parte da população mundial não conhece a

electricidade; mais de mil milhões de pessoas não tem acesso à água potável; e dois mil e quinhentos milhões de seres humanos continuam sem saneamento básico.

A concentração da riqueza proporcionada por uma globalização neoliberal atinge proporções escandalosas. Segundo dados do Federal Reserve Bank, 1% das famílias norte-americanas detém mais de 40% da riqueza do país. O Brasil é outro exemplo de concentração da riqueza, com uma minoria a registar, em seu proveito, o essencial da riqueza do País, e mais de 52 milhões de brasileiros, a viverem abaixo do limiar da pobreza, a registarem menos de 70 euros de salário mensal. Em Portugal também verificamos que o desnível entre pobres e ricos não pára de aumentar.

É no âmbito deste quadro sombrio das desigualdades provocada pela globalização, que importa analisar as relações de Portugal com o Brasil.

Com efeito, mais do que discutir a História comum, que ninguém pode alterar, entendemos, sim, preocupar-nos com o presente e com o futuro das relações entre Portugal e o Brasil, de forma a conhecermos melhor os dois países e a partir desse conhecimento, contribuirmos para um relacionamento mais estreito e mais profundo entre as duas nações, no quadro mais amplo da Europa e da América do Sul, respectivamente.

É que as imagens recíprocas de cada país, assentes em frases feitas ou princípios estereotipados, são ainda relativamente desfocadas, não nos permitindo ver com nitidez e profundidade os dois espaços atlânticos, o que é compreensível, devido ao relacionamento formal que caracterizou, nas últimas décadas, as relações entre o Brasil e Portugal, situação essa que só nos últimos anos foi alterada, a bem dos dois povos.

Sendo assim, importa perguntar: o que são os dois países ao presente? De que forma é que Portugal e o Brasil têm contribuído para reforçar as relações entre a União Europeia e o MERCOSUL? Que papel está reservado aos dois países, no âmbito do aprofundamento das relações Europa – América Latina?

Que agenda comum pode ser cumprida por ambos no âmbito da globalização?

1. Portugal

Portugal, ao presente, com 10 600 000 habitantes, está entre os países do Mundo considerados ricos, com um produto nacional bruto que se aproxima dos 140 mil milhões de euros, ocupando Portugal, o 48.º lugar no *ranking mundial*.

No que diz respeito ao produto nacional bruto por habitante, de 14 657 euros, encontramos-nos também entre os países considerados ricos, isto é, entre os 64 países mais ricos do Mundo que registam um valor superior a 13 300 euros por pessoa.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas encontramos-nos entre os países de desenvolvimento humano elevado, onde ocupamos o 27.º lugar – embora estejamos na cauda da União Europeia –, e a esperança de vida à nascença é de 82 anos.

A inflação regista valores baixos, da ordem dos 2,8% e o índice do desemprego, de 7,5%, não é, apesar de tudo, dos mais elevados da Europa. E, no *ranking* da competitividade, temos oscilado entre o 36.º e o 43.º lugar.

Somos, assim, um país de dimensão reduzida, segundo estes indicadores, um país que dispõe de uma economia relativamente forte, um país rico até à escala mundial.

Mas convém não esquecer que somos um dos países menos desenvolvidos da União Europeia. Com efeito, nos últimos anos, uma crise económica que, segundo alguns, se transformou em recessão, afectou Portugal, levando a um crescimento negativo da sua economia, traduzida por uma não convergência relativamente à média europeia e por uma descida significativa do seu nível de vida, que da 52.ª posição no *ranking* mundial passou para o 91.º lugar, queda sem paralelo na União Europeia.

Os números revelam que, após duas décadas de adesão à Europa e 50 mil milhões de euros de fundos comunitários, o PIB *per capita* português no quadro da União Europeia, representa agora 70%, ou seja, encontra-se abaixo dos 75% da média comunitária, quando em 2001 as mesmas estatísticas referiam que o seu PIB *per capita* era de 80,2%.

Há, contudo, outros aspectos positivos que convém salientar. Portugal constitui um dos Estados mais homogêneos do continente europeu, com um só povo, uma só língua, uma só religião. Somos um Estado-Nação antigo e sólido e, como sabemos, é na Nação que reside o próprio fundamento da legitimidade do Estado. Não registamos conflitos fronteiriços e a nossa configuração territorial é praticamente a mesma de há séculos.

Finalmente, e não de somenos importância, importa destacar que o português, graças ao Brasil, é uma das línguas europeias mais expandidas do Mundo, falada por cerca de 200 milhões de lusófonos.

2. Brasil

O Brasil, pela dimensão do seu território – 8,5 milhões de km², o que lhe dá o 5.º lugar mundial –; pelo volume da sua população – 190 milhões de habitantes o que o coloca em 5.º lugar mundial –; pela importância da sua agricultura e indústria, sem paralelo no hemisfério sul; com um PIB superior a 696 mil milhões de euros, isto é, 4,6 vezes superior ao PIB português; pelo PNB que regista – 8.º lugar mundial –, é uma grande potência, uma das 10 principais potências económicas mundiais. Dispõe de tanto espaço como os EUA e produz tanto como os 1 370 mil milhões de chineses.

O Produto Nacional Bruto *per capita* é de 7 800 dólares. No *ranking* de competitividade aproximou-se de Portugal nos últimos anos, ocupando o 46.º lugar da lista. O Índice de Desenvolvimento Humano da ONU coloca o Brasil entre os países de “alto índice de desenvolvimento humano”, e a esperança de vida à nascença ronda os 74 anos.

O índice de inflação revelou-se inferior a 3% em 2005 e 2006 e o desemprego atinge os 12%, o que parece revelar o bom desempenho da economia brasileira nos últimos anos.

Um país que viu a sua população mais que triplicar nos últimos 50 anos e que conheceu um dos processos de urbanização mais rápidos do Mundo.

Com a sua população concentrada ao longo da costa atlântica, mais de 80% dos brasileiros vivem nas cidades, 40% em grandes aglomerações urbanas, quase todas localizadas na faixa litoral.

Um país fortemente industrializado (o sector primário representa apenas 20% da sua população), o que levou à modificação substancial das suas trocas externas, com os produtos industriais a representarem hoje 65% do total das suas exportações.

Um país, assim, que se transformou profundamente nas últimas três décadas, apesar de essa transformação se ter operado de forma selectiva, quer geográfica, quer socialmente.

Por outro lado, o Brasil tornou-se a principal potência do Mercosul, conjunto regional que o Brasil vigorosamente defende contra as tentativas que visam dissolvê-la numa vasta zona intercontinental de livre-comércio, como desejam os EUA.

É certo que o Brasil ainda se debate com certos problemas que ameaçam, a longo prazo, o seu crescimento, nomeadamente as deficiências da máquina do Estado e sobretudo as graves disparidades regionais (São Paulo face ao resto do país) e sociais (10 % dos mais ricos ganham 51 vezes mais do que os mais pobres),

embora os governos do presidente Lula da Silva, eleito em 2003, tenham-se notabilizado pelo programa da luta contra a pobreza. Mas o Brasil, dos países emergentes nesta viragem do século e de milénio, com excepção, porventura, da China, revela-se a potência mais sólida e promissora, graças, entre outros factores:

- à vasta reserva de território, o qual em grande parte permanece em “aberto”, e susceptível de aproveitamento agrícola – mais de 300 milhões de hectares sem causar impacto ambiental;
- aos recursos do seu sub-solo, que fazem com que, por exemplo, na energia, seja auto-suficiente – petróleo e álcool combustível;
- à sua homogeneidade cultural veiculada por uma cultura e uma língua comum – que o distingue, por exemplo, dos países andinos seus vizinhos, onde parte da população não fala a língua nacional;
- a uma população jovem, dinâmica e instruída, na qual a classe de idade activa, ao contrário da Europa, é largamente produtiva, cujo crescimento não constitui um problema insanável – ao contrário do que acontece em muitos países da América Latina –, e dotada de recursos humanos qualificados, em que tanto os engenheiros como os médicos e os universitários pedem meças aos europeus.

O modelo de desenvolvimento que permitirá ao Brasil mobilizar todos os seus trunfos para se tomar uma grande potência de parte inteira está ainda por definir. Mas no Brasil, como na Europa, reina a convicção de que um grande destino lhe está reservado. A mentalidade pioneira, de fronteira, permanece e continuará, como que a afirmar que, nesta perspectiva, o Brasil ainda é a América que deslumbrou a imaginação dos nossos avós.

A economia brasileira cresceu nos últimos anos sempre acima dos 3% (em 2004, só a China ultrapassou o Brasil na captação de investimentos) e finalmente liquidou a sua dívida externa, reembolsando o Fundo Monetário Internacional (FMI) antes do prazo estabelecido.

Veremos até que ponto a eleição presidencial e os recentes acontecimentos na Bolívia e Uruguai irão influenciar a sua economia.

3. Portugal e Brasil

É à luz destas realidades que importa ver as nossas relações com o Brasil, o qual, convém sublinhar, precisa menos de Portugal do que Portugal precisa do Brasil.

Portugal constitui uma pequena economia aberta, que continua a depender, em boa parte, da sua capacidade de atracção dos investimentos externos, em ordem a diversificar actividades e reforçar competências, mas que revelou, nos últimos anos, através do sector empresarial, uma significativa capacidade de investimento no estrangeiro, o que permite que o nosso país apresente um elevado padrão de internacionalização.

O investimento português no Brasil subiu extraordinariamente a partir de 1997-1998, representando, então mais de 70% do total dos investimentos feitos no estrangeiro. E se tal valor decresceu nos últimos anos, nem por isso deixou de ser significativo para a economia portuguesa, revelando, até, ao presente, uma ligeira tendência para o crescimento.

A entrada de investimentos directos portugueses no Brasil, nos cinco primeiros meses de 2008, quadruplicou face ao mesmo período de 2007 e totalizou 776 milhões de dólares (497 milhões de euros).

Portugal regista o quinto lugar na lista dos maiores investidores no Brasil, em 2008, abaixo dos EUA, Países Baixos, Espanha e da França.

Porquê esta súbita redescoberta do Brasil, por parte de Portugal, nos últimos anos? Porque o Brasil, face à modernização acelerada de que Portugal foi alvo, por força das exigências decorrentes da nossa integração europeia, passou a funcionar como vector de compensação da nossa economia, de forma a podermos atenuar o preço da opção europeia e a não ficarmos apenas sob a pressão unívoca do exigente mas irrecusável imperativo europeu da integração, da modernização e da competitividade.

O tempo dirá se esta estratégia do Estado português está correcta e que resultados irá ter. Mas o que importa agora sublinhar é que o Brasil, enquanto pólo económico emergente, perseguindo uma estratégia de inserção na economia global que não decorre de um ajustamento à pressão do seu mercado interno, por força de factores exógenos, não necessita de Portugal enquanto elemento indispensável para actuar na globalização.

Compete, assim, a Portugal – que conjuga uma posição geográfica periférica no contexto europeu com uma posição central no Atlântico, localizando-se no cruzamento dos corredores marítimos e aéreos Norte-Sul, com especial importância para as rotas intercontinentais – desenvolver esforços no sentido de se construir uma verdadeira cooperação/articulação, que saiba harmonizar as políticas económicas nacionais com a complexa inserção global de ambas as economias, no quadro regional que a cada país diz respeito.

Neste contexto, questões relacionadas com os processos de transição democrática e de consolidação de valores e práticas democráticas surgem como fundamentais, dada a conjuntura actual da América do Sul e o recente alargamento

a leste da UE. Paralelamente, não podemos desligar os processos de democratização de questões relacionadas com a segurança interna e externa, desde problemas de corrupção e crime organizado, aos problemas de imigração ilegal e ao terrorismo, enquanto ameaças fundamentais à ordem e estabilidade nacionais e regionais, e com impacto no contexto global. A adicionar a estas interrogações, importa analisar a influência dos Estados Unidos em ambos os processos de integração regional, e as consequências da sua política externa, particularmente após o 11 de Setembro de 2001, de cariz mais unilateral e agressivo do que era habitual, olhando a forma como esta potência afecta ou pode afectar o relacionamento triangular UE-Mercosul-EUA (altruísmo político ou imperialismo encoberto?).

Vejamos alguns dos desafios que se colocam a Portugal e ao Brasil a nível regional.

4. Os desafios do Brasil no contexto da América do Sul e da globalização em geral

O Brasil, ao presente, debate-se com um conjunto de desafios externos, quer de natureza regional, quer de natureza global, que não são de fácil resposta e que passamos a identificar:

- uma multiplicidade de processos de integração regional, sobrepostos parcialmente, marcados por rivalidades políticas e com escassos resultados obtidos até ao momento – o adormecido Mercosul, (a que a Venezuela aderiu em 2006, mas que parece carecer de vontade política para avançar), Comunidade Andina, Comunidade Sul-Americana de Nações (União Sul-Americana das Nações), a UNASUL, a moribunda ALCA, etc.;
- a difícil estabilização da democracia nos países da América do Sul, instrumento indispensável de desenvolvimento económico e participação plena na Política Mundial – crise económica generalizada, populismo e instabilidade socio-política na Venezuela e Bolívia, semi-populismo na Argentina e Equador, guerrilhas no Perú, grupos criminosos armados na Colômbia, etc.; a América Latina, como diz Guy Hermet, ainda não constitui a réplica política dos EUA ou da UE;
- difícil aceitação e afirmação do Brasil enquanto Estado líder, no âmbito da América do Sul, impedindo-o de se abrir directamente para o Pacífico e de estabelecer uma cooperação política e económica mais profunda com os

seus vizinhos: a agenda política brasileira, no contexto da América do Sul encontra-se minada ao presente por obstáculos políticos difíceis de ultrapassar (rivalidade da Venezuela, nacionalização dos hidrocarbonetos e confiscação das refinarias da Petrobrás, na Bolívia), contrariando, paradoxalmente, a política nacionalista do presidente Lula da Silva, que considera como um dos seus eixos fundamentais a promoção da integração sul-americana;

- hesitações e dificuldades, por parte do Brasil, na definição de um parceiro global privilegiado, em função do qual possa definir uma política económica e social mais coerente para se afirmar no plano mundial: EUA, UE ou China – este, a última mas frustrante esperança do Brasil;
- reforço da sua presença em África, muito particularmente em Angola;
- ultrapassar o estatuto de fornecedor de *commodities*, de matérias-primas, de forma a assegurar a venda de produtos transformados;
- ultrapassar a dependência tecnológica e financeira.

Seja como for, o Brasil procura “maximizar as suas vantagens, nomeadamente de grande produtor de produtos agrícolas e de biocarburantes” e encontrar um novo estatuto internacional enquanto país intermediário entre os países desenvolvidos e os países do Sul, assumindo as reivindicações destes últimos, como, por exemplo, na OMC – Organização Mundial de Comércio (Pierre Gentelle).

5. Desafios de Portugal no âmbito da União Europeia e da globalização

Os desafios que se colocam a Portugal no quadro da União Europeia, ao presente, marcados por uma conjuntura económica extremamente difícil, marcada pela forte subida do preço do petróleo têm a ver com a necessidade de:

- reduzir o seu défice orçamental, a despesa pública, condição indispensável para garantir o nosso futuro;
- aumentar substancialmente a sua eficiência empresarial;
- atrair investimento europeu e aumentar o nosso investimento em Espanha e noutros países;
- investir mais na formação de base, na educação, na ciência e tecnologia, a fim de ultrapassar fragilidades estruturais.

Só assim será possível relançar a competitividade, aumentar a sua riqueza, fortalecer a coesão e voltar a aproximar-se dos níveis de crescimento da União Europeia.

No âmbito da globalização importa:

- defender a regulamentação da globalização, de forma a dar-lhe um cariz mais humanista e humanizado;
- contribuir para o reforço de uma ordem internacional multilateral, baseada na manutenção da paz e da segurança internacional;
- internacionalizar a sua economia, quer através da captação de investimentos externos, quer através do reforço de investimentos portugueses na União Europeia, no Brasil e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP);
- relançar a política de cooperação com o Brasil, com os países da CPLP, e os países de acolhimento das comunidades portuguesas, que devem ser valorizadas a todos os níveis;
- contribuir activamente para a afirmação da língua portuguesa no mundo.

6. Uma agenda política comum luso-brasileira

Os desafios que se colocam ao Brasil e a Portugal não impedem, pelo contrário, o estabelecimento de uma agenda comum aos dois países, tanto mais que ambos partilham a mesma língua, um mesmo universo cultural, os mesmos valores. Uma agenda comum que pode ser constituída em torno dos mais diversos temas:

- os problemas da segurança, da violência e a luta contra o terrorismo internacional e o tráfico de drogas e armas;
- o combate contra a desigualdade social, a pobreza e a marginalidade, que passa por uma redistribuição mais eficaz e mais justa da riqueza;
- o combate contra a corrupção, endémica em ambos os países;
- o aprofundamento da democracia, do Estado de direito e dos direitos humanos;
- o desenvolvimento da sociedade de informação, de forma a melhorar as infra-estruturas de comunicação e aproximar as duas sociedades;
- as políticas de desenvolvimento sustentado, sem colocar em perigo o meio ambiente;
- o desenvolvimento da cooperação cultural, científica e tecnológica, que pode revestir as mais diversas formas, mas que deve ter nas universidades e centros de investigação, dois dos seus instrumentos mais privilegiados;

- o estabelecimento de políticas destinadas a humanizar a globalização, de forma a alterar a ordem internacional e contribuir para um mundo multipolar;
- a definição de políticas que incentivem ou apoiem os processos de integração regional e alarguem o diálogo e a cooperação entre a União Europeia e o Mercosul.

No caso concreto de Portugal, tendo em consideração a importância que o Brasil assume quanto ao reforço da nossa posição económica, política e cultural no mundo, importa tomar algumas iniciativas políticas e diplomáticas, nomeadamente:

- apoiar com determinação a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, enquanto membro permanente, em representação simultânea da América Latina, ou da América do Sul (apesar das reticências do México e Argentina) e da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e/ou à cabeça de importantes organismos internacionais;
- ajustar as nossas opções políticas e estratégicas fora do quadro da União Europeia com o Brasil, tendo como paradigma as relações da Inglaterra com os Estados Unidos da América;
- tendo em consideração a circunstância de ambos os países serem atlânticos, aprofundar a cooperação quanto à exploração dos recursos marítimos, e apoiar uma maior presença do Brasil no Atlântico Sul, nomeadamente em Angola;
- finalmente, mas de não somenos importância, conceder particular atenção à imigração brasileira no nosso país – que não é afectada por quaisquer problemas de integração na nossa sociedade –, facilitando a regularização documental dos cidadãos brasileiros existentes em Portugal, assim como a concessão de vistos de trabalho e residência; e criando mecanismos de integração que evitem a exploração económica e a exclusão social geradora de conflitos, marginalidade e criminalidade, através da celebração de um acordo com o Brasil, anual ou bianualmente actualizado.

Conclusão

No âmbito de uma economia mundial globalizada, Portugal e o Brasil podem desenvolver uma estratégia mútua de cooperação, que transcenda o quadro de aproximação e relacionamento (inquestionável) entre o Mercosul e a União

Europeia, de forma a darem um novo sentido às relações luso-brasileiras e a ultrapassarem definitivamente as simples e episódicas relações culturais e as afirmações retóricas de circunstância que as caracterizaram durante largas décadas.

Uma estratégia comum de aprofundamento das relações entre os dois países, baseada no princípio da reciprocidade e no bem comum dos seus povos, que passa obrigatoriamente pelos respectivos governos, mas que passa igualmente, para além do mundo empresarial, pelas universidades e centros de investigação portugueses e brasileiros, instituições que têm uma palavra fundamental a dizer quanto à definição das áreas de cooperação prioritárias, competindo aos responsáveis políticos de ambos os países incentivar e acarinhar.

Portugal e o Brasil poderão constituir uma ponte essencial para a institucionalização de um diálogo mais aberto e mais fecundo entre a América do Sul e a União Europeia, mas paralelamente, devem aprofundar e consolidar as mais intensas relações económicas, sociais e culturais que Portugal jamais registou com qualquer outro país ao longo da sua história, tendo em atenção, no plano económico, a importância do investimento português no Brasil e o reforço do investimento brasileiro em Portugal; no plano social, a dimensão desse novo fenómeno que dá pelo nome de emigração brasileira para Portugal, nova face das migrações que durante séculos se desenvolveram em sentido contrário; e no plano científico e cultural, a cooperação universitária que está a desenvolver-se, mas que tem de ser intensificada, quer para os investigadores, quer para docentes e alunos.

Só assim é que o Brasil e Portugal, tendo como pano de fundo o Atlântico, onde ambos os países se uniram e nele continuam, física e simbolicamente, pelo território, pela história, pela cultura, pela língua e pelos espaços regionais em que se inserem, poderão reencontrar-se de novo, e hoje, mais do que ontem, marcar de forma determinada e determinante o sistema internacional.

Bibliografia

ARAÚJO, Braz (coord.). 1996. *Estratégia no novo cenário mundial*. São Paulo: NAIPPE/USP.

CASTELLS, Manuel. 2002-2003. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 3 volumes.

- CERVO, Amado Luiz. 1994. *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias*. Brasília: UnB.
- CERVO, Amado Luiz; DÖPCKE, Wolfgang (org.). 1994. *Relações Internacionais dos países americanos. Vertentes da História*. Brasília: UnB.
- CHACON, Vamireh. 2002. *O futuro político da lusofonia*. Lisboa/São Paulo: Verbo.
- CHAGNOLLAUD, Jean-Paul. 1999. *Relations internationales contemporains. Um monde en perte de repères*. 2.^a ed. Paris.
- COSTA, Darc (coord.). 2002. *Estudos estratégicos*. N.º 2. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra.
- DEFARGES, Philippe Moreau (Dir.). 2005. *RAMSES 2006, 60 ans après la guerre, les grandes tendances mondiales*. Paris: DUNOD.
- FREIRE, Maria Raquel (Coord.). 2004. *Desafios da democratização no mundo global. / The challenges to democratisation in a global world* (edição bilingue). Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.
- GENTELLE, Pierre (Dir. de). 2008. *Géopolitique du monde contemporain. États, continents, puissances*. Paris: Nathan.
- GUIMARÃES, Samuel. 2005. *Cinco siglos de periferia. Uma contribución al estudio de la política internacional*. Buenos Aires: Prometeo libros.
- GUIMARÃES, Samuel. 2006. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- KNOPFLI, Francisco (coord. de). 2004. *As políticas exteriores de Brasil e Portugal. Visões comparadas*. Lisboa: ISCP.
- LANDES, David S. 1998. *The Wealth and Poverty of Nations . Why Some are so Rich and some so Poor*. New York/London: W.W. Norton & Company.
- O'MEARA, Patrick (Ed.); MEHLINGER, Howard D. (Ed.); KRAIN, Matthew (Ed.); et al. 2000. *GLOBALIZATION and the challenges of a new century*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). 2001. *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento.
- SARAIVA, José Flávio (org.). 2001. *CPLP: Comunidade dos países de Língua Portuguesa*. Brasília: IBRI.

SOUSA, Fernando. 2006. A democracia, face política da globalização?, in *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 49, n.º 1, Brasília.

SOUSA, Fernando. 2000. Portugal e a União Europeia, in *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 43.º, n.º 2, Brasília.

SOUSA, Fernando. 2004. Portugal, Brasil e União Europeia, in *Mundo Latino e Globalização*. Rio de Janeiro: FAPERJ.

SOUSA, Fernando (Dir.). 2008. *Dicionário de Relações Internacionais*. 2.^a ed. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE.

WEFFORT, Francisco. 2006. *Formação do pensamento político brasileiro. Idéias e personalidades*. São Paulo: Ática.

Brasil e Portugal no mundo

Vamireh Chacon

George Bernard Shaw, com sua notória ironia, certa vez escreveu que Estados Unidos e Inglaterra são dois povos separados pela mesma língua; poderia ter acrescentado que também por suas respectivas culturas: os ingleses, mesmo os britânicos em geral, não são norte-americanos, nem os norte-americanos são britânicos nem ingleses. Cada qual tem cultura e civilização próprias, mais unidas pela língua, que desunidas, se aceitarem as mútuas diferenças e não só semelhanças.

Os hispano-americanos também não são espanhóis, embora falem o castelhano, pois existe maioria de descendentes de índios na maioria da Hispano-América, e na Argentina e no Uruguai a maioria da população provem da imigração italiana. Os espanhóis tendem a reconhecer estas diferenças.

Os brasileiros, por sua vez, não são portugueses, nem mistura deles só com negros e índios, pois em fins do século XIX e princípios do XX a maioria da imigração foi italiana, ademais de espanhóis, alemães e japoneses.

O turismo de portugueses nas praias do Nordeste (e no Rio de Janeiro que, pela sua concentrada imigração, chegou a ser a maior cidade portuguesa em princípios do século XX), reforça o impressionismo do Brasil tropical praieiro afro-luso-índio. Os empresários e executivos portugueses conhecem melhor o Brasil, ao viajarem mais para São Paulo, cidade com vinte milhões de habitantes em si e arredores, num Estado homônimo, industrial, com quarenta milhões de habitantes de ascendência principalmente italiana. De São Paulo ao Sul – Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – vive a metade dos cerca de duzentos milhões dos brasileiros, sua parte mais rica. Somada às minorias ricas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, são cerca de cem milhões de consumidores, um dos maiores mercados do mundo. Por isso, o Brasil é, por exemplo, o grande produtor mundial de automóveis, aviões e navios e não só para exportações, ao lado de muitas outras indústrias.

Os empresários e executivos portugueses sabem disto, daí investirem de preferência naquela área, enquanto alguns intelectuais e políticos, seus compatriotas,

preferem se comportar como os turistas, dos quais terminam sendo apenas parte. O centro das decisões económicas do Brasil é São Paulo e o das decisões políticas é Brasília.

Em fins do século XX e começos do XXI, as relações comerciais entre Portugal e Brasil atingem sua melhor fase, desde a própria época da proclamação da independência brasileira em 1822, e com a Espanha nos investimentos nas privatizações e no turismo, hoje se diversificando em bancos e indústrias.

Homens e mulheres de empresa e diplomatas brasileiros e portugueses, na sua experiência e objectividade, sabem das possibilidades e limitações da colaboração luso-brasileira. Existem grandes assimetrias e divergências, não só convergências de interesses.

Portugal, por exemplo, sente a sua agricultura ameaçada pelos cortes de subsídios e assim vota com a França e a Espanha contra o Brasil e outros, que querem aqueles cortes na União Europeia e Organização Mundial do Comércio, questão crucial muito acima da retórica sentimental dos laços profundos e eternos. Os votos, contrários nisto e em outras questões ao Brasil e seus aliados, Portugal estende a todos os foros internacionais, ao mesmo tempo que Portugal se alinha com a União Europeia e Estados Unidos na exigência que o Brasil, e outros prejudicados, apesar de tudo abram seus mercados aos produtos industrializados e serviços dos Estados Unidos e União Europeia.

Portugal não é ponte ou porta para a entrada da maioria dos produtos brasileiros na Europa. A maioria destas exportações e importações brasileiras efetua-se por Roterdã, ao modo da maior parte do comércio europeu com o mundo, pela óbvia localização geográfica daquele porto holandês. Em seguida por Hamburgo, Londres, Havre, Marselha e Génova. As estatísticas demonstram claramente serem estas as portas ou pontes de entrada e saída marítimas preferenciais do comércio brasileiro e do mundo com a União Europeia. Daí a instalação de centros de armazenamento das exportações brasileiras maiores em Frankfurt que em Lisboa, bem dentro do coração demográfico e económico da Europa, o de Portugal para abastecer a Península Ibérica. E todos os voos de passageiros e cargas de empresas aéreas brasileiras e estrangeiras, vão diretamente às capitais europeias, sem escala em Portugal, que só recebe seus voos específicos.

Há vários Brasis: o Brasil é uma federação de Estados num Estado, daí a diferença de estatal como adjetivo de Estado nacional e estadual de Estado federado.

Além destes desencontros e na sua base estão as assimetrias entre Portugal e Brasil.

Não se trata apenas dos contrastes entre territórios (noventa e duas vezes maior o brasileiro), ou de população (cerca de vinte vezes), e sim o de tipos de produção e áreas internacionais de actuação. Em exemplos actuais, com repercussões

no futuro: o impacto dos produtos chineses mais baratos é bem menor no Brasil, porque compensados pelas exportações brasileiras de minérios e alimentos; algo idêntico passa a acontecer no comércio Brasil-Índia. As crises econômicas de 2009, na bolsa de Nova York, e de 2010 no euro, atingiram pouco o Brasil compensado pelo mercado interno e pela diversidade das exportações.

Outra assimetria geradora de divergências: o Brasil tornou-se auto-suficiente em petróleo, a Petrobrás é a oitava maior empresa petrolífera mundial, a Galp e Petrogal vigésima e trigésima, a Repsol espanhola é maior que a portuguesa e menor que a brasileira. Daí o tamanho e crescimento também da Petroquisa, empresa estatal petroquímica do Brasil, além do biocombustível de cana, o etanol. Ao importar gás da Bolívia, o Brasil poupa petróleo para a petroquímica produzida pela Petroquisa.

Mais uma assimetria também geradora de divergências práticas e concretas: o Brasil não está a continentalizar-se; as exportações e importações brasileiras dividem-se em quatro partes mais ou menos iguais de vinte e cinco por cento com os Estados Unidos, União Europeia, Ásia e Sul – Sul, América Latina – África. O comércio do Brasil com a Argentina gira em torno de dez por cento. Portugal exporta e importa oitenta por cento com a União Europeia e trinta por cento com a Espanha.

Também as assimetrias entre o Brasil e a América do Sul dificultam esta integração, tanto quanto a China, a Índia e a África do Sul nas suas periferias. Poderá então parecer, ao término destas constatações básicas, ser possível, mas pouco provável, a colaboração económica e política Brasil-Portugal, porém existem outras importantes oportunidades a curto prazo e não só a longo prazo.

Também Portugal tem excelentes caminhos a seguir, com repercussões favoráveis no futuro próximo, prenunciando ainda o melhor: Portugal pode tornar-se, no quadro da União Europeia, o eixo da Ibéria Ocidental, aquela entre Madrid e o Atlântico, a Ibéria Oriental mais voltada ao Mediterrâneo. As proximidades de Sines e Lisboa podem ser o maior porto e o maior aeroporto da Península, atraindo da Galiza, Estremadura e parte da Andaluzia a maioria dos seus passageiros e cargas. A questão final a saber é se os portugueses, principalmente os lisboetas natos e adoptivos, e seus arredores, aceitam a transformação da tão pacatamente agradável capital portuguesa numa das megalópoles, mais que metrópoles, do mundo, rivalizando em tamanho e importância com outras da Europa em geral, não só com Madrid e Barcelona. Indústrias e serviços então se instalarão naturalmente em Portugal, propiciados também para treinamento e incentivos.

Porto, Faro e Évora, centros regionais, poderão multiplicar este impulso.

Para isso deve ser construída uma larga malha ferroviária e rodoviária, com fundos de financiamento da União Europeia, e também da Espanha e não somente de Portugal, mais mega-investimentos norte-americanos, chineses, japoneses, coreanos e das grandes empresas brasileiras experientes construtoras de estradas de vários tipos em diversos países. Assim se quebra a inércia e lança-se o desenvolvimento irreversível, em meio aos seus naturais fluxos e ciclos.

Os empresários e executivos portugueses, que investem no Brasil, sabem que também lá isto se faz há muito tempo em grande escala. O que os demais portugueses não sabem é que existem vários Brasis de todos os tipos e para todos os gostos no seu imenso território e crescente população: do Brasil afro-luso-índio ao ítalo-brasileiro, teuto-brasileiro e nipo-brasileiro em milhões de quilómetros quadrados, tão diferentes entre si como seus equivalentes culturais e económicos nos Estados Unidos, além de milhares de quilómetros quadrados inclusivé com eslavos, ucranianos e poloneses, no Paraná, e outras etnias. A grande maioria da imigração de brasileiros ao estrangeiro vai em primeiro lugar obviamente aos Estados Unidos, em segundo lugar ao Japão, em terceiro lugar à Itália. No Japão há quase o triplo de imigrantes (nipo-brasileiros) que em Portugal, o dobro (ítalo-brasileiros) na Itália.

Qualitativamente existem mais de cinco mil professores universitários brasileiros que estudaram cursos de pós-graduação nos Estados Unidos, mais de dois mil na Alemanha, algo intermediário na França e mesmo Espanha, além dos técnicos em empresas e profissionais liberais que também estudaram no estrangeiro. Os brasileiros parecem numerosos em Portugal porque a população portuguesa é menor e eles se diluem em países mais populosos. Com a tecnologia de estudos e pesquisas nas fábricas de aviões dos Estados Unidos e França, foi construída pela empresa de capitais brasileiros públicos e privados, a Embraer, a quarta maior fábrica de aviões do mundo. Ela tem sucursais em Jacksonville nos Estados Unidos e Harbin na China; a da portuguesa Ogma, vendida à Embraer, é um empreendimento comercial igual a outro qualquer, só co-produzirá aviões se for rentável e não por motivos ideológicos, do contrário não deixará de ser uma oficina de manutenção. Os factos dirão se para a indústria aeronáutica brasileira pode Portugal ser porta ou ponte para a Europa.

Tudo isso condiciona a política internacional do Brasil, entre outros factores. O Brasil entende o mundo dividido em mega-blocos e mega-países: Estados Unidos com Canadá e o México no Nafta, a União Europeia, a Rússia, a China, a Índia, o Japão, a Indonésia, o Islão, a ASEAN (Associação do Sudoeste da Ásia), potencialmente a Austrália, a África do Sul, a Nigéria, a Argentina e a Venezuela. Tudo o mais vem por acréscimo, ao modo da promissora Angola, e alguns outros.

A diplomacia também económica precede e condiciona a política. Daí o bloco BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

Neste mundo de mega-blocos, a oportunidade para Portugal e Espanha está na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e na Comunidade Afro-Americana de Nações que se cruzam, com secretariados-gerais em Lisboa e Madrid respectivamente. Juntas, estas comunidades podem construir a Grande Ibéria com iberidade sem iberismo, conforme demonstrei no meu recente livro *A Grande Ibéria (Convergências e divergências de uma tendência)* impressa pela Universidade de São Paulo. A Grande Ibéria pode ser um bloco económico e político, apesar de Portugal e Espanha na União Europeia e América Hispânica e Brasil estarem em outras associações, porque há ainda mais espaço para negociações e manobras conjuntas dentro e fora.

A língua espanhola castelhana é a língua estrangeira que mais se divulga nos Estados Unidos e Europa, a língua portuguesa pode acompanhá-la paralelamente pelo interesse mundial pela Península Ibérica e na Hispano-América pelo Brasil. A língua francesa está diminuindo de influência, o alemão e o italiano nunca a tiveram muito, apesar da sua importância cultural. Os idiomas russo e chinês enfrentam resistência por maior dificuldade ortográfica e gramatical, embora seja previsível sua expansão, o japonês e o árabe outro tanto. A memória histórica do Brasil tem recordações da União Ibérica aceitando os brasileiros irem além do meridiano de Tordesilhas, portanto estendendo o território do Brasil.

O espanhol castelhano tomou-se língua estrangeira obrigatória nos liceus brasileiros, ao lado do inglês. O Instituto Cervantes da Espanha tem hoje nove filiais no Brasil, só menos que nos Estados Unidos. Enquanto isso, o ensino do português pelo Brasil vai se estendendo pela América Hispânica.

A opinião pública brasileira tem a tradição de não querer áreas de influência do Brasil, prefere espaços económicos a políticos, com mais vantagens e menos desvantagens. A diplomacia, também económica, brasileira, precede a política. Os transbordamentos das energias brasileiras condicionam suas atitudes. O espaço imediato brasileiro, fortalecido por exportações e importações com o mundo inteiro, concentra-se na América do Sul, portanto abaixo do canal do Panamá. O México exporta e importa oitenta e cinco por cento do que produz e consome para os Estados Unidos, o Caribe é considerado por Washington no seu imediato e prioritário espaço até de segurança militar. O Brasil não quer e não pode competir ali, mas o Brasil tem a tradição de alinhar-se com o mais forte mundialmente: com o Reino Unido após Portugal, com os Estados Unidos após a Grã-Bretanha. Ora a China está a emergir num horizonte a confirmar-se no tempo, quando o Brasil mais uma vez mudará de parceria especial na etapa oportuna. É o que os brasileiros chamam de relações com geometria variável. A China já ultrapassou

os Estados Unidos no comércio com o Brasil, outro tanto a Alemanha ultrapassou a Argentina.

Estas têm sido as linhas fundamentais da política internacional brasileira e assim continuarão baseando do começo ao fim sua movimentação no seu perímetro Norte-Oeste-Sul do Caribe ao Atlântico; ao Pacífico em menores ou maiores proporções. Existe estrada com grande tráfego de cargas e passageiros do Norte do Brasil pela Venezuela ao Caribe; outra pelo Sul do Peru ao Pacífico, mais duas do Oeste brasileiro também ao Oceano Pacífico pelo Norte da Argentina e Chile, outras duas em construção, paralelas ao rio Amazonas do Atlântico ao Pacífico. As estradas Norte-Sul do próprio Brasil também percorrem distâncias imensas, como se fossem de Lisboa a Moscou ou da Suécia até à Sicília. Os povos em países de grandes dimensões percebem melhor estas importâncias e dificuldades.

O mesmo se diga dos mais de sete mil quilómetros do litoral brasileiro, outro tanto a fronteira dos dois imensos perímetros, fluvial e terrestre, ademais projectando sua força no Atlântico Sul.

Só entendendo tudo isso, como um ponto de partida, é que portugueses e brasileiros podem negociar realisticamente, com a lusofonia num dos centros das preocupações e o melhor instrumento para resolvê-las e projectar-se mundialmente. Quando os portugueses se concentram intensa e longamente numa missão, ainda hoje conseguem realizá-la; é uma das grandes lições da perseverança, habilidade e êxito de Portugal na recondução do Timor Leste à justa e merecida independência, quando de início só contava com o apoio da pequena e brava população timorense.

Se os portugueses quiserem, com vontade política e trabalho económico, conseguirão elevar de novo Portugal acima das suas fronteiras ao centro de toda Ibéria Ocidental, assim se fortalecendo europeicamente para de novo melhor se projectar pelos oceanos, onde contará com o Brasil, entre outras fundamentais colaborações escolhidas pelos brasileiros e portugueses. Capitais e tecnologia vêm, quando atraídos pela vontade e o trabalho.

Muito mais se pode fazer, além dos tratados e acordos convencionais.

Portugal, Brasil, a CPLP e a lusofonia

Lauro Moreira

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) cumpriu já seus 12 anos, coincidindo com a realização de sua VII Cimeira, reunida em Lisboa em Julho do ano passado, congregando as mais altas autoridades dos oito Países Membros: Angola, Cabo-Verde, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste. Esse encontro reafirmou, uma vez mais, a importância crescente do seu papel na consolidação do diálogo entre os países lusófonos, espalhados por quatro Continentes, mas unidos pelo forte vínculo de uma língua comum, falada por todos há mais de 500 anos. Note-se que não foram apenas razões de ordem estratégica, histórica, política ou económica que levaram à criação da CPLP, mas sobretudo um património cultural comum substanciado no uso desse idioma, falado hoje por mais de 240 milhões de pessoas em todo o mundo.

É certo que o Português não chega a ser o idioma majoritário em vários países da Comunidade, onde o bilinguismo e o multilinguismo estão presentes de maneira tão forte. Mas não restam dúvidas de que os falantes das 43 línguas nativas de Moçambique ou das 41 de Angola, por exemplo, dispõem do Português como seu grande instrumento de comunicação interna e externa. Logo, o que chamamos de lusofonia é algo que transcende à questão linguística. Podem não ser povos exclusivamente lusófonos, mas são também lusófonos, ainda que minoritariamente. Quer queira-se, quer não, há sem dúvida um espaço lusófono ocupado por esses países, e há sobretudo um espírito lusófono, gerado por uma convivência étnica, linguística, cultural e histórica de cinco séculos.

Esse diálogo intercultural e inter-étnico, que se desenvolveu entre um descobridor que mudou a geografia e a história do mundo, e descobertos, entre colonizador e colonizados – e sem entrar aqui em qualquer juízo de valor sobre as virtudes e/ou as deficiências dessa dominação – acabou também fazendo da Língua uma “construção conjunta”, na expressão de José Eduardo Agualusa, onde aspectos sintáticos, fonéticos e lexicais acusam uma rica variedade. Uma variedade que representa obviamente um enriquecimento do próprio idioma. Nesse

sentido, e parafraseando Pessoa, diz muito bem Mia Couto que “minha pátria é a minha língua portuguesa”.

Ainda a esse respeito, caberia lembrar uma pertinente definição de Daniel Lacerda, director da revista *Latitudes. Cahiers Lusophones*, quando diz: “Para nós, a lusofonia é um espaço de partilha e de reagrupamento de iniciativas em busca das nossas raízes, na expressão da nossa diferença e onde cada qual pode afirmar a sua personalidade e os seus valores. Manifesta-se na prática cultural, artística e literária, numa base de tolerância, de bom entendimento e sem preocupações de competição, em fraternidade livre e desinteressada à volta de valores artísticos e culturais. Será mais ou menos isto, tanto quanto entendemos”.

Ou seja, desse património imaterial, forjado a partir da experiência vivida no âmbito desse triângulo Portugal-Brasil-África ao longo do tempo, emerge aquilo que chamamos hoje de lusofonia. Trata-se de fato de uma construção que teve um dia para começar, mas que não tem uma data para acabar. É algo em permanente evolução, um fenómeno *in fieri*. Sobre esses alicerces construiu-se a CPLP.

Para o Embaixador brasileiro José Aparecido de Oliveira, o grande mentor da Instituição, “a idéia é tão velha quanto a nossa Língua”. É claro, porém, que antes da descolonização só se poderia pensar apenas em uma Comunidade Luso-Brasileira, da qual já se falava desde os primórdios do século vinte, tanto aquém quanto além-mar. Mais tarde, já nos anos 60, figuras como Darcy Ribeiro, Agostinho da Silva, e o próprio José Aparecido, contribuíram decisivamente para o aprofundamento do debate, através do Instituto de Estudos Brasileiros, no âmbito da recém-criada Universidade de Brasília e, posteriormente, do Instituto de Estudos Afro-Asiáticos, na Universidade da Bahia. Entretanto, circunstâncias históricas como a Revolução dos Cravos, em Portugal, seguida do penoso processo africano de descolonização e estruturação dos novos Estados independentes, bem como do início da etapa de redemocratização do Brasil, acabaram por retardar por duas décadas o grande projeto de criação de uma Comunidade, envolvendo – agora sim – os sete países soberanos que tinham o Português como língua oficial.

Em 1989, o Presidente José Sarney convida seus homólogos lusófonos para um encontro na cidade de São Luis do Maranhão, ou seja, para aquilo que viria a constituir a primeira Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo de Portugal, Brasil e Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), e cujo principal fruto foi a criação do chamado Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), embrião da futura CPLP. Após uma demorada fase de consultas, realizadas através de *Mesas Redondas* organizadas no Brasil, em Portugal e em Angola, que culminaram com a intervenção decisiva do Embaixador brasileiro em Lisboa – outra vez, José Aparecido de Oliveira – e a determinação política dos Presidentes Mário Soares e

Itamar Franco, foram finalmente assinados, em 17 de Julho de 1996, a Declaração Constitutiva e os Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

À época, o então (e atual) Chanceler brasileiro Celso Amorim asseverava que o que se fez foi "dar forma institucional a uma realidade que faz parte do nosso quotidiano, impulsionando-a com o nosso timbre oficial. Antes de nós, comprovando a interação natural entre nossos povos, diversos setores de nossas sociedades já haviam estabelecido canais próprios de cooperação." Ou seja, a institucionalização da CPLP revigorou o sentimento de que a Comunidade concreta pré-existia à sua formação institucional. E o novo Organismo multilateral se erigiu sobre três pilares principais: a concertação político-diplomática, a cooperação técnica e a promoção e difusão da Língua Portuguesa.

Ao longo dos seus quase treze anos, tempo reconhecidamente curto para o nascer e desabrochar de uma organização internacional, a CPLP tem demonstrado um grau crescente de maturidade política e institucional, aprofundando o entendimento entre os Estados Membros e ampliando o diálogo com terceiros países e outros organismos regionais e internacionais. Nesse sentido, tem desempenhado valioso papel de mediador em crises político-institucionais ocorridas no interior de alguns dos seus Estados Membros, ao mesmo tempo que colabora intensamente na preparação de estudos visando o fortalecimento daqueles afetados por crises económicas conjunturais. Em outras palavras, tem sido francamente positiva a atuação da CPLP nessa importante área político-diplomática.

Na área da *cooperação técnica*, por sua vez, tem sido inegável a boa qualidade do trabalho desenvolvido pela CPLP, a despeito das naturais dificuldades decorrentes das pronunciadas assimetrias entre seus membros. Projetos de grande interesse nas áreas de saúde pública, agricultura, capacitação profissional, educação, meio-ambiente, etc., estão se multiplicando, para benefício dos países de menor desenvolvimento relativo.

Finalmente, a terceira vertente da CPLP tem a ver com a questão da *língua e da cultura*. Embora a identidade linguística e o património cultural comum constituam, como já mencionado, o alicerce da Comunidade e o elo fundamental de ligação entre seus membros, é forçoso reconhecer que justamente neste campo residem até agora suas maiores deficiências. Não se encontrou ainda talvez uma estratégia comum que possa dissolver uma série de dúvidas e perplexidades, encaminhando a questão de maneira mais eficaz. Sabemos todos que a Língua Portuguesa é hoje a quinta mais falada no mundo, o terceiro idioma europeu (depois do inglês e do espanhol) usado fora do Velho Continente e, finalmente, a nona língua na Internet, sendo, portanto, identificada como um valioso património cultural, político e até económico. Nesse sentido, a última Cimeira de Lisboa, ao eleger a questão da Língua Portuguesa como seu tema prioritário, reconhecendo as

mencionadas deficiências e decidindo enfrentá-las com determinação, constituiu um alento para o futuro da própria Comunidade.

Apesar dos problemas relativos à ausência de mecanismos eficientes no processo de divulgação e consolidação do idioma no próprio espaço intra-comunitário, algumas medidas recentemente tomadas não deixam de representar um avanço importante nesse setor. O novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, por exemplo, não só simplificará a ortografia mas deverá constituir, sobretudo, um valioso instrumento de harmonização, restituindo à língua escrita a unidade que se havia perdido a partir de 1911, com a excelente reforma ortográfica então realizada unilateralmente por Portugal. O novo Acordo, já em vigor no Brasil, deverá ser aplicado proximamente nos países que o ratificaram (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Portugal), e nos demais que logo o ratificarão, tornando-se um inegável facilitador para o aprendizado do idioma, para a implementação de programas de intercâmbio e de treinamento de professores, a publicação de livros didáticos de interesse comum e para a promoção, cada vez mais ampla, do conhecimento compartilhado.

Além disso, redefiniram-se os objetivos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que deverá funcionar como um verdadeiro dinamizador da política de promoção linguística, ao mesmo tempo em que se planejaram iniciativas importantes, envolvendo a promoção do Português nos organismos internacionais, o treinamento sistemático de professores e projetos de divulgação do idioma através de redes eletrônicas e da media internacional.

É certo que as diferenças e assimetrias fazem parte do perfil e do cotidiano da CPLP, criando inúmeros desafios para a concretização das metas estabelecidas nas suas três mencionadas áreas de atuação. Entretanto, a Organização, embora congregando países com diferentes dimensões económicas, geográficas, sociais e populacionais, está convencida de que a concertação político-diplomática, entre Estados tão assimétricos, é factível, mutuamente vantajosa e complementar. Se por um lado as diferenças pressupõem ajustes e eventuais atrasos na execução de projetos, o lastro linguístico termina por aproximar os atores e colaborar para a identificação de um somatório natural de afinidades e consequentes formas inventivas de cooperação. José Aparecido de Oliveira, ciente dessas marcantes diferenças, mas também do potencial de seu sonho, afirmava que “a primeira de nossas preocupações na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi a de instituir uma sociedade rigorosamente entre iguais, de tal maneira que as dimensões físicas e políticas dos países participantes não influíssem na formação do grupo nem na sua orientação futura. Há, em nosso entendimento, um fator transcendental, que nos iguala e elimina preocupações de hegemonia: a alma comum fundada por nossa língua.”

Imbuído desse espírito de solidariedade e integração, o Brasil elevou sempre a CPLP como um dos marcos prioritários da sua política externa. Nesse sentido, o Presidente Lula, em demonstração inequívoca da relevância que atribui a essa Organização, decidiu criar em Janeiro de 2006 uma Missão Diplomática, com sede em Lisboa, para tratar com exclusividade dos assuntos afetos à Lusofonia.

Caberia mencionar, também, como elemento adicional de apoio do Brasil à promoção da cultura no espaço lusófono, a comunicação feita pelo próprio Presidente brasileiro, por ocasião da última Cimeira, de sua decisão de criar, ainda no corrente ano, a Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB), situada em Redenção, município próximo de Fortaleza, no Ceará, simbolicamente homenageando a primeira cidade do Brasil a abolir a escravidão. A UNILAB, pedagogicamente voltada para as necessidades da África, destinará metade de suas vagas a estudantes oriundos dos países da CPLP.

Finalmente, com a ampliação do quadro de *Observadores Associados* (já o integram países como a Guiné Equatorial, o Senegal e Ilhas Maurício) e de *Observadores Consultivos* (mais de duas dezenas de importantes instituições científicas e culturais dos países membros) a CPLP ingressa doravante numa fase mais rica e promissora, na qual se deverá ampliar seu prestígio entre as nações e se verão multiplicados os incentivos a uma *real actuação da sociedade civil organizada e dos cidadãos em particular*, a fim de que se sintam de fato participantes de um universo por eles, e para eles, imaginado.

As relações luso-brasileiras e a CPLP. Algumas reflexões em torno da idéia da lusofonia¹

Adriano de Freixo

Introdução

A idéia da “fraternidade luso-brasileira” e da existência de “laços históricos e culturais profundos” que unem os dois países tem estado presente de forma recorrente nos discursos de autoridades governamentais e de setores das elites brasileiras e portuguesas há mais de cem anos. Mas é em momentos de comemorações como as do quinto centenário da chegada dos portugueses ao Brasil, ocorridas no ano 2000 e, mais recentemente, as dos duzentos anos do estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, que tal idéia extrapola os limites desses pequenos círculos e acaba por atingir o grande público, devido ao destaque que tais efemérides obtêm nos principais meios de comunicação de massa.

No entanto, apesar disto tudo, um certo desconhecimento mútuo entre os dois países ainda persiste e mesmo segmentos mais esclarecidos das sociedades brasileira e portuguesa dificilmente conseguem ver além de estereótipos construídos e consolidados ao longo de dezenas de anos. Podemos exemplificar bem esta situação com o fato da História de Portugal, após 1822, praticamente não aparecer nos livros didáticos brasileiros de Educação Básica. Alguns poucos dentre estes, ainda fazem breves menções à ditadura salazarista ou à Revolução dos Cravos, mas, no geral, é como se Portugal tivesse deixado de ter importância para o Brasil após o rompimento dos vínculos políticos entre a ex-colônia e a sua antiga metrópole.

Nos últimos anos, apesar das relações bilaterais terem se intensificado, do Brasil ter se tornado o principal destino dos investimentos portugueses no exterior, do

¹ Este artigo constitui uma versão resumida e modificada do capítulo final da minha tese de doutoramento em História Social intitulada *Minha Pátria é a Língua Portuguesa: A Construção da Idéia da Lusofonia em Portugal*, defendida em 2007, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

fluxo de turistas entre os dois países ter aumentado consideravelmente e da grande receptividade obtida pelas telenovelas e pela música brasileira em Portugal, esta situação não sofreu grandes alterações. Assim, a idéia de Eduardo Lourenço de que as relações luso-brasileiras constituem na verdade uma “não-relação” – já que segundo este autor, existe uma espécie de recalque de origem no discurso cultural brasileiro ao negar simbolicamente, de forma constante, a raiz cultural portuguesa – parece adquirir um sentido bastante efetivo (2001).

É a partir destas questões que procuraremos refletir, ao longo deste artigo, sobre como a idéia da lusofonia ou a construção da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP são percebidas de maneiras bastante distintas nos dois países. Assim, se em Portugal, elas desempenham um papel relevante, empolgam setores significativos da opinião pública e são levadas em conta na formulação de políticas de Estado, no Brasil tais questões passam despercebidas pela grande maioria da sociedade.

Para além das questões econômicas e políticas – que, sem sombra de dúvidas, têm um peso muito grande –, um dos fatores fundamentais para a compreensão dessas percepções tão díspares sobre a lusofonia e a CPLP é aquele levantado por Eduardo Lourenço quando afirma que não é possível a existência de uma Comunidade Lusófona sem uma “mitologia cultural compartilhada” e um “imaginário comum”. Em diversos dos artigos presentes em seu livro “A Nau de Ícaro” (2001), Lourenço reitera seguidamente que, até agora, o sonho comunitário tem sido um sonho essencialmente português e que a “mitologia lusófona” – e a própria *lusofonia* – sobre a qual se alicerçou a CPLP também é uma mitologia, acima de tudo, lusitana.

Isto ocorre porque, sob a ótica portuguesa, a idéia de lusofonia estaria intimamente ligada ao processo das grandes navegações, em que Portugal “abre as portas do mundo” para a Europa, ao mesmo tempo em que espalha sua língua e sua cultura pelas terras onde aporta. Nesta perspectiva, a construção de um “imaginário lusófono” passa necessariamente pela ênfase na identidade existente entre Portugal e as suas ex-colônias; identidade esta que “dar-se-ia num plano quase que ‘inatingível’ para aqueles que dela não participassem: aquele do ‘espírito’ e das experiências subjetivas” (Thomaz, 2002: 41).

Portanto, a grande questão é que os elementos que formam esse imaginário são essencialmente portugueses, vinculando-se a uma realidade histórico-social específica de Portugal, e necessariamente não têm a mesma importância para os demais países de língua portuguesa, carecendo daquilo que Bronislaw Baczko, em seus estudos sobre a “Imaginação Social” (1984), chama de “Comunidade de Imaginação” ou “Comunidade de Sentido”. Assim, nesta perspectiva, o discurso da lusofonia acaba caindo no vazio para os não-portugueses, já que não parte de

aspirações coletivas ou de um imaginário preexistente entre brasileiros, moçambicanos, angolanos e demais povos que adotam o português como idioma oficial.

1. A mitologia cultural portuguesa e a idéia da lusofonia

Em um de seus mais famosos estudos, o historiador das religiões e filósofo romeno Mircea Eliade apresenta uma definição de mito que se tornou bastante conhecida e citada: “O mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do “princípio”. (...) O mito narra como, graças às façanhas dos entes sobrenaturais, uma realidade passou a existir (...) É sempre, portanto, a narrativa de uma “criação”: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. O mito fala apenas do que realmente ocorreu, do que se manifestou plenamente” (1972:11).

Nesta perspectiva, o mito deve ser entendido como uma narrativa explicativa – que é parte integrante da cultura de um povo e que utiliza elementos simbólicos para explicar o mundo e dar sentido à vida humana – sobre a origem de algo, incluindo-se aí os costumes e as instituições sociais. No entanto mais adiante, na mesma obra, Eliade afirma que “a partir de um certo momento, a origem não se encontra mais apenas num passado mítico, mas também num futuro fabuloso” (*idem*: 52). Isto é o que ele chama de “mobilidade da origem”, fonte de todas as crenças que proclamam uma nova “Idade do Ouro” projetada no futuro, sejam escatologias medievais como a de Joaquim de Fiore, sejam concepções políticas contemporâneas como o *Reich* de mil anos do Nazismo ou a utopia comunista de Karl Marx.²

Ora, essa projeção do passado no futuro é algo recorrente no imaginário político português, o que se reflete na resignificação constante desses mitos fundadores em diferentes conjunturas, como, por exemplo, toda a mitologia em torno do “Quinto Império” e do “Desejado” ou a crença no “destino imperial” português, que teria começado a se manifestar nas Grandes Navegações quando Portugal descobriu “novos mundos” para a velha Europa. Estas crenças se inserem dentro de uma questão mais ampla que é a visão que os portugueses têm de si mesmos como o novo “povo eleito”, presente desde o milagre de Ourique, o grande mito fundador da nação portuguesa, fazendo com que “o singular no povo

² Sobre esta temática, ver a quinta parte do excelente livro de Jean Delumeau. 1997. *Mil Anos de Felicidade: Uma História do Paraíso*, que traça uma história das crenças milenaristas no mundo ocidental, do final da antiguidade aos dias atuais.

português” seja “viver-se enquanto povo como existência miraculosa, objeto de uma particular predileção divina” (Lourenço, 1999: 92). A sacralização das origens ou a crença em um futuro brilhante traçado pela divina providência não são absolutamente raros na mitologia política de diversas nações, e mesmo um mito essencialmente português como o Sebastianismo, se insere dentro da lógica um mito político bastante recorrente em diversas culturas que é do *Salvador*, “alguém capaz de reverter a situação vigente, tida como má, e instaurar uma nova era de paz e prosperidade. Ou melhor: não instaurar, mas conduzir o grupo – via de regra, a nação – ao futuro glorioso que de antemão lhe estava reservado” (Miguel, 1998). No entanto, como afirma Eduardo Lourenço, “deve ser raro que algum povo tenha tomado tão à letra como Portugal essa inscrição, não apenas mítica, mas filial e já messiânica do seu destino (...)” (1999: 91-92).

Todo esse universo simbólico estava presente e foi hierarquizado pela ideologia nacionalista portuguesa que se reinventou no século XIX, após a Independência do Brasil (1822), com os esforços para a estruturação do Terceiro Império que só se consolidaria de fato, após diversos revezes, durante os anos da ditadura salazarista. Como assinala Valentim Alexandre, neste projeto colonial apareciam, desde o século XIX, dois mitos fundamentais que povoaram o imaginário político português sobre a África e deram sustentação a esse projeto: o Mito do Eldorado, ou seja, a crença inabalável na existência de imensas riquezas nos territórios africanos que deveriam ser exploradas pelo povo português, e o Mito da Herança Sagrada, que trabalhava com a idéia de que a manutenção dos territórios ultramarinos era um imperativo histórico, já que os mesmos eram o testemunho da grandeza da nação e a sua perda significaria a perda da própria essência da nacionalidade (Alexandre, 2000: 220). Este conjunto de mitos é retomado pelo Estado Novo que, sob a liderança de António de Oliveira Salazar, utilizou-se da idéia do destino imperial português para legitimar-se e para explorar as suas colônias ultramarinas, construindo assim o discurso da nação plurirracial e pluricontinental articulada em torno da crença em um Portugal uno e indivisível do Minho ao Timor.

No entanto, a distância entre intenção e gesto era enorme e as pretensões imperiais do regime salazarista esbarravam nas próprias limitações do Estado português. Desta forma, ao mesmo tempo em que se fortalecia dentro da sociedade portuguesa todo um discurso em torno da defesa do Império, houve a necessidade de se abrir a exploração das riquezas econômicas das colônias às grandes potências do mundo capitalista, fazendo com que Portugal assumisse um papel subalterno dentro de seus próprios domínios. Portugal, sob qualquer perspectiva de análise, continuava a ocupar um papel secundário no Sistema Internacional e na Economia-Mundo, exercendo assim a função de “correia de

transmissão” entre os países centrais e as suas colônias africanas, papel cabível a um “país semiperiférico”, conforme a definição de Boaventura de Souza Santos (1998).

Nesse período, a inserção internacional de Portugal foi caracterizada, por um lado, por uma postura de isolacionismo – a perspectiva do “orgulhosamente sós”, preconizada por Salazar –, principalmente, a partir da década de 1950, quando a comunidade internacional começou a pressionar fortemente Portugal pela descolonização de seu Império Ultramarino; porém, por outro lado, a posição radicalmente anticomunista do regime português e o papel geo-estratégico dos Açores e do próprio território continental de Portugal, garantiram a ele o pertencimento a OTAN e ao “bloco ocidental” liderado pelos EUA. O discurso nacionalista de Salazar não foi empecilho para a continuidade da política de abertura das colônias ao capital estrangeiro, o que, somado às questões políticas e estratégicas citadas anteriormente, garantiu a Portugal a “proteção” das grandes potências à política colonial portuguesa e ao próprio regime salazarista.

Porém, as guerras coloniais iniciadas na década de 1960, bem como os desgastes por elas provocados ao regime acabaram contribuindo decisivamente para a derrocada do Estado Novo, levada a cabo pelo processo revolucionário deflagrado em abril de 1974. A Revolução dos Cravos e a subsequente redemocratização de Portugal deram início a um processo de reorganização das estruturas internas da sociedade portuguesa, de renegociação do papel de Portugal no Sistema Internacional e, até mesmo, de redefinição da própria imagem que os portugueses tinham de si mesmos e, conseqüentemente, da sua identidade nacional. Os processos de integração à Europa, de abandono da “Política Atlântica” iniciada na época dos grandes descobrimentos e de retorno a esta política sob novos parâmetros, nortearam toda estas redefinições pelas quais passaram o Estado e a Sociedade, em Portugal.

Assim, a maioria da sociedade portuguesa, bem como a sua elite política, parecia ter claro que, nesse momento, o caminho a ser seguido era o da integração à União Européia e o de relegar ao segundo plano a tão decantada secular vocação atlântica de Portugal. No entanto, com a opção européia já consolidada na segunda metade da década de 1980, Portugal procurou retomar a sua dimensão atlântica a partir de novos parâmetros. Como membro efetivo da OTAN, este aspecto de sua política externa passou a desempenhar um papel estratégico de grande importância e com a integração à União Européia, o “retorno à África” e a promoção internacional da língua portuguesa tornaram-se peças importantes, em uma perspectiva de fortalecimento da posição portuguesa dentro do bloco.

Porém, para além das questões políticas e econômicas concretas, esse momento foi marcado por um intenso debate intelectual em torno da questão da

identidade portuguesa e dos impactos da integração à Europa sobre ela. Com isto, velhas discussões como a possibilidade de absorção de Portugal pela Espanha, desta vez dentro uma Europa unificada, voltassem a aparecer, além é claro, da secular polêmica em torno do verdadeiro *ethos* português, se europeu ou atlântico.

Naquele momento de redefinições identitárias em escala global, esse discurso ganhou corações e mentes em Portugal, pois se sustentava em uma mitologia cultural de forte presença na sociedade portuguesa. Ao resgatar as glórias passadas da nação e projetá-las em um futuro aparentemente realizável, construiu-se um consenso nacional que incluía as elites políticas – contemplando a totalidade do espectro político –, a maior parte da intelectualidade e o conjunto dos cidadãos comuns. Portanto, se por um lado a constituição de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa – desdobramento natural do discurso lusófono – atendia aos ditames de uma *realpolitik*, por outro ela desempenha um papel fundamental nesse processo de (re)construção da identidade nacional portuguesa.

Neste sentido, o resgate das obras de alguns intelectuais brasileiros e portugueses considerados “pais-fundadores” da Comunidade Lusófona (como Agostinho da Silva e Gilberto Freyre) inseriu-se dentro de uma determinada lógica. A redescoberta das idéias de Gilberto Freyre por setores da esquerda portuguesa³ e a retirada da carga negativa que o uso do luso-tropicalismo pelo salazarismo deu à sua obra, bem como a valorização da utopia quinto-imperiana de Agostinho da Silva representaram a retomada de velhos mitos presentes no imaginário político português, atribuindo-lhe novos sentidos. Ao exaltarem as especificidades do povo português, bem como a originalidade de sua cultura e de seu modo de estar no mundo, os dois autores atendem as aspirações do nacionalismo português, ao mesmo tempo em que lhe dão um caráter cosmopolita, transcendendo-o para além dos limites de Portugal-Território.

No entanto, se a *lusofonia* e a possibilidade de articulação do mundo de língua portuguesa ganharam força em Portugal nas últimas décadas, não se pode dizer que o mesmo tenha ocorrido no Brasil, embora tais idéias tenham chegado

³ Em um livro publicado em Portugal, o pensador brasileiro Vamireh Chacon afirma que Gilberto Freyre é “muito mais que ideólogo do colonialismo salazarista, como se tornou moda os politicamente corretos acusarem-no após o 25 de abril” e a seguir faz o seguinte comentário “Mas o próprio Mário Soares, em entrevista ao *Jornal de Brasília*, de 30 de janeiro de 2000, durante uma visita ao Brasil, declarou, com palavras merecedoras de transcrição na íntegra, ter encontrado casualmente Gilberto Freyre em Lisboa e haver-lhe pessoalmente declarado: “Li seus livros. Agora, não lhe perdôo. Desculpe que lhe diga, o senhor ter apoiado Salazar. Um homem da sua categoria!” Em seguida Mário Soares reconhece: “Agora, passados os anos e lendo novamente Gilberto Freyre, abstraindo Salazar e as guerras coloniais, aquilo que ele disse é verdadeiro. Aquilo que ele disse sobre luso-tropicalismo é verdadeiro, é uma cultura própria e temos que desenvolvê-la no futuro” (2002: 49).

a angariar simpatias entre setores nacionalistas brasileiros. Para estes setores, inclusive, Gilberto Freyre – com sua visão essencialista e a sua idéia da existência de uma espécie de *anima brasiliis* – também é uma referência teórica importante. No entanto, quando se leva em consideração o conjunto da sociedade ou mesmo somente os formuladores da política externa brasileira, tal visão está longe de ser majoritária ou de ter grandes repercussões, como procuraremos discutir a seguir.

2. Outros mitos, outras perspectivas: o Brasil e a lusofonia

No início da década de 1990, o governo brasileiro adotou uma linha de política externa que priorizava as relações com o chamado “Primeiro Mundo”, por um lado, e os esforços de integração latino-americana através da criação do MERCOSUL, por outro, dentro de uma estratégia de inserção do país na economia globalizada, sob a égide do neoliberalismo. Com isto, na opção feita pela “modernidade neoliberal” e pela abertura indiscriminada ao capital internacional, a partir do governo Collor (1990-1992), a idéia de articulação do mundo lusófono estava bem longe de ser considerada uma questão de alguma importância, visto que o fundamental, naquele momento, era a busca de um relacionamento preferencial com as economias ocidentais avançadas. Nesta perspectiva, as relações com a África – incluindo-se aí aquelas com os PALOP – foram consideravelmente relegadas a um segundo plano, com algumas exceções pontuais, como no caso de Angola ou da Nigéria, onde os interesses econômicos brasileiros levaram ao estabelecimento de relações bilaterais relativamente fortes.

Esta situação não sofreu grandes alterações no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), já que tal questão continuou a ser absolutamente secundária, mesmo com a participação brasileira no processo que culminou com a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em julho de 1996. Apesar da existência de diversos interesses econômicos comuns entre o Brasil e outros países da CPLP – principalmente Portugal e Angola –, o governo brasileiro de então optou pelo estabelecimento de relações bilaterais com estes Estados lusófonos, ao invés de priorizar o espaço comunitário. Desta forma, a “dimensão atlântica” da política externa brasileira foi tendo o seu papel cada vez mais diminuído, ao contrário das décadas de 1960 e 1970, em que a África desempenhava um papel central na política desenvolvida pelo Itamaraty, seja durante os anos da Política Externa Independente, dos governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart

(1961-1964), seja durante as gestões dos Ministros Gibson Barbosa e Azeredo da Silveira, nos governos Médici (1969-1974) e Geisel (1974-1979).

Assim, do começo da década de 1990 até 2003 – ano de início do atual governo –, a política africana no Brasil foi perdendo importância, tendo sido adotada uma prática de opções seletivas de parceiros naquele continente em que se destacam a Nigéria, a África do Sul e, secundariamente, Angola.⁴ Com isto, países como Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde, não representavam áreas de interesse para o Brasil na África, o que esvaziava o papel que a CPLP poderia representar no âmbito da política externa brasileira.

Portanto, se nos governos José Sarney (1985-1990) e Itamar Franco (1992-1994), o governo brasileiro ainda demonstrou algum empenho – muito mais devido à iniciativas individuais como as do Embaixador José Aparecido de Oliveira – na construção da CPLP, durante os oito anos da presidência de Fernando Henrique Cardoso este empenho esteve muito mais nos discursos oficiais do que em ações concretas. Tal desinteresse apareceu, pelo menos aos olhos de diversos observadores, com a indicação de Dulce Maria Pereira para ocupar a Secretaria-Executiva da organização entre os anos de 2000 e 2002, indicação esta que não foi muito bem recebida em Portugal e em outros Estados-membros da Comunidade.

Nos seis últimos anos com a chegada do Partido dos Trabalhadores e de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República, a África e o mundo não-desenvolvido voltaram a ser áreas de grande interesse para os formuladores da política externa brasileira. Elegendo a luta pela reestruturação da ONU (Organização das Nações Unidas) e a conseqüente obtenção pelo Brasil de um assento permanente no Conselho de Segurança como uma de suas prioridades, o governo brasileiro tem procurado obter apoio internacional para esta reivindicação, principalmente junto aos chamados países pobres da África, Ásia e América Latina. Além disto, o Brasil tem procurado assumir a liderança desses países na luta por melhores condições no comércio – como se pode ver em iniciativas como a criação do G-20 – e por uma ordem internacional mais igualitária. No entanto, mais uma vez, dentro destes projetos o espaço comunitário da CPLP não parece ser prioritário, com o Itamaraty optando por dar continuidade à política de relações bilaterais ou de alianças conjunturais em fóruns internacionais.

Por tudo isto, nota-se que a idéia da lusofonia e o investimento na construção de um espaço comunitário articulado em torno de uma identidade lingüística e cultural não conseguem empolgar a sociedade brasileira que, majoritariamente, mantém-se alheia a esta discussão e nem mesmo entre as elites culturais e políticas tais questões têm encontrado muito eco. Isto possui uma estreita relação com

⁴ Sobre esta questão, ver a excelente análise de José Sombra Saraiva (1996: 217-239).

aquilo que já assinalamos anteriormente: o fato da mitologia cultural lusitana, que serviu de base para a construção e a consolidação da idéia da lusofonia em Portugal, não ter tanto sentido no Brasil, visto que este, ao longo de sua história, construiu os seus próprios mitos culturais. Estes mitos tornaram-se bastante distintos dos da antiga metrópole e, dentre eles, destacamos aquele que podemos chamar de mito edênico.

Tal mito teve como documento-fundador a carta de Pero Vaz de Caminha – alçada pela historiografia do oitocentos e do início do novecentos à condição de “certidão de nascimento” do Brasil – que, mesmo tendo sido publicada somente em 1817, teve um forte impacto na construção do imaginário social brasileiro. A partir dela, começou a ser estruturada a visão – que se consolidaria nos séculos seguintes através de outras narrativas de diversos estrangeiros que chegavam ao Brasil – da nova terra como o local dos Jardins do Éden como, por exemplo, na afirmativa de Américo Vespúcio, em uma carta endereçada a Lorenzo de Médici, em 1503: “eu acredito que se um paraíso terrestre existisse em algum lugar, este certamente não existiria longe dessas terras” (*apud* Carvalho, 2003: 402). Esta visão edênica aparece inclusive na imagem idílica que se construiu, no Brasil, do encontro entre portugueses e índios, a partir do relato de Caminha (“a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior, quanto à vergonha”), que serviu para “apagar” da memória nacional, o imenso genocídio perpetrado contra as populações nativas.

Esta imagem que os brasileiros construíram de seu país tornou-se tão arraigada que, como assinala Eduardo Lourenço, mesmo que a história insista em desmenti-la, nada consegue anular esta primeira visão do paraíso construída pelos que aqui chegaram e, por isto, o “discurso cultural brasileiro não pode abandonar as margens da hagiografia e do mito” (2001: 57). Uma das nuances desta visão relaciona-se à imensidão territorial do Brasil e às suas enormes riquezas, que fazem com que os brasileiros sofram uma espécie de “complexo de grandeza”, de onde advém a crença – reinterpretada politicamente em momentos diversos – de que o Brasil está destinado a tornar-se um poderoso império e de que é o *país do futuro* (Carvalho, 2003: 406-408).

Embora esses mitos nacionais brasileiros tenham, indubitavelmente, raízes portuguesas – do Milagre de Ourique ao Quinto Império –, eles contribuíram, paradoxalmente, para um parricídio permanente do Brasil em relação a Portugal, com a invenção de uma origem irreal e ahistórica, onde o tempo colonial é esquecido, e que faz com que os brasileiros vivam e comportem-se como filhos de si mesmos (Lourenço, 2001, 135-145), transformando a matriz cultural lusa em uma memória esmaecida e diluída. Neste sentido, a mitologia cultural brasileira acaba adquirindo profundas distinções em relação à portuguesa da qual ela é

caudatária e tais distinções acabam fazendo com que a idéia da lusofonia soe como algo absolutamente irrelevante ou mesmo exótico aos ouvidos dos habitantes do lado de cá do Atlântico.

Considerações finais

Portanto, levando em conta todos os questionamentos apresentados ao longo deste trabalho, a percepção que temos é a de que o discurso da *lusofonia* é essencialmente uma construção portuguesa e que por isto só obteve uma efetiva ressonância dentro da sociedade lusa, não tendo encontrado eco ou o encontrando somente de maneira parcial no Brasil e nos demais países de língua portuguesa. Isto aconteceu porque a mitologia política sobre a qual ela foi construída é essencialmente lusitana, não tendo tanto significado para os demais. E esta questão acabou tendo um grande peso, tanto quanto os aspectos políticos e econômicos, para que a CPLP ainda não tenha se consolidado quase doze anos após a sua criação oficial e quase duas décadas depois dos primeiros movimentos que levaram à ela.

Traçando um paralelo com o que Benedict Anderson escreveu sobre a comunidade nacional que ele define como uma “comunidade política imaginada”, visto que nunca os seus membros conhecerão ou ouvirão falar de todos os seus compatriotas, “embora na mente de cada um está viva a imagem de sua comunhão” (1989:14), dentro da CPLP – o espaço concreto da lusofonia – não se pode falar em uma identidade lusófona efetivamente existente entre os povos que adotam a língua portuguesa como o seu idioma oficial (ou como um dos seus idiomas oficiais). Na prática, o discurso lusófono nada mais tem sido do que uma projeção do “modo português de estar no mundo”, que se, por um lado, satisfaz o nacionalismo luso, por outro, quase não ressoa em sociedades como a brasileira e as africanas, essencialmente multiculturais, onde a contribuição portuguesa é mais uma – e em alguns casos, nem é a mais importante – entre as várias presentes na formação das identidades culturais locais.

Assim, a idéia de uma identidade lusófona baseada na projeção de uma matriz cultural, a lusa, ou – como mais comumente aparece no discurso – na língua portuguesa e que serviria de alicerce para uma organização internacional como a CPLP, tende a ser uma construção extremamente frágil. Neste momento de transformações globais, um espaço político baseado somente em uma (não

muito sólida) identidade linguística não parece ter condições de se sustentar⁵, pois como escreveu Hobsbawm, comentando as transformações das “nações”, dos “Estados-nações” e dos “nacionalismos” no final do século XX e no início do XXI, a história desse período verá “(...) grupos primariamente étnico-linguísticos, antes retrocedendo, resistindo a, se adaptando a, sendo absorvidos ou deslocados pela nova reestruturação supranacional do planeta” (1998:214). Por outro lado, a forte marca do nacionalismo lusitano presente no discurso lusófono acaba sendo mais um empecilho para a consolidação desse espaço comunitário, que pressupõe, por sua própria natureza, a existência da igualdade plena entre seus membros ou que, como na visão de Agostinho da Silva, deveria ser “um quinto império sem imperador”. A grande questão é que os nacionalistas portugueses tendem a considerar um direito natural a ocupação da liderança da Comunidade por Portugal, alegando justamente ser ele a matriz cultural de todos os demais países lusófonos, além de ser o mais empenhado na difusão da língua portuguesa pelo mundo, adotando isto, inclusive, como política de Estado. Desta forma, apesar da rotatividade existente na secretaria-executiva da organização entre os Estados-membros, as pretensões hegemônicas não-assumidas de Portugal estão sempre a pairar sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Portanto, entendemos que o discurso lusófono tem sido, até agora, um discurso essencialmente português, pois foi construído fundamentalmente a partir de elementos presentes no imaginário político da nação lusitana e não, necessariamente, no dos demais povos de língua portuguesa. Neste sentido, percebemos a *lusofonia* e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa como sendo projetos políticos, acima de tudo, portugueses, tanto sob o ponto de vista dos ditames político-estratégicos ou econômicos, quanto em seus aspectos simbólicos. Por trabalhar com questões que marcam profundamente a consciência e a imagem que a nação portuguesa tem de si mesma, como o mito da vocação ecumênica dos portugueses e o da existência de uma relação especial com os povos do ultramar (Alexandre, 2000: 219-229) é que se conseguiu construir um consenso nacional em torno do projeto lusófono. Neste sentido é que, de certa forma, o discurso da lusofonia acabou sendo, no plano simbólico, uma reinvenção do velho sonho imperial, em que numa espécie de evocação camoniana, o Atlântico das conquistas

⁵ É importante ressaltar que não estamos negando o importante papel desempenhado pela língua portuguesa nos países lusófonos, lembrando inclusive que, em muitos deles, como no Timor, a língua serviu em determinados momentos como símbolo de resistência, deixando de ser assim somente a “língua do colonizador”. Além disto, para essas sociedades pós-coloniais, a língua portuguesa tende a servir, também, como um importante fator de unidade nacional. Portanto, o que estamos procurando questionar sim é a supervalorização do elemento linguístico dentro do discurso da lusofonia.

portuguesas aparece como imagem recorrente. O mesmo Atlântico que povoa o imaginário político nacional, junto com as Índias, os Brasis e as Áfricas; o Atlântico por onde a língua portuguesa se espalhou; o Atlântico em que o sonho português tornou-se universal; o Atlântico que se transforma no espaço de circulação por onde se constrói a idéia de uma comunidade de povos de língua portuguesa que ultrapassaria o espaço local e ganharia força planetária à medida que diversos países fora da língua oficial portuguesa – mas que, mesmo de forma fragmentada, receberam influências da cultura lusitana –, a ela se integrem, constituindo-se assim no advento daquele “Quinto Império” sonhado por Vieira, Pessoa e Agostinho e que está tão profundamente arraigado na mitologia cultural lusitana.

Referências bibliográficas

- ALEXANDRE, Valentim. 2000. *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento.
- ANDERSON, Benedict. 1989. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática.
- BACZKO, Bronislaw. 1984. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi, Volume 5, Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa de Moeda.
- CARVALHO, José Murilo de. 2003. Nação Imaginária: Memória, Mitos e Heróis. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A Crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CHACON, Vamireh. 2002. *O Futuro Político da Lusofonia*. Lisboa: Verbo.
- DELUMEAU, Jean. 1997. *Mil Anos de Felicidade: Uma História do Paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ELLADE, Mircea. 1972. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva.
- HOBBSAWM, Eric J. 1998. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LOURENÇO, Eduardo. 1999. *Mitologia da Saudade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 2001. *A Nau de Ícaro*. São Paulo: Companhia Das Letras.

MIGUEL, Luis Felipe. 1998. Em Torno do Conceito de Mito Político. In: *Dados*. Rio de Janeiro, v. 41, n.º 3, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 28 de abril de 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. 1998. *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. 3.ª ed. Porto: Edições Afrontamento.

SARAIVA, José Flávio Sombra. 1996. *O Lugar da África – A Dimensão Africana da Política Externa Brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília, Ed. da UnB.

THOMAZ, Omar Ribeiro. 2002. Tigres de Papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. In: ALMEIDA, Miguel Vale de, BASTOS, Cristiana e FELDMAN-BIANCO, Bela (Coord.). *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*. Lisboa: ICS.

Estratégia nacional e imigração

Darc Costa

Introdução

Para a elaboração deste artigo consideramos, preliminarmente, a existência de um pressuposto central: o fato de o Brasil ser a América Portuguesa, em decorrência das sucessivas ondas dominantes de imigrações portuguesas que ele recebeu desde o período colonial.

No primeiro século, após o descobrimento, aqui aportaram entre 15 a 20 mil portugueses; no segundo, algo em torno de 150 a 200 mil; e no século XVIII, entre 600 a 800 mil. Enquanto, nos dois primeiros séculos, esta imigração estava voltada, oficialmente, para a conquista e catequese; a onda do século XVIII foi uma imensa corrida do povo pobre de Portugal em busca da loteria do Eldorado. Após a independência brasileira, e até 1960, foi o Brasil o principal pólo da emigração portuguesa. Para aqui vieram, neste período, mais de dois milhões de lusos, em busca de colocação no mercado de trabalho, principalmente em atividades urbanas.

Este processo multissecular precisa ser entendido a partir dos sucessivos momentos de evolução da matriz portuguesa. O ideal seria se pudéssemos reconstituir o perfil, ou os diferentes perfis, dos migrantes portugueses ao longo desses séculos, o que não é o objetivo deste trabalho¹.

Em decorrência, consideramos a existência de uma única estratégia nacional, e que ela inicia sua formulação no século XI em Portugal e depois se transfere para a América Portuguesa – uma estratégia nacional que busca um destino: o da construção da mundialização. Neste aspecto, o Brasil não se libertou de Portugal, este é que não aceitou a perda do centro de formulação da estratégia nacional para sua antiga colônia. A partir desta idéia é que se organiza este

¹. Sobre o assunto ver OLIVEIRA, Lucia Lippi. 2002. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora e RIBEIRO, Gladys Sabina. 1990. *Mata Galegos, os Portugueses e os Conflitos de Trabalho da República Velha*. São Paulo: Brasiliense.

artigo, abordando, a estratégia nacional do nascente Portugal e seu traslado para o Brasil no século XIX.

1. A estratégia nacional de Portugal

Em decorrência de sua formação geográfica, Portugal se apresenta como um país sem fronteiras naturais. Os rios que cortam seu território correm do interior para a costa em vales pouco férteis, quase que paralelos e separados por serras quase estéreis, e na posição mais ocidental da Europa².

O Portugal medieval tem praticamente a mesma configuração do Portugal atual e como vimos, abrangendo, já no medievo, regiões possuidoras de grande diversidade. No norte, a velha aristocracia descendente do Reino de Leão, que possuía grandes territórios, trabalhados, principalmente, por servos. No sul, nos territórios que haviam sido conquistados aos muçulmanos, existiam algumas cidades, muitas vezes separadas por distritos quase desertos e despovoados.

A questão alimentar é a primeira demanda com que se defronta o homem, e em Portugal não foi diferente. No século XIII, Lisboa, com 40 mil habitantes, o Porto, com 8 mil, e o Algarve, tinham que ser alimentadas basicamente com mercadorias de fora, necessitando do trigo que vinha pelo mar.

As terras de além mar situadas no norte da África, sempre foram, no imaginário português, as a serem conquistadas a partir do controle do Mediterrâneo, e a conquista de Ceuta materializaria este sonho português. Secundariamente, deveria abrir acesso ao comércio com o norte da África, e pelo deserto com as terras além do Saara. O trigo do além-mar estaria inserido no movimento inicial do povo português para a conquista das terras férteis do Islã, do outro lado do Mediterrâneo³. Além disso, são antigas as evidências da presença lusitana no comércio europeu decorrentes, em muito, de sua não suficiência alimentar. O vinho, o azeite, o sal, couros, cortiça e frutas secas eram exportados em troca de cereais, madeiras para construção naval, peixe seco, cordoalha, metais etc. No século XII, havia uma feitoria lusa em Bruges, localizada na atual Bélgica, e era

². Com uma posição geográfica deslocada do ecúmeno europeu, o país tem 848 km de litoral voltados para o Atlântico e o mar Mediterrâneo.

³. De meados do século XIV até o final do século XV, Portugal atravessou 21 crises de carência alimentar e fome devastadora. Para abastecer-se, recebia trigo da França, da Inglaterra, de Castela e até mesmo do norte da Alemanha.

freqüente a presença portuguesa no porto de Marselha. No século XIII já estavam os portugueses em todos os portos franceses e ingleses do Canal da Mancha.

Portugal ocupa uma situação geopolítica natural de entreposto entre o norte da Europa e o Mediterrâneo. Esta rota, devido à presença de corsários, era precária. Em Dieppe, Bayonne e Rouen, corsários franceses ameaçavam a ligação de Portugal com Flandres, Inglaterra e portos alemães. A rota pelo Mediterrâneo era sistematicamente ameaçada pelos mouros e turcos. Assim sendo, a orientação mercantil marítima tende a desenvolver-se, associada à cultura naval militar.

Mas, no início do século XV, Portugal era um reino pobre; a riqueza estava na Itália, na Alemanha e em Flandres – hoje parte da Bélgica e da Holanda. Aí, se pergunta: como é que no século XVI os portugueses conseguiram liderar a expansão europeia?

Portugal se situava numa extremidade do mundo conhecido, porém uma extremidade que, quando de sua estruturação como espaço nacional, nos séculos XII ao XV, via-se inserida no principal contencioso de sua época, aquele que opunha os cristãos aos muçulmanos. Além disso, trazia em si um contraditório: ser um espaço relevante, dentro do contencioso central de sua época, mas totalmente marginalizado quanto aos aspectos econômicos e geopolíticos que cercavam esta questão. Diferia, por exemplo, da Palestina ou das ilhas do Mediterrâneo Oriental, que, envolvidas no mesmo contencioso, se situavam nas principais rotas do comércio mundial de então.

Conceituando a problemática com que se defrontava Portugal, podemos resumir o seu principal problema numa questão: Como se inserir nas rotas centrais do comércio mundial e conseqüentemente da civilização? Esta foi a maior questão com que se defrontou a casa reinante no século XV e a sua resposta foi a diretriz central que fundamentou toda a concepção estratégica nacional de Portugal, a partir de então.

Além disso, pesava sobre a independência portuguesa a presença dos espanhóis, que sempre olharam Portugal como um prolongamento natural de seu território e como espaço, portanto, a ser conquistado. Havia, portanto, duas condicionantes estratégicas para a concepção estratégica de Portugal: a primeira, maior, de inserção: como inserir Portugal no centro da civilização? a segunda, menor, de contenção: como evitar a dominação espanhola?

Quanto à contenção, esta foi parcialmente resolvida, pela montagem de um sistema de tratados e alianças com os ingleses, algo já presente no século XIV, com o Tratado de Windsor.

Quanto à inserção, esta foi concebida como um movimento que unia a inovação, o uso de novas técnicas⁴, em especial as vinculadas à navegação, com a ruptura de paradigmas, a ousadia – algo que deve sempre estar posto em uma ação estratégica. Exigiu paciência e um muito bem elaborado projeto nacional. Antes de tudo, era necessária uma aliança estratégica com o papado. Esta aliança protegeria toda atuação portuguesa contra os muçulmanos sobre o manto da fé cristã e justificaria sua expansão territorial e comercial. A aliança foi feita e contou com a rica Ordem de Cristo como seu trunfo decisivo⁵.

A idéia da expansão para a África se inseria na concepção estratégica como espaço de penetração para a inserção e foi um desiderato projetado e lógico da Reconquista. Estes propósitos foram, pouco a pouco, sendo moldados num projeto nacional: o projeto da busca de uma rota marítima para as Índias, ainda que ao princípio representassem apenas os desejos e aspirações de um homem, o Príncipe Henrique.

Quando o navegador da Ordem de Cristo, Gil Eanes⁶ passou o Cabo Bojador, um pouco ao sul das Canárias, em 1434, mais do que realizar um avanço náutico estava a desmontar uma mitologia milenar⁷. Ao mesmo tempo os barcos do príncipe Henrique estavam reconhecendo a costa africana, passando o Rio de Ouro, em 1436 e iniciando a expansão portuguesa no que veio a se nomear como os Descobrimientos.

4. Ao progresso científico, junta-se o aperfeiçoamento da técnica naval com a invenção do leme (século XIII) e o uso da bússola (século XIV), orientando os navios no alto-mar.

5. Em sua obra *Sagres, a Revolução Estratégica*, Luis Fernando da Silva Pinto apresenta como o fato determinante para a montagem da concepção estratégica de Portugal o casamento de João I com a inglesa Felipa de Lancaster e as modificações que esta inglesa provocou na corte portuguesa e na sua visão de mundo, em especial, pelo seu conhecimento e sua cultura, decorrente do contato que mantinha com as elites pensantes de seu país, particularmente, com Geoffrey Chaucer. Esta visão, em minha opinião, superestima em muito o papel de Felipa e dos anglo-saxões, no processo da montagem, no século XV, da concepção estratégica portuguesa.

6. Navegador português, escudeiro do Infante D. Henrique. Além deste, foram parceiros do Infante no projeto das grandes navegações: João Gonçalves Zarco, comandante de caravelas que descobriu a ilha de Porto Santo (1418), com Tristão Vaz Teixeira; depois a ilha da Madeira, com Bartolomeu Perestrelo (1419) e que auxiliou sempre o Infante nas suas empresas marítimas e também Gonçalo Velho Cabral que introduziu famílias e gado nas ilhas de Santa Maria e São Miguel (Açores), das quais foi o primeiro capitão-donatário.

7. Acreditava-se que depois do cabo, localizado no que é hoje o Saara Ocidental, começava o Mar Tenebroso, onde a água fumegaria sob o sol, imensas serpentes comeriam os desgraçados que caíssem ao oceano, o ar seria envenenado, os brancos ficariam pretos, haveria cobras com rostos humanos, gigantes, dragões e canibais com a cabeça embutida no ventre. O estrondo das ondas nos penhascos do litoral, que poderia ser ouvido a quilômetros de distância, a idéia de correntes fortíssimas e de nuvens de areia reforçavam o pânico dos pilotos. Quando Eanes finalmente reuniu coragem e viu que do outro lado não haveria nada de especial abriu o caminho para Sul.

A conquista de Ceuta, no Norte de África em 1415, por uma esquadra de 200 navios e um exército de 20 000 homens forneceu o impulso para essa expansão. A epopéia gloriosa de Portugal nesta expansão não encontra nenhum feito similar em grandiosidade, sofrimento e realização em toda a história da humanidade. O povo português desenvolveu historicamente a cultura da conquista. Assumiu, em massa, a incerteza e os riscos da aventura, e posteriormente conviveu com a angústia da emigração. A pobreza rural lusitana sempre voltou seu olhar de esperança para a cidade, e daí para o mundo. As experiências de liberdade do vilão português e da conquista, com o saque da terra e do mouro, foram vivências fortes de mobilidade social, e de busca da boa sorte com a aventura da conquista. A movimentação talvez superasse a subsistência, no fio da navalha da miséria; na cidade está o sonho do pequeno comércio, e no mundo o lugar da grande sorte da conquista aventureira.

Este padrão se explicitou e amplificou, organizado no ciclo ultramarino, e prosseguiu nos séculos subsequentes. Foram os portugueses os formuladores e os construtores iniciais da mundialização e neste feito forjaram seus heróis.

A navegação do oceano Índico estava, no século XVI, inteiramente nas mãos dos árabes. Os portugueses revelaram-se os seus implacáveis rivais ainda que a milhares de léguas das suas bases. Foram apenas necessários 30 anos, para que uns poucos milhares de lusos, se apoderassem dos seus negócios graças, muito mais, à sua concepção estratégica, do que como muitos pensam, à sua artilharia e aos seus 300 barcos de combate e comércio.

A junção das duas coroas Espanha e Portugal, em decorrência de questões sucessórias das casas reinantes, em 1580, criou a União Ibérica. Porém, apesar disso, o rei de Espanha, Filipe II, preservou a imagem de Portugal, não o tratando como nação conquistada, mas como um país que se uniu à coroa espanhola. A estratégia nacional de Portugal permaneceu viva sob o manto de uma nação e de um país que se colocava preservado. Esse tratamento foi assegurado com a assinatura, em 1581, do juramento de Tomar – uma série de compromissos assumidos pela Espanha em relação a Portugal. Pelo juramento resguardava-se para Portugal o controle do comércio de suas colônias, a manutenção das leis, usos e costumes portugueses e garantia que a administração pública de Portugal e de suas colônias seria executada por portugueses⁸.

A União Ibérica trouxe a estratégia nacional de Portugal o ganho da extrapolação ao espaço determinado por Tordesilhas. Portugal não se preocupou mais

⁸. O juramento de Tomar deixa-nos claro o pouco interesse econômico de Filipe II por Portugal e pelo Brasil; para ele, a União Ibérica tinha um significado político maior: o de aumentar o prestígio internacional da Espanha.

com uma linha imaginária e seus desbravadores expandiram o território colonial muito além do acordado. O espaço sob governo de Portugal mais que dobra em relação ao havia sido acertado à época dos descobrimentos.

Apesar dos triunfos e derrotas das armas portuguesas, o controle do comércio com o Oriente permaneceu quase total com os ibéricos, ainda que nunca completo, tornando-o o centro da civilização, até ao século XVII, quando os holandeses, em guerra conjunta com as coroas de Portugal e Espanha, apesar do seu pretérito e fraterno comércio tradicional com Lisboa, começaram a procurar as espécies na sua fonte, demolindo o monopólio português.

A construção da América Portuguesa fez parte da estratégia nacional de Portugal, do século XVI ao século XIX. Esta estratégia buscava, principalmente, inserir Portugal de forma vantajosa no comércio mundial. Ao longo desses séculos, esta estratégia se defrontou com objeções de outros estados nacionais que buscavam se colocarem no mundo mercantil. Limitar-nos-emos primordialmente a observar o contencioso entre Portugal e esses estados nacionais, que não a Espanha, no espaço geográfico da América. Contudo, não se pode atribuir à ação portuguesa na América, nem o sucesso inicial, nem o insucesso final da estratégia nacional portuguesa. Apresentaremos, a seguir, um resumo dos choques da estratégia nacional de Portugal com as dos outros estados europeus na América.

Com os holandeses o choque se deu pela contestação que eles fizeram à dominação espanhola enquanto Portugal participava da União Ibérica. Com os franceses pelo não aceite destes ao domínio territorial e comercial de Portugal. Mas a mais nociva ação sobre a estratégia nacional de Portugal resultou de sua aliança com os ingleses.

O auxílio inglês a Portugal nas lutas contra os holandeses e a conseqüente aliança entre as Coroas inglesa e portuguesa resultou na dependência definitiva da nação lusitana e de suas colônias ao capital inglês e a perda da estratégia nacional de Portugal. Os vínculos entre portugueses e ingleses estreitaram-se progressivamente, reforçando a dependência de Portugal com a Inglaterra, culminando, no tratado de Methuen, de 1703. Essa dependência, que atravessou séculos, afirmava-se à medida que Portugal era forçado a assinar novos tratados econômicos com a Inglaterra.

A construção de uma estratégia nacional é parte relevante da estruturação do Estado Nacional. Ela resulta de aspectos geográficos, de variáveis antropológicas e de condicionantes históricos e econômicos. A independência é uma ruptura e seu processo, por mais que se prepare ao longo de anos se dá em um instante fugaz. Todavia, a construção de uma estratégia nacional não se dá quando da independência, é um processo secular, ainda mais quando uma independência

ocorre por simples separação e onde estava sempre presente o discurso de estratégia nacional da metrópole primitiva, Portugal.

A separação física dos territórios lusos do espaço espanhol foi um objetivo claro dos portugueses na América. Para tanto criaram um conceito que requeria o domínio dos principais rios do continente sul-americano e a criação da Ilha Brasil – este conceito esteve presente na gênese da estratégia nacional do Brasil.

Esta separação/independência gerou o Império do Brasil. O núcleo gestor deste império defrontou-se, nos seus primeiros trinta anos de existência, com sucessivas contestações. Nesta época, o governo imperial enfrentou dois tipos de revoltas: as de natureza federalista, que repudiavam o centralismo imperial e que tem seu melhor exemplo na “Guerra dos Farrapos”, e as de fundo social, que iam além do pacto firmado entre as elites, e questionavam a própria estrutura produtiva alicerçada no trabalho escravo.

Vencer estas contestações e impor o projeto imperial, com seu pacto entre a elite governante e a elite proprietária, foi seu grande desafio nos primeiros anos. Isto não se deu através da constituição de um monopólio de coerção, alicerçado por um Exército Nacional – o pacto entre as elites não aceitava este novo ator. As justificativas iam desde a desconfiança que a crise do Primeiro Reinado trazia até a falta de meios materiais para garantir a existência desta força. O fortalecimento do setor militar não teve lugar no pacto entre as elites, que demonstrou clara preferência pela criação de uma Guarda Nacional. O Estado Nacional, no Brasil, iniciou-se por um processo de descentralização dos meios de coerção.

A gênese do Estado Nacional no Brasil é singular, e difere do que se acredita ter acontecido na Europa durante os tempos modernos. No Brasil, a formação do Estado assumiu uma formatação nova, já que sua estruturação administrativa resultou desse pacto entre a parcela mais representativa da elite burocrática, mais tarde apelidada de letrados, e a elite proprietária, a outra parte do pacto que garantia a afirmação do poderio do Estado, sem, contudo, conceder os meios para impor este poderio, que a si reservava, na figura da Guarda Nacional, permitindo, assim, apenas graus limitados de autonomia e limites claros ao expansionismo, quando o interesse do Império chocava-se com os de grupos privados.

Resumindo, na Europa, a centralização militar permitiu preservar os territórios dinásticos e dobrar as resistências das elites proprietárias, impondo-se, como único meio de se manter o controle social que estas já não mais detinham, enquanto que no Brasil, onde a formação do Estado Nacional foi feita conjugada à manutenção da escravatura, a noção do Império como último árbitro das querelas oligárquicas, como poder moderador, permitiu aos detentores da riqueza deter o poder de coerção de forma direta, ainda que administrada pelo poder central. Isto manteve em suspenso a construção da estratégia nacional.

Se há um princípio, que sintetiza toda a concepção da estratégia nacional do Brasil, é a idéia de que hoje o Brasil ser o único artesão possível da verdadeira mundialização, resultado de nossa colonização e da imigração portuguesa. Este é o destino manifesto do Brasil, algo que decorre naturalmente do povo brasileiro ser o descendente direto daqueles que iniciou este processo, os portugueses, e o único provido das mágicas necessárias a fazer o movimento de construção de uma única pátria humana.

Faremos um rápido apanhado destas mágicas, pois nosso objetivo é só traçar um pano de fundo donde se desdobrará nossa estratégia nacional. Assim, descreveremos as “mágicas” mais relevantes que o povo brasileiro possui e que lhe possibilitarão concluir a mundialização:

- *A mágica da antropofagia* – é a peculiaridade que tem o povo brasileiro de se apropriar e transformar toda manifestação cultural exógena. Poder-se-ia iniciar a explicação desta capacidade que detemos como o resultado da arte que desenvolvemos de adaptar valores e técnicas européias aos trópicos, em geral. Contudo, esta seria uma explicação muito pobre. A nossa antropofagia, que é uma característica impar, já que nenhum outro povo a detém, pelo menos em tal grau, tem sua origem na gênese da nossa cultura dominante: a cultura portuguesa. Essa cultura é um amálgama que se formou na paciente e progressiva assimilação dos iberos, dos ligúrios, dos celtas, dos fenícios, dos gregos, dos cartagineses, dos romanos, dos suevos, dos godos, dos judeus, dos mouros e dos cruzados franceses e ingleses. Esta progressiva mistura dotou os portugueses dos elementos necessários a processar o diferente, a torná-lo o igual, quando não o comum. Foi assim na constituição da cultura brasileira. A assimilação de outras culturas mais puras, como as diversas culturas africanas e ameríndias, foi algo fácil para a experiente cultura portuguesa que se transfigurava em brasileira. A capacidade de deglutir, de adaptar, de transformar de forma criativa e criadora o que lhe é apresentado, ou lhe é imposto, constitui-se no maior patrimônio do povo brasileiro. Tudo se faz sem perder, o espírito empreendedor e mercantilista do fenício, do cartaginês e do judeu, da cultura dos gregos, das instituições e da linguagem dos romanos, da cultura material dos mouros, da aptidão manual do africano, do contato com a natureza do ameríndio. No Brasil, nada se perde tudo se transforma em algo que se utiliza. No futuro ser mundializado é ser antropofágico.
- *A mágica do passado comum* – é a característica que desse povo de ver o estrangeiro presente como se fosse um eu, entre nós, e não um tu, entre nós. O estrangeiro que reside no Brasil não sofre o distanciamento nem a discriminação do estrangeiro. Este é um fenômeno do século XX. Nem

sempre foi assim. Logo após a independência o estrangeiro era discriminado. Se português, o antigo dominador, era espezinhado. Aos demais o choque cultural era total. Contudo, os fluxos migratórios do final do século XIX e do século XX, retiraram do português seu ranço de dominador e dos demais suas características exóticas. Hoje é dado ao estrangeiro o passado comum e lhe é incentivado, mais que permitido, participar na cultura e nos eventos nacionais – aliás, sua cultura se incorpora como nossa. Ao compararmos o tratamento obtido no Brasil, pelas imigrações europeias do início do século XX, com o tratamento encontrado, exemplificando, nos EUA, marcaremos bem esta diferença. Não existe no Brasil a figura do teuto-brasileiro, mas existe nos EUA a figura do teuto-americano. Não existe no Brasil a figura do italo-brasileiro, mas existe nos EUA a figura do ítalo-americano e assim por diante. A mágica do passado comum dilui as nacionalidades pretéritas e as colocam submetidas à nacionalidade brasileira. Só existe aqui, no espaço Brasil, uma nacionalidade única: a brasileira. A mágica do passado comum transforma a sociedade brasileira em uma sociedade absorvente capaz de no futuro ser a própria sociedade mundial.

- *A mágica da mestiçagem* – é a valiosa qualidade que tem o povo brasileiro de deter diferentes graus de morenidade. Sobre este tema, sobrepujando o pessimismo das gerações anteriores, que se julgavam condenadas ao malogro, pela sua condição de partícipes de um país sem futuro, em decorrência do caráter mestiço de sua população, veio, ao longo de todo século XX, se sucedendo, desde a descoberta antropológica de nosso país feita, principalmente, por Gilberto Freyre, um orgulho, uma confiança e um arrebatamento expresso pela certeza das vantagens que a completa mestiçagem proporciona, na arena mundial, ao povo brasileiro. Fez-se, com Gilberto Freyre, a descoberta, nesta parte do mundo, que não há raças capazes ou incapazes de civilização. Mais do que isto: fez-se a constatação que toda a trama da história resulta de um processo de fusão e que o Brasil é, em si, o próprio espírito divino da fusão criadora. Em seus primórdios, o Brasil se constituiu de europeus, principalmente portugueses e holandeses, ameríndios e negros. Mais recentemente, de portugueses, italianos, espanhóis, alemães e outros europeus e de japoneses, formando em seu território, de início, vários grupos étnicos. Dos europeus, os de maior influência e número foram os portugueses, que não traziam a mística da pureza da raça. Todos estes grupos, desde seu estabelecimento, vêm se interpenetrando, como resultado de um fenômeno novo, em escala mundial, que é o elevado grau de mobilidade social da sociedade brasileira, quer

mobilidade vertical quer mobilidade horizontal. Tudo isto favorece um aparecimento, nesta parte da América, de uma democracia plena, no sentido real da palavra, onde não se estabelecem preconceitos, onde o mérito pessoal supera não só possíveis colocações de natureza étnica, como as de classe, e, onde, se maximiza a afirmação dos talentos e se potencializa a utilização das diversas possibilidades. Esta forma de ver o mundo é o simétrico do que se verifica no centro, já que para nós a miscigenação é regra e a discriminação é exceção. Para o centro, sejam norte-americanos ou europeus – nestes excluídos os ibéricos, em especial, o português –, se dá o contrário, a discriminação é regra e a miscigenação é exceção. A sociedade brasileira é cada vez mais miscigenada caminhando para ser homogênea. Isto por que seus vários grupos raciais tendem a pertencer a mesma civilização e a ter o mesmo imaginário e a mesmas idéias fundadoras e fundamentais, independente de sua pigmentação ou da forma de seu rosto ou de seu nariz. Esta mágica da mestiçagem, como afirmamos, é um valioso atributo, pois, nos permite inserir a todos em nosso contexto e se sentir participe na elaboração do novo contexto da mundialização. A mágica da mestiçagem transforma hoje o Brasil e amanhã transformará o mundo no espaço de todas as raças.

- *A mágica do sincretismo* – é a completa permissividade religiosa, algo que no mundo, não tem a dimensão que se conhece no Brasil. Este é ainda o maior país católico do mundo, mas não é um país dominado pela mística católica, nem pela santidade. Não tem santo. O catolicismo se expressa no Brasil muito mais pelas suas manifestações externas, pelo correr de um calendário permanente de procissões e de festas populares, do atuar da Igreja na vida política, apoiando os governos, ou, conspirando contra eles, quando não os faz de forma concomitante. A este catolicismo caminha juntos o espiritismo, o candomblé, a quimbanda e mais recentemente os ritos evangélicos protestantes. Tudo isto se mistura num caudal de fé e de credos por onde trafega a mais plena tolerância religiosa e o mais claro sincretismo religioso. A maioria, dos brasileiros, adota, no decorrer de sua vida, mais de uma fé. Este sincretismo aceita, se não incentiva, outra forma de haver místico, ou de entender a origem e o destino dos homens, que se conceitua como esoterismo, forma pretensa de premonitória de futuro, tais como a astrologia, o tarô e os búzios. Tudo isto convive, se aceita e se incentiva. Como prova recente deste sincretismo podemos indicar a forte, e não combatida, penetração de um neo-evangelismo, que nada mais é do que um aspecto sempre presente da religião no Brasil, decorrente de uma influência ameríndia, a religiosidade terapêutica – capaz de curar bicho e

gente, transfigurada por um rigor moral radical. Aqui, ainda convivem outras formas de religiosidade, porém, mais enclausuradas nos seus círculos etnológicos e incapazes de trafegar tão desenvoltas, como o judaísmo, o islamismo e o budismo. Contudo, estas outras formas muitas das vezes compõem fontes, que alimentam o já extenso caudal da religiosidade. No Brasil, o povo brasileiro detém a fé universal, esta é a mágica. A mágica de ter aquilo que todos, em todas as partes, sempre acreditaram e sempre acreditarão.

- *A mágica dos trópicos* – reside na construção de uma civilização pelo cooptação daquilo que a natureza tem de mais pujante e agressivo: os trópicos. Nisto, papel importante tem as três raças constitutivas do povo brasileiro. Em primeiro lugar, os portugueses que, diferentemente dos demais europeus, ao se defrontarem com os trópicos, não o fizeram com espírito de superioridade. Sempre buscaram adaptar seus valores e técnicas ao novo espaço de cooptação. Nunca buscaram impor sua cultura. Ela se impôs pelo seu valor, não pela coação. Os portugueses, diferentemente dos demais europeus nos trópicos, bem como seus descendentes, no Brasil, eles muitas vezes repudiaram as soluções européias, adotando outras tropicais. Em segundo lugar, o ameríndio que nos trópicos americanos é um ser agreste que formulou uma cultura primitiva, porém, própria e apropriada a sua terra de origem, seu *habitat*, seja ela cultura de floresta ou cultura de agreste. Em terceiro lugar, mas, talvez, até mais importante do que as precedentes, o negro africano e seus descendentes, muito mais habilitados, devido aos séculos de adaptação aos rigores climáticos dos trópicos e pela permanente contestação que exerceram à natureza nas selvas, nas savanas e nos desertos africanos. Quem dominar o trópico dominará o mundo, mundializará.
- *A mágica da tolerância* – que pode ser entendida como cordialidade, como subserviência, como humildade, e até mesmo como impotência, mas que é exclusivamente tolerância com o diferente, com o estranho, com o incomum, com o inusitado. Tolerância que se apresenta no dia a dia de nossa existência e de que tanto se beneficiam os que disso sabem.
- *A mágica da transcendência* – que é a capacidade de pairar sobre todas as outras mágicas, unificando-as em uma só, sendo uma concordância a tudo e a todos. A civilização que está se constituindo no Brasil se caracteriza pela sua transcendência. Há uma transcendência na unidade que se organiza dentro da dualidade herdada dos europeus, de ver a civilização brasileira, ora como inferno, ora como paraíso. Há uma transcendência por ser uma civilização mais direta e mais participativa. Há uma transcendência. por

incorporar novos valores, por ser além do que europeia, por ser ameríndia e por ser africana. Há uma transcendência por sabermos ser periféricos, mas não vemos isto como problema, mas, sim como aventura.

Devemos nos orgulhar e glorificar nossos valores, nossa tolerância, a brandura de nossos costumes, o nosso eclético venerar, o acolhimento afável, que concedemos ao que vem do estrangeiro, a nossa tropicalidade, a alegria simples que nosso povo tem, mesmo na miséria, e certo *savoir vivre*, que jamais perdemos nas piores circunstâncias e cuja visão e conhecimento deixam perplexos e atônitos a qualquer estrangeiro. Do Brasil se tem uma mensagem única de esperança: o sinal que a inteligência humana é capaz de saltar acima das suas limitações e se integrar na compreensão do universo total. Somos diferentes e somos especiais. O Brasil é o mundo, é o sonho do Ocidente da construção de uma única pátria humana feita na América. Nós fomos, somos, e seremos a mundialização. Este é o nosso destino manifesto. A busca da mundialização é o nosso desiderato.

2. A estratégia nacional do Brasil

O Brasil é o principal Estado nacional do hemisfério sul. A busca da mundialização, que é o objetivo maior da estratégia nacional do Brasil, tem de ter sua gênese no hemisfério sul. O Brasil, conforme demonstramos, geograficamente detém duas propriedades: a presença continental e a marítima. Desta constatação resulta o primeiro princípio da sua estratégia nacional: a estruturação de um espaço de prevalência da mundialização no hemisfério sul, que observe as características de sua presença continental e marítima; o segundo é a extensão deste espaço estruturado a todo hemisfério norte.

O detalhamento do primeiro princípio sugerido é:

1. o aproveitamento da presença continental mediante a formatação de um processo de cooperação sul-americana, aproveitando as componentes estruturais já apontadas, como instrumento de organização do processo de mundialização;
2. o aproveitamento da presença marítima como instrumento de dominação do espaço marítimo do Atlântico Sul e condução do processo de mundialização ao Golfo da Guiné e costa ocidental da África;

3. a criação de uma nova presença marítima vinculada ao Oceano Pacífico que conduza a mundialização à Nova Zelândia, a Austrália e a costa oriental da África.

O detalhamento do segundo princípio pressupõe a montagem de parcerias estratégicas e alianças com potências do hemisfério norte para a penetração da mundialização neste espaço e será fruto das circunstâncias conjunturais do balanço de poder neste hemisfério. Contudo, está claro que a hegemonia completa de uma potência no hemisfério norte não é de interesse de nossa estratégia nacional, devendo todo o movimento pretendido considerar o apoio à contestação a essa possível hegemonia.

Neste momento, dada a complexidade da tarefa a ser empreendida na montagem de uma completa estratégia nacional, deve nos fixar no seu primeiro passo: o aproveitamento da presença continental do Brasil, mediante a formatação de um processo de cooperação sul-americana.

Porém, qualquer estratégia nacional só será possível se trazer dentro de si uma vontade nacional que seja capaz de contestar a ordem internacional. Traçada a estratégia nacional, é possível se estruturar um projeto nacional e deste se montar uma política de defesa para o futuro.

Referências Bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. 1976. *Capítulos de História Colonial 1500-1800*. RJ/Brasília, Civilização Brasileira/INL.

_____. 1930. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu.

AFONSO, A, Martins. 1974. *Curso de História da Civilização Portuguesa*. Porto: Editora Porto.

AGULHOM, Maurice. 1991. *O Aprendizado da República – 1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ANCHIETA, José de. 1988. *Cartas 1534-1597*. São Paulo, Itatiaia/USP.

ANTONIL, André João. 1982. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. 3.^a ed. 1711. São Paulo. Itatiaia/Edusp.

- ARAÚJO JORGE, A. G. de. 1945. *Introdução às Obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- AZEVEDO, João Lúcio de. 1974. *Épocas de Portugal Económico*. Lisboa: Clássica.
- _____. 1975. *História dos Cristãos Novos Portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- BENCI, Jorge. 1977. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos, 1700*. São Paulo: Grijalbo.
- BOSI, Alfredo. 1993. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia. das Letras.
- BOURDON, Albert Alan. 1973. *História de Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina.
- BOXER, Charles R. 1981. *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70.
- _____. 1981. *O Império Colonial Português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70.
- CALÓGERAS, PANDIÁ. 1867. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- CARDOSO, Ciro Flamarion de Souza. 1988. *Escravidão e Abolição no Brasil. Novas Perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. 1985. *O Trabalho na América Latina Colonial*. São Paulo: Ática.
- CARREIRA, Antônio. 1988. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Vol. 2: documentos (o comércio intercontinental Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- CARVALHO, José Murilo de. 1980. *A Construção da Ordem*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- _____. 1987. *Teatro das Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: Edições Vértice/Iuperj.
- _____. 1990. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CASTRO, Antonio Barros de. 1976. *Escravos e Senhores nos Engenhos do Brasil (Um Estudo sobre os Trabalhos de Açúcar e a Política Económica dos Senhores)*. Campinas, IFCH (Tese de Doutorado).
- _____. 1983. *As Mãos e os Pés do Senhor de Engenho, Dinâmica do Escravidão Colonial*. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Coord.). *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. 1995. *Dicionário de Símbolos – Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- COSTA, Emilia Viotti da. 1979. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Ciências Humanas.
- COSTA, João Severiano Maciel da (et al.). 1988. *Memórias sobre a Escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). 1992. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DONGHI, Tulio Halperin. 1982. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DOWBOR, Ladislau. 1982. *A Formação do Capitalismo Dependente do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- FALCON, Francisco. 1982. *A Época Pombalina*. São Paulo: Ática.
- FAORO, Raimundo. 1975. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: Editora Globo.
- _____. 1985. *Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio*. Rio de Janeiro: Editora Globo.
- FLORENTINO, Manolo. 1997. *Em Costas Negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FREYRE, Gilberto. 1977. *Casa Grande & Senzala*. RJ: Nova Aguilar.
- _____. 1977. *Sobrados e Mucambos*. RJ/Brasília: José Olympio/INL.
- FROTA, Guilherme de Andréa. 2000. *Quinhentos Anos de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.
- FURTADO, Celso. 1979. *Formação Económica do Brasil*. 16.^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. 1980. *História da Província Santa Cruz (séc. XVI)*. Belo Horizonte/Itatiaia: Edusp.
- GARCIA, José Manuel. 1981. *História de Portugal – uma visão global*. Lisboa: Editorial Presença.
- GREENFELD, Liah. 1998. *Nacionalismo, Cinco Caminhos para a Modernidade*. Lisboa: Edições Brasil-América.

- GODINHO, Vitorino Magalhães. 1981. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 4 Vols.
- GOIS, Damião de. [séc. XV]. *Lisboa de Quinhentos*.
- GORENDER, Jacob. 1978. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática.
- HEINZ-MOHR, Gerd. 1994. *Dicionário dos símbolos — Imagens e sinais da arte cristã*. São Paulo: Paulus.
- HERCULANO, Alexandre. 1983. *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Lisboa: Europa América.
- HESPANHA, António Manuel. 1993. *A Igreja*. In: MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). 1975. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel.
- _____. 1982. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. 1990. *Raízes do Brasil*. RJ: José Olympio.
- IZECKSOHN, Victor. 2002. *O Cerne da Discórdia: A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-Papers.
- KLEIN, Herbert S. 1987. *A Escravidão Africana. América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense.
- LAPA, José Roberto do Amaral (org.). 1980. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 1982. *O Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Brasiliense.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. 1981. *História da Agricultura Brasileira. Combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense.
- LINHARES, Maria Yedda. 1979. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri.
- _____. 1990. *História Geral do Brasil*. RJ: Campus.
- MACEDO, Duarte Ribeiro de. 1974. *Sobre a Introdução das Artes 1675*. In: SÉRGIO, António. *Antologia dos Economistas Portugueses (séc. XVII)*. Lisboa: Sá da Costa.
- MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. 1981. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. In: *Saga — A grande história do Brasil*. São Paulo: Abril Cultural.

- MAGALHÃES, Basílio de. 1944. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*. 3.^a Edição. Rio de Janeiro: Epasa.
- MAGALHÃES, José Calvet. 1967. *História do Pensamento Econômico em Portugal: da Idade Média ao Mercantilismo*. Coimbra. Coimbra Editora.
- MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. 1976. *A Escravidão no Brasil*. Petrópolis: Vozes/INL.
- MARQUES, A, H. de Oliveira. 1975. *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores.
- MARTINS, J.P. de Oliveira. 1927. *História de Portugal*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira. 2 vols.
- MATTOSO, José (org.). 1993-1995. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, Vols. 2 e 3.
- _____. 1986. *Identificação de um país*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MATTOSO, Kátia de Queiroz. 1982. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- MINTZ, Sidney. 1986. *Sweetness and Power: the place of sugar in modern history*. New York: Elizabeth Sifton Books/Penguin Books.
- MORAES, Evaristo de. 1933. *A Escravidão Africana no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- MORE, Thomas. 1972. *A Utopia*. São Paulo: Abril Cultural.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1971. *O Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel.
- NOVAIS, Fernando A. (org.). 1997. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- NOVAIS, Fernando A. 1985. *Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec.
- _____. 1986. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Brasiliense.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. 2002. *O Brasil dos Imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- PRADO JR, Caio. 1971. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 11.^a Edição. São Paulo: Brasiliense.
- _____. 1971. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- QUEIROZ, José Maria Eça de. 1979. *A Emigração como Força Civilizadora*. Lisboa: Perspectiva & Realidade.

- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. 1990. *História da Filosofia*. São Paulo: Edições Paulinas.
- REIS, Artur Cezar Ferreira. 1947. *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira: A fronteira com as Colônias Espanholas*. Rio de Janeiro: Comissão Brasileira Demarcadora de Limites.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). 1996. *A Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. 1990. *Mata Galegos, os Portugueses e os Conflitos de Trabalho da República Velha*. São Paulo: Brasiliense.
- RODRIGUES, José Honório. 1963. *Aspirações Nacionais – Interpretação Histórico-Política*. Rio de Janeiro: Editora Fulgor.
- _____. 1966. *Interesse Nacional e Política Externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RUGENDAS, João Maurício. 1979. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp.
- RUY, Affonso. 1978. *Primeira revolução social brasileira*. 2.^a ed. São Paulo: Brasiliense. [1.^a ed. 1942].
- SARAIVA, António José. 1994. *A Inquisição Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- _____. 1988. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- SARAIVA, José Hermano. 1979. *Pequena História das Grandes Nações*. São Paulo: Círculo do Livro.
- _____. 1995. *História Concisa de Portugal*. Mem Martins: Public. Europa-América.
- SCHWARTZ, Stuart B. 1988. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SÉRGIO, Antonio. 1972. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- _____. 1983. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. 1981. *Cultura no Brasil-Colônia*. Petrópolis: Vozes.

SOUZA, Laura de Mello e. 1986. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 1993. *Desclassificados do Ouro. A pobreza Mineira no século XVIII*. RJ: Graal.

STADEN, Hans. 1974. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia.

VIANA, Hélio. 1958. *História das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, Ministério da Guerra.

VIANNA, Hélio. 1959. *História Diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Itamaraty.

As relações luso-brasileiras nos anos 1950

Williams Gonçalves

Introdução

Do período que se segue à Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1960, as relações Brasil-Portugal foram marcadas pela intensidade, pelo alto grau de participação da sociedade e pela importância que os dois Estados a elas emprestavam. Desde que a independência do Brasil foi proclamada, nunca os dois países marcharam tão juntos como nesses anos. O ápice do entrosamento diplomático deu-se no período governativo do presidente da República Juscelino Kubitschek (1956-1961), que, ao estabelecer amizade pessoal com o presidente do Conselho de Ministros António de Oliveira Salazar, estreitou ainda mais as relações com Portugal. Diversos fatores contribuíram para que isso acontecesse. Entre os mais importantes destacamos: a expressiva presença de imigrantes portugueses no Brasil; a estratégia do Estado português para conservar o Império Ultramarino; e, a posição periférica do Brasil na estrutura do sistema internacional.

Entre essas variáveis, consideramos o conjunto de ações políticas implementadas pela diplomacia portuguesa visando à conservação de seu Império como a variável central. As demais, que serão mais refinadas ao longo da análise, em grande medida dela dependeram para a composição do complexo quadro das relações dos dois países. Em outros termos, entendemos ter sido o esforço despendido por Portugal com vistas a manter sob sua soberania as colônias asiáticas e africanas a chave analítica que nos permite elucidar as razões dessas intensas relações bilaterais.

1. A inserção de Portugal no sistema internacional após a Segunda Guerra Mundial

O novo sistema internacional que se estrutura ao fim da Segunda Guerra revelava-se bastante adverso a Portugal. A disposição anunciada pelo governo norte-americano de atuar no sentido de promover o livre-comércio internacional, por entender ser esta importante condição de bom funcionamento da economia capitalista e indispensável contribuição para a paz mundial, ia de encontro ao pacto que garantia proteção e privilégios aos interesses metropolitanos em suas respectivas colônias. E a Carta de São Francisco, documento básico na fundação da Organização das Nações Unidas, apresentava, por sua vez, o compromisso dos Estados signatários de trabalhar para a supressão da dominação colonial; compromisso esse que foi logo depois reforçado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. No plano dos princípios que passavam a organizar a ordem internacional, nada parecia favorecer os planos dos governantes portugueses de não abrir mão da soberania sobre suas possessões coloniais.

A proclamação da independência da Índia e do Paquistão, em agosto de 1947, constituía prova cabal que nova era estava se abrindo. O acontecimento revestia-se de excepcional importância para o governo português. Comportava, por assim dizer, tanto efeitos de curto como de mais longo prazo para sua política internacional. Ao mesmo tempo em que abria, embora isso não fosse imediatamente percebido, nova etapa no relacionamento com o Brasil.

No que concerne ao efeito de mais longo prazo, em primeiro lugar, em virtude dessas independências, Portugal via se abrir inacreditável precedente no mundo colonial. A Inglaterra que, ao longo de séculos, apoiara a estratégia marítima portuguesa, via-se forçada a ceder ante a pressão exercida pelo Partido do Congresso em favor da autonomia. Muito embora os dois novos Estados independentes aceitassem permanecer na Commonwealth sob a condição de domínios, o fato é que se evidenciava: de um lado, a perda de status internacional da Inglaterra, que, debilitada pela guerra, não se achava mais em condições de pura e simplesmente impor sua vontade pela força das armas, como tantas vezes fizera no passado; e, de outro lado, a maturidade política alcançada pelas forças nacionalistas indianas, que se mostravam decididas a explorar em seu favor as oportunidades que o novo contexto internacional lhes oferecia. Ou seja, se a outrora poderosa Inglaterra não se achava em condições de resistir à força dos ventos descolonizadores que começavam a soprar, caracterizando o fenômeno denominado

por Hedley Bull como “a revolta contra o Ocidente”¹, o que faria então o Estado português isoladamente para conservar seu Império Ultramarino?

O efeito político de curto prazo da independência da Índia na política internacional de Portugal dizia respeito ao futuro de Goa, Damão e Diu. Posto diante da reivindicação indiana de integrar ao novo Estado independente os três pequenos territórios sob soberania portuguesa, e então conhecidos como o “Estado Português da Índia”, o Governo de Oliveira Salazar recusou-se terminantemente a retirar-se dos territórios reclamados pelos indianos e atribuiu à questão o estatuto de decisão estratégica. Isto é, passou a trabalhar politicamente com a idéia que a defesa do Império Colonial começava em Goa. A sorte de todo o Império passava a depender, portanto, da conclusão da disputa por Goa. Caso perdesse os territórios para a União Indiana, interpretavam os portugueses que tudo desmoronaria rapidamente, e Portugal, sem seu Império, não teria mais futuro como nação independente.

Para se prevenir contra esse desastroso cenário, algumas importantes decisões foram tomadas. A primeira delas foi rever o Acto Colonial pelo qual a denominação colônia foi substituída pela de província ultramarina. Do ponto de vista formal, Portugal deixava assim de possuir colônias para ter, conforme o aprovado em maio de 1951, províncias ultramarinas. A designação oficial voltava a ser Império Ultramarino Português, como na época da I República, e não mais Império Colonial Português, como passara a chamar-se a partir de 1936. A segunda decisão de grande importância foi a de renegociar com os Estados Unidos o acordo de concessão do arquipélago dos Açores, para que os norte-americanos pudessem manter a base militar que lá haviam instalado. Com isso o Governo julgava salientar a relevância da posição de Portugal como membro da OTAN e obter, quando julgasse conveniente, o apoio político daquele país. Somou-se a essas duas decisões aquela de valorizar economicamente as colônias, sobretudo Angola. Isso foi feito mediante a desregulamentação da economia, para alcançar os objetivos de despertar nos grupos econômicos nacionais o interesse pelos investimentos e estimular os emigrantes a trocarem outros destinos em favor da África.

Além dessas medidas, a estratégia portuguesa incluía também a aproximação diplomática junto ao Brasil. Para o Governo de Portugal, a posição brasileira a respeito da questão Goa revestia-se de fundamental importância. Politicamente excluído do mais importante foro político internacional, em virtude da rejeição da ONU ao seu pedido de entrada, Portugal percebia o Brasil como país fundamental

¹ Ver: BULL, Hedley. 1989. *The Revolt Against the West*. In Hedley Bull; Adam Watson. *The Expansion of International Society*. Oxford: Clarendon Press.

para sua estratégia de defesa do Império Ultramarino. Isso porque era o Brasil uma ex-colônia de grande expressão política na América Latina, que, além de ser membro fundador da ONU, estava integrado ao contexto geopolítico do Atlântico Sul. Caso fosse bem cooptado, o Brasil poderia se constituir em canal para obtenção do apoio dos países latinos americanos, assim como não seria difícil chamar a atenção dos estrategistas brasileiros para o destino político de Angola, rica colônia ribeirinha do Atlântico Sul, caso Portugal viesse a perdê-la. O êxito diplomático português dependia, em grande medida, da maneira como os brasileiros percebessem o problema. Tudo dependia da diplomacia brasileira entender que o que estava em jogo não era apenas o interesse nacional português, mas também os interesses brasileiros.

Três linhas de ação foram desencadeadas pelo governo português para acercar-se do Brasil e conquistar seu apoio para a luta pela manutenção do Império Ultramarino. Uma, foi àquela executada no plano intelectual, que constou do convite formulado ao antropólogo Gilberto Freire, para viajar e conhecer a realidade das províncias ultramarinas portuguesas. Outra se deu no plano diplomático propriamente dito, que se compunha da retomada das negociações para assinatura do Tratado de Amizade e Consulta e criação da Comunidade Luso-Brasileira. E uma terceira linha de ação, de natureza política, consistia no trabalho a ser desenvolvido pela Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, com vistas a mobilizar os numerosos amigos de Portugal colocados no Congresso Nacional, no Ministério das Relações Exteriores e nos meios de comunicação social. Essa linha de ação, com o passar do tempo revelou-se bastante eficaz ao receber a entusiasmada adesão da colônia de imigrantes na capital brasileira.

Vale observar que essas diretrizes indicavam objetivos perfeitamente exequíveis, pois apesar de ter elaborado um objetivo estratégico que não poderia resistir à ação do tempo, uma vez que as tendências que predominavam no sistema internacional eram aquelas que apontavam na direção do processo de descolonização, a diplomacia portuguesa foi extremamente competente ao perceber como poderia envolver a diplomacia brasileira nessa sua ingloria defesa do colonialismo. A maneira como as elites políticas e intelectuais brasileiras viam o Brasil e, também, a maneira como interpretavam a inserção do Brasil no sistema internacional que se estruturara no pós-Segunda Guerra Mundial favorecia extraordinariamente os desígnios portugueses.

2. O Brasil de Getúlio Vargas

O Brasil no início dos anos cinquenta era um país que apenas começava a dar os primeiros passos no caminho da modernização. Mudanças importantes haviam sido iniciadas no início da década de 1930. Como consequência direta da crise do capitalismo norte-americano a economia cafeeira, principal fonte de receitas do Estado brasileiro, entrara em colapso instantaneamente, e por coincidir com a luta política eleitoral pela sucessão do Presidente da República de então provocou aguda crise política que dividiu as oligarquias e levou ao rompimento da ordem institucional. Para escapar da crise que tomava conta da economia mundial, e para dar vida às convicções há muito alimentadas pelos líderes revolucionários saídos do sul do país, verifica-se a partir daí a implementação de um projeto de industrialização. Em sua etapa inicial, tal projeto consistia em criar as infra-estruturas física, económica, jurídica e administrativa a partir das quais deveria assentar-se a industrialização nacional. O processo ganhou considerável impulso com a implantação do Estado Novo, em 1937, e com o aprofundamento da crise internacional que rompeu a unidade entre as potências que ocupavam a cúpula do sistema internacional de poder. Ao administrar as tendências políticas simpáticas aos regimes autoritários ascendentes e as simpáticas aos Estados Unidos que coexistiam no seu governo, Getúlio Vargas promove bem sucedida política diplomática. Negociando simultaneamente com norte-americanos, alemães e italianos, e a todo o tempo acenando também com a possibilidade de maior aprofundamento dessas relações, que poderiam se traduzir imediatamente em fornecimentos de matérias-primas, concessões de bases militares e outras facilidades importantíssimas em tempo de guerra, a diplomacia do Governo Vargas obtém vantagens excepcionais, como os capitais e a tecnologia para a instalação da siderúrgica de Volta Redonda, concedidos pelos Estados Unidos, que, muito provavelmente, jamais o faria em situação de estabilidade internacional.

Com a entrada dos Estados Unidos na guerra a política de barganha chega ao fim. Ainda assim a diplomacia brasileira colhe êxitos importantes. Integrando a grande aliança contra o nazi-fascismo o Brasil comparece ao campo de batalha e se faz presente nos foros internacionais aonde vai sendo organizada a nova ordem internacional. Participa da Conferência de Bretton Woods, bem como figura como membro fundador da Organização das Nações Unidas.

A diplomacia do período de pré-guerra e a participação direta na guerra proporcionaram algumas inegáveis vantagens. Além dos benefícios relativos ao

esforço de industrialização, ganhou-se também em projeção internacional e em conhecimentos e experiência para setores das elites do país. A nova estrutura bipolar do sistema internacional e o desencadeamento da Guerra Fria criaram sérios limites, todavia, para a consecução da política de industrialização. A condição hegemônica dos Estados Unidos, no mundo ocidental e no hemisfério sul, tornara-se inquestionável, e as áreas de tensão e conflito, por sua vez, estavam situadas na Europa e na Ásia. Em tal contexto o conjunto da América Latina figurava como uma área geopoliticamente pacífica e estável, sob a égide norte-americana. O projeto de industrialização do Brasil e a perspectiva dos governantes do país de continuar a contar com a ajuda dos norte-americanos passaram a esbarrar, em função dessa nova disposição das forças no tabuleiro internacional, na política elaborada pelas elites dos Estados Unidos de não mais prestar ajuda governamental aos demais, transferindo essa atribuição aos capitais privados do país. Na verdade, na ótica dos estrategistas daquele país, a relação dos Estados Unidos com a América Latina devia simplesmente obedecer à lógica da complementaridade econômica, pela qual essa última funcionaria como fornecedora de produtos primários, e eles como vendedores de produtos manufaturados. Para as autoridades governamentais norte-americanas só fazia sentido prestar ajuda àquelas áreas que viviam situação de instabilidade, e onde havia reais possibilidades de os partidos comunistas alcançarem o poder.

As elites brasileiras custaram um pouco a entender as limitações trazidas tanto pelo novo sistema como pela nova ordem internacionais. Ao mesmo tempo em que colaboravam ativamente com os Estados Unidos para a montagem de todo o dispositivo institucional voltado para a defesa hemisférica contra o suposto expansionismo soviético, continuavam a acreditar que seu espírito de colaboração acabaria sendo reconhecido e recompensado com ajuda econômica. Não obstante todos os sinais dados pelos Estados Unidos que seu interesse na região restringia-se à dimensão da segurança persistia a idéia, entre as elites do país, de que os norte-americanos poderiam apresentar algo semelhante a um Plano Marshall para a América Latina. Até mesmo Getúlio Vargas, que retornara à Presidência da República eleito pelo voto popular após ter sido deposto pelos militares, trabalhou com a hipótese de que a ajuda seria possível por meio da reedição da política de barganha que praticara no período pré-guerra.

No plano da discussão intelectual, quase nenhuma atenção era dada à questão relativa ao lugar do Brasil na estrutura do sistema internacional. O tema mais palpitante continuava sendo o da identidade nacional, que começara a agitar os meios culturais no início da década de 1920. As discussões concernentes ao perfil do povo brasileiro e à existência de uma autêntica cultura nacional, além, é claro, dos debates referentes ao futuro político do país dominavam amplamente a

atenção dos intelectuais. Em relação ao exterior, apesar de todas as iniciativas de valorização da cultura nacional, continuava-se a reverenciar as conquistas culturais européias. E nesse contexto Portugal ocupava lugar de grande destaque. No campo dos estudos literários e dos estudos jurídicos, sobretudo, os estudiosos e escritores brasileiros conservavam sua enorme admiração pelos autores e pelas instituições portuguesas. Nomes como os de Luís de Camões, Eça de Queirós e Camilo Castelo Branco não podiam faltar em nenhuma respeitável estante literária, assim como a Universidade de Coimbra mantinha-se como grande referência acadêmica para grande número de intelectuais do país. Não seria exagerado dizer que, nos meios intelectuais brasileiros, vigia forte corrente lusa.

Entre os intelectuais que mais contribuíram para novo entendimento acerca do povo e da cultura nacionais brasileiros e que nutria, simultaneamente, grande simpatia por Portugal estava Gilberto Freire. O autor de *Casa Grande e Senzala* (1933)² vinha de realizar profunda e profícua intervenção intelectual no debate brasileiro. Indo de encontro às teses arianistas então dominantes, segundo as quais o progresso do Brasil estava a depender do embranquecimento de seu povo, o que significava, naturalmente, a eliminação das marcas étnicas deixadas pela escravidão negra, Gilberto Freire afirmava a personalidade mestiça do povo brasileiro. Característica nacional essa que, segundo ele, constituía valiosa vantagem civilizatória e conseqüente motivo de orgulho. E para a obtenção dessa vantagem, na interpretação contida em *O Mundo que o Português Criou*³, livro publicado em 1940, fora determinante a natural inclinação do elemento português para a miscigenação, resultante ela própria, da formação miscigenada do povo de Portugal. Ao estruturar essa interpretação, Freire desqualificava, portanto, a idéia de que o Brasil seria muito melhor caso houvesse sido colonizado por europeus de outra matriz cultural que não a ibérica. Ao procurar infundir orgulho no elemento nacional em virtude de sua formação mestiça, Freire chamava a atenção para o papel insubstituível da colonização portuguesa de criadora de civilização nos trópicos.

Não foi por mero acaso, como se pode concluir, que o governo comandado por Oliveira Salazar convidou Gilberto Freire a realizar o périplo pelo Império Ultramarino. Contavam as autoridades portuguesas com o poder da pena de Freire para recompor a imagem de Portugal no mundo. E o antropólogo brasileiro soube corresponder às expectativas nele depositadas. Submetendo-se com docilidade ao rígido roteiro imposto pelas autoridades coloniais portuguesas, que cuidaram para que ficasse longe de suas vistas qualquer coisa que comprometesse

² FREIRE, Gilberto. 1973. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio.

³ FREIRE, Gilberto. 1940. *O Mundo que o Português Criou*. Rio de Janeiro: José Olympio.

a imagem de Portugal como potência civilizadora e cristianizadora, Freire percorreu todas as partes do Império e, logo a seguir, em 1953, publicou dois livros: *Aventura e Rotina: Sugestões de uma Viagem à procura das Constantes Portuguesas de Caráter e Ação*⁴ e *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*⁵. Livros esses que serviram para corroborar suas teses e lançar os fundamentos da Teoria Luso-Tropicalista.

Aventura e Rotina apresenta amplo painel em que Freire retrata as características comuns existentes em todas as áreas de colonização portuguesa. Constam observações sobre os hábitos, os costumes e os tipos humanos. Detém-se particularmente nas formas exteriores de religiosidade, nas práticas alimentares e na arquitetura desenvolvidas pelos povos asiático e africano, buscando sempre identificar os elementos próprios e derivados da ação colonizadora portuguesa. As observações de natureza política são raras. E, sempre quando se arrisca a alguma observação mais crítica à ditadura salazarista, esta é acompanhada de críticas ao funcionamento da democracia brasileira, num jogo de contrastes em que se evidencia a vontade de mostrar que, se a ditadura tem defeitos, a democracia também os têm.

Um Brasileiro em Terras Portuguesas está dedicado à exposição da teoria luso-tropicalista que, em *Integração Portuguesa nos Trópicos*, ele assim sintetizou: “a especialização no estudo sistemático do processo ecológico-social de integração de portugueses, descendentes de portugueses e continuadores de portugueses em ambientes tropicais”⁶.

Gilberto Freire, com base nessa sua teoria antropológica, formou a idéia que o mundo que o português criou constituía excepcional capital político internacional, capaz de projetar o Estado que viesse a liderá-lo. E também nunca escondeu a idéia de que considerava o Brasil como o verdadeiro epicentro desse mundo, embora a apresentasse sempre de maneira sorrateira, como que dando a entender que de nada adiantaria anunciar aquilo, cuja importância as elites intelectuais e diplomáticas brasileiras não conseguiam atentar por si próprias. Punha-se ele, assim, a serviço do Estado português por reconhecer nele a competência política que faltava aos que dirigiam o Estado brasileiro.

Em *Aventura e Rotina*, Freire expõe essa posição com clareza:

“Aos poucos, outros continuadores de Rio Branco se convencerão de que, se fosse vivo o Barão, estaria, liberto de qualquer arianismo, pensando nesses povos e nas relações com o Brasil com um mundo novo que se levanta: um mundo de

⁴ FREIRE, Gilberto. 1980. *Aventura e Rotina – Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: José Olympio.

⁵ FREIRE, Gilberto. 1953. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio.

⁶ FREIRE, Gilberto. 1958. *Integração Portuguesa nos Trópicos*. Lisboa, p. 9.

gente de cor como, aliás, grande parte da população brasileira. Bem o previu D. João II ao enviar Pêro de Covilhã à Arábia, à Índia e às terras do Preste João. Bem o previu Fernão Mendes Pinto ao chegar ao Extremo Oriente. Foram eles, de certo modo, precursores de uma política internacional portuguesa, e hoje brasileira, de particular confraternização do luso-europeu com culturas tropicais e orientais e com povos por outros europeus e americanos chamados desdenhosamente de cor”⁷.

Idéia que ele volta a afirmar, p. e., em entrevista ao jornal português *Diário Popular*, em 1958, ao dizer que cabia ao Brasil grande responsabilidade, que incluía “nossos deveres de solidariedade ativa, e não apenas sentimental, para com os povos de formação lusitana e de língua portuguesa dispersos por meio mundo e que se voltam para o Brasil como para o mais adiantado de seus irmãos”⁸.

Essas observações a respeito do lugar que o Brasil devia ocupar no mundo de língua portuguesa eram, como já se disse, marginais no conjunto da produção intelectual de Gilberto Freire. Sua dedicação à idéia da especificidade da missão civilizadora portuguesa no mundo pode se considerar total. Em virtude do prestígio internacional de que se revestiam seus pioneiros estudos sociológicos sobre a formação social brasileira, essas idéias sobre o mundo criado por Portugal encontraram grande receptividade. As suas idéias constituíram um formidável arcabouço ideológico a proteger o colonialismo português, sobretudo no Brasil. Sua intervenção foi, nesse sentido, decisiva para compensar as debilidades econômicas de Portugal, que impediam que seu governo enfrentasse as pressões em favor da descolonização operando mecanismos políticos e econômicos, da mesma forma como o fizeram as metrópoles de capitalismo mais desenvolvido.

3. A aproximação política entre Brasil e Portugal

A assinatura do Tratado de Amizade e Consulta concluiu um difícil processo de aproximação política entre Brasil e Portugal. Quando efetivado, o Tratado converteu-se em poderoso instrumento jurídico de apoio da diplomacia brasileira

⁷ FREIRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*. Op. cit. P. 175.

⁸ FREIRE, Gilberto. Ainda sobre a importância do mar para o Brasil. In *Diário Popular*. Lisboa: 05/08/1958.

às posições assumidas pelo Governo português em relação à questão relativa à conservação do Império Ultramarino.

Partiu da diplomacia brasileira a iniciativa de se elaborar um tratado para aproximar os dois países. O embrião foi criado pelo embaixador brasileiro em Lisboa João Neves da Fontoura. Em 1943, buscando restabelecer as boas relações com Portugal – um tanto abaladas, em virtude da desconfiança do governo português quanto à veracidade da negativa brasileira sobre as supostas negociações que teria entabulado com os Estados Unidos para estudar a possibilidade de ocupação à força do arquipélago dos Açores em 1941, devido à resistência do governo português em permitir o uso do arquipélago pelos Aliados –, Fontoura apresenta à apreciação do governo de Portugal um projeto de decreto intitulado “Estatuto dos portugueses no Brasil”, por meio do qual o governo brasileiro propunha-se a alterar a situação jurídica dos imigrantes portugueses.

Era essa uma resposta à importante reivindicação feita pelos imigrantes portugueses no Brasil. Desde que a constituição promulgada em 1934 estabeleceu em seu parágrafo 6º do artigo 121 restrições à imigração, as organizações portuguesas no Brasil, especialmente a Federação das Associações Portuguesas criada a seguir ao I Congresso dos Portugueses no Brasil, em agosto de 1931, passaram pressionar as autoridades brasileiras para examinar o caso dos nacionais portugueses separadamente dos demais imigrantes.

A Resolução N.º 34, de 22 de Abril de 1939, do Conselho de Imigração e Colonização já havia alterado a situação inicial. Por ela, os imigrantes portugueses ficavam a salvo do controle numérico. Essa era uma conquista importante. Porém não dava por encerrado o assunto, uma vez que continuavam a vigorar as restrições que pesavam sobre as atividades profissionais. A iniciativa de João Neves da Fontoura visava a, portanto, rever o preceito constitucional que impedia os imigrantes portugueses exercerem algumas determinadas atividades profissionais no Brasil.

Curiosamente, as autoridades portuguesas manifestaram-se francamente desfavoráveis ao encaminhamento proposto pelo embaixador brasileiro. Salazar e os demais membros do governo português desejavam que a questão fosse resolvida mediante acordo bilateral. Consideravam que enquanto a questão continuasse sob controle unilateral das autoridades brasileiras, haveria sempre a possibilidade de reversão, sem que os interesses dos imigrantes portugueses fossem devidamente protegidos. Apesar da grande simpatia que nutria pelos portugueses, Fontoura recusou-se a dar tal tratamento à questão.

Outras manobras diplomáticas foram ainda tentadas, mas a posição irredutível de Fontoura em admitir tratamento bilateral à questão esfriou a negociação. A independência da União Indiana e a manifestação dos indianos desejosos de

integrar Goa ao seu Estado despertaram entre as autoridades portuguesas, no entanto, o desejo de retomar as negociações com o Brasil. O Governo português, internacionalmente isolado e sem assento da ONU, entendia ser o apoio brasileiro absolutamente imprescindível para Portugal enfrentar a pressão indiana e manter Goa sob sua soberania. O retorno de Getúlio Vargas à presidência do Brasil em 1950, eleito nesse ano após ter sido apeado por um golpe militar em outubro de 1945, será considerado pelos portugueses como sinal auspicioso, uma vez que o presidente brasileiro era visto como amigo do país.

Nesse novo contexto, o embaixador brasileiro em Lisboa Leão-Gracie apresenta, em 1951, nova proposta intitulada Convenção de Amizade e Consulta. Não obstante os pareceres técnicos negativos argumentando com base na irrelevância econômico-comercial das relações entre os dois países, as negociações evoluíram como era desejo das autoridades portuguesas. Isso se deveu a três fatores. O primeiro deles, foi a substituição de João Neves da Fontoura por Vicente Ráo na chefia do Ministério das Relações Exteriores, por conta de reformulação ministerial promovida por Vargas para reforçar sua sustentação política no Congresso. Ráo logo se mostrou interessado nas negociações, atribuindo-lhe especial importância. O segundo fator consistiu na preocupação externada pelo próprio presidente Vargas com a segurança do Atlântico Sul. Em seu entendimento, o Brasil teria seu litoral mais protegido enquanto Portugal mantivesse suas posições na África. Em meio à Guerra Fria que então se achava em seu clímax, julgava o estadista brasileiro ser mais prudente apoiar Portugal, para não ser surpreendido com qualquer mudança que viesse a pôr em risco a segurança do Brasil. A atuação do sociólogo Gilberto Freire foi o terceiro e último fator a contribuir fortemente para o aprofundamento das negociações para a assinatura de um tratado entre os dois países. Seus livros e as palestras que proferia a respeito de suas viagens ao Império Ultramarino atraíram a atenção de intelectuais e políticos, reforçando a simpatia e acumulando apoio político para as posições internacionais de Portugal.

Por entender que um tratado com Portugal permitiria ao Brasil aproximar-se mais da Europa, elevando o estatuto político do país no meio internacional, Vicente Ráo inverteu a dinâmica do processo negociador passando a apresentar o Brasil como o principal interessado na conclusão das conversações. Tal disposição favorável do ministro brasileiro encorajou a diplomacia portuguesa a externar seu desagrado em face de uma das cláusulas que compunha o projeto de Convenção de Amizade e Consulta. A cláusula em questão era a que estendia a todos os territórios do Império Ultramarino os direitos do imigrante brasileiro.

Os dirigentes portugueses, e Salazar particularmente eram radicalmente contrários a qualquer negociação que resultasse em permissão para brasileiros se

estabelecerem nas colônias. Era idéia consolidada entre eles que, a partir do momento em que brasileiros se estabelecessem com capitais nas colônias, haveria o sério risco de Portugal perder seu controle sobre elas. E Angola constituía o principal objeto de preocupação. Em virtude da proximidade geográfica, das potencialidades económicas e da integração que tivera com o Brasil no passado, Angola devia ser, segundo as autoridades portuguesas, preservada dos interesses capitalistas brasileiros.

A questão Angola era, por assim dizer, a pedra de toque nas relações Brasil-Portugal. Tanto assim era que, quando empresários brasileiros dedicados à cafeicultura, insatisfeitos com a baixa prioridade concedida pelo Governo Juscelino Kubitschek aos seus interesses econômicos, decidiram procurar o governo português com o intuito de convencê-lo a abrir as portas de Angola para seus investimentos na cultura e na comercialização do café, receberam imediata resposta negativa. Para o governo português tudo aquilo que os empresários brasileiros consideravam que seria amplamente vantajoso para a economia do país, como capitais e técnicas aperfeiçoadas, era justamente o motivo da rejeição da proposta.

Vale acrescentar ainda que a recusa do governo português em se associar aos interesses da cafeicultura brasileira levou esse setor da economia do país a alterar sua percepção do sistema internacional e a desempenhar papel decisivo na formulação da nova política externa praticada pelo governo que sucedeu o de Kubitschek. De acordo com o enunciado dessa nova orientação política internacional praticada pelo governo de Jânio Quadros, denominada Política Externa Independente, a diplomacia brasileira devia emprestar seu apoio ao processo de descolonização que se iniciava na África. Tal apoio exprimiria o autêntico interesse nacional brasileiro, uma vez que as colônias africanas ao ascenderem ao estatuto de países independentes deveriam aliar-se ao Brasil para, juntos, melhor negociarem seus produtos tropicais, entre eles o café, no mercado internacional. Enquanto permanecessem colônias, argumentavam os articuladores da nova política, essas economias continuariam na condição de concorrentes da economia brasileira, em benefício das metrópoles européias que, por sua vez, haviam assinado o Tratado de Roma (março/1957) criando a Comunidade Européia (Mercado Comum), e começavam a esboçar o projeto Euráfrica, que tinha por finalidade aumentar ainda mais esses benefícios.

É justo observar igualmente, que essa nova política externa provocou grande reação, especialmente por parte dos setores ligados a Portugal. Executada num momento de crise na vida política do país, em que se manifestavam os mais diversos interesses, externando as contradições de uma sociedade que transitara da condição de agrária para urbano-industrial, a Política Externa Independente apresentou-se como verdadeira antecipação do que poderia vir a ser o reformismo

de esquerda nos demais domínios da vida pública brasileira. Aos olhos dos setores mais conservadores essa política era inaceitável porque, no que diz respeito a Portugal e África, representava, simultaneamente, abandonar um velho e querido país aliado e expor o litoral do país à situação de insegurança, dado que os africanos eram então considerados incapazes de garantir o autogoverno.

A negociação em torno do tratado unindo Portugal e Brasil foi adiante nos anos 1951 e 1952, portanto, porque se, por um lado, Portugal recusava-se a admitir o ingresso de brasileiros em suas colônias, conforme as razões acima apontadas, o Brasil, por outro lado, também tinha suas razões para rejeitar um tratado válido para todo o mundo colonial português. Causou certa surpresa aos diplomatas portugueses saber que as autoridades brasileiras se preocupavam com a extensão das facilidades oferecidas aos imigrantes, porque não desejavam que se iniciasse um movimento migratório das colônias portuguesas para o Brasil. Verificada a coincidência de posições, segundo a qual as facilidades a serem concedidas aos imigrantes só valeriam caso fossem brasileiros que se dirigissem para a metrópole portuguesa e caso fossem portugueses que se dirigissem para o Brasil, o documento foi prontamente assinado.

O Tratado de Amizade e Consulta foi finalmente assinado em 16 de novembro de 1953. Sua concretização representou extraordinária vitória diplomática de Portugal, pois enquanto a diplomacia brasileira agia para proporcionar melhores condições ao imigrante português e trabalhava visualizando um estranho cenário político, no qual vislumbrava tornar-se ator político europeu por intermédio de Portugal, a diplomacia portuguesa obtinha ganhos políticos valiosíssimos para sua estratégia de defesa do Império Ultramarino.

Na perspectiva da diplomacia comandada por Vicente Ráo, a Guerra Fria formava o ponto nodal das relações internacionais. Em vista disso, a prioridade na política externa devia ser dada às ações que estreitassem os vínculos com a aliança ocidental, pois isso tornaria o país mais protegido da ameaça comunista. No caso específico das relações com Portugal, pretendia-se obter uma aproximação junto à Organização do Tratado do Atlântico Norte-OTAN. Em 1957, inclusive, foi atribuída à chancelaria brasileira a autoria da proposta apresentada pelo presidente do Peru, Manuel Prado, ao presidente Eisenhower, dos Estados Unidos, para se promover uma articulação entre a OTAN e a Organização dos Estados Americanos-OEA. Proposta essa que, evidentemente, não foi seriamente considerada pela cúpula da organização militar, mas despertou vivo interesse da parte da diplomacia portuguesa.

Já na perspectiva da diplomacia portuguesa o quadro das relações internacionais era percebido de maneira bem diferente. Segundo os formuladores lusos, a questão nuclear das relações internacionais consistia na defesa de seu mundo

colonial. A soberania sobre as colônias era considerada como a condição básica para Portugal se conservar como ator político válido no sistema internacional. Caso as colônias fossem perdidas, o país se reduziria a uma posição tão insignificante que acabaria inviabilizando-se como nação independente. Isso não quer dizer que os portugueses não se preocupassem com a ameaça comunista. Mas, para o Governo de Salazar, a ameaça comunista era uma hipótese muito remota. Afinal, no âmbito da política interna, Salazar, na qualidade de Presidente do Conselho de Ministros, comandava uma ditadura, em perfeita consonância com os interesses dos proprietários e da Igreja católica, que tornara praticamente impossível qualquer mudança radical de orientação política.

Em decorrência dessa prioridade de política internacional que o Tratado de Amizade e Consulta assinado com o Brasil constituiu significativa vitória diplomática. A aliança política formal com o Brasil descortinava novas perspectivas para que a diplomacia portuguesa prosseguisse em seu intuito de não transigir com o anticolonialismo.

No novo sistema internacional que se estruturara ao fim da Segunda Guerra Mundial a posição de Portugal era, à primeira vista, muito frágil. Os princípios que sustentavam seu sistema político estavam em franca contradição com as tendências que prevaleciam no mundo capitalista ocidental. Em virtude da linhagem fascista de seu regime e da simpatia que seus dirigentes nutriram pela Alemanha nazista, Portugal teve acesso a ONU negado, do mesmo modo que a vizinha Espanha, governada pelo ditador Francisco Franco.

A situação política internacional de Portugal era, todavia, algo diferente daquela da Espanha. A razão da diferença era o arquipélago dos Açores, sob soberania de Portugal. Açores havia sido extremamente importante para o esforço de guerra aliado na luta contra o Eixo. E passou a ser considerado imprescindível para a estratégia ocidental de defesa do Atlântico Norte, o que determinou a inclusão de Portugal na OTAN.

A participação na OTAN proporcionava prestígio político e militar a Portugal. No contexto da Península Ibérica isso representava grande vantagem sobre a Espanha, com a qual Portugal vivia em permanente competição. No entanto, no que se referia à questão que os portugueses tinham como nuclear das relações internacionais, a participação na grande aliança militar do Ocidente resultava em pouco valor prático. Devido ao seu insuficiente grau de desenvolvimento econômico e ao baixo poder de fogo de suas forças armadas, Portugal não tinha como influir politicamente nos destinos na organização. Ademais, sua posição geográfica tornava improvável uma ameaça militar soviética direta. Por outras palavras, apesar de toda a importância da OTAN, o fato é que a organização militar não tinha utilidade para ajudar a garantir o mundo colonial português. Essa questão

angustiava os militares portugueses, porque em caso de necessidade de ação militar no mundo colonial Portugal não poderia contar com o apoio de todo aquele aparato da OTAN, só podendo contar, enfim, com suas próprias forças. Daí, portanto, a importância do tratado assinado com o Brasil. Afinal, o principal país da América do Sul, com assento nos principais foros internacionais, especialmente na ONU, era uma ex-colônia que ocupava posição central no Atlântico Sul e que se dispunha a apoiar Portugal frente a uma conjuntura internacional que prometia tornar-se cada vez mais adversa.

O tratado foi muito bem aceito pelo Congresso Nacional brasileiro. O desequilíbrio na distribuição dos benefícios não foi considerado. A posição pró-lusa do Ministro das Relações Exteriores era acompanhada pela totalidade dos membros do Congresso. No âmbito da sociedade civil, algumas instituições manifestaram-se contrárias ao compromisso bilateral. Entre essas, destacou-se a revista *Anhemi*, que repercutia o sentimento da colônia portuguesa em São Paulo, onde estavam concentrados os opositores do regime de Salazar. Em seu número 38, de janeiro de 1954, a revista assim colocava-se ante o tratado: “Que interesse comum internacional poderá existir entre um país totalitário e um país livre? Sob o ponto de vista político, Portugal só poderá interessar ao Brasil no dia em que se libertar de Salazar. Enquanto aquilo for ditadura e isto aqui país livre não há entendimento possível”⁹.

No Brasil, o Tratado de Amizade e Consulta teve seu texto ratificado em 30 de abril de 1954; em Portugal, a Assembléia Nacional, ao receber parecer favorável da Câmara Corporativa, aprovou-o por unanimidade em dezembro desse mesmo ano.

A partir de então, a diplomacia portuguesa passou agir com desenvoltura no sentido de apertar os laços políticos com o Brasil e, acima de tudo, obter das autoridades brasileiras posições inequivocamente favoráveis à sua política internacional. Naquela altura, o que mais interessava era garantir junto à diplomacia brasileira apoio explícito à decisão de recusar-se a entregar Goa aos indianos, sob o argumento que se tratava de território português.

Em maio de 1955, o presidente do Brasil Café Filho visitou Portugal, a despeito da grave crise política por que o país passava, em decorrência do suicídio do presidente Getúlio Vargas. A temerária viagem, fortemente incentivada pela corrente pró-Portugal do Itamaraty, serviu para dar lustro ao Tratado que vinha de ser assinado, assim como apresentar de viva voz aos portugueses a defesa dos objetivos de política externa de Portugal pelo presidente brasileiro. Essa visita foi retribuída em junho de 1957 com a visita do presidente português Craveiro Lopes

⁹ *Anhemi*. São Paulo, n.º 38, vol. XIII, Janeiro de 1954, pp. 293-294.

ao Brasil. Além da cortesia, a viagem de Craveiro Lopes tinha por principal objetivo pressionar as autoridades brasileiras a organizar uma agenda legislativa para garantir cumprimento às cláusulas previstas no Tratado de Amizade e Consulta. A diplomacia portuguesa via a questão como urgente, e temia que o Tratado, a exemplo de outras iniciativas bilaterais anteriores, não fosse devidamente implementado, tornando-se letra morta.

A visita de Craveiro Lopes constituiu grande acontecimento político. Naquela altura, o Brasil era governado pelo presidente Juscelino Kubitschek, que tomara posse em janeiro de 1956. Com a elevação de Kubitschek à presidência da República não houve solução de continuidade nas relações diplomáticas com Portugal. Antes pelo contrário. Sob o seu governo, as relações se tornaram mais complexas, mas também muito mais estreitas.

Assim que eleito Kubitschek empreendeu longa viagem pelo exterior. Tinha por objetivo safar-se do clima político ainda turbulento e, sobretudo, buscar apoio externo para seu Programa de Metas, mediante o qual pretendia acelerar o processo de modernização do país. Em seu périplo encontrou-se com o presidente dos Estados Unidos, Eisenhower, e com diversos líderes políticos e empresariais da Europa, visando a convencê-los da oportunidade de investir seus capitais no Brasil. Portugal foi a última etapa da viagem. E o encontro com Salazar e com as demais autoridades governamentais portuguesas teve sentido muito diferente dos encontros com os outros líderes políticos europeus e com o norte-americano. A recepção dada a Kubitschek fez fortalecer nele a simpatia que tinha pelo país, proporcionando aos anfitriões a satisfação de ouvir que sob seu governo o Brasil continuaria a honrar o Tratado de Amizade e Consulta, bem como a apoiar integralmente as posições políticas internacionais portuguesas. A partir dessa visita do presidente eleito do Brasil ficou consagrada a idéia que as relações Brasil-Portugal eram substancialmente diferentes das demais, pelo fato de serem relações sentimentais de dois países que se viam como irmãos.

Essa concepção das relações Brasil-Portugal acentuada por Kubitschek prevaleceu ao longo de todo seu período governativo, não obstante algumas incômodas questões que foram se acumulando.

Algumas objeções surgiram de dentro mesmo do meio diplomático brasileiro. Diplomatas de segundo escalão, operadores das relações bilaterais, manifestaram, em diversas ocasiões, seu inconformismo quanto à distribuição dos benefícios do apoio brasileiro à política internacional de Portugal, especialmente no que dizia respeito a Goa.

Argumentavam junto à Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores que a causa portuguesa com a Índia era sabidamente sem futuro e profundamente antipática aos olhos dos demais países periféricos, sobretudo depois da

realização da Conferência de Bandung, quando os líderes ali reunidos exortaram a ONU a levar efeito a Carta de São Francisco trabalhando para a descolonização. Segundo esses diplomatas, por estar perfeitamente ciente da inexorabilidade do processo de descolonização e da integração de Goa ao território da União Indiana, Portugal estava pondo em execução uma política de intensa exploração dos recursos do enclave, sem que o Brasil, que arcava com elevados custos políticos, extraísse qualquer vantagem dessa exploração. Como escreveu um desses diplomatas em ofício enviado à Secretaria de Estado, em tom de indisfarçável ironia, ao Brasil competia unicamente proteger as relíquias de São Francisco Xavier, enquanto Portugal cuidava de assuntos mais terrenos e lucrativos.

Outra questão importante que criou algumas dificuldades no relacionamento diplomático entre Brasil e Portugal foi àquela referente ao Acordo Internacional do Café.

Essa era uma questão delicada para ambos os países. Delicada porque Portugal, de um lado, fizera todo o possível para ver prosperar a produção e a exportação de café de Angola para o mercado internacional. Tal esforço fazia parte da política portuguesa de valorizar economicamente a colônia e transformá-la em colônia de povoamento, para afogar as idéias autonomistas que corriam a África e que inevitavelmente alcançariam Angola. O resultado dessa operação foi o crescimento da produção e a conversão da colônia em relevante exportadora do produto.

Para o Brasil, de outro lado, a questão era delicada porque a queda das exportações de café, causada pela concorrência entre as economias exportadoras, e o conseqüente excesso de oferta no mercado internacional, prejudicava o programa de crescimento industrial do país. Embora o café viesse perdendo importância no conjunto da economia brasileira, e a sua representação política houvesse sido deslocada para um plano secundário, o fato é que o governo não podia ignorar as aflições desse setor produtivo, uma vez que ainda dependia bastante das divisas geradas pelo café para realizar as importações necessárias à implementação da política industrial.

Por essa razão o governo brasileiro apelou aos demais produtores e também aos principais países importadores para entrarem em acordo, de modo a estabelecer uma política de preços para impedir que a concorrência desenfreada acabasse por prejudicar a todos, indiscriminadamente. Atendendo ao chamamento do governo brasileiro ao diálogo numerosas delegações nacionais, assim como representantes de diversos organismos internacionais se reuniram no Rio de Janeiro, em janeiro de 1958, celebrando o Acordo Internacional do Café. As decisões mais importantes do encontro foram a fixação de cotas e a criação de um comitê encarregado de criar a Organização Internacional do Café.

Portugal, porém, resistiu à decisão. Sob o argumento que não poderia abrir mão das divisas provenientes da exportação do café, e que a decisão criaria problemas políticos em Angola, o governo português tentou ficar à margem do acordo. As pressões em sentido contrário, no entanto, foram muito fortes. E uma das conseqüências que tal resistência provocou, foi desencadear manifestações favoráveis ao processo de descolonização na África, inclusive de Angola, da parte de setores políticos brasileiros que sempre haviam sido favoráveis à política portuguesa.

Diante desse quadro, os setores mais próximos à diplomacia portuguesa, a começar pelos representantes da colônia portuguesa no Rio de Janeiro, procuraram esclarecer às autoridades de Portugal da inconveniência política de manter aquela posição contrária ao Acordo Internacional do Café. Fizeram ver aos portugueses que a intransigência na questão poderia comprometer o apoio que a Portugal os brasileiros prestavam. Em vista disso, o governo português decidiu mudar sua posição aderindo ao Acordo, mas exigindo compensações ao Brasil. Exigiu controle na exportação de vinhos brasileiros, que, segundo os portugueses, concorriam deslealmente com os vinhos portugueses, e exigiu também a aceleração do processo de regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta pelo Congresso Nacional Brasileiro.

O terceiro, e o mais grave problema nas relações Brasil-Portugal na década de 1950 foi o criado pelo pedido de asilo político formulado pelo general Humberto Delgado. Por suspeitar que seria preso pela Política Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), por haver denunciado que as eleições que disputou para preenchimento do cargo de Presidente da República haviam sido fraudadas, e que seria ele o candidato legitimamente eleito, o general Delgado pediu asilo à embaixada do Brasil em Lisboa. Álvaro Lins, o embaixador brasileiro, até então muito próximo do presidente Kubitschek e considerado grande amigo de Portugal, por sua vez, não hesitou em conceder ao militar português o asilo solicitado, em 12 de janeiro de 1959.

Por dispor de autonomia para conceder o asilo, já que conseguiu provar que havia jurisprudência formada sobre o caso, apesar de não existir acordo específico de concessão de asilo entre os dois países, a decisão de Álvaro Lins não pôde ser anulada pelo Ministro das Relações Exteriores nem pelo Presidente da República. Pressionado pelas autoridades portuguesas e brasileiras e pela imprensa dos dois países para facilitar uma solução para o caso, com o visto de saída de Portugal para Humberto Delgado sem a caracterização do asilo político, Álvaro Lins contou apenas com o apoio silencioso da oposição política de Portugal e com o apoio de parte da intelectualidade brasileira, que começava, nesse período, a substituir a idéia de que o governo de Salazar era um governo paternalista amado por seu povo, pela idéia de que se tratava, na verdade, de uma severa ditadura

que se apoiava nas forças repressivas para se livrar da oposição e evitar a democratização de Portugal.

O general Delgado acabou alcançando o objetivo pretendido de sair protegido de Portugal para fixar-se no Brasil. Ambos os governos conseguiram chegar a um acordo, sem atribuir ao general, no entanto, a condição de asilado político. Tal acordo foi possível mediante a desautorização do embaixador brasileiro pelas autoridades do Itamaraty. Embora a vontade do governo português tenha prevalecido, o caso Delgado despertou a atenção da esquerda brasileira para a situação política de Portugal, ao mesmo tempo em que fez de Álvaro Lins crítico acérrimo das relações diplomáticas do Brasil com Portugal. Em agosto de 1960, por ocasião da viagem do presidente Juscelino Kubitschek a Lisboa para participar, na condição de co-anfitrião junto com o ditador espanhol Francisco Franco, dos festejos relativos ao 5º centenário da morte do infante D. Henrique, quando o Tratado de Amizade e Consulta teve seu texto regulamentado e várias convenções foram então assinadas, a oposição ao apoio diplomático brasileiro à política internacional portuguesa já era bem considerável, apesar do clima de exaltação da amizade dos dois países criado pelos setores mais conservadores brasileiros.

4. A relação Brasil-Portugal e os emigrantes portugueses

O êxito da diplomacia portuguesa em conseguir apoio junto às autoridades governamentais brasileiras para sua política internacional ao longo dos anos 1950 deveu-se, fundamentalmente, à visão dos formuladores brasileiros segundo a qual a luta entre “mundo livre” e comunismo constituía o aspecto principal das relações internacionais, e que Portugal era um aliado altamente confiável e indispensável, uma vez que sua posição anticomunista era firme, conseqüente e imprescindível para a segurança brasileira no Atlântico Sul. Consoante essa visão do quadro internacional, elaborada e apresentada à nação pelos setores mais conservadores do mundo político e diplomático, a diplomacia brasileira não se negava a funcionar como linha auxiliar da diplomacia portuguesa. De acordo com esses formuladores, as mudanças internacionais que iam se esboçando a partir de episódios como a Conferência Afro-Asiática de Bandung, a Crise de Suez e a luta de libertação na Argélia deviam ser contidas, porque nada mais faziam senão abrir o caminho para a vitória do comunismo em toda parte.

A relação entre Brasil e Portugal primou pela harmonia porque as diplomacias dos dois países racionalizavam as tendências e contra-tendências do sistema

internacional com base numa formação ideológica de cariz convergentemente conservador. Todavia, seu êxito só pôde ser obtido, em grande medida, pelo significativo apoio prestado pela colônia de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro, capital do país. Isto tanto é verdade que, quando a capital do país é transferida para a recém criada cidade de Brasília, a influência do *lobby* português junto ao Congresso Nacional se enfraquece consideravelmente. Poder-se-ia mesmo avançar a idéia de que uma das condições de possibilidade da Política Externa Independente do presidente Jânio Quadros, sucessor de Juscelino Kubitschek, naquilo que ela comportava de desalinhamento com a política portuguesa de defesa do Império Ultramarino, consistiu da distância física que passou a separar os órgãos de governo das instituições representativas da colônia portuguesa.

No século XX, os imigrantes portugueses começaram a se organizar politicamente no início dos anos 1930, como já foi acima observado, para melhor enfrentarem as indiscriminadas restrições que sobre todos os imigrantes passaram a pesar nesse período, decorrentes das medidas governamentais tomadas para superar as dificuldades económicas mundialmente generalizadas pela crise do capitalismo, que se desencadeou a partir da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em outubro de 1929. Como reflexo desse esforço para se organizar realizou-se, em agosto de 1931, o I Congresso dos Portugueses do Brasil. Dele nasceu, no mesmo ano, a Federação das Associações Portuguesas, cujos objetivos eram: a) exaltar Portugal e Brasil; b) fortalecer os laços de amizade luso-brasileira; c) dar ao Brasil público testemunho da gratidão dos portugueses; d) honrar Portugal, promovendo e patrocinando comemorações e festas de cunho patriótico.

A Federação nasceu sem vínculos com o governo português. O Estado Novo, instaurado em 1933, não aprovava a emigração. Para Salazar, nesse período inicial de seu governo, o emigrante era um traidor, que se recusava a enfrentar as dificuldades para elevar a condição de sua pátria e levava sua força de trabalho para beneficiar a economia de outros países. Em conformidade com essa expressão ingênua de nacionalismo que não reconhecia a existência dos problemas estruturais que empurravam os portugueses para longe do país, o Estado isentou-se de qualquer responsabilidade pelo processo migratório.

O não envolvimento com a emigração, porém, não suprimiu a vontade dos portugueses saírem de Portugal em busca de uma vida melhor. O que fez, na verdade, foi provocar sérios problemas sociais, dado que o lugar do Estado foi preenchido pela iniciativa privada, e muitas vezes por indivíduos inescrupulosos que se aproveitavam da ingenuidade dos emigrantes para se apropriar de seus recursos. Além disso, em virtude da falta de informações sobre o país para onde se dirigiam, muitos se viam forçados a retornar.

Em vista dessas condições, em outubro de 1947 é criada a Junta de Emigração, submetida à autoridade do Ministério do Interior. O propósito da Junta era controlar, moralizar e se beneficiar com as remessas de numerário que os emigrantes faziam para os familiares que deixavam em Portugal. Com essa mudança o governo passa não só a deixar de ver o emigrante de maneira negativa, como chega mesmo a estimular a emigração. O resultado dessa nova política foi o expressivo crescimento do número de emigrantes. Na década de 1950 foram mais de 243 mil portugueses a se transferir para o Brasil.

A execução da nova política migratória pela Junta de Emigração e o crescimento do número de emigrantes que se dirigiam para o Brasil coincidiu com a ofensiva diplomática portuguesa junto ao governo brasileiro para providenciar a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta e com a publicação dos livros de Gilberto Freire, nos quais o sociólogo brasileiro exaltava as virtudes da colonização portuguesa. O resultado dessa convergência de fatores foi o forte engajamento da colônia portuguesa na defesa da política internacional de Portugal. A despeito de o governo português nunca ter se proposto a monitorar politicamente a colônia, esta se constituiu numa força política independente muito importante em favor das posições definidas por Lisboa.

As Casas Regionais; os jornais *A Voz de Portugal* e o *Mundo Português*; e os centros culturais como o Real Gabinete Português de Leitura e o Liceu Literário Português, onde se fazia difusão da obra dos grandes escritores portugueses como Eça de Queiroz e Luís de Camões; formavam um dispositivo atuante e eficiente de propaganda. Mediante política criteriosa de cooptação de políticos, sempre interessados nos votos dos descendentes dos imigrantes, e de jornalistas, sempre sensíveis a convites para viajar a Portugal e a receber as condecorações que as autoridades portuguesas nunca economizavam, a causa portuguesa tinha trânsito livre.

A defesa da posição portuguesa em Goa foi a primeira grande manifestação decorrente dessa articulação entre imigrantes portugueses e mundo político e jornalístico do Brasil. A tese apresentada por Portugal para enfrentar a pressão em favor da independência das colônias, segundo a qual Portugal não tivera atuação colonizadora, mas sim civilizadora e cristianizadora, foi amplamente encampada por aqueles que modelavam a opinião pública brasileira. Chegando mesmo alguns a argumentar que essa característica tipicamente lusa já havia se demonstrado na história do Brasil. Essa unanimidade política em torno das relações luso-brasileiras e da política internacional de Portugal, como já foi observado acima, só veio a ser quebrada já no final da década, em virtude do contato do embaixador Álvaro Lins com a realidade política portuguesa e de sua corajosa disposição de conceder o asilo político ao general Humberto Delgado.

Apesar, enfim, de haverem sido obrigados a se retirar de Portugal em virtude das insuficiências económicas decorrentes da estrutura sócio-política que os dirigentes do Estado Novo mantinham, os imigrantes portugueses no Brasil, movidos por intenso sentimento de amor à pátria, desempenharam relevante papel político de apoio às diretrizes traçadas pelo governo de seu país, tornando-se responsáveis, em grande medida, pelo seu sucesso.

Conclusão

A título de conclusão, deve-se observar que as relações Brasil-Portugal após o período aqui analisado nunca deixaram de primar pela compreensão e pelo entendimento mútuo. Mesmo no período da Política Externa Independente não houve ruptura. Quando os militares romperam a ordem constitucional em março de 1964 e empalmaram o poder de Estado, a posição de crítica ao colonialismo foi suprimida, voltando o Brasil à plena harmonia com Portugal. No entanto, o desenvolvimento industrial do Brasil somado às mudanças no sistema internacional e as mudanças políticas havidas em Portugal foram fazendo com que o estilo da relação fosse também mudando. De maneira que, pode-se hoje dizer que as relações luso-brasileiras nos anos 1950 foram intensas e especiais, como nunca mais se viu.

As relações Portugal-Brasil na primeira metade do século XX (1910-1945)

Paula Marques dos Santos
Paulo Amorim

Introdução

Neste artigo, pretendemos analisar a evolução deste relacionamento bilateral desde o fim do regime monárquico em Portugal até ao final da II Guerra Mundial, momentos que consideramos basilares e que delimitam uma fase específica deste relacionamento. Por um lado, o fim do regime monárquico português permite comprovar que seria possível manter o relacionamento luso-brasileiro, o qual não conseguirá ser reforçado nas décadas de 1910 e 1920 devido à inconstância e instabilidade da I República, mais preocupada com as questões internas e depois com a I guerra mundial e com as suas consequências. Por outro lado, o ano de 1945 conhece o fim do segundo conflito mundial e também o fim do regime varguista no Brasil, conduzindo não só a uma conjuntura mundial que se funda em ideais e valores adversos ao regime português, mas também a uma política externa brasileira diferente que se procura adaptar a esse novo sistema.

1. O período do fim da Monarquia e a I República em Portugal

O fim do regime monárquico em Portugal, no início do século XX, e a consequente vigência da I República pode ser genericamente caracterizado por um período de dificuldades no relacionamento entre Portugal e o Brasil, relacionamento que tinha sido reatado depois de diversos diferendos no final da monarquia no Brasil. E mesmo durante todo o período da I República esse relacionamento bilateral será relegado para segundo plano, já que os sucessivos governos republicanos

portugueses vão centrar as suas atenções em questões internas e na tentativa, muitas vezes frustrada, para a resolução desses mesmos problemas.

De facto, o final do séc. XIX e o início do séc. XX foi um período de afastamento entre os dois países lusófonos, devido a diversas vicissitudes internas de cada um e dificultadas ainda pelas conjunturas de conflito generalizado no sistema internacional. Por esses motivos, durante este período assistimos essencialmente a um diálogo bilateral retórico com uma capacidade de concretização quase nula, ou seja, apesar da realização de inúmeros eventos que procuraram manter vivo os elos luso-brasileiros, como é exemplo a visita do presidente português ao Brasil e do reatamento e restabelecimento formal de relações diplomáticas após os diferendos que surgem nos finais do século XIX, as concretizações operacionais serão escassas. Por consequência, nesta fase falamos apenas de eventos de circunstância diplomática, dos quais pouco ou nada se conseguiu retirar para o reforço das transacções comerciais ou mesmo para a cooperação noutras áreas de importância estratégica.

Em 3 Maio de 1898 passa por Lisboa, a bordo do navio Thames, o presidente eleito do Brasil, Manuel Ferraz Campos Sales. O presidente declinou o convite do governo português para desembarcar, para ser homenageado, prometendo que no regresso da viagem pela Europa se demoraria alguns dias em Lisboa. A 8 de Agosto chega efectivamente ao porto de Lisboa e foi objecto de várias homenagens oficiais por parte de D. Carlos e do Governo. Esta foi a 1.^a visita dum Presidente da República eleito brasileiro a Portugal, inaugurando uma série de visitas que se verificarão ao longo do século XX, mas sem qualquer resultado e/ou benefício político e/ou mesmo económico. (Magalhães, 1997, p. 77).

Em 1908 o governo brasileiro decidiu celebrar o 1.^o centenário da abertura dos seus portos (decretado por D. João VI a 28 de Janeiro de 1808, quando se transferiu para o Brasil) com uma grande exposição internacional. O governo de João Franco decidiu participar oficialmente nessa exposição (Portaria de 28 de Outubro de 1907). O ministro português no Rio de Janeiro, Camelo Lampreia, propôs ao governo português que fosse feita uma visita oficial do Rei D. Carlos, sugestão aceite, tendo a visita real começado a ser preparada cuidadosamente nos dois países, com o apoio do Ministro das Relações Exteriores, Barão de Rio Branco, e do Congresso brasileiro (que aprova os créditos necessários para custear os preparativos da visita do monarca).

A chegada do rei D. Carlos ao Rio de Janeiro, a bordo dum navio português, estava prevista para o dia 7 de Junho de 1908. Todavia, (*ibidem*, p. 79) o regicídio perpetrado (1 de Fevereiro) pôs termo a esse projecto (embora a proclamação do regime republicano ocorra apenas em Outubro desse ano) que, tal como afirma Vieira de Castro “se tivesse ido adiante, teria certamente tido uma considerável

importância no estreitamento das relações luso-brasileiras” (*apud* Magalhães, 1999: p. 79).

Em Outubro de 1908, o marechal Hermes da Fonseca, estando em visita à Europa, inclui Portugal na sua rota e chega a Lisboa a 1 de Outubro. O rei D. Manuel, herdeiro da coroa portuguesa, organiza em honra do presidente brasileiro um banquete na Sala do Risco, no Arsenal, a 2 de Outubro (domingo), e visita-o a bordo do couraçado São Paulo no dia seguinte. Mas, na madrugada do dia 4 de Outubro, eclode em Lisboa a revolução republicana que, tendo triunfado, levou à proclamação da República. Perante esta situação a comitiva presidencial brasileira abandona o porto de Lisboa, regressando ao Brasil.

A Implantação da República em Portugal surge numa época onde quase todos os Estados Europeus eram ainda monarquias e, por essa razão, a preocupação do seu reconhecimento internacional ditará a política externa portuguesa até à I Guerra Mundial, já que os Estados Europeus só se pronunciarão, na sua maioria, após o reconhecimento britânico, que consideravam tutelar Portugal. E, mesmo no republicano continente americano serão encontrada alguma resistência, pois a coroa dos Bragança reinara até 1889 no Brasil. Aliás, a implantação da república no Brasil serviu de estímulo para os republicanos portugueses.

O reconhecimento oficial da República portuguesa foi um processo difícil e complexo que ocorreu em três momentos distintos, arrastando-se por dez longos meses, com consequências graves sobre a situação internacional do país e a própria política interna em Portugal.

O reconhecimento pelo Brasil insere-se logo na primeira vaga e é, praticamente, imediato, juntamente com a Argentina. Tal situação demonstrava que a diplomacia portuguesa tinha conseguido alcançar os seus objectivos e que mantínhamos boas relações com os Aliados atlânticos. Este reconhecimento permitirá, num segundo momento, aos EUA uma aproximação singular ao regime português.

Apesar das relações cordiais existentes com o regime monárquico deposto, o reconhecimento da República Portuguesa será imediato e no dia 6 de Outubro, o ministro do Brasil em Lisboa, José Pereira da Costa Mota, recebe instruções telegráficas do seu governo, autorizando-o a entrar em relações com o Governo Provisório português, presidido na altura por Teófilo Braga, comunicando-lhe oralmente que o reconhecimento formal do novo regime se efectuará quando o governo brasileiro tivesse conhecimento de que a maioria da nação portuguesa apoiava o novo regime republicano (esta posição era idêntica à dos EUA).

Em 22 de Outubro, porém, o representante máximo brasileiro em Lisboa recebe instruções para reconhecer formalmente a República portuguesa, em

virtude do governo da Argentina ter decidido fazer o reconhecimento imediato (22 de Outubro), dado que também Portugal tinha sido o primeiro a reconhecer a independência da Argentina.

O governo republicano manifestou logo a sua intenção de intensificar e consolidar as relações com o Brasil, designando como representante diplomático no Rio de Janeiro, António Luiz Gomes, importante figura do Partido republicano¹. Mas, apesar das intenções demonstradas o relacionamento bilateral permanecerá estagnado durante a I República, diminuindo drasticamente mesmo o volume das vagas migratórias portuguesas em direcção ao Brasil². Das poucas concretizações, referimos aqui a assinatura, a 25 de Março de 1909, de uma Convenção de Arbitragem entre Portugal e o Brasil (Magalhães, 1999: 140) e, num novo gesto de aproximação bilateral, ambos os governos decidem em 1913 elevar à categoria de embaixada as respectivas representações diplomáticas em Lisboa e no Rio de Janeiro³, decisão oficializada a 11 de Março de 1914.

O caminho de gradual aproximação iniciado durante a I República, embora ténue em resultados estratégicos e operacionais, é ainda visível em diversas demonstrações: visitas recíprocas dos presidentes, designadamente de Epiácio Pessoa (8 de Junho de 1919) e de António José de Almeida (17 de Setembro 1922), da elevação das legações em Lisboa e no Rio de Janeiro ao nível de embaixadas como referido, da travessia aérea do Atlântico Sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral; na celebração do centenário da independência do Brasil (17 de Junho de 1922), entre outros acontecimentos (Cf. CERVO, 2000: 263-270), como o envio para o Brasil, em Dezembro de 1920, dos corpos do imperador D. Pedro II e da imperatriz D. Teresa Cristina, sepultados no panteão de São Vicente de Fora (Magalhães, 1999: 141).

O período entre 1919 e 1928, após o final da I Guerra Mundial, caracteriza-se na Primeira República Portuguesa por tentativas de diversificação das suas relações internacionais, situação onde se enquadra esta tentativa de reforço da ligação ao Brasil. Todavia, a ligação à Grã-Bretanha continuaria a influenciar decisivamente toda a política nacional e essencialmente em relação às colónias – adopção

¹ Em Julho de 1912, este foi substituído por outra figura importante do Partido, e nascido no Brasil – Bernardino Machado.

² Verificar-se-á ao longo do séc. XX uma redução gradual dos contingentes migratórios portugueses em direcção ao Brasil, não só devido aos conflitos mundiais, mas também pela substituição desse destino transatlântico por outros, essencialmente europeus e africanos (colónias portuguesas), para além da influência das restrições legais que serão implementadas em território brasileiro à recepção de novos imigrantes.

³ Portugal – Lei de 10 de Julho de 1913 e Decreto do Governo de 01 de Novembro. Brasil – Decreto do Governo de 07 de Janeiro de 1914.

de modelos descentralizantes. Em África, enraíza-se um triângulo entre Lisboa – Londres – Bruxelas contra as aspirações sul-africanas e alemãs.

O conflito mundial que termina em 1919 provocou uma crise profunda no Sistema Internacional, onde Portugal também se inclui e a crise financeira e económica instalada conduziria a um vazio político na década de 1920. A instável situação económica nacional permitiria a ascensão de Salazar, o qual defende o não comprometimento com acordos internacionais que colocassem em causa as alianças tradicionais e a luta contra a internacionalização do problema colonial, na Sociedade das Nações (SDN). A SDN foi vista pelos responsáveis portugueses como uma novidade institucional favorável ao aumento da liberdade de acção de Portugal no contexto internacional. Todavia, todas essas boas intenções saem fracasadas e o último período da I República conduzirá, inevitavelmente, ao regime ditatorial que se instalaria em Portugal.

Relativamente às tentativas para estreitar o relacionamento com o Brasil, devemos ainda referir alguns esforços ao nível comercial e cultural. A missão portuguesa⁴ que acompanhou o presidente português em 1922 tencionava negociar diversos convénios (Cf. Magalhães, 1999: 83) com as autoridades brasileiras, mas o único acordo assinado, preparado por Jaime Cortesão e João de Barros, foi uma convenção sobre propriedade literária e artística, firmada a 26 de Setembro, que só viria a ser ratificada a 4 de Abril de 1924, durante a presidência de Teixeira Gomes. Ao nível económico, nada de concreto foi conseguido por Francisco António Correia, pois o mandato de Epitácio Pessoa terminava a 15 de Novembro desse ano e a administração brasileira não desejava encetar negociações ou celebrar acordos.

Em Portugal procurou-se, no entanto, negociar com o Brasil um acordo comercial, tendo o Governo apresentado ao Parlamento a 7 de Dezembro de 1923, uma proposta de lei autorizando-o a negociar com o Brasil um acordo com diversas reduções tarifárias e aduaneiras. Esta tentativa não teve qualquer sucesso em virtude de novas disposições proteccionistas que são entretanto introduzidas na pauta brasileira (com o objectivo de tentar responder aos problemas económicos internos).

Deste novo espírito de aproximação, realçamos ainda o surgimento de diversos autores e até de diplomatas e políticos, como Coelho de Carvalho, Zófimo Consiglieri Pedroso, António Maria de Bettencourt Rodrigues, entre outros (Cf. *ibidem*: 277-278), que defendiam a *luso-brasilidade* e o *reforço da comunidade luso-brasileira*. Estes depoimentos a favor de uma verdadeira

⁴ Da qual faziam parte os escritores Jaime Cortesão e João de Barros e o economista Francisco António Correia.

comunidade luso-brasileira continuarão a encontrar, durante a coexistência do Estado Novo brasileiro e português, além do pensamento favorável dos dois líderes políticos, a subsidiariedade de muitas figuras públicas que defendem publicamente este projecto, onde realçamos o nome de dois dos seus expoentes máximos: primeiro, Gilberto Freyre, autor de *Casa Grande e Senzala* e do *Mundo que o português criou*⁵; e, segundo, João Neves de Fontoura, que exercerá as funções de embaixador brasileiro em Lisboa, entre 1943 e 1945, e que influenciarão a aproximação entre os dois regimes autoritários, ao nível espiritual e pragmático.

De todas estas tentativas encetadas ao longo da I República portuguesa fica apenas o “eco de uma renovada aproximação afectiva dos dois povos, sem grandes efeitos práticos” (Magalhães, 1999: 84), já que, como vimos, poucas realizações são efectivadas. A 26 de Setembro, a par da Convenção sobre propriedade literária, é também formalizado um Tratado regulando a isenção do serviço militar e da dupla nacionalidade (que nunca chegou a ser publicado) e, a 18 de Outubro, por Decreto do governo brasileiro, são concedidas honras de cidadania ao Presidente da República português António José de Almeida. Em 1923 (2 de Abril), é formalizado por troca de notas o Acordo para a troca de malas diplomáticas e, no ano seguinte (18 Outubro de 1924), assina-se o Acordo bilateral para a redução de taxas na permuta de livros e jornais dos dois países.

Em 1931 (30 de Abril), já em pleno processo de consolidação do Estado Novo em Portugal e no Brasil, é assinado em Lisboa o Acordo entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras para o estabelecimento da unidade e expansão da língua portuguesa (publicado em Portugal, por decreto de 05 de Maio do mesmo ano).

2. O relacionamento Portugal-Brasil durante a vigência simultânea do Estado Novo

A instabilidade difusa que caracteriza as relações internacionais essencialmente depois do *Crash* da Bolsa em Nova Iorque repercute-se nas opções políticas,

⁵ Gilberto Freyre apresenta, pela primeira vez, o conceito de *luso-tropicalismo* como condição que tinha levado o povo português a promover a interpenetração racial, linguística e cultural, combinando a cultura europeia com a cultura tropical, e que tinha influenciado de forma crucial a formação da própria nação brasileira. Cf. CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*: 278.

económicas e sociais que cada um dos países adopta para responder a essa mesma instabilidade, após o comprovado esgotamento dos regimes republicanos vigentes, que não haviam conseguido subtrair à espiral depressiva os alicerces socioeconómicos nacionais. De facto, “antes de acabada a construção de um mundo novo após a guerra, já este principiava a desagregar-se” (Nogueira, 1977: 127) novamente, comprovando a incapacidade dos modelos existentes.

Após um período de ambiguidade e incompreensão gradual no relacionamento luso-brasileiro entre os governos republicanos assistimos a uma nova tentativa de aproximação a partir do momento em que ambos os países entram em processos políticos, ideológicos e governativos internos similares, através da actuação centralizadora e ditatorial de Oliveira Salazar e de Getúlio Vargas que definem como objectivo implementar um novo *projecto de regeneração nacional* e uma nova concepção da postura do seu país perante a *ordem mundial* e os restantes actores internacionais.

Neste período existe, assim, um empenho governativo para aprofundar as ligações bilaterais, embora estrangidos por ligações a outros actores internacionais que não permitem conceder a esta ligação um papel central em todas as áreas, devido a imposições geográficas e/ou político-económicas. Com efeito, o Brasil deu primordial relevo nas suas relações externas ao princípio do *pan-americanismo*, enquanto Portugal se tornaria gradual e exageradamente fechado sobre si mesmo e sobre o seu império ultramarino, além da centralidade dada aos outros três vértices da sua política externa – Grã-Bretanha, Espanha e Santa Sé.

Quando se fala das relações luso-brasileiras desenvolvidas ao longo do século XX (essencialmente até aos anos de 1970), considera-se este como um período completamente improdutivo ao nível político e económico, aceitando-se a ideia de que as relações Portugal – Brasil se inserem numa *fase de retórica* (Amado Cervo), pois os resultados finais em inúmeras áreas não são tão animadores como os esperados. Todavia, a reaproximação entre os dois países, observável em muitas áreas, surge no seguimento dos esforços fomentados pelos dois regimes ditatoriais, e especialmente pelo líder português: Oliveira Salazar considerava crucial o reforço do laço bilateral transatlântico, para salvaguardar os elos culturais e históricos existentes face a outras influências no território brasileiro, mas também para permitir que a *voz da lusofonia* ganhasse maior poder reivindicativo *inter pares* no sistema mundial, tornando-se num parceiro internacional com uma posição geopolítica e geoestratégica privilegiada ao nível transatlântico e mundial.

Embora os resultados económicos não conheçam, a curto e médio prazo, qualquer desenvolvimento assinalável que conseguisse relançar o intercâmbio para um lugar de destaque, a cooperação e a colaboração luso-brasileira permitiu,

não só a manutenção dessa comunidade transatlântica cultural e de afecto, mas também a efectivação duma unidade linguística permanente e da obtenção de dividendos que privilegiavam a colaboração bilateral quer ao nível prático, quer ao nível político, pelo apoio ideológico, oficial e operacional que os dois Governos se prestam reciprocamente.

O primeiro indicador real dessa relação traduz-se na similitude inerente aos regimes políticos que são adoptados nos dois países nesta fase, através de processos mais ou menos revolucionários e com maior ou menor intervenção militar no processo de ruptura com as legalidades constitucionais republicanas anteriores. O segundo factor surge da consciencialização recíproca da importância da comunidade e do espaço luso-brasileiro no mundo e do esforço permanente dos dois Governos (essencialmente do lado português) para efectivar todos os mecanismos para a concretização dessa unidade. Entre todos os relacionamentos externos considerados centrais na formação e desenvolvimento da política externa de ambos os países, a dialéctica transatlântica luso-brasileira não foi esquecida ou protelada para um grau extremo de indiferença. E à medida que nos encaminhamos para o segundo conflito mundial, os líderes dos dois países são obrigados a atribuir maior relevo aos contactos luso-brasileiros.

Relativamente às relações económicas, apesar de todas as negociações, o valor e o peso das transacções bilaterais manteve-se mais ou menos inalterado, não havendo qualquer alteração expressiva nos valores totais transaccionados, existindo mesmo períodos de recuo significativos, provocados pelas crises depressivas mundiais e pela incapacidade dos próprios mercados nacionais de se potencializarem financeira e logisticamente como parceiros competitivamente importantes. A maioria das disposições contidas no primeiro convénio estabelecido – o Tratado de Comércio e Navegação (1933)⁶, não vão passar de letra morta ainda antes de serem implantadas e todas as tentativas para a sua operacionalização e de relançamento do comércio bilateral têm fracos resultados práticos. Concordava-se quanto à necessidade de incrementar as transacções comerciais, mas não se conseguia passar da teoria para a prática, apesar dos contínuos esforços estatais para identificar os principais problemas e definir as alternativas mais eficazes para a sua resolução.

⁶ Cf. TRATADO DE COMÉRCIO entre Portugal e o Brasil, assinado em 26 de Agosto de 1933, no R. J. A.H.-D. do M.N.E.; Cota 3P A12 M312, § 2.º e 3.º do Preâmbulo.

Desde a Missão Especial portuguesa de 1938⁷, até ao Protocolo Adicional ao Tratado, assinado em 1941⁸, e à conseqüente reunião da Comissão Mista aí prevista, foram grandes os esforços dos dois Governos, procurando animar o intercâmbio comercial e promover um relacionamento a este nível mais consentâneo com as suas afirmações políticas de unidade entre as duas nações. Todavia, esses bons officios não conseguem contagiar as forças económicas activas nacionais para o desenvolvimento dos seus contactos recíprocos, permanecendo num estádio letárgico e passivo, por diversas razões:

- o clima de *crise e depressão* que marca a economia mundial e as relações internacionais económicas em geral⁹;
- as *convulsões políticas e militares* que se sucedem a partir de 1929 nos dois países e que contribuem para o agravamento dos efeitos negativos que se faziam sentir ao nível da economia e finança mundial e para o aumento da desconfiança dos agentes económicos;
- as próprias *características dos dois regimes autoritários estado-novistas* – o proteccionismo/nacionalismo, a falta de capacidade de produção e de infra-estruturas, e as directrizes impostas na economia e na finança pela actuação centralizada, supervisora e intervencionista do Estado;

⁷ Esta Missão Especial surge numa fase em que a política realista nazista começa a efectivar alguns dos seus objectivos perante a passividade da comunidade internacional, que procura a todo o custo preservar o *status quo* através da contraoposição aos resultados práticos alcançados pelo totalitarismo hitleriano da manutenção de uma política idealista e do uso de mecanismos diplomáticos (mediação e conferências), que se comprovarão ineficazes perante a agressividade ariana. Com efeito, logo em Março deste mesmo ano a Alemanha tinha levado a cabo o *anschluss* e contemporaneamente à estadia da Missão portuguesa no Brasil, a situação europeia recrudescer com a crise checoslovaca. Além disso, a situação europeia é também marcada pela continuação da Guerra Civil de Espanha, onde Portugal tinha interesses directos (influenciando a seu favor o desenrolar dos acontecimentos). No contexto americano, o processo de hegemonização e de valorização do pan-americanismo preconizado pelos EUA desenvolve-se rapidamente e encontra no Governo brasileiro cada vez mais facilidades e permissividade (o Ministro das Relações Exteriores é nesse momento Oswaldo Aranha).

⁸ Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio entre Portugal e o Brasil, assinado em 21 de Julho de 1941, em Lisboa. In *Diário do Governo* n.º 175 de 30 de Julho de 1941, pp. 685-986. Biblioteca do M.N.E.

⁹ Este *efeito de dominó* mundial compreende-se pela posição hegemónica que os EUA tinham adquirido no pós I Guerra Mundial. Com a Europa destroçada, serão os norte-americanos, através das suas políticas liberalistas, que financiarão o reerguimento do *velho continente* e dominarão o comércio internacional. O mundo, na sua quase totalidade, torna-se dependente dada a sua menoridade, em alguns casos, e decadência/debilidade, noutros, da economia norte-americana económica e política. Com a crise de 1929, e as medidas conseqüentes que os EUA adoptam (repatriação de capitais norte-americanos, redução drástica das importações, etc.) aprofunda-se ainda mais a depressão nos outros países, que vêm subir em flecha as falências e o desemprego (o que acentua as crises financeira, cambial e político-económica).

- a existência prévia de *vínculos económico-financeiros privilegiados dos dois Governos com outros parceiros económicos externos* mais fortes, que impossibilita a concessão de mecanismos em regime de exclusividade para este intercâmbio bilateral;
- a exiguidade do mercado metropolitano português (e a preferência pelas transacções intra-imperiais com os territórios ultramarinos), assim como o desenvolvimento da produção brasileira em diversos novos sectores económicos, prescindindo de produtos importados até então de Portugal;
- e a falta de entrosamento entre os modelos em que era pensado o relacionamento económico luso-brasileiro e as novas exigências competitivas do mercado mundial.

Todas as fórmulas económicas projectadas pelos dois Governos nunca se libertam da posição nacionalista e proteccionista subjacente às características intrínsecas dos regimes. No pós II guerra, o relacionamento comercial e económico luso-brasileiro não poderia continuar a contentar-se com a simples preservação da tradicional quota comercial e, para vingar na nova ordem económica mundial, teria de evoluir no mesmo sentido das grandes economias mundiais, através da adopção de mecanismos modernos de uma produção inteligente, amparada por políticas eficientes de comunicação e distribuição e da aniquilação gradual de barreiras pautais e aduaneiras.

Malogradamente, a alteração das orientações económicas e políticas no Brasil a partir de 1945 conduz a uma nova descoordenação no diálogo bilateral e, apesar dos acordos económicos que serão assinados em 1949, a manutenção de uma visão extremamente simplista, individualista e nacionalista por parte de Portugal do comércio e do relacionamento económico externo, não permite à nação coadunar-se com a complexidade da economia mundial, promotora da interdependência acentuada e da competitividade mundial¹⁰. Só com a alteração do regime português em 1974, a economia portuguesa entrará definitivamente nas dialécticas economicistas de interdependência mundial, quer ao nível regional, quer ao nível mundial, com a subvenção aos investimentos e iniciativas privadas nacionais e estrangeiras.

A segunda grande área relacional relaciona-se com a esfera político-diplomática. Três grandes assuntos dominam esta fase, com resultados muito mais visíveis do que a área económica, concedendo uma nova centralidade ao relacionamento

¹⁰ Apesar da manutenção de muitas das orientações económicas proteccionistas e nacionalistas, na última fase da ditadura portuguesa exista já uma preocupação em não permanecer totalmente isolado ao nível económico, como por exemplo através da adesão à EFTA e da consagração de medidas impulsionadoras do investimento privado, quer ao nível nacional, quer ao nível externo.

bilateral, nomeadamente: o tratamento dispensado à emigração portuguesa no Brasil e as questões relacionadas com a nacionalidade (e dupla nacionalidade); a negociação e concreção de convénios bilaterais no sentido de obter mais-valias eficientes; e a cooperação efectiva luso-brasileira desenvolvida durante a II Guerra Mundial.

O objectivo central da cooperação político-diplomática bilateral era o de reforçar o espírito de pertença a uma mesma comunidade de valores, paralelamente à solidificação, regeneração e homogeneização interna das duas Nações, contra todas as outras influências e pressões internas e/ou externas que se faziam sentir especialmente no território brasileiro (e.g. a pressão nativista ou as influências italiana, nipónica ou norte-americana). Perante essas ameaças, a colaboração luso-brasileira procurava agora centrar-se naqueles mecanismos que concedessem à lusofonia uma posição privilegiada e vantajosa para os cidadãos nacionais brasileiros e portugueses, em ambos os territórios; além de contribuir para a própria consolidação da unidade nacional e da emergência no sistema internacional de cada país como actor com relevância geopolítica e geoestratégica. Daqui se compreendem todas as disposições que o Governo brasileiro vai concedendo à colónia portuguesa, em regime de excepção à sua legislação nacionalista, quanto à entrada, permanência e acesso ao trabalho pelos imigrantes¹¹.

De facto, apesar das restrições iniciais, a situação vai sendo aligeirada para os cidadãos portugueses, permitindo uma quase equiparação plena aos direitos dos brasileiros natos em diversos sectores da vida em sociedade (com excepção dos direitos e deveres políticos). Neste sentido, além da obtenção de inúmeras medidas que favorecem no imediato o quotidiano dos cidadãos, também se formaliza solenemente a cooperação luso-brasileira em áreas específicas como as comunicações postais¹² e telegráficas¹³ e ao nível dos transportes aéreos. Pragmaticamente, estes convénios traduzem-se na abrangência dos territórios portugueses

¹¹ Sobre a principal legislação brasileira, deste período, acerca da imigração *vide* PAULO, Heloísa. 2000. – *Aqui também é Portugal. A Colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto Editora: 604-605. De todas as benesses realçamos aqui: o reconhecimento e a preferência pela imigração portuguesa e o esbatimento gradual das exigências para a entrada e permanência no território; a concessão de situações de privilégio para os cidadãos portugueses quanto ao acesso ao trabalho em geral e a algumas profissões específicas (e.g. as actividades liberais ou relacionadas com a actividade portuária/marítima); as excepções dadas às associações socioculturais da colónia portuguesa – permitindo-se a sua manutenção sem a obrigatoriedade de passarem a ser controladas por cidadãos brasileiros; o tratamento especial dispensado por todas as entidades governativas brasileiras aos representantes diplomáticos e consulares portugueses.

¹² Acordo Postal de 30 de Abril de 1942. In *Diário do Governo*, I série, n.º 100, de 02/05/1942, p. 362 – Biblioteca Diplomática do M.N.E., Lisboa.

¹³ Acordo telegráfico de 09 de Junho de 1943. In *Diário do Governo*, I série, n.º 119, de 09/06/1943, pp. 359-360 – Biblioteca Diplomática do M.N.E., Lisboa.

ultramarinos em muitas das disposições negociadas e previstas directamente no Acordo de Transportes Aéreos¹⁴; na centralização dos serviços telegráficos de comunicações nas duas capitais nacionais, o que permitia o desenvolvimento das infra-estruturas de ambas e o controlo de todo o tráfego bilateral; e no favorecimento da utilização dos meios nacionais de ambos os países para efectivar essas comunicações e serviços, tais como navios e companhias/empresas nacionais.

A celebração de convénios com estas características e versando matérias transatlânticas estrategicamente importantes, como os acordos acima referidos, tornavam-se centrais nos anos de 1940 ao nível bilateral e internacional, por diversos motivos:

- pelas vantagens imediatas para os seus cidadãos nacionais emigrados em cada um dos países – com a redução das taxas postais e telegráficas;
- pelas vantagens estruturais para cada um dos países – a cooperação e a concertação de esforços nestas áreas, permitia o desenvolvimento e modernização das infra-estruturas económicas nacionais;
- pelas vantagens culturais e sociais – com o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação permitiu-se, por um lado, uma maior projecção e difusão da produção cultural e intelectual das duas sociedades, e, por outro lado, de uma maior empatia das comunidades quanto às opções dos regimes vigentes;
- pelas vantagens internacionais – através de uma maior projecção e prestígio tecnológico e político-diplomático perante a “concorrência” dos restantes actores internacionais;
- e pelas vantagens políticas – prova do bom relacionamento luso-brasileiro, do reconhecimento tácito das opções políticas internas e das posturas no conflito mundial.

A par dos resultados da cooperação político-diplomática, a cooperação cultural e propagandística comprova também uma época auspiciosa no diálogo luso-brasileiro, promovendo-se uma comunhão de vivências sociais, políticas, ideológicas, propagandísticas de regime, espirituais e culturais entre as duas comunidades, através dum intercâmbio permanente de intelectuais, artistas, técnicos qualificados, entre muitos outros¹⁵.

¹⁴ ACORDO SOBRE TRANSPORTES AÉREOS entre os Estados Unidos do Brasil e Portugal – Secretariado de Aeronáutica Civil. In Biblioteca Nacional de Lisboa; Cota S.C. 13497/7 V.

¹⁵ Além de diversas visitas e missões especiais, realiza-se ao longo destes anos um intercâmbio permanente de especialistas (em diversas áreas e assuntos) entre os dois Estados, participando nas universidades, órgãos consultivos, entre outros exemplos. Este intercâmbio pode ser comprovado pelos próprios relatórios anuais elaborados pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros de ambos os países.

Diferentes na sua continentalidade, mas convergentes na sua atlanticidade, Portugal e o Brasil encontram-se, então, unidos por um conjunto de factores que se plasman no elemento linguístico, assim como em todos os esforços e eventos realizados em cada um dos países e nos quais se promove a presença especial e evidenciada dos representantes e dos contributos de ambos os países, face a todas as outras representações estrangeiras existentes.

Além da realização de exposições, congressos, conferências, intercâmbio entre professores e especialistas, criação de organismos promotores da cultura luso-brasileira, etc.; os quais promovem o entrosamento cultural e espiritual entre as duas comunidades, assistimos ainda à defesa da unidade linguística¹⁶ (permissiva às originalidades e necessidades ortográficas e vocabulares de cada uma das realidades), a qual adquire uma nova importância nesta fase, dadas as ameaças materializadas por facções que procuravam separar também a este nível os dois países (filosofias nacionalistas brasileiras dos anos de 1930, a influência do excesso de imigrantes no Brasil e as consequências directas no trabalho e na capacidade de empregabilidade de toda essa mão-de-obra).

A segunda área de colaboração cultural é a “propaganda do ressurgimento” (HENRIQUES, 1990: 49), ou seja, a exigência de uma propaganda extremamente organizada interna e internacional favorável aos regimes, que tinha a seu cargo enaltecer a obra espiritual do Estado Novo transforma-se numa nova matéria passível de entendimento e concertação bilateral. Aqui realçamos a cooperação entre os dois organismos dos regimes criados com esse mesmo fim – o *SPN* e o *DIP*, da qual resulta o entendimento entre os directores dos dois serviços, bem como a conclusão do Acordo Cultural bilateral de 1941; as Comemorações Centenárias¹⁷ em Portugal em 1940, onde os brasileiros ocuparam uma posição de destaque em todos os acontecimentos ao lado das autoridades portuguesas; e o envio de uma Missão Especial portuguesa ao Brasil em 1941, como agradecimento à participação brasileira nos Centenários (integrando grandes intelectuais portugueses de diversas áreas).

¹⁶ Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 29/12/1943. A.H.-D. do M.N.E.; Cota 3P A12 M312. A questão da unidade linguística levanta, de facto, diversos problemas, que conduzirão, por sua vez, a diversos diplomas e documentos solenes entre os dois países. De todos esses documentos a Convenção de 1943 é a mais completa e importante, pois estabelece os parâmetros fundamentais de entendimento, bem como estabelece dois órgãos consultivos que tinham a seu cargo a manutenção do entendimento entre as duas nações, nomeadamente – a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia de Letras Brasileira.

¹⁷ *MEMÓRIAS E COMUNICAÇÕES APRESENTADAS AO CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA* (VII Congresso). Comissão Executiva dos Centenários. Vols. 9, 10 e 11. Lisboa: Editora Bertrand. 1940.

Finalmente, o último grande assunto que demonstra a grande relevância do relacionamento luso-brasileiro durante a vigência simultânea do Estado Novo, prende-se com a colaboração efectiva entre os dois Governos durante a II Guerra Mundial e que permitiu, não só o respeito mútuo pelas decisões tomadas por cada país, relativamente à sua postura estratégica e política no conflito e a obtenção de um ponto de apoio externo para essas mesmas decisões; como também possibilitou a defesa dos interesses da Nação e dos cidadãos brasileiros pelas representações oficiais portuguesas em diversos países e continentes, directa ou indirectamente envolvidos nas hostilidades mundiais (e.g. na Alemanha, na França, na Itália e no Japão)¹⁸, procurando reforçar a ligação entre os dois países também a esse nível.

De facto, o período entre 1939 e 1945, em que decorre o conflito, caracteriza-se por uma grande aproximação e cooperação ao nível da defesa dos interesses de ambos os países, junto da Comunidade Internacional. Começando por uma similitude quanto à sua posição face ao conflito internacional (proclamação da neutralidade total em 1939), até à evolução das posições de ambos os Governos para posturas diferentes (beligerância brasileira e neutralidade colaborante portuguesa), a colaboração luso-brasileira, permite a confirmação no terreno de um relacionamento estreito ao nível político e diplomático, traduzido na defesa dos interesses brasileiros junto de diversos territórios pelas representações portuguesas e pelo respeito afirmado interna e externamente pelas opções políticas tomadas por cada um dos Governos.

Além da defesa dos interesses do Estado e dos cidadãos brasileiros, Portugal também assegura durante o conflito a possibilidade de manutenção de comunicações entre o Governo brasileiro e os seus diversos diplomatas enquanto estes não eram ou não podiam ser repatriados. Com efeito, é por intermédio de Lisboa que circulam todas as comunicações entre o Ministério das Relações Externas e os seus representantes no exterior, como canal para poderem ser transmitidas quaisquer decisões importantes ou para poder saber com exactidão qual o tratamento dispensado pelas autoridades de cada país a esses mesmos representantes (para que o Brasil pudesse aplicar fundamentadamente medidas análogas aos representantes desses países no seu território, de acordo com o princípio da reciprocidade).

Por outro lado, e enquanto Portugal se torna no principal elo de ligação diplomático do Brasil ao nível externo e extra-americano, a vizinha Espanha

18 Acerca das medidas concretas tomadas em cada um desses países pelos representantes diplomáticos portugueses para defesa dos interesses brasileiros, vide SANTOS, Paula Marques dos. *As Relações Luso-Brasileiras (1930-1945)*. Tese de doutoramento, defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005: 439-473.

assume também um papel político-diplomático importante nesta situação, já que será a sua representação diplomática acreditada junto do Governo brasileiro que ficará encarregue de, em todo esse território nacional, salvaguardar os interesses do Japão, da Alemanha e da Itália¹⁹ (e dos respectivos cidadãos). Ou seja, a neutralidade peninsular servia a partir deste momento para a defesa dos interesses entre os diversos países beligerantes, transformando-se num benefício acrescido para a manutenção e salvaguarda desse estatuto por Salazar e Franco.

Perante isto, a cooperação e a solidariedade transatlântica luso-brasileira é evidente e consente a defesa da integridade territorial e política dos dois países, ao mesmo tempo que se abre espaço para uma nova importância geopolítica mundial a conceder à lusitanidade, dadas as posições geográficas e políticas lusas e brasileiras, especialmente no Atlântico as quais se haviam tornado cruciais para ambas as partes beligerantes e para a decisão final do conflito. O esforço e a colaboração conjunta internacional luso-brasileira permitiram um maior reconhecimento mundial dos dois Governos, reforçando ainda a sua posição para a reivindicação dos seus interesses.

Conclusão

A primeira metade do século XX, devido às vicissitudes que verificamos em Portugal e no Brasil, bem como no próprio sistema internacional, e que dificultam a possibilidade de reforço do relacionamento bilateral, por razões políticas, económicas, sociais e mesmo operacionais no que se refere à capacidade de transpor a distância imposta pelo Atlântico, pode ser descrita como um período de esforço para o reforço deste relacionamento, mas onde os resultados são escassos por diversas razões: intrínsecas à situação de cada país e às opções de cada regime vigente; e extrínsecas resultantes das convulsões do sistema mundial e das transformações profundas dos próprios valores onde esse se baseia.

Apesar das concretizações surgirem mais amiúde durante a vigência simultânea dos regimes do Estado Novo, verificamos que os resultados práticos para esse reforço continuam a ser exponencialmente ultrapassados pelos relacionamentos que, quer Portugal, quer o Brasil desenvolvem com outros países, bilateralmente e/ou multilateralmente.

¹⁹ Cf. Ofício n.º 90 de 28/03/1942 e n.º 100 de 02/04/1942 do Embaixador do Brasil em Lisboa para o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A.H.-D. do M.N.E.; Cota 2P A49 M104.

O período após o fim da II Guerra Mundial não se distingue muito das características anteriores, em termos de resultados, apesar de novas realizações específicas, o que demonstra que os mesmos problemas e as mesmas dificuldades relacionais persistiriam após o derrube do *Estado Novo* no Brasil. Essas contradições e obstáculos resultam de todas as condicionantes intrínsecas e extrínsecas aos dois países, tantas vezes incontornáveis e fora do controlo dos chefes políticos nacionais.

Por isso, se a década de 1950 é considerada nas relações luso-brasileiras por alguns autores como a “*década-síntese da especificidade*” (Menezes, 2001: 105), definimos os anos de 1930 a 1945 como o período de *reconstrução* e de *preservação* dos laços bilaterais e o espaço temporal de incubação da reaproximação no seio da *luso-brasilidade*, evitando o espalhamento da comunidade transatlântica luso-brasileira, possibilitando-se todos os indicadores efectivos e positivos resultantes dessa cooperação bilateral e facilitando o caminho para potenciais formas de colaboração efectiva futura.

Só nos últimos tempos, mais contemporâneos à nossa época, ambos os lados do Atlântico se consciencializaram novamente daquilo que Salazar compreendia e definira tão claramente nos anos de 1930 – *a necessidade estratégica da manutenção dos elos relacionais entre os dois países e respectivas comunidades*. Quer dizer, embora Portugal e o Brasil se encontrem cada vez mais embrenhados em processos de homogeneização continental/regional e cada vez mais uniformizados por elementos universalistas derivados do processo de *turbo-globalização* e de submissão a fenómenos aglutinadores das identidades nacionais, eles terão de conseguir preservar o legado único da especificidade da sua identidade no mundo, enquanto arautos da lusitanidade e da lusofonia.

Fontes e bibliografia

Fontes

ACORDO SOBRE TRANSPORTES AÉREOS entre os Estados Unidos do Brasil e Portugal – Secretariado de Aeronáutica Civil. In Biblioteca Nacional de Lisboa.

CONVENÇÃO Ortográfica Luso-Brasileira de 29/12/1943. A.H.-D. do M.N.E.

COLECÇÃO de Legislação Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911 a 1927.

DIÁRIO do Governo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910 a 1926.

DOCUMENTAÇÃO sobre o Estado Novo no Brasil, disponível em www.cpdoc.fgy.br, <http://www.republicaonline.org.br>, www.crl.edu/info/brazil/pindex.htm

TRATADO DE COMÉRCIO entre Portugal e o Brasil, assinado em 26 de Agosto de 1933, no Rio de Janeiro. In *Diário do Governo* n.º 209 de 14 de Setembro de 1933, pp. 1632-1633. Biblioteca do M.N.E.

Bibliografia

ATLÂNTICO. Revista Luso-Brasileira. 1.ª Edição, n.º 1 a 6. Lisboa: Edição do Secretariado da Propaganda Nacional. (1942-1945).

CARONE, Edgard. 1982. *A República Nova. 1930-1937*. 3.ª Edição. S. P.: Difel.

CARONE, Edgard. 1976. *A Terceira República. 1937-1945*. 2.ª Edição. S. P.: Difel.

CERVO, Amado Luiz. As Relações entre Portugal e o Brasil – o peso da História. *Lusíada. Revista de Relações Internacionais*. Univ. Lusíada do Porto. 3 (2002), pp. 47-59.

FERRO, António. 1943. *Dez anos de política do espírito*. Lisboa: Edições SPN.

GONÇALVES, Williams da Silva. 2003. *O Realismo da Fraternidade: Brasil-Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

HENRIQUES, Raquel P. 1990. *António Ferro. Estudo e antologia*. Lisboa: Edições Alfa.

MEMÓRIAS E COMUNICAÇÕES APRESENTADAS AO CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA (VII Congresso). Comissão Executiva dos Centenários. Vols. 9, 10 e 11. Lisboa: Editora Bertrand. 1940.

MAGALHÃES, José Calvet de. 1999. *Breve História das Relações Diplomáticas entre o Brasil e Portugal*. S. P.: Editora Paz e Terra.

_____. *Economia de Guerra e Comércio Externo*. Relatório de 1943. A.H.-D. do M.N.E.

_____. 1997. *Relance Histórico Das Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*. Lisboa: Quetzal Editores.

MENEZES, Pedro Ribeiro de. As relações entre Portugal e o Brasil – uma perspectiva pessoal. *Negócios Estrangeiros*. Lisboa. 2 (Setembro de 2001).

- MIRANDA, Jorge. 1993. *Manual de Direito Constitucional. Preliminares – O Estado e os Sistemas Constitucionais*. Tomo I. 5.^a Edição. Coimbra: Coimbra Editora.
- MOURA, Gerson. Neutralidade Dependente: o caso do Brasil, 1939-42. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. 12 (1993), pp. 177-189.
- NOGUEIRA, Franco. 1977. *Salazar. Os Tempos Áureos (1928-1936)*. Coimbra: Atlântida Editora, vol. II
- PAULO, Heloísa. 2000. *Aqui também é Portugal. A Colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto Editora.
- _____. 1994 *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. 2008. Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional, in MATOS, Maria Izilda S. de; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.), *Deslocamentos e histórias: os Portugueses*, BAURU: Edusc.
- RAMOS, Carlos Vieira. 1913. *Legislação Portuguesa sobre Emigração e Passaportes*, Lisboa: Livraria Ferreira.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (dir.). 1996. *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand. 2 vols.
- SARAIVA, José Hermano. 1985. O Estado Novo. In SARAIVA, José Hermano (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa. Vol. VI.
- SANTOS, Paula Marques dos Santos. 2005. *As Relações Luso-Brasileiras (1930-1945)*. Tese de Doutoramento, defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Policopiada.
- _____. 2006. The Portugal-Brazil Relations (1930-1945) – the relationship between the two national experiences of the Estado Novo. In *E-journal of Portuguese History*. Vol. 4, number 2, winter 2006. Disponível em http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph.
- SKIDMORE, Thomas. 2007. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia (coords.). 2006. *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã.
- SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia; PEREIRA, Conceição (coords.). 2007. *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Afrontamento.

SOUSA, Fernando; MATOS, Maria Izilda; HECKER, Alexandre (coords.). 2008. *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. São Paulo: Edus.

SOUSA, Fernando; MATOS, Maria Izilda (coords.). 2009. *Nas duas margens. Os portugueses no Brasil*. Porto: CEPES/Afrontamento.

TELO, António José. Política Externa. 1996. In ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand. Vol. II.

_____. Segunda Guerra Mundial. 1996. In ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand. Vol. II.

Pelo pão e pela liberdade. Imigrantes, padeiros e experiências políticas em São Paulo (1870-1945)

Maria Izilda Santos de Matos

Introdução

A aceleração da urbanização da cidade de São Paulo e sua consolidação como centro capitalista, integrador regional, mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços foram fatores vinculados à expansão da produção cafeeira, num quadro no qual interagiram a desintegração da Abolição, a grande imigração e o êxodo rural.

Neste processo, pode-se considerar como marco de mudança a chegada à cidade dos trilhos da Santos-Jundiaí (1863), que conectou São Paulo com o porto exportador- Santos e a com a zona produtora no interior do Estado. Os trilhos não só transportavam rápida e eficientemente o café, como também traziam de várias partes do mundo, particularmente da Europa, toda uma gama de produtos e influências, gerando e dinamizando um “vetor modernizador” sobre a urbe.¹

A política desencadeada pela cafeicultura paulista, estimulando e promovendo intensamente a imigração, em proporções bem superiores às possibilidades de emprego no campo, favoreceu o crescimento da população urbana. Em momentos de queda do preço do café, geadas ou pragas, a evasão dos colonos do campo era acentuada. De acordo com o censo do ano de 1872, quando a cidade já sentia as conseqüências do surto cafeeiro, a população de São Paulo era de 31.385 pessoas. No censo seguinte, o de 1890, elevou-se para 64.934 habitantes, já no início do século XX, em 1900, eram 239.820 habitantes, e em 1920, a população da cidade mais do que dobrou, atingindo a cifra de 579.033 pessoas.²

O florescimento da capital tornou-a um pólo de atração para os imigrantes. Alguns vieram diretamente para a cidade e outros após uma rápida passagem pela

¹ ELIAS, Norbert. 1994. *O processo civilizador*. RJ: Jorge Zahar.

² BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. 1926. *Recenseamento do Brasil, 1920*. Sinopse do Recenseamento. Rio de Janeiro: Tip. de Estatística.

lavou, migravam à procura de melhores perspectivas, novas oportunidades e na busca da realização de seus sonhos. Gerando uma verdadeira metamorfose com a presença acentuada destes recém chegados. Novos territórios³ se constituíam e passaram a receber as marcas dos grupos que ali se instalaram: os italianos no Bexiga, os japoneses na Liberdade, os judeus no Bom Retiro, os sírio-libaneses na Vinte e Cinco de Março, os portugueses em Santana e no Sumaré e distribuídos em toda a cidade, mais ocultos os redutos dos negros na Barra Funda e Casa Verde.

Os recém chegados⁴ procuravam arranjar ocupações nas atividades urbanas, no setor fabril, comercial e de serviços, nas obras públicas e particulares. Eles enfrentavam as dificuldades de um cotidiano com grande concentração de trabalhadores, excedendo largamente as necessidades do mercado e aviltando os salários. Foram criadas formas múltiplas de atividades temporárias e domiciliares, subemprego, emprego flutuante e ampliando uma população que garantia a sua sobrevivência na base das ocupações casuais, às custas de improvisação de expedientes variados, eventuais e incertos, desenvolvendo experiências cumulativas de improvisação.⁵

O aumento da população com a chegada contínua dos imigrantes gerou novos hábitos, gostos e práticas de alimentação, que se tornaram mais variadas com a diversificação dos produtos oferecidos e ampliando as oportunidades para as atividades comerciais de abastecimento.

Entre as diferentes categorias de vendedores ambulantes, que retiravam sua sobrevivência do comércio nas ruas, os imigrantes se encaixaram entre aqueles que ofereciam gêneros de abastecimento fundamentais à rotina doméstica, comercializados em pequenas quantidades que eram renovadas dia a dia. Utilizando-se de carrocinhas de madeiras eles comercializavam verduras, frutas, flores, ovos e aves, carnes e peixes, leite e também pão.

³ Deve-se destacar a noção de territorialidade, identificando o espaço enquanto experiência individual e coletiva, onde a rua, a praça, a praia, o bairro, os percursos estão plenos de lembranças, experiências e memórias. Espaços que, além de sua existência material, são também codificados por todo um conjunto de representações, numa dinâmica de múltiplos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. ROLNIK, Raquel. 1992. *História Urbana: História na Cidade*. In FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio. *Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura.

⁴ Cabe destacar que não houve um único padrão de deslocamento dos grupos familiares, muitos imigrantes eram chefes de família, vieram bem antes de seus familiares que ficaram aguardando; outros vieram ainda quando crianças ou jovens, sem a família nuclear; em outros casos, a família nuclear veio junta, e, mas em alguns deles não permaneceram unidas no novo contexto ou nunca se encontraram e/ou não voltaram a se constituir. DEMARTINI, Zeila Brito Fabri. 2003. *Imigração, Família e Educação*. V Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. Évora, p. 3.

⁵ MATOS, Maria Izilda Santos de. 2002. *Cotidiano e Cultura*. SP: EDUSC.

Alguns recém chegados começaram como ambulantes, mas com muito empenho, trabalho e poupança conseguiam se estabelecer em pequenos negócios, outros graças a seus tinos comerciais, ascenderam à posição de comerciante, partindo daí para a diversificação de seus interesses.⁶

Os imigrantes destacaram-se principalmente no comércio a retalho, eles se estabeleceram em negócios de pequeno e médio porte, na maioria unidades familiares: alfaiatarias, lojas de roupas, tecidos, armarinhos e miudezas, ferragens, louças, vidros, nos setores de serviços e alimentício. Procurando trabalhar com um custo operacional mínimo eles aproveitaram o quarto da frente de suas próprias casas para constituírem pequenos armazéns de secos e molhados, açougues, adegas, quitanda de frutas e legumes, vendas e botequins.

Entrecruzando o público e o privado, o negócio e o lar, a família trabalhava duramente no balcão de madrugada a madrugada. Os poucos auxiliares eram, em geral, também imigrantes, que se colocavam sob a tutela de conterrâneos. Estabeleceram negócios variados, como: quitandas, mercearias, leiterias, açougues, bares, cafés, botequins, restaurantes, pastelarias, tabernas, também nos hotéis, pensões e casas de cômodos, com ou sem o fornecimento de refeições, e particularmente as padarias e confeitarias. Alguns destes estabelecimentos eram mais simples, outros mais sofisticados, com mesinhas, lustres, cristais, espelhos, buscavam reproduzir um estilo europeu e ser aconchegantes e chiques, as referências nos anúncios da imprensa eram freqüentes.

Nas confeitarias e doceiras, serviam doces, cremes, chás, chocolates e sorvetes, algumas se tornaram pontos de encontro e se sofisticaram. Os restaurantes, que se fizeram notar desde a década de 1850, se expandiram depois dos anos de 1870, e particularmente nos inícios do século XX, quando se passou a fazer com mais freqüência às refeições fora (especialmente o almoço), devido às distancias entre o trabalho e a casa.

Neste período, surgiram restaurantes de diferentes tipos, alguns ofereciam refeições mais simples, em outros elas eram mais sofisticadas. Através dos cardápios, divulgados nos anúncios de jornais, pode-se observar a presença de pratos

⁶ Entre 1910 e 1914 ocorreu um aumento considerável da imigração lusitana para São Paulo, com alterações nas suas caracterizadas de até então individual, masculina e temporária, tornava-se tendencialmente familiar e permanente. Estes imigrantes se destacam nas atividades comerciais. No atacado, os portugueses se destacaram no comércio do café, trigo, arroz, milho, batatas e cebolas, na importação e exportação de gêneros alimentícios, em especial vinhos, azeites e conservas, também no setor têxtil, fios, tecidos e artefatos de tecidos e vestuário. Os comerciantes portugueses eram a maioria entre os estrangeiros, superior aos sírio-libaneses e italianos. Censo de 1950, São Paulo, Nacionalidade dos proprietários e sócios de firmas individuais e sociedade de pessoas do comércio varejista segundo gênero de comércio. LOBO, Eulália Maria L. 2001. *Imigração portuguesa no Brasil*. SP: Hucitec.

regionais, nacionais e estrangeiros. A influência estrangeira foi crescente, particularmente, a dos menus franceses e do modelo de servir a “table ronde”, com cardápio definido e preço fixo por pessoa. A presença dos imigrantes, com seus gostos, práticas e sabores, levou a diversificação do setor, com destaque inicial para os italianos, mas se fizeram presentes às marcas dos portugueses, espanhóis e de outras nacionalidades,⁷

1. Com a mão na massa: fazer o pão

Em São Paulo, até a segunda metade do século XIX, as mulheres eram as principais responsáveis pela elaboração do pão, que era produzido majoritariamente com milho e mandioca. Elas se ocuparam das tarefas de preparar a farinha, peneirar, fazer a massa e assar os pães.⁸ Algumas trabalhavam para outras mulheres, donas dos fornos e da matéria-prima e vendiam nas ruas e/ou entregavam nos domicílios.

A partir da segunda metade do século XIX, as transformações na cidade foram influenciadas pelos imigrantes⁹, que entre os novos gostos e práticas difundiram o uso do trigo (da farinha de trigo), particularmente para a elaboração dos pães. Estabeleceram-se padarias que viabilizavam uma produção maior, sistematizada e cotidiana adequada ao crescimento da demanda. Neste processo, a atividade

⁷ SILVA, Siwla Helena. 2007. *Restaurant à moda de Paris: mudanças culturais e o surgimento do restaurante na cidade de São Paulo (1855-70)*, Mestrado, PUC/SP.

⁸ Referências simbólicas e culturais constituíram significados sobre o pão, sua presença simboliza fartura, abundância, sua falta identifica carência, fome e miséria. O cristianismo identifica o pão ao corpo divino, além de clamar pelas bênçãos do “pão nosso de cada dia”. Lutas e movimentos sociais foram constituídos clamando pelo pão, como denúncia da situação de miséria a que estavam submetidos certos setores sociais. No Brasil, como na Europa, o preparo e consumo do pão acompanhava rituais e cerimônias, usava-se fazer cruzeiros nas massas, rezar salmos para fazê-los crescer e ficarem macios e bonitos. “O pão suscita o respeito mais arcaico, é quase sagrado. Joga-lo ao chão, pisa-lo é visto como sacrilégio... O pão é memorial.” CERTEAU, Michel de. 1996. *A invenção do Cotidiano II*. Petrópolis: Vozes, pp.133-34.

⁹ Cozinhar é transmissão de um saber geracional, de tradições, vinculada a memória familiar e da comunidade de origem, envolve gestos ritos e códigos herdados e repetidos. Na preparação do alimento precisava-se orçar a disponibilidade do recurso, observar na compra e a qualidade dos ingredientes, calcular o tempo de preparo e as porções para não ter desperdício ou falta. CERTEAU, Michel. 1996. *A invenção do Cotidiano II*. Petrópolis: Vozes.

feminina foi substituída pelo trabalho de homens, particularmente solteiros, de forma que as mulheres passaram a não mais atuar nos espaços de fazer o pão.¹⁰

Os responsáveis iniciais pela expansão da panificação na cidade foram os imigrantes italianos. As padarias, na maioria dos casos, eram empresas familiares, destacaram-se a Santa Tereza (1872), Ayrosa (1888), Popular (1890, da família Di Cunto). Elas produziam os chamados “pães caseiros” com fermentação natural, o que os tornava mais saborosos nos dias seguintes, sendo assim, a maioria dos clientes adquiriam o produto para 2 ou 3 dias, o que facilitava a organização dos horários e o descanso semanal.

O setor da panificação se difundiu com a ampliação da influência das chamadas padarias e confeitarias francesas e o do pão do tipo francês. A partir de 1860, nos jornais da capital paulista o número de anúncios de padarias e de procura de padeiros cresceu, permitindo avaliar como a panificação ganhara um incremento inusitado. Os anúncios ocupavam várias páginas, revelando as mudanças de hábitos, o desenvolvimento comercial da cidade e o aumento de um contingente de imigrantes que se envolveram na atividade de preparo e venda do pão.

Padaria Brasileira
RUA DO ROZARIO N.º 30

N'oste estabelecimento novamente preparado com limpeza continua-se a fabricar pães de todas as qualidades, biscoitos, rosas, sequilhos, bolaxas, biscoitos doces para servir ao chá, de diferentes qualidades. Vendo-se assucar refinado, arrobado, o as libras, superior qualidade de manteigas, vellas de cebo, e composição, vinhos, sorveja ingleza preta e branca, conservas licores de diversas qualidades, refrescos de tamarindos, orxata, dita em pó, grozeille, xarope de vinagre, dito de limão, dito do gôma e outros, tudo por preços muito inferiores aos actuaes; e muitos outros generos de molhados. Aprestão-se receitas dos mesmos para sóra com promptidão, nas quaes se faz differença nos preços conformo a porção, tanto nos molhados, como nos objectos de massas, o assucar. Aliança-se a boa qualidade dos generos, os quaes não agradando ao comprador acceta-se restituindo-se seu importe.

O estabelecimento está as ordens para quem quizer observar se o trabalho é, ou não feito com limpeza, podendo ser visto a qualquer hora do dia ou da noite.

Correio paulistano, 25 de setembro de 1862.

¹⁰ Só em 1920 apareceram as primeiras padarias mecanizadas. Em São Paulo, havia um total de 8 860 padarias em 1950 e mais de 13 mil nos anos 60. Na década de 70, passou para 70 mil, com um consumo de mais de um milhão de toneladas de pão por ano.

Os anúncios na imprensa permitem observar toda a variedade de pães que era oferecida, com destaque para o pão francês, mas também para a bisnaga, o pão de família, o pão de Paris, o pão-de-rala (feito com centeio e milho), o pão de leite (com ovos e açúcar), o meleças, o saloio¹¹, o quartado (mistura de farinhas de trigo, centeio, cevada e milho) e outras qualidades. Somava-se um grande sortimento de roscas, tranças, biscoitos, sequilhos e bolachas. As padarias (misto de mercearias) também ofereciam café moído, leite puro, de todos os produtos “afiança-se a boa qualidade e os preços cômodos”.

Com a propagação do uso do fermento biológico tornou mais ágil a forma de preparar o pão, permitindo a produção de várias fornadas diárias, com pão quente a toda hora. Algumas padarias ofereciam pão quente desde as 5 horas até as 9 horas da manhã, de tarde entre as 3 e 5 horas e das 7 até as 9 horas, além de se proporem a aprontar “encomendas para fora com toda a brevidade”, para festas, casamentos, batizados, etc.

Estas práticas foram difundidas particularmente nas padarias de propriedade dos portugueses, que também inovaram a organização do negócio com a incorporação de vários sócios que se revezavam em diferentes turnos, garantindo o funcionamento dos estabelecimentos 7 dias por semana e por quase 20 horas diárias. Neste setor, os portugueses se destacaram, eles integravam todas as etapas da produção do pão: donos de padarias, fornecedores de lenha e carvão para os fornos, trabalhavam como masseiros, forneiros, carvoeiros e entregadores.

Com o crescimento do setor, em 1915, os proprietários de padarias constituíram a União dos Proprietários de Padarias de São Paulo, reunindo portugueses, italianos e espanhóis. O Estatuto Social foi aprovado na Assembléia Geral, ocorrida em 9 de Março, quando além de discutirem os assuntos pertinentes a estruturação da entidade, foram levantadas as questões que mais incomodavam os panificadores naquele momento.¹²

Nesta ocasião, foi proposta a constituição de um registro de fregueses (buscando selecionar os bons pagadores) e um cadastro de empregados. A organização do cadastro de empregados pretendia organizar informações quanto ao caráter, assiduidade e engajamento político, buscando direcionar os patrões na hora das contratações, identificando os “indesejáveis”, inclusive levando a demissão, suspensão, multas e ridicularização.

¹¹ Este tipo de pão é feito de uma variedade de trigo e por uma forma especial de preparo, difundida nos arrabaldes de Lisboa.

¹² PERISSINI, Nilmara Cristina. 2005. *Da União à Fundação: a história da panificação em São Paulo*. São Paulo: Mundial.

O cadastro de empregados foi uma das primeiras disposições e buscava o registro de todos os demitidos das padarias, os proprietários comunicavam os nomes dos trabalhadores e os motivos de sua demissão, que eram divulgados pelas padarias, impedindo que ele encontrasse novo emprego. Os motivos mais citados eram falta de assiduidade e roubo, todavia a acusação de roubo poderia, ser utilizada para encobrir demissões relacionadas às atividades políticas, apesar de se encontram nas listas alguns operários declarados como "agitadores", "insubordinados" e "subversivos".

Exemplar foi o caso do padeiro Eleutério do Nascimento preso em setembro de 1934, sendo identificado pela polícia como um "perigoso ladrão"¹³. Mas o noticiário do jornal *A Plebe* esclarecia a situação, destacando as prisões arbitrárias de trabalhadores e sindicalistas. Neste caso a prisão ocorreu justamente durante a greve dos padeiros de 1934, capitaneada pelo Sindicato dos Padeiros, sendo Eleutério um dos líderes do movimento: "Conhecido como é esse companheiro entre os trabalhadores de sua classe, de cujo Sindicato vem sendo, de há muito, honesto colaborador, essa notícia provocou a mais justa repulsa... não é ladrão, mas honesto trabalhador padeiro."¹⁴

A União dos Proprietários de Padarias também articulou os proprietários das padarias em torno das questões do abastecimento da farinha de trigo, especificamente, nos momentos de carestia do produto, como durante a Primeira Grande Guerra (1914-18). Outra questão que envolvia os proprietários foi a dos enfrentamentos com a Diretoria de Higiene Municipal que entre suas funções buscava organizar e fiscalizar a higiene no local e durante o processo de produção do pão.

Neste momento, as ações do órgão público buscavam normatizar a localização das cocheiras junto às padarias. Cotidianamente, a distribuição do pão era feita por entregadores em carrinhos, na maioria de tração animal (cavalos e burros), desta forma, atendia-se a freguesia que morava mais longe, ou que por comodidade, gostava de ter o pão entregue em sua casa. Depois das entregar os carrinhos e os animais eram guardados em cocheiras instaladas junto às padarias, gerando polêmica com os órgãos de higiene, que propunham que estas cocheiras fossem instaladas fora do perímetro urbano, afastadas das padarias.

Segundo os proprietários esta medida dificultaria o serviço de entregas. Após vários protestos dos proprietários e de sua entidade as cocheiras foram mantidas junto às padarias, mas com a condição de serem azulejadas e conservadas sobre rigorosas normas de higiene e limpeza.

¹³ Prontuário DEOPS-SP n.º 1899 – Eleutério Nascimento.

¹⁴ *A Plebe*, n.º 72, 29/09/1934.

A União dos Proprietários de Padarias de São Paulo encerrou suas funções em 1917, voltando a se constituir em 1920, com acirramentos das tensões entre patrões e empregados. Em 1922, a Câmara Municipal de São Paulo buscou regulamentar dias e horários de funcionamento das padarias, de forma a garantir o descanso semanal dos empregados.¹⁵

Frente à questão, a União dos Padeiros (órgão de representação dos empregados) iniciou a conversação com os patrões, destacando entre suas reivindicações a extinção do trabalho noturno com a concentração da fabricação do pão no período diurno. Os proprietários consideraram a proposta impraticável, pois inviabilizaria as entregas matutinas que eram muito lucrativas para as padarias. Quanto ao descanso semanal, ficou estabelecida a segunda-feira, mas muitas padarias mantiveram sua produção neste dia.

As tensões cresciam principalmente frente à fiscalização da prefeitura, já que em alguns casos os fiscais eram mais rigorosos e em outros mais flexíveis. A associação patronal entrou com representação junto a Câmara Municipal de São Paulo buscando extinguir a lei.

Em 1925, novamente, a União dos Proprietários foi encerrada voltando a se constituir em 1928, como Associação dos Proprietários de Padarias de São Paulo, centrando suas ações nas questões com seus empregados e com a prefeitura, como: quanto ao descanso semanal, horários de trabalho, higiene nas coqueiras e no processo de fabricação do pão. Novos impasses se constituíram com a Diretoria de Higiene que buscava normatizar o acondicionamento do pão, que deveria ser embrulhado imediatamente após a saída do forno e não mais colocados e sacos, cestos ou tabuleiros.¹⁶

2. O pão que o diabo amassou

O fazer o pão exigia um conhecimento e habilidades profissionais, subentendendo um processo com diferentes etapas e hierarquias. Inicialmente o trigo era peneirado dentro de uma masseira de madeira, em separado fazia-se o fermento,

¹⁵ Através da lei n.º 2 503 (sancionada em dezembro de 1922), também se passou a exigir a regulamentação dos entregadores de pão perante os órgãos de fiscalização pública com exame para obtenção da carteira de cocheiro (artigo 71, ato n.º 1426 de abril/1920).

¹⁶ Nos anos 30, também foi criado o Sindicato dos Industriais de Panificação e Confeitaria de São Paulo reconhecido pelo Ministério do Trabalho, dessa forma o setor patronal adquiriu dupla representação.

em seguida misturavam-se os ingredientes que deveriam ser amassados “a muque” (utilizando-se a força física) ¹⁷, só com experiência – através do toque – que se adquiria o conhecimento do ponto ideal da massa.

A massa já pronta descansava, dependendo da temperatura esse processo era mais lento ou mais rápido, posteriormente ela era cortada, pesada, sovada, para depois se modelar os pães, que eram colocados em tábuas aprontando-os para serem levados ao forno, na hora de colocar no forno era que o corte do pão era dado.

O forno de barro e tijolos, redondo não possuía termômetros, estando sob o controle do padeiro. Nas padarias maiores havia o forneiro, que devia preparar o forno (limpava, colocada à lenha, ascendia o fogo) e pela experiência sentir a temperatura, sabendo o momento exato de colocar e retirar o pão do forno. Os pães eram colocados no forno com cuidado e habilidade, com a palheta posicionava-os de um lado e retirava-os prontos de outro, estas ações exigiam atenção e prontidão para evitar que os pães ficassem crus ou torrados.¹⁸

A jornada de trabalho nesses estabelecimentos era longa, começava às 18 horas com o preparo da massa, se estendia por toda a noite, já que às 4:30 horas o pão deveria estar pronto para a venda e para as entregas á freguesia. Já às 7 horas, começavam os preparativos para o pão da tarde, quando os instrumentos e o local eram limpos enquanto o pão estava sendo assado. O descanso era das 12 horas às 18 horas, contudo, este o horário não era fixo podendo ocorrer modificações.

Os padeiros também ajudavam no balcão e realizavam as entregas, mas em outros casos a “freguesia era feita” pelo entregador, que o iniciava o trabalho por volta das 4:30 horas da madrugada e terminava por volta das 6:30 horas. Ele saía com um cesto grande e entregava em armazéns, bares e domicílios. Alguns entregadores comercializavam em carrocinhas (puxadas a burro ou cavalo, posteriormente motorizadas) que lhe permitia servir uma clientela mais distante.

A freguesia era constituída por uma parceria entre o freguês e o padeiro/entregador, que se empenhava em agradar e manter a clientela.¹⁹ As relações estabelecidas entre eles, subentendiam solidariedade e cobranças, várias eram as exigências, quanto à pontualidade de horário na entrega, o tipo e qualidade do pão, as preferências (o pão mais torrado ou branquinho). Mesmo em momentos de dificuldades para a obtenção e controle sobre a farinha de trigo, que poderiam levar a perda de qualidade do pão, os padeiros se empenharam em servir a freguesia.

¹⁷ As masseiras elétricas começaram a ser utilizadas em meados da década de 1920, mas sua difusão foi lenta e parcial, sua incorporação mais generalizada, ocorreu a partir dos anos 40.

¹⁸ FONTES, Edilza. 2002. *O Pão nosso de cada dia*. Belém: Paka-tatu.

¹⁹ A compra ou repasse de uma freguesia era uma responsabilidade e deveria ser precedida de uma apresentação, pois o freguês mantinha fidelidade ao seu padeiro.

O pagamento era realizado aos sábados, mas tinha os que “acertavam” por quinzena e até por mês, logicamente, havia os atrasos e as dívidas acumuladas.

O pão tinha que ser feito todos os dias, sendo imperdoável a falta do padeiro e não havendo descanso, sábados, domingos ou feriados. Para além da jornada extensa e noturna, sem repouso e da falta de folgas, deve-se destacar que todas as etapas do processo de preparação do pão eram árduas e pesadas, com dispêndio de força para a preparação da massa, além das altas temperaturas do local de trabalho.

A esta situação somava-se a insalubridade da função que causava mal aos pulmões e aos olhos, doenças cardíacas e pulmonares, como tuberculose, asma e pneumonia, além de reumatismo, queimaduras e varizes.

Nesta atividade os ganhos eram parcos, alguns trabalhavam por anos sem receber nada a não ser a hospedagem e um prato de comida, mesmo para os mais gabaritados os pagamentos eram instáveis, eles poderiam ampliar ganhos com a venda do pão em domicílio.

A maior parte dos trabalhadores das padarias (homens solteiros) morava no local de trabalho, uma espécie de alojamento fornecido pelo proprietário, que também fornecia as refeições, o que facilitava aos recém chegados, pois os livrava das despesas com acomodações, transporte e alimentação. Contudo os cômodos eram precários, sujos, mal arejados e a comida não podia ser considerada boa.

Cabe observar que essas ações eram estratégias patronais de controle sobre o cotidiano e o horário de trabalho dos trabalhadores, garantia de assiduidade e pontualidade e possibilidade de extensão da jornada, buscando disciplina, criando dependência e outros vínculos.

O dono da padaria – o português – escolhia o padeiro e seus ajudantes, fornecia o local e a matéria prima e cobrava produção. Buscava o controle, através do número de pães que cada saca de trigo produzia, mas esse número dependia da qualidade da farinha e das habilidades do padeiro. Também, controla-se a produção, através da vigilância do processo de trabalho, chegavam a trancar a sala da padaria restringindo a saída dos padeiros.

3. Aprendia-se a trabalhar – trabalhando

Aprendia-se a ser padeiro na própria padaria. Os jovens principiantes observavam o processo de preparação do pão atuando como auxiliares, alguns entravam com 8, 10 anos, eram filhos e parentes ou amigos do próprio padeiro ou do dono da padaria. O processo de aprendizagem era lento, incluindo submeter-se a

várias atividades: peneirar o carvão, rachar lenha, colocar lenha no forno, limpeza do forno, carregar os sacos de farinha, enrolar os panos, ajudar a fazer a massa, limpar e varrer a padaria, atender no balcão, fazer entregas. Eram atividades que demandavam força: agüentar peso, carregar o cesto com 60 pães, conhecer as redondezas e a freguesia, enfrentar a longa jornada, entre outras.

Dependendo das habilidades e dedicação poderia passar para amassador, padeiro e forneiro.

“Quando cheguei fui trabalhar com meu irmão, era caixeiro, era tudo... ajudava a amassar levantava às 2 de manhã, ajudava no balcão e a distribuir o pão. Morava na padaria...”²⁰

Reforçando esse depoimento, os anúncios de jornais deixavam clara a preferência: “Caixeiro precisa-se de um pequeno de 14 a 16 anos, português, com prática em padaria, que seja trabalhador, obediente e honesto. Exige-se referências. Tratar à ...”²¹

Os imigrantes ao chegar contavam com o apoio dos parentes ou conterrâneos já radicados, sendo prática mandar chamar parentes, conhecidos, jovens da aldeia para ajudar nos negócios, eram considerados de confiança. Mas cabe lembrar que em alguns casos a ajuda se transforma em exploração do trabalho desses conterrâneos mais jovens e pobres, desprotegidos em ambiente desconhecido, assim, exploração e paternalismo coexistiam nas casas comerciais, oficinas e nos lares.

A necessidade das crianças desde cedo se engajarem no trabalho, quer seja nas fábricas, oficinas e nas ruas, além de ser fruto das necessidades dos imigrantes pobres, também era vista como possibilidade da obtenção de um ofício que lhes garantisse um futuro mais promissor.

Os aprendizes, padeirinhos e caixeirinhos trabalhavam em troca de casa e comida, numa rotina que incluía limpeza da padaria, atendimento dos fregueses nos balcões, estoques, carregar e entregar mercadorias. Buscando formar trabalhadores produtivos, obedientes e dóceis, patrões e mestres impunham práticas austeras, medidas destinadas a inculcar nas crianças hábitos de trabalho, hierarquias, disciplina que incluíam castigos físicos, punições. Assim, as condições de trabalho e de vida durante o aprendizado compreendiam a prática do castigo físico, outras práticas vexatórias e punições aviltantes e violentas, dormir debaixo dos balcões ou no ladrilho da padaria, tornando as fugas freqüentes.

Nos processos crimes e nos jornais liam-se notícias como a do menor Alfredo Júlio Machado, português de 11 anos de idade que foi se queixar ao delegado de

²⁰ Depoimento fornecido a autora 12/4/2004, por Antonio Pedrão, português de 82 anos.

²¹ *Diário de São Paulo*, 1926.

polícia por ter sido espancado pelo seu "amo" José Rodrigues Tavares, também português.²²

Em geral, estes jovens trabalhadores permaneciam nos domicílios e negócios desses parentes, arcando com os afazeres muitas vezes sem nada receber, outras vezes parcamente remunerados ou submetendo-se a pagamentos incertos. Solidariedade e paternalismo não eram apenas formas de exploração, mas também estratégias de sobrevivência e de lidar com os recursos possíveis isto em certas ocasiões.

4. Ganhar o pão com o suor do próprio rosto

Em 1877, depois de organizar um "levante" que paralisou as padarias do porto de Santos (1876), João de Mattos rumou para São Paulo onde preparou outro "levante" bem sucedido, reunindo os trabalhadores de 12 padarias da cidade.

Fugindo da polícia paulista, em 1878, ele chegou ao Rio de Janeiro para organizar ações similares e na Corte criou o Bloco de Combate dos Empregados em Padarias, que tinha como lema "Pelo pão e pela liberdade"²³.

Outras associações, cooperativas e ligas foram constituídas com a sua participação, bem como, a edição de periódico da categoria como *O Panificador* (desde 1898/RJ) ou *O Trabalhador Padeiro* (SP).

Desde os primórdios da expansão das padarias na cidade de São Paulo, as questões em torno das condições de trabalho e da entrega dos pães geravam embates entre patrões e trabalhadores, produzindo ações de resistência e luta constantes durante o século XX.

Nos anos 20, a União dos Padeiros que coordenava a categoria, encabeçou a greve (1924), que tinha como motivo a reivindicação da troca de alojamento e comida por melhores salários.

Experiências de luta da categoria culminaram na institucionalização de um sindicato em 16 de novembro de 1930 (Sindicato dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares de São Paulo), que nasceu sob o signo da organização e combatividade.

A questão do descanso semanal dos padeiros em São Paulo, iniciada em 1922, arrastou-se até 1931, quando o benefício foi estabelecido por lei.²⁴ A Associação

²² *Diário de São Paulo*, 6/12/1886.

²³ MATTOS, Marcelo Badaró. 2007. *Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil*, in *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, São Leopoldo.

dos Proprietários de Padarias de São Paulo insatisfeita tentou impedir a execução da medida, entrando com pedido de inconstitucionalidade, mas a sua legalidade foi reconhecida. Contudo, na prática a situação era outra, a resistência dos patrões em implementar a medida era constante e anos depois esta questão ainda se fazia presente da pauta dos grevistas.

Em 1931, o Sindicato dos Manipuladores de Pão, afiliado a Federação Operária de São Paulo (FOSP), mobilizou-se em prol do descanso dominical. Militantes anarquistas como Francisco Cianci, Herminio Marcos e Natalino Rodrigues foram registrados como indivíduos sempre presentes em assembleias e conferências da categoria.

Atingindo diretamente o abastecimento da cidade, em 1932 eclodiu uma nova greve da categoria que durou um mês. Nesta ocasião as reivindicações se concentravam aumento salarial, nos horários das atividades, o trabalho noturno e folgas semanais. Apesar dos inconvenientes da falta de pão, o Sindicato procurou o apoio da população, valendo-se da imprensa, divulgou no *Diário de São Paulo*, que eles defendiam a fiscalização sanitária e higiene nos locais de trabalho, além das demandas da classe.²⁵

Durante a paralisação, a liderança sofreu forte repressão policial, principalmente depois dos embates entre os mais engajados e os colegas que não aderiram à paralisação, sendo enviados policiais para garantir o funcionamento de padarias. Vários padeiros foram presos, entre eles, o líder anarquista Natalino Rodrigues.²⁶

Já as paralisações de 1934/35 se constituíam frente às recusas da categoria ao registro e identificação via carteira de trabalho, associada as novas medidas decretadas pelo Ministério do Trabalho. O Sindicato se colocava contrário ao registro, visto como um novo elemento de controle dos trabalhadores. Eles acusavam o Departamento Estadual do Trabalho de forçar a identificação, fazendo com que os patrões exigissem dos empregados fotografias e fichas, com o fim de pôr em prática encargos e identificar dos trabalhadores mais engajados.²⁷ Esta resistência pode também ser explicada pela elevada presença de estrangeiros na categoria, sugerindo uma ameaça, já que entre os portugueses, a quantidade de imigrantes irregulares era sempre alta.²⁸

²⁴ Lei n.º 2 563/31 do município de São Paulo; lei federal n.º 19 770/31, sobre organização sindical dos masseiros e forneiros de padaria.

²⁵ Prontuário: 868 – Associação dos Manipuladores de Pão e Confeiteiros e Similares de São Paulo.

²⁶ Prontuário DEOPS-SP n.º 1286 – Nathalino Rodrigues.

²⁷ PARRA, Lúcia Silva. 2003. *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOSP (1924-45)*. SP: Arquivo Estado/Imprensa Oficial do Estado.

²⁸ SILVA, Rodrigo Rosa da. 2005. *Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930-1945)*. Mestrado, UNICAMP.

As reuniões e as lideranças do Sindicato dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros (com sede no prédio da Rua Quintino Bocaiúva, n.º 80) encontravam-se sob permanente vigilância policial. O que levou a novas prisões de vários líderes envolvidos, como: Natalino Rodrigues considerado “um de seus principais dirigentes e organizadores da greve, agitador e provocador de distúrbios”.²⁹ Também Eleutério do Nascimento... “(português-padeiro) era sócio do Sindicato dos Manipuladores de Pão e Anexos Confeiteiros. Foi preso em maio de 1934, acusado de ter alvejado Antonio Conceição, que participante de uma greve. Em setembro do mesmo ano, Eleutério foi novamente preso, acusado de agitador. Em 1935, foi preso por duas vezes, sendo a última por suspeita de roubo.”³⁰

As ações provocaram o fechamento pela polícia do Sindicato dos Manipuladores de Pão, suspendendo temporariamente a circulação do o jornal *O Trabalhador Padeiro*.³¹

Uma nova greve eclodiu em 1937. As reivindicações dos padeiros incluíam várias demandas: cumprimento da lei das oito horas de trabalho, salário mínimo e férias, pagamento em dinheiro do que recebiam em comida e alojamento (equivalente a aumento de salário de 120 réis, correspondente a pensão e dormitório), direito ao café e a um quilo de pão para cada operário.

“que a greve foi iniciada por alguns manipuladores de pão que não podiam suportar a alimentação que lhes era fornecida pelos patrões; que ordenado, quase geral, é de cento e oitenta mil reis mensais, com direito a comer e a dormir na padarias, que os descontentes pleitearam uma diferença para mais de cento e vinte mil reis mensais para a pensão...”³²

Frente à forte resistência dos proprietários, a greve teve início em 21 de agosto atingindo várias padarias³³. O movimento ganhou novas adesões e no dia seguinte a maior parte das padarias não funcionou.

“Só abriram as portas os poucos que fizeram acordo, em separado, com os seus masseiros. Mas a produção dos raros estabelecimentos em atividade era insuficiente para abastecer...”³⁴

²⁹ Prontuário DEOPS-SP n.º 1286 – Nathalino Rodrigues.

³⁰ Prontuário DEOPS-SP n.º 1899 – Eleutério do Nascimento.

³¹ José Rocca Orozco foi preso em 19 de fevereiro de 1937, acusado de anarquismo. Foi redator do jornal *O Trabalhador Padeiro*. Recebia jornais de sindicatos e associações de classe da Espanha. Prontuário DEOPS-SP n.º 2393. Prontuário DEOPS-SP n.º 868 – Associação dos Manipuladores de Pão e Confeiteiros e Similares de São Paulo

³² Prontuário DEOPS-SP n.º 4265 – José Soares de Azevedo. Percebe-se se que o DEOPS estava atento as atividades do Sindicato dos Manipuladores, quando foi dissolvida uma assembléia, por falta de autorização necessária para a sua realização. A partir de então toda pautas de reuniões eram entregues ao DEOPS com antecedência. Prontuário: 868 Associação dos Manipuladores de Pão e Confeiteiros e Similares de São Paulo.

³³ Prontuário DEOPS/SP n.º 4.162 – Associação dos Proprietários de Padaria de São Paulo.

A posição patronal se manteve, as demandas dos padeiros eram consideradas descabidas e eles identificados como agitadores. Em resposta, os patrões iniciaram um locaute fechando as padarias e revidando com a demissão de mais de 400 empregados de 41 padarias.³⁴ Os sindicalistas replicaram denunciando que donos de padaria estavam criando pretextos, para elevar o preço do pão.

Apesar dos aconselhamentos iniciais da Associação dos Proprietários sobre a conveniência de negociar com as lideranças dos trabalhadores, foram poucos os estabelecimentos que aceitaram as reivindicações, fechando acordo com seus empregados. Na maioria das padarias não foi possível um entendimento. Com o recrudesimento e o acirramento das ações, abandonaram-se as negociações, os patrões endureceram a posição e os poderes públicos aumentaram a vigilância policial levando a prisão de vários envolvidos.

Outras duas categorias do setor: carvoeiros e entregadores em domicílio, envolveram-se na questão. Ficando os carvoeiros alinhados com os donos de padaria, enquanto os entregadores de pão declararam greve em apoio ao movimento dos padeiros.

Na madrugada de quarta-feira, em vários bairros da cidade, ocorreram brigas e detenções de grevistas, em geral motivadas pelo confronto de piqueteiros com entregadores que insistiam em sair com suas carroças para o trabalho. Como descrevia o Dr. Miranda Amaral, Delegado de plantão:

“Ilmo Sr. Dr. Superintendente da ordem política e social da capital

Comunico-vos que durante o meu plantão das 12 horas de ontem às 12 horas de hoje, nesta superintendência verificamos.

Às 4 hrs recebi uma comunicação do guarda de serviço na R. Barão de Campinas esquina com a Alameda Gleite, avisando que um grupo de entregadores de pão se encontrava de frente da Padaria e confeitaria Inglesa, situada na mesma rua, a espera da saída das carrocinhas de pão, afim de atacarem os entregadores. Transporte-me ao local e fiz remover os agressores para esta superintendência. Apreendi um revolver em poder de Mauricio Gambá e uma pistola em poder de Manoel Gonçalves de Oliveira, empregados da padaria em questão que utilizavam as referidas armas em defesa própria.

Às 5hrs no Alto da Lapa os grevista Manoel Carvalho, Manoel de Sá Pinto, Jalmires Pinho Ribeiro e Antonio Sá Pinto tentaram agredir os entregadores de pão Joaquim Fernandes e Manoel Antonio Quintas, depois de se apoderar de

³⁴ Mendes, José Sacchetta Ramos. Fornada de conflitos: portugueses na greve dos padeiros de 1937, in *Metrópole das Utopias*, no prelo.

³⁵ Sobre a Greve dos Padeiros. In *O Estado de S. Paulo*. São Paulo (24.08.1937), p. 10. citado por Mendes, José Sacchetta Ramos. Op.cit.

todo o pão que traziam, os mesmos declararam que iam entrega-lo a Gazeta para distribuição aos pobres. Fiz recolhe-los ao xadrez desta superintendência.

Às 6 hrs, na rua do Glicério, foram detidos e recolhidos ao xadrez os indivíduos Alpheu de Souza e Manoel de Almeida Cardoso por terem sido encontrados distribuindo boletins cujos exemplares passo às suas mãos. Junto a comunicação do sr. comandante da guarnição desta superintendência.

Miranda Amaral Delegado de plantão 26/8/1937.”³⁶

Pode-se observar que os envolvidos foram presos, como o entregador lusitano José Joaquim da Silva, quando tentava convencer seus colegas a não trabalhar.³⁷ A agressão ao fura-greve, também português, Manoel Antunes Quintas, atacado por outros entregadores, que tomaram seus pães e os distribuíram aos pobres.³⁸ O acirramento da situação levou a ação policial, que buscou colocar um soldado armado para cada carrocinha de entrega em atividade.

O Sindicato dos Proprietários divulgou uma proposta: aumento para 870 réis (como teto da categoria), alguns estabelecimentos acataram a sugestão e fizeram acordo com seus empregados, voltando às atividades normais; mas a maioria dos patrões recusou a indicação e por temor a represálias, suspenderam o serviço de distribuição e mantiveram fechadas as padarias.

“...mas os patrões não se conformaram e promoveram a greve pagando os vencimentos dos manipuladores e proibindo-os de trabalhar; que, com a falta de pão, os vendedores viram-se prejudicados e procuraram defender seus interesses; que na realidade os maiores prejudicados foram os vendedores que nada tinham com a questão dos manipuladores; que o declarante e seus companheiros que foram detidos ontem na rua Conselheiro Nébias, não praticaram, nem tinham intenção de praticarem quaisquer violências contra os referidos vendedores.”³⁹

Frente a tal situação, durante a segunda semana da greve, a diretoria da Liga dos Entregadores de Pão retirou seu apoio aos padeiros, buscando uma posição de neutralidade e até se apresentou disposta a intermediar o conflito. Mas havia entregadores que se mantinham favoráveis ao movimento, gerando novos enfrentamentos.

“Manoel Soares declarou que ele e seus companheiros, Antonio Gonçalves Grillo, José Joaquim da Silva, Antonio dos Santos, José Soares de Azevedo, Rogério Augusto Venâncio e Avelino Costa foram detidos na madrugada de ontem, pelas quatro horas. Na Alameda Glete e, sendo que alguns foram detidos

³⁶ Prontuário DEOPS-SP n.º 4483 26 /8/ 1937.

³⁷ Prontuário DEOPS-SP n.º 4169 – José Joaquim da Silva.

³⁸ Relatório de Investigação. São Paulo, 26.08.1937. Prontuário DEOPS-SP n.º 4297 – Manoel Antunes Quintas.

³⁹ Prontuário DEOPS-SP n.º 4265 – José Soares de Azevedo.

na Rua Conselheiro Nébias; que o declarante não conhece os quatro queixosos acerca do fato, nada podendo dizer sobre os mesmos; que o declarante ouviu que os queixosos ao serem interpelados pelos companheiros do declarante quiseram fazer uso de armas de fogo, porém o declarante não viu esta arma; que os companheiros, primeiros referidos queriam convencer os quatro queixosos de que não deviam voltar ao trabalho afim de não prejudicar a greve dos vendedores e manipuladores de pão; porém a policia interveio no momento oportuno... que além de prejuízo que causariam a greve, prejudicariam também os colegas tomando-lhes a freguesia...”⁴⁰

As padarias buscaram contratar novos entregadores, que diferentemente dos padeiros, tinham uma função que poderia ser exercida por quem soubesse conduzir a carrocinha. A distribuição do pão tendeu a ser normalizada, os grevistas foram ficando isolados, gradativamente, o movimento foi se esvaziando e os padeiros buscaram se acertar com os patrões.

Esta greve dos padeiros durou 12 dias. Nos meses subseqüentes instaurou-se o Estado Novo, as ações de repressão do DEOPS se efetivam na capital paulista, neste processo novamente os padeiros e entregadores de origem lusitana, estiveram envolvidos.

Em 1939, as autoridades policiais alegavam que o Sindicato dos Manipuladores de Pão era ilegal, por não ter sido ainda registrado pelo Ministério do Trabalho. Para que o sindicato fosse legalizado deveria comprovar boa conduta de seus membros. Levando a que em 1940, o Sindicato dos Manipuladores de Pão retirasse da porta de sua sede a placa de "Sindicato" e a substituíram por de "Associação".⁴¹

Considerações finais

“Não se habita impunemente em outro país, não se vive no seio de uma outra sociedade, de uma outra economia em um outro mundo, em suma, sem que algo permaneça desta presença, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente, conforme as modalidades de contato, os domínios, as experiências e as

⁴⁰ Os prontuários dos portugueses no DEOPS-SP, referente a este momento de 1937, n.º 4212 – Manoel Soares; 4274 – Rogério Augusto Venâncio; 4188 – Manoel de Sá Pinto; 4273 – Manoel de Almeida Cardoso; 4265 – José Soares de Azevedo; 4304 – Manoel de Carvalho.

⁴¹ Prontuário: 868 – Associação dos Manipuladores de Pão e Confeiteiros e Similares de São Paulo.

sensibilidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas e, outras vezes, estando plenamente consciente dos efeitos.”⁴²

A trajetória histórica de homens e mulheres imigrantes, particularmente portugueses, envolveu uma heterogeneidade de atividades com destaque para as comerciais. Alguns obtiveram rendas relativas, com probabilidade de ascensão social, outros sobreviveram através de estratégia e improvisações cotidianas.

No setor comercial os imigrantes portugueses identificaram as possibilidades da realização do sonho da imigração. Da mesma forma que em outras cidades, pode-se destacar que: “Falar da imigração portuguesa significa mergulhar em um espaço privilegiado: o do comércio, destino mistificado para todos aqueles que acalentavam sonhos de promoção social no além-mar. Nesse espaço significava, ainda, privilegiar dois atores principais do drama cotidiano: negociante e o caixeiro, figuras emblemáticas que se fizeram presentes no espaço urbano ao longo de todo o processo de urbanização. A medida que expandiu a malha urbana, o comércio português a varejo acompanhou esse crescimento tornando o português da esquina referência obrigatória...”⁴³

O balcão da padaria era também um palco das tensões do cotidiano envolvendo cobranças, atrasos e recusa no pagamento das contas consideradas abusivas, hostilidades, brigas, provocações, insultos, xingamentos e manifestações de anti-lusitanismo.

Na trama destas relações se destacam os vínculos de nacionalidade e memórias em comum, a ajuda aos conterrâneos na hora da chegada, hospedagem e empréstimos, também o estabelecimento de relações de confiança (gerencia e até sociedade nos negócios), favores e dependências. Mas, principalmente, de tensões, ao final era o dono da padaria – o português – que escolhia o padeiro e seus ajudantes (muitos também portugueses), sempre buscando manter o controle e a sujeição dos trabalhadores.

Os prontuários do DEOPS possibilitam observar os embates entre trabalhadores e proprietários, também os conflitos intra-étnicos, alguns que culminaram em greves e enfrentamentos, com a presença da polícia e a identificação e prisão dos mais atuantes.

⁴² SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia. Revista do Migrante*, SP, 13, (jan/2000), p14.

⁴³ MENEZES, Lená Medeiros. 2000. Jovens portugueses: Histórias de sucesso, histórias de trabalho, histórias de fracasso. In GOMES, Ângela de C. (org.) *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. RJ: Sette Letras, p. 164.

A atuação dos imigrantes portugueses nos movimentos sociais, como fonte de garantia e alargamento de direitos

Gladys Ribeiro
Paulo Terra

A participação dos imigrantes portugueses nos movimentos sociais ao longo do processo de constituição da cidadania remonta ao momento da Independência e dos chamados conflitos antilusitanos. Imigrantes pobres, escravos e libertos lutavam por “projetos políticos” distintos daqueles debatidos primeiramente nas Cortes de Lisboa, e, depois, nos nobres salões do Brasil independente. Evidentemente, esses indivíduos não tinham uma proposta política partidária escrita e deliberada em assembleias, mas atuavam orquestradamente com base na experiência e nas vivências comuns, conferindo-lhes uma ação enquanto classe.¹

A multidão brasileira era multiracial e multi-étnica. Se por um lado escravos e libertos lutavam contra a escravidão e as suas práticas, por outro, imigrantes portugueses pobres escolhiam o Brasil para viverem sobre si, como declaravam na apresentação ou legitimação de passaportes.² As lutas pela sobrevivência

¹ É de João José Reis um artigo sobre a participação política de crioulos, libertos e africanos na Revolta dos Malês. Nesse texto, afirma a necessidade de uma interpretação dinâmica da noção de “classe”, como faz Thompson, contra uma concepção “clássica” mais estática. Ver: REIS, 1989: 99-122.

² Ver os seguintes códices no ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Códice 370 (Matrícula de estrangeiros. Apresentação de Passaportes na Polícia). 1808-1820, 2 volumes; Códice 373 (Entrada de Passageiros Portugueses e Brasileiros de Várias Províncias). 1824-1827, 1 volume; Códice 374 (Entrada de Passageiros Estrangeiros Apresentando Passaporte na Polícia). 1826-1831, 1 volume; Códice 375 (Entrada de Passageiros Portugueses e Brasileiros de Várias Províncias. Legitimações de Passaportes na Polícia). 1821-1824, 1 volume; Códice 376 (Apresentação de Passaportes de Passageiros na Polícia – Legitimação de Passaportes). 1824-1826, 1 volume; Códice 377 (Apresentação de Passaportes de Passageiros na Polícia – Legitimação de Passaportes). 1826-1830, 1 volume; Códice 378 (Apresentação de Passaportes Estrangeiros na Polícia e Legitimação de Passaportes). 1826-1827, 1 volume; Códice 379 (Apresentação de Passaportes de Cidadãos Portugueses na Polícia). 1828-1830, 1 volume; Códice 380 (Apresentação de Passaportes de Cidadãos Portugueses na Polícia). 1830-1831, 1 volume; Códice 381 (Apresentação de Passaportes Estrangeiros na Polícia). 1831-1842, 16 volumes; Códice 420 (Relação de Brasileiros e Portugueses Chegados de Várias localidades, Apresentando Passaporte na Polícia. Livro de Apresentação de Brasileiros e Portugueses). 1830-1834, 2 volumes;

davam-lhes a noção exata da liberdade a qual almejavam, dentro das perspectivas dos direitos humanos. Debatiam-se pela qualidade de ser cidadãos, não por uma cidadania pronta e acabada que serve muito mais como conceito heurístico e cujo significado, tal como conhecemos, data da segunda metade do século XIX.³

Existia, então, uma certa consciência popular forjada no dinamismo dos fatos e que levava escravos, libertos e homens “de cor” livres a traçarem estratégias que dificultavam a distinção do seu estatuto civil e social. A intenção dos escravos era provavelmente provocar a dúvida, viver uma duplicidade que os favorecia na negociação da liberdade.⁴ Já os imigrantes portugueses pobres perturbavam a vida dos escravos e libertos no mercado de trabalho da Corte e descontentavam igualmente a população pobre branca, na sua maioria descendente de portugueses.

Desde pelo menos o período do Primeiro Reinado, o mercado de trabalho assalariado na cidade do Rio de Janeiro vinha lentamente se formando de forma setorializada, segmentada e hierarquizada, o que teria levado a sentimentos anti-lusitanos que geraram conflitos políticos variados e que muito pouco ou quase nada tinham de nacionalistas.⁵ A população dita “de cor” combatia pela liberdade, que trazia em seu bojo a questão da igualdade no mercado, da propriedade e dos direitos políticos. A propriedade de si colocaria a possibilidade da propriedade de terras e de negócios e abriria espaços aos pretos e pardos, escravos e libertos na sociedade civil e política, já que o âmbito da liberdade era o da responsabilidade e da nacionalidade, onde estavam circunscritos os cidadãos ativos, como bem lembrou Ilmar R. de Mattos.⁶

Os lusitanos que habitavam a chamada “Cidadela” – espaço situado no coração da Candelária e Sacramento, no período do Primeiro Reinado – eram homens cientes da posição que ocupavam na sociedade e esforçavam-se por não quere-rem partilhar espaços de igualdade. Em outras palavras, limitavam a liberdade dos “de cor” para salvaguardar a propriedade e os direitos civis para um grupo restrito. As disputas e as tensões existiam, mas eram latentes a maior parte do tempo. Só explodiam com constância em momentos políticos conturbados, como

Código 422 (Entrada e Saída de Passageiros Brasileiros e Estrangeiros). 1820-1822. Para análise dessa documentação, ver RIBEIRO, 2006.

³ Segundo Vantuil Pereira, o verbete cidadania na Língua Portuguesa data de 1913, quando o *Novo Dicionário da língua Portuguesa (Cândido Figueiredo)* a catalogou e disse ser o termo um neologismo, referido à qualidade do cidadão. Essa discussão sobre a cidadania e direitos do cidadão foi feita por PEREIRA, 2008: 22.

⁴ CHALHOUB, 1990: 212.

⁵ Esses conflitos foram abordados em RIBEIRO, 2002.

⁶ MATTOS, 2004: 115.

na época da Independência, da Abdicação⁷, no contexto da exaltação de ânimos gerada pela proclamação da República e no período dos anos de 1920, após intenso movimento de greve na cidade do Rio de Janeiro.⁸

Ao longo dos oitocentos, lutar pela liberdade era ser contra a opressão injustificada. A liberdade de movimento era considerada como um dos mais importantes direitos civis. Ela trazia em si dois direitos fundamentais para que entendamos os movimentos sociais de fins do XIX e da Primeira República: o direito de viver sobre si, que quer dizer ter autonomia e trabalhar para se sustentar e se ver como sujeito de direitos; o direito à reunião, concretização mais positiva da liberdade política e oriundo da liberdade de peticionar contra injustiças.

A admissão no mundo político trazia subjacente a ausência de constrangimentos. Na experiência da liberdade na esfera pública, aqueles homens almejavam exercer os seus direitos e tê-los garantidos frente ao Estado, que era constitucional desde a Emancipação e que se dizia republicano, federativo e democrático desde a Proclamação da República. Fazer efetivos os direitos do cidadão era algo mais importante do que a retórica da cidadania. Não era à toa que as pessoas comuns, advogados, autoridades e juízes se auto-designassem e assinassem cidadãos e passassem a contar os anos de acordo com os aniversários republicanos, a partir de 1889.

A esperança de todos não consistia apenas no recurso ao Judiciário, em todas as suas instâncias. A liberdade jurídica tinha a contrapartida das ações e da autonomia das pessoas no espaço público, do reconhecimento que faziam do que era direito próprio e do que era justo, e, por fim, da luta diária que empreendiam para alargamento desses mesmos direitos, tidos por justos e devidos.

Os imigrantes portugueses constituíram uma parcela importante do mercado de trabalho carioca ao longo do século XIX e no início do século XX. Em 1834, por exemplo, os cinco mil portugueses representavam 21,51% dos trabalhadores livres adultos da Corte.⁹ A análise dos códigos de legitimação e apresentação de passaporte na polícia, no período de 1820 a 1834, permite verificar que grande parte dos imigrantes lusos declarou estar ligado ao comércio. Em 1822, 100% deles alegaram trabalhar nesse setor, enquanto em 1834, 58,8%. A maioria designou possuir a profissão de caixeiro, sem qualquer qualificativo, o que indica claramente que os imigrantes não vinham necessariamente para um trabalho específico nem traziam de Portugal uma profissão.¹⁰

⁷ RIBEIRO, 2002.

⁸ RIBEIRO, 1987.

⁹ RIBEIRO, 2002: 180.

¹⁰ RIBEIRO, 2006: 81 e 82. O termo caixeiro designa os empregados do comércio em geral.

De qualquer forma, os imigrantes lusos eram maioria entre os empregados do comércio, assim como entre os empregadores. Era comum a prática de negociantes admitirem seus patrícios, formando uma importante rede de solidariedade na nova terra. Em 1829, 71,4% dos empregadores dos imigrantes eram seus parentes.¹¹ O predomínio dos portugueses no comércio estendeu-se até a Primeira República, embora tenha diminuído um pouco.

Esses imigrantes tiveram um papel fundamental nas lutas da categoria por melhores condições e criação de leis que regulamentassem o trabalho. O movimento caixeiral se iniciou na década de 1850 e buscava conseguir o fechamento dos estabelecimentos aos domingos.¹² No período imperial, o discurso utilizado para essa reivindicação referia-se à religião católica, pois alegavam que os dias santos e domingos deviam ser reservados para a Igreja.

Com a Proclamação da República, à luta pelo repouso dominical acrescentar-se-ia a exigência de regulamentação e diminuição da jornada de trabalho no comércio. O discurso nesse período mudou. Passou a clamar pela cidadania social e a apelar para a intervenção do Estado, para que esse garantisse legalmente os seus direitos, de modo que não fossem resultantes apenas de acordos individuais com os patrões, que poderiam ser rompidos em momentos de conflitos.¹³

Alguns caixeiros não se contentaram com os limites de agência previstos na relação com os patrões e buscaram utilizar outras estratégias e mecanismos reivindicativos. Certos empregados qualificados entraram na justiça para reclamar o que lhes era devido. Isso por que, como apontou Fabiane Popinigris, “mesmo que os caixeiros cumprissem com sua parte durante anos, nada garantia que os patrões fossem recompensá-los com o esperado ou ‘merecido’. A partir daí, restava ao empregado romper por sua vez o subentendido acordo”.¹⁴

Esse foi o caso do português Joaquim Pereira dos Santos, de 29 anos, que trabalhava na Martins Costa e Cia., casa de papelaria e tipografia situada na Rua dos Andradas, n.º 81. No ano de 1910, segundo suas contas, a casa devia-lhe 3 015\$702 (três contos, quinze mil e setecentos e dois réis), quantia relativa a sua comissão sobre vendas e sobre seu salário. Enquanto isso, Antônio Martins Costa, um português de 47 anos e sócio da casa em questão, afirmou que a tipografia devia a Santos uma soma bem diferente da que ele requeria, 341\$680 (trezentos e quarenta e um mil e seiscentos e oitenta réis).¹⁵

¹¹ RIBEIRO, 2002: 198.

¹² Sobre o movimento dos caixeiros ver: POPINIGIS, 2007; STOTZ, 1986.

¹³ POPINIGIS, 2007: 126.

¹⁴ POPINIGIS, 2007: 81.

¹⁵ POPINIGIS, 2007: 78.

Outros caixeiros, no entanto, partiram para disputas em campo aberto. Em 1906, o movimento irrompeu na forma de constantes piquetes e motins organizados. As reivindicações veladas transformaram-se em exigências, devido tanto a “tomada de consciência dos empregados de que suas reivindicações eram ‘direitos’, quanto do crescente sentimento de pertencimento ao conjunto da classe caixeiral”.¹⁶

Há indicações de que alguns imigrantes portugueses presentes nas lutas aqui no Brasil possam ter trazido experiências de sua terra natal. Victor José de Carvalho, que esteve envolvido na fundação da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro (AEC), havia sido caixeiro em Lisboa, onde participou da Associação dos Empregados no Comércio daquela capital. Segundo artigo de Jacintho Magalhães, de 1925, o comércio do Rio tinha “prevenção notável contra os lisboetas que tinham fama de vagabundos, respondões e demolidores do rejume”.¹⁷

Os portugueses estavam fortemente representados não somente no comércio. O estatístico Sebastião Ferreira dos Santos afirmou, em 1860, que atividades como os transportes e outros trabalhos da capital, que anteriormente empregavam muitos escravos ao ganho, já eram desenvolvidas em grande parte por trabalhadores livres, em sua maioria imigrantes portugueses.¹⁸ Um ofício de 1849, por sua vez, informou que: “uma grande parte de indivíduo das ilhas (Açores e Madeira) empenhava-se exclusivamente em recolher águas nas fontes públicas da cidade, com carroças e tonéis puxados por animais... abastecendo assim quase toda a cidade que antes empregava muitos escravos para esse fim”.¹⁹

Entre 1850 e 1870, segundo as licenças para veículos, os portugueses representavam 73% dos cocheiros e carroceiros com nacionalidade declarada, e, entre os trabalhadores livres da Casa de Detenção identificados com essa ocupação, os lusos perfizeram 75%.²⁰ Há ainda indícios que a primeira associação criada pelos trabalhadores da categoria fosse formada principalmente por portugueses²¹, embora em seu estatuto não houvesse restrições a nacionalidade de seus integrantes. A

¹⁶ Cf. POPINIGIS, 2007: 134.

¹⁷ MAGALHÃES, Jacintho. “A sessão solene desta associação em comemoração à data de 30 de outubro”. *Boletim da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 1, 31/10/1925, n.º 4. *Apud*: STOTZ, 1986: 14. A grafia desta e de todas as outras citações foi atualizada, embora mantenhamos a pontuação e as palavras escritas com letra maiúscula no original.

¹⁸ Cf. SOARES, 1998: 110.

¹⁹ Cf. ALENCASTRO, 1988: 41.

²⁰ TERRA, 2007.

²¹ Eduardo Neves Moreira afirmou que essa era uma das associações, criadas no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX, que buscavam dar apoio e promover a união entre os portugueses e seus descendentes. MOREIRA, 2006.

Sociedade União Beneficente e Protetora dos Cocheiros, criada em 17 de abril de 1881, tinha como intuito “socorrer os associados e suas famílias”.²²

As associações de socorro mútuo tinham um papel fundamental num período em que não havia legislação social. Algumas delas restringiam o acesso apenas aos cidadãos portugueses natos ou naturalizados. Os fins mais comuns eram a concessão de auxílios pecuniários aos sócios impossibilitados de trabalhar ou doentes, auxílio no transporte para fora da capital por recomendação médica e a concessão de pensões à família. O Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses, por exemplo, determinava que o pagamento do legado que os sócios deixavam para as famílias, caso o associado fosse casado em Portugal e tivesse outra mulher no Brasil, deveria ser dividido igualmente entre as duas. Porém, se uma delas tivesse filhos e a outra não, a divisão passava a ser 2/3 para a primeira e 1/3 para a segunda.²³

As sociedades de auxílio mútuo estavam geralmente mais voltadas a socorrer demandas por direitos sociais, do que lutar para que esses direitos fossem efetivamente garantidos pelo Estado. No entanto, as suas ações podiam em alguns casos extrapolar os objetivos iniciais. Esse foi justamente o caso da Sociedade União Beneficente e Protetora dos Cocheiros, citada acima.

Essa Sociedade participou, representada por seu advogado Zeferino de Faria, de uma comissão para discutir a confecção de um novo regulamento da Polícia sobre o setor de transporte de veículos e seus trabalhadores, em 1889. A comissão contava ainda com um representante de imprensa e um inspetor de veículos, e, com saída deste último, ela acabou dissolvida. O relatório final, assinado unicamente pelo advogado dos cocheiros, discutia a tabela de tarifas cobrada pelos serviços de transporte. Ao que tudo indica a opinião dos cocheiros não foi levada em conta na redação final do regulamento, já que esse documento foi considerado o estopim da greve deflagrada pela categoria em janeiro de 1900.

Durante os dias 15 e 17 desse mês, o movimento grevista conseguiu mobilizar a capital da República. Segundo o *Jornal do Brasil*: “As ruas habitualmente, de minuto a minuto, percorridas por bondes e outros veículos, agora desertas tinham o aspecto sombrio dos dias anormais, transitadas pelos grevistas em grupos e por tropas de cavalaria e infantaria da Polícia e do exército”.²⁴

²² “Estatuto da Sociedade União Beneficente e Protetora dos Cocheiros”. *Diário Oficial*, 19/11/1906.

²³ FONSECA, 2006: 147-148.

²⁴ *Jornal do Brasil*, 16/01/1900: 1. Este greve foi noticiada em diversos outros jornais cariocas de grande circulação da época como *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã*. Todos os periódicos relataram que o motivo da greve residia na rejeição por parte da categoria de alguns pontos do edital sobre o transporte com veículos expedido pela Polícia em dezembro do ano anterior. Embora a greve tenha durado de 15 a 17 de janeiro de 1900, suas

No dia 18 de janeiro de 1900, logo após o término da paralisação, a Sociedade União Beneficente e Protetora dos Cocheiros enviou uma petição ao governo. Porém, deixou claro que essa defesa de interesses ia além “dos limitados fins definidos em seus estatutos”. O documento apresentava críticas a diversos pontos do regulamento e trazia ainda uma bombástica denúncia de extorsões por parte da inspetoria de veículos na cobrança dos emolumentos previstos. O escândalo foi amplamente noticiado na imprensa e, ao que tudo indica, ele, juntamente com as críticas que sofreu pela postura da Polícia de não ter evitado a greve, fez com que João Brasil Silvado, chefe dessa repartição, pedisse sua demissão no dia 25 de janeiro.

Além de terem sido ouvidos sobre os abusos que vinham sendo cometidos pela inspetoria de veículos, os cocheiros e carroceiros conseguiram outra vitória. No dia 20 de janeiro, o ministro da justiça, Eptácio Pessoa, fez um despacho em que acatava todos os pedidos de mudança indicados na representação enviada pela Sociedade União Beneficente e Protetora dos Cocheiros.

A presença dos portugueses entre os cocheiros e carroceiros pode ser verificada também em outra associação, a Sociedade de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas, fundada em 23 de setembro de 1906. Ela tinha como um dos seus fins procurar obter, por meios legais, “o aumento do salário e a diminuição de trabalho, de acordo com as necessidades económicas e higiênicas dos trabalhadores”.²⁵

Em dezembro do mesmo ano de sua fundação, a Sociedade de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas apresentou uma tabela de reivindicações aos proprietários de veículos. Essa tabela continha uma demanda de aumento da remuneração de condutores de diversos tipos, como os cocheiros de café, por exemplo, além da redução das horas de trabalho. Eles requisitavam que o trabalho passasse a ser realizado das seis horas da manhã às seis horas da tarde, e que aos domingos eles trabalhassem externamente somente até o meio dia.

Tendo em vista que os proprietários de veículos não responderam às demandas no prazo estipulado, a assembléia da associação no dia 16 de dezembro de 1906 decidiu pela greve, que deveria ter caráter inteiramente pacífico. A paralisação se estendeu pelo menos até o dia 27 de dezembro e o período foi marcado por negociações entre proprietários e trabalhadores, que tiveram como mediador Evaristo de Moraes, advogado da mesma associação.²⁶ Os jornais registraram

conseqüências continuaram ocupando a primeira página dos jornais até pelo menos o dia 23 do mesmo mês.

²⁵ “Estatuto da Sociedade União Beneficente e Protetora dos Cocheiros”. *Diário Oficial*, 17/10/1906.

²⁶ Sobre o papel de Evaristo de Moraes na Sociedade de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros

também diversos casos de conflitos entre trabalhadores e prisões daqueles envolvidos na greve, revelando um forte esquema de repressão policial.

No dia 17, por exemplo, foram presos, acusados de incitação à greve, os portugueses Miguel Pereira, José Ferreira da Silva e José Lisboa. Os três alegaram fazer parte da Sociedade de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas. Porém, utilizaram como estratégia diante da autoridade policial, a afirmação de que não eram grevistas, e que só faziam parte do movimento para não sofrerem coação dos colegas.²⁷

Os três foram presos e, na condição de prisioneiros, tiveram que responder processos. A repressão aos movimentos sociais, em especial aos movimentos dos trabalhadores, aumentou consideravelmente ao longo da Primeira República. A greve dos cocheiros e carroceiros de janeiro de 1900, mencionada anteriormente, foi acompanhada de perto por Epitácio Pessoa, então ministro da Justiça, que esteve à frente, a todo o momento, do controle das ações repressivas a paralisação. Ele encontrou-se com o ministro da guerra, Marechal Mallet, que colocou à disposição a guarda da capital, e deu diversas ordens ao chefe de polícia. Entre elas, a que o *Jornal do Brasil* considerou mais severa: a de “atirar sobre qualquer grupo que tenha atitude hostil, ou desobedeça às forças”.²⁸

Os imigrantes, devido ao peso que tinham no movimento operário, se tornaram também motivo de especial preocupação e implementação de políticas repressivas por parte do Estado, tais como os processos sumários de expulsão. A lei proposta por Adolfo Gordo e promulgada em 1907, era a favor da deportação “do estrangeiro que comprometer a ordem nacional ou a tranqüilidade pública”.²⁹ Lená Medeiros de Menezes expôs que o número de expulsos acompanhou o processo de acirramento do movimento operário entre 1917-1921.³⁰ Os portugueses foram, no período de 1907 a 1921, os trabalhadores mais expulsos, 181, contra 121 italianos e 113 espanhóis.³¹ O grande número de expulsões era comentado, inclusive, em periódicos portugueses. Vejamos o que diz *A Voz Operária*, de março de 1913:

“O encarceramento, a expulsão e os massacres de trabalhadores, de homens dignos, amantes da liberdade, são o estado permanente das relações entre o Capital e o Trabalho, entre o governo e o povo.

e Classes Anexas ver: MENDONÇA, 2004.

²⁷ Cf. MARTINHO, 2002: 217-218.

²⁸ *Jornal do Brasil*, 16/01/1900.

²⁹ Artigo 1º da Lei Adolfo Gordo, 05/01/1907. Já era comum a acusação de portugueses por crimes políticos, e tendo como pena a expulsão do Brasil, mesmo antes da lei Adolfo Gordo.

³⁰ MENEZES, 2006: 97.

³¹ MARAM, 1979: 43.

Os lares proletários são, a cada passo, assaltados pela hordas policiais, e as famílias destruídas e espezinhadadas, como o sabem fazer estes ascetas degenerados”.³²

O peso dos lusos nos movimentos sociais da Primeira República pode ser sentido não só pelo contingente deles que foi expulso do país, mas também pelo número de líderes das lutas dos trabalhadores. Segundo Sheldon Maran, entre 1890 e 1920, no Rio de Janeiro e em São Paulo, 23 líderes foram identificados como portugueses, contra 24 italianos e 22 espanhóis.³³

Verificando os processos de *habeas corpus* impetrados a favor dos lusitanos no Arquivo da Seção Judiciária do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro, 2.^a Região (Arquivo da Justiça Federal de São Cristóvão), constatamos várias prisões e expulsões de portugueses por atividades grevistas.³⁴ Essa realidade está presente com força nos jornais que noticiavam greves. No dia 7 de dezembro de 1906, o jornal *Correio da Manhã* registrou que devido à greve do Llyod Brasileiro contratou-se, em Lisboa, foguistas portugueses e que esses, ao chegarem ao Brasil e ao saberem que substituiriam colegas brasileiros em greve, pediram para retornar a Portugal. O caso teve ainda repercussão nos dias seguintes. No dia 13, o fato foi novamente destaque, bem como no dia 28, quando na primeira página se estampou a “situação dolorosa” desses indivíduos e se fez apelo à colônia portuguesa, para que os ajudasse no repatriamento.

Nos processos crimes pesquisados no Tribunal do Juri igualmente encontramos portugueses ativistas. Em 12 de abril de 1916, uma disputa entre operários em uma situação de greve fez com que Francisco Fernandes, brasileiro, jogasse goma no português Joaquim Marquês, no interior da fábrica de tecidos Bonfim.³⁵ Anos mais tarde, em 24 de maio de 1930, Antônio Joaquim Pinto, português, delegado da Sociedade dos Operários em Fábricas de Tecidos, criou uma situação de conflito aberto com o gerente Michael Walmsley, inglês, por estar cobrando mensalidades do sindicato durante o horário de trabalho. Despedido, ele e outros portugueses, todos sócios do sindicato, foram em comitiva reclamar do ato que consideraram injusto e solicitar a permissão para cobranças sindicais, o que tomavam por direito certo e líquido.³⁶

³² Aos emigrantes: a situação no Brasil. *A Voz do Operário*, 23/03/1913: 1. *Apud*: MARTINHO, 2002: 214.

³³ MARAM, 1979: 21.

³⁴ Ver RIBEIRO, 2008.

³⁵ ARQUIVO DO PRIMEIRO TRIBUNAL DO JURI. (APTJ). Francisco Fernandes (brasileiro acusado), Joaquim Marques (português ofendido), artigo 294 parágrafo 2.^o + parágrafo 13.^o, 12/04/1916.

³⁶ ARQUIVO DO PRIMEIRO TRIBUNAL DO JURI. (APTJ). Antônio Joaquim Pinto (acusado português), Michael Walmsley (ofendido inglês), artigo 294 parágrafo 2.^o + parágrafo 13.^o,

Os dados acima contradizem uma imagem presente na época que caracterizava o trabalhador português no Brasil como passivo, fura-greve e possuindo menos, ou nenhuma, consciência de classe. No livro anarco-sindicalista intitulado *A terra Livre*, lançado em São Paulo, em 1907, percebe-se claramente esse preconceito contra os lusitanos. Eles eram tidos como desprovidos de solidariedade de classe e como elementos pacíficos, ocupados tão somente com a labuta do dia a dia e, por isso, explorados pelos patrões e tidos como bons trabalhadores pelas autoridades policiais: “É bastante ridículo o papel que os portugueses vêm desempenhando. Esses pobres ‘Maneis’ (...) correm para a central da polícia e se tornam seus fantoches, prontos para assassinar grevistas, enquanto que aqueles que produzem todas as coisas e não possuem nada estão pedindo somente mais um pedaço de pão”.³⁷

Esse estigma foi reproduzido, em parte, pela historiografia. Sheldon Maram, por exemplo, ao comparar o operariado carioca e o paulistano, aponta que o último era superior por ter os italianos como maior grupo estrangeiro na força de trabalho. Enquanto isso, o grosso da mão-de-obra na capital federal seria formado por portugueses e brasileiros, considerados mais passivos.³⁸

É claro que vários portugueses não aderiram aos movimentos sociais, assim como havia trabalhadores brasileiros, italianos, e de outras nacionalidades, na mesma situação. Ao mesmo tempo, podemos verificar a participação dos imigrantes lusos em diversas mobilizações de grande peso na Primeira República,³⁹ o que faz pensar que não existia uma figura homogênea do trabalhador português: fosse aquela que o estigmatizava apenas como passivo; ou a que poderia vê-lo somente como combativo.

Uma visão mais complexa do trabalhador luso pode ser verificada em situações que ocorreram conflitos entre os próprios imigrantes no que diz respeito ao posicionamento diante do movimento operário. Em 17 de janeiro de 1912, o português Júlio Gonçalves, empregado de padaria, foi “preso em atividade grevista, acusado de atear fogo a um cesto de pão conduzido por um outro padeiro, Álvaro de Oliveira, também português”.⁴⁰ Este último foi atacado por seu patrício justamente por não

24/05/1926.

³⁷ *A terra livre*. São Paulo, 5 de fevereiro de 1907: 3. *Apud*: MARAM, 1979: 32.

³⁸ MARAM, 1979: 32. O autor chega a relativizar as generalizações sobre os portugueses, mas o faz citando o caso dos imigrantes lusos presentes em Santos que, aliado aos espanhóis, fizeram dessa cidade “um centro de agitação e organização operária”.

³⁹ Os cocheiros e carroceiros estavam, por exemplo, entre as três categorias que mais realizaram greves na cidade do Rio de Janeiro no período de 1890 a 1906. GOLDMACHER, 2004: 130. Já em relação às greves do período de 1890 a 1917, os cocheiros e carroceiros ficariam na segunda posição. GOLDMACHER, 2005: 49.

⁴⁰ MARTINHO, 2002: 219.

ter aderido a paralisação, revelando assim que as atitudes dos imigrantes nada tinham de homogêneas.

Conflitos entre brasileiros e portugueses pelo mercado de trabalho ocorreram constantemente no Império e na Primeira República. Em 161 processos crimes de ofensas físicas graves e homicídios encontrados no 1.º Cartório do Tribunal do Juri, entre os anos de 1889 e 1930, tendo portugueses como réus ou como acusados, 97 ocorreram no âmbito do trabalho ou foram decorrentes de motivos diretamente relacionados a ele. Entre esses processos, destacam-se 17 envolvendo carroceiros e cocheiros, oito entre padeiros e 6 com membros da Sociedade de Resistência de Carvão Mineral, entre outros.

Um dos embates envolvendo brasileiros e portugueses mais citados pela historiografia ocorreu, no dia 13 de maio de 1908, na sede da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche em Café. Após uma série de confusões, o local transformou-se em uma verdadeira praça de guerra, acabando completamente destruído pelos próprios sócios e resultando em um morto e vários feridos⁴¹.

Aqui é importante observar que nos processos crimes existentes no 1.º Cartório do Primeiro Tribunal do Júri há portugueses que participaram de forma ativa nas greves da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e nos seus desdobramentos nos anos seguintes.

Em agosto de 1906, explodiu a primeira greve desses trabalhadores. No dia 29 desse mês e ano, às sete horas da manhã, diversos trabalhadores de carvão se dirigiam, em um saveiro, para bordo dos vapores Lord Deby (sic) e Goodwood (sic).⁴² Ao passarem em frente ao depósito de Belmiro Rodrigues e Companhia, na Gamboa, encontraram outros trabalhadores, sócios da Resistência. Manoel de Moura, espanhol, desfechou tiros contra os vapores e acabou atingindo mortalmente o português Agostinho Ferreira da Silva.

Essa briga se deu porque alguns membros da Brazilian Cool, sócios da Resistência, haviam pedido aumento salarial de mil réis diários e não somente tiveram seus pedidos desconsiderados como foram despedidos. A Brazilian Cool contratou,

⁴¹ O jornal *Correio da Manhã* de 14 de maio de 1908 narrou o conflito na Sociedade dos Trabalhadores de Trapiche e Café. Afirmou que o conflito começou por conta da eleição de dois portugueses para os cargos de presidente e tesoureiro e que uma das facções reagiu e argumentou que por estatuto não era legal a eleição de um estrangeiro. Nos números saídos nos dias 17 e 27, os trabalhadores portugueses são defendidos pela linha editorial do jornal, que se une ao que dizia o delegado de polícia, e classifica os lusitanos como trabalhadores pacatos. Segue igualmente narrando o conflito entre os membros da Resistência. No número do dia 8 de junho, anunciava os nomes da nova diretoria do Sindicato e convidava para a posse.

⁴² ARQUIVO DO PRIMEIRO TRIBUNAL DO JURI. (APTJ). Manoel de Moura, acusado; Agostinho Ferreira da Silva (ofendido), artigo 294 § 2.º, 1906. Atualmente, esses processos encontram-se no Museu da Justiça. Quando foram anotados, durante os anos de 1982 e 1983, faziam parte do 1.º Cartório do Primeiro Tribunal do Juri, na Rua D. Manoel 29.

então, novos trabalhadores por salário menor. Essa atitude gerou brigas entre os sócios da Resistência, despedidos, e os novos trabalhadores contratados. Moura e Iglesias, espanhóis, em conjunto com outros trabalhadores portugueses, ataçavam os carvoeiros que estavam no rebocador Glória e que seguiam para desembarcar a mercadoria dos vapores Hellimere (sic) e Crathome (sic). Queriam forçar a entrada de todos na greve. Atiravam pedras de carvão, enquanto insultavam os contratados. Antes dos tiros de revólver dados, Iglesias gritou várias vezes para os fura-greve: “Vem cá negrada, vem cá putada”.

Conflitos entre os trabalhadores decorrentes dessa greve de 1906 e do processo de organização do sindicato da Resistência atravessaram os anos de 1907 a 1909.⁴³ No dia 5 de julho de 1907, um grupo homens da Sociedade de Resistência que havia participado como grevistas no ano anterior, na sua maioria portugueses, interceptou e assaltou uma carroça guiada por brasileiros que não haviam aderido àquele movimento. Dentre os lusitanos havia um que tinha sido secretário da Sociedade e que agora era seu fiscal. Nos depoimentos das testemunhas, os sócios da Resistência eram todos trabalhadores, enquanto o mesmo chefe de polícia anteriormente citado mantinha a sua posição de acusá-los de indivíduos que atentavam contra a ordem e contra a segurança públicas, brandindo como exemplo os acontecimentos de agosto de 1906.⁴⁴

⁴³ Posteriormente, no bojo do movimento grevista na cidade do Rio de Janeiro, novamente encontramos processos crimes entre os trabalhadores da Resistência, carvoeiros ou ligados ao transporte de cargas do porto. Ver os seguintes processos: ARQUIVO DO PRIMEIRO TRIBUNAL DO JURI. (APTJ). Antônio Roberto da Silva (brasileiro qualificado como “preto”), Abel Tavares (acusado português), artigos 303 e 294 parágrafos 2.º + 13.º, 17/08/1912. Estivadores que brigam por causa do transporte de uma carga. Nesse processo o brasileiro afirma que os portugueses constituíam-se um “bando”; ARQUIVO DO PRIMEIRO TRIBUNAL DO JURI. (APTJ). João Cardoso de Mello (acusado brasileiro), José Pereira da Silva (ofendido português), artigo 294 parágrafos 2.º + 13.º, 06/01/1913. Conflito dentro do vapor Pará, do Lyde Brasileiro. Nesse processo o advogado afirma que o delegado era parcial na formação da culpa porque só ouvia pessoas abastadas para “tramar” a absolvição ou condenação, denunciando o preconceito contra os trabalhadores nacionais; ARQUIVO DO PRIMEIRO TRIBUNAL DO JURI. (APTJ). Elisiário José (acusado – brasileiro qualificado como “preto”) e João Baptista (ofendido – português), artigos 303 e 294 parágrafos 2.º + 13.º, 16/04/1917, processo onde o feitor português acusa quatro carvoeiros da Resistência de não quererem trabalhar e passarem o tempo sem nada fazer, além disso, havia desprezado o convite de filiação à Resistência; ARQUIVO DO PRIMEIRO TRIBUNAL DO JURI. (APTJ). Rodolfo Sodré (brasileiro acusado), Antônio Medeiros (brasileiro acusado), Antônio Martins (português acusado), Manuel Correa (português ofendido), José Pinto (português ofendido), José Maria (português ofendido) e Antônio Mendes (português ofendido), artigos 294 e 303, 23/04/1923. Briga durante a Assembléia Geral da Sociedade dos Trabalhadores da Resistência a respeito da admissão de novos membros e da divisão dos sócios em duas facções.

⁴⁴ ARQUIVO DO PRIMEIRO TRIBUNAL DO JURI. (APTJ). Antônio Monteiro (acusado português) e outros (acusados portugueses), Guilherme José de Azevedo (ofendido brasileiro qualificado como “pardo”), artigo 294 parágrafo 13, 05/07/1907.

No ano seguinte, os acontecimentos da greve de 1906, o conflito de maio de 1908 e o conflito no Trapiche Reis, narrados acima, marcaram a luta dos trabalhadores da Resistência. A chegada contínua de imigrantes de diferentes nacionalidades trouxe forte impacto na composição da força de trabalho do porto, que era predominantemente de pretos e pardos.⁴⁵ No mês de outubro, Zacharias Clemente dos Santos e Rosendo Alfredo dos Santos, ambos brasileiros, o primeiro qualificado como preto e o segundo como pardo, tomaram satisfações ao português José Paes da Fonseca. Este havia ferido o irmão do primeiro acusado no assalto dos carroceiros ao Trapiche Reis, no ano anterior. Ao longo dos depoimentos, revelou-se igualmente uma rivalidade entre os carroceiros livres e os membros do Sindicato de Trabalhadores em Trapiche e Café. Rosendo era secretário desse sindicato e foi defendido por Evaristo de Moraes, que usou como argumento ser esse estivador figura em evidência e sempre lembrado pelos jornais, que o acusavam por tudo. Dessa forma, Rosendo foi impronunciado e Zacharias teve o seu crime desqualificado, o que lhe rendeu a pena menor de um ano de prisão celular mais as custas do processo.⁴⁶

Evaristo de Moraes teve papel importante na defesa dos trabalhadores nas greves da Primeira República.⁴⁷ No caso relatado anteriormente, como em outros, fartou-se de acusar a polícia de forjar depoimentos e de atuar a favor dos patrões, alterando os fatos durante o inquérito, o que produzia versões diferentes na pretoria, diante do juiz.

“ A verdade é esta: a polícia da 3ª circunscrição urbana, mal orientada acerca do movimento operário e em especial indignada com a existência da ‘Associação de Resistência dos Trabalhadores em Carvão Mineral’ -pretende eliminar pela prisão os melhores elementos da prosperidade da dita sociedade. Entre eles está Manoel de Moura, que foi escalado [sublinhado no original] para ser réu neste processo. De todos os meios se lançou mãos: prisões arbitrárias, esbordoamentos, ocultação dos presos (acusado e testemunha)...”⁴⁸

Não só no Tribunal do Júri Evaristo denunciava as irregularidades. Defendia também os trabalhadores nos jornais, como no *Correio da Manhã* de seis de dezembro de 1906. Na Coluna Operária protestava contra a quebra de acordos

⁴⁵ CRUZ, 2000: 270.

⁴⁶ ARQUIVO DO PRIMEIRO TRIBUNAL DO JURI. (APTJ). Zacharias Clemente dos Santos (brasileiro acusado qualificado como “preto”), Rosendo Alfredo dos Santos (brasileiro acusado qualificado como “pardo”), artigo 294 e artigo 39, 15/10/1908.

⁴⁷ Basta lembrar que ele foi advogado da Sociedade de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas, citada anteriormente.

⁴⁸ ARQUIVO DO PRIMEIRO TRIBUNAL DO JURI. (APTJ). Zacharias Clemente dos Santos (brasileiro acusado qualificado como “preto”), Rosendo Alfredo dos Santos (brasileiro acusado qualificado como “pardo”), artigo 294 e artigo 39, 15/10/1908. Defesa de Evaristo de Moraes.

firmados durante a greve por parte dos patrões. Nessa mesma coluna, no dia 14 de janeiro de 1907, comentava o Decreto n.º 1 637/5 desse mesmo mês e ano, referente aos sindicatos profissionais e às sociedades cooperativas. Dissertava sobre a ameaça que as associações de classe representavam na cabeça da burguesia (sic) e comentava a ação violenta da polícia nas greves. Defendia a organização dos sindicatos. Ainda nesse mês, no dia 19, protestava contra o “absurdo” da lei de expulsão. Em artigo de 16 de fevereiro de 1907, no mesmo jornal, explicava os problemas que via na aplicação da lei de expulsão.

Dessa forma, tentou obstar que muitos estrangeiros fossem expulsos, mormente depois da lei Adolfo Gordo. O uso que esse advogado fez do remédio do *habeas corpus* a favor dos estrangeiros pode ser fartamente constatado nos processos encontrados no Arquivo da Seção Judiciária do Tribunal Regional Federal – 2.^a Região (Arquivo da Justiça Federal de São Cristóvão – Rio de Janeiro). Ali localizamos, para esse mesmo ano de 1907 e para outros anos de intenso movimento grevista, alegações de violação de “direitos” e o argumento de que o Poder Judiciário transferia para a polícia a averiguação que era de sua competência, o que gerava perseguições policiais que acabavam sendo o único critério de expulsão.⁴⁹ Dessa forma, não é de se estranhar que em um outro artigo do *Correio da Manhã*, datado de 25 de fevereiro de 1907, Evaristo comentasse que havia contra ele muitos processos por defender operários grevistas.

Além do uso da violência denunciado por Evaristo de Moraes e outros advogados, tanto nos processos encontrados no Tribunal do Júri quanto nos do Tribunal Regional Federal da 2.^a Região, percebemos como a polícia seguia o argumento patronal. No caso do processo crime no qual Manoel Moura foi acusado de ferir mortalmente Agostinho Ferreira da Silva, o delegado afirmava que os sócios da Resistência faziam provocações destinadas a parar o trabalho porque “erroneamente [julgavam] um privilégio seu, oposto à livre concorrência garantida pelas nossas leis”.⁵⁰

Podemos constatar nos diversos conflitos do mundo do trabalho relatados anteriormente que eles eram atravessados por divisões raciais e nacionais,

⁴⁹ Como exemplo dessa atuação, ver ARQUIVO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL (ARQUIVO DA JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO CRISTÓVÃO). Processo de habeas corpus. Henrique Libran. 1907. Esse argumento usado nesse habeas corpus é o mesmo que defende no artigo que escreveu no *Correio da Manhã* de 25 de janeiro de 1907, na mesma seção Coluna Operária. Aí dizia haver uma luta entre a polícia e a justiça e criticava a atuação da instituição policial nas greves. Em artigo já citado, Gladys Sabina Ribeiro analisa a atuação do Poder Judiciário com relação aos estrangeiros e como esses, sobretudo os portugueses, usavam este instrumento como forma de alargar direitos. Ver RIBEIRO, 2008.

⁵⁰ ARQUIVO DO PRIMEIRO TRIBUNAL DO JURI. (APTJ). Manoel de Moura, acusado; Agostinho Ferreira da Silva (ofendido), artigo 294 § 2.º, 1906. Relatório do Delegado de Polícia.

sobretudo porque mercado foi reorganizado devido ao novo momento vivido pela cidade nos pós-abolição, aos novos transportes e às novas demandas. Maria Cecília Velasco e Cruz mostra como os transportes relacionados ao porto, tradicionalmente espaço de sobrevivência dos negros chamados “minas”, foram incorporando veículos diferentes e como as companhias, como Carris, vieram a provocar disputas, sobretudo, com os imigrantes portugueses.⁵¹

Essa autora, no entanto, apresenta uma visão diferente da que costuma associar diretamente os conflitos étnicos e nacionais ao enfraquecimento do movimento operário carioca. Segundo Sheldon Maran, os conflitos internos acarretaram o declínio de vários sindicatos.⁵² Para Boris Fausto, as diferenças étnicas e nacionais não só limitaram a ação operária, como também teriam definido a predominância do sindicalismo que ele denominou de “trabalhismo carioca”, de caráter reformista. Ao comparar os trabalhadores do porto do Rio e os de Santos, este autor afirmou que na última cidade é possível encontrar uma “classe operária relativamente homogênea, composta em grande parte de estrangeiros (espanhóis e portugueses)”. Já no Rio, os estrangeiros tiveram que concorrer com a maioria dos trabalhadores nacionais já instalados, sendo eles em sua maioria negros. As “posições tendentes ao paternalismo ou à conciliação encontram campo na maior incidência do Estado e nas expectativas dos trabalhadores nacionais”.⁵³

Embora Cruz não descarte a dimensão do conflito, ela reforça também a solidariedade de classe entre os portuários. Dessa forma, ressalta a importância dos sindicatos ligados a esses trabalhadores no movimento operário carioca, principalmente na conquista de uma crucial reivindicação dos portuários: a *closed shop*, que era um sistema de sindicatos fechados, onde os sindicalizados tinham preferência na disputa pelo trabalho.

Os embates no mundo do trabalho não devem ser associados diretamente às limitações e à desmobilização da classe. Para Neville Kirk, “nem a classe trabalhadora nem qualquer outra classe será jamais um ente completamente unido e indiferenciado, fixo e congelado no tempo”. Coexistem entre os trabalhadores elementos tanto de semelhança e diversidade quanto de divisão e unidade. E a diversidade não interdita automaticamente “o mutualismo e a solidariedade de classe”.⁵⁴

Se em alguns momentos as diferenças raciais e nacionais eram sublinhadas, em outros eram apagadas em nome da luta por uma causa comum. Foi exatamente isso que fizeram os portugueses, brasileiros e trabalhadores de outras

⁵¹ CRUZ, 2000.

⁵² MARAM, 1979.

⁵³ FAUSTO, 1979: 32-33.

⁵⁴ KIRK, 2004: 52-53.

nacionalidades, no Rio de Janeiro, que em suas variadas mobilizações buscaram melhores condições de vida.

Os imigrantes ajudavam a alargar os direitos justamente quando lutavam por direitos econômicos e sociais, muitos deles estreitamente relacionados ao mercado de trabalho. Dessa forma, foi crucial a intensa participação dos portugueses nos movimentos relacionados à contestação operária.

Pretendemos com isso, reforçar a idéia que a análise da cidadania deve apontar na direção das identidades construídas no movimento social e o seu entendimento deve mapear as expectativas de vivências das liberdades dentro de uma sociedade democrática. A luta política pode ser entendida como forma de alargamento de direitos, onde o indivíduo nem é cooptado pelo Estado nem meramente aceita ou reivindica a concessão de direitos.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de Alencastro. 1988. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro (1850-1872). *Novos Estudos*, n.º 21, CEBRAP.

CHALHOUB, Sidney. 1990. *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. 2000. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, 24 CEAQ/ FFCH/ UFBa, p. 243-290.

FAUSTO, Boris. 1979. *Trabalho Urbano e conflito social*. Rio de Janeiro: DIFEL.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. 2006. Associativismo português no Rio de Janeiro, 1903-1909, in MARTINS, Ismênia de Souza e SOUSA, Fernando de (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro/ Porto: Muiraquitã – FAPERJ/ CEPES, p. 136-161.

GOLDMACHER, Marcela. 2004. Movimento operário: aspirações e lutas. Rio de Janeiro (1890-1906), in Marcelo Badaró Mattos (org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto/ Faperj, p. 105-136.

GOLDMACHER, Marcela. 2005. *Movimento operário: aspirações e lutas. Rio de Janeiro, 1890-1913*. Niterói: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

KIRK, Neville. 2004. Cultura: costume, comercialização e classe, in: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira e FORTES, Alexandre (orgs.) *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, p.49-70.

MARAM, Sheldon L. 1979. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MARTINHO, Francisco Carlos. 2002. O imigrante português no mundo do trabalho, nos movimentos sociais e nas organizações sociais do século XIX e início do XX, in LESSA, Carlos (org.). *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Record, p. 201-236.

MATTOS, Ilmar. 2004. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. 2004. *Evaristo de Moraes: Justiça e política nas arenas republicanas (1887-1939)*. Campinas: Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp.

MENEZES, Lená Medeiros de. 2006. Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (19-7-1930), in MARTINS, Ismênia de Souza e Sousa, Fernando de (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro/Porto: Muiraquitã – FAPERJ/CEPESE, p. 86-117.

MOREIRA, Eduardo Neves. 2006. *As associações criadas pelos portugueses no Rio de Janeiro e futuro das comunidades portuguesas*. Publicado no site: <http://www.euacontacto.com/opiniao/index.asp?chave=artigo&NewsID=7567>

PEREIRA, Vantuil – *Ao Soberano Congresso. Petições, requerimentos, representações e queixas à Câmara dos Deputados e ao Senado – os direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. Niterói: Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

POPINIGIS, Fabiane. 2007. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1922*. Campinas: Editora da Unicamp.

RIBEIRO, Gladys Sabina. 1987. “Cabras” e “Pés-de-chumbo”: os rolos do tempo. *Os portugueses e os conflitos antilusitanos na Primeira República*. Niterói, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

RIBEIRO, Gladys Sabina. 2002. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/FAPERJ.

RIBEIRO, Gladys Sabina. 2006. Perfil do imigrante português nos códigos de legitimação e apresentação de passaportes na Polícia – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, in MARTINS, Ismênia de Souza e SOUSA, Fernando de (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro/ Porto: Muiraquitã – FAPERJ/CEPESE, p. 54-85.

RIBEIRO, Gladys Sabina. 2008. *Portugueses e a luta pelo alargamento de direitos e pela cidadania em fins do XIX e inícios do XX*. Comunicação apresentada ao IV Seminário sobre Emigração Portuguesa para o Brasil, Porto, Universidade Lusíada do Porto.

SOARES, Luis Carlos Soares. 1998. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*, 16 , Marco Zero/ ANPUH.

STOTZ, Eduardo Navarro. 1986. Os tempos do ‘Maldito Rejume’ – Reminiscências dos caixeiros do Rio de Janeiro. *História em cadernos*. Rio de Janeiro, v.4, n.º 1.

TERRA, Paulo Cruz. 2007. *Tudo que transporta e carrega é negro? Carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870)*. Niterói, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

Globalização cultural: a música popular brasileira

Fernando Ludwig

Introdução

A música, nos últimos séculos, tem se afirmado como factor sociocultural de identidade local. Ao longo da história da humanidade, a música sempre se caracterizou como um bem cultural de determinadas regiões. Poderíamos destacar dois momentos de consolidação da música. Primeiramente, caracterizava-se por ser vocal e, posteriormente, passou a ser instrumental.¹ Neste sentido, o presente trabalho tem como escopo uma análise da música, em especial a música popular brasileira (MPB), num mundo globalizado.

Globalização. Nos deparamos todos os dias com este termo. Entretanto, conseguimos realmente compreendê-lo? Cultura. Como realmente classificar algo como sendo – ou como instrumento de formação – cultural? Dada a amplitude dos termos, o presente ensaio propõe somente uma análise da dimensão cultural da globalização, acrescentando a influência da música popular neste sentido. Para cumprir tal objectivo, tentaremos responder à seguinte pergunta de partida: qual o papel da música popular como factor sócio-cultural de identidade num mundo globalizado? Analisando como estudo de caso a música popular brasileira, três hipóteses são colocadas:

- a globalização cultural pode ser um factor de homogeneidade cultural, isto é, causando a própria destruição da cultura local? Por outras palavras, a globalização cultural é uma forma de neocolonialismo dos detentores de capital?
- pode a música popular ser formadora das identidades nacionais, ou seja, uma das fontes de um processo de construção de nacionalismos?
- no caso da música popular brasileira, qual foi e qual é sua importância para a produção cultural brasileira?

¹ CHION, Michel. 1997. *Músicas, Media e Tecnologias*, Lisboa: Instituto Piaget, p.11.

Em obediência à ordem acima apresentada, o presente trabalho se organizará da seguinte forma: Globalização Cultural: A Música Popular; A Música Popular brasileira; e, Conclusão.

1. Globalização cultural: a música popular

As variadas definições de globalização nos levam a uma certa dúvida em relação à sua própria existência. Alguns autores defendem que tal processo principiou juntamente com a expansão do capitalismo (i.e., século XVI). Como por exemplo a própria origem da MPB que se confunde com a própria história do Brasil. Sua história começa com os ritmos indígenas e com as partituras clássicas trazidas pelos jesuítas. Da evolução destes ritmos surgiram o “cateretê” ou o “cantochoão” que ainda são tocados em festas populares no nordeste brasileiro.² Reflexos deste contacto entre a Europa e os indígenas podem ser vistos no *Cancioneiro Temático da Ribeira Lima*:

*Oh meu amor do Brasil
Passa o mar, anda-me ver,
Que uma carta não é nada
Para mim, que não sei ler.*

(Escrito por Diogo Álvares – natural de Vila de Viana (actual Viana do Castelo) nos inícios do século XVI)³

Outros defendem que a globalização fora um produto da segunda metade do século XX, justamente alcançado com os avanços tecnológicos desse período. Ao longo do presente trabalho tomaremos em conta a segunda afirmação. Foi nesse período que a música teve sua grande fase expansionista, juntamente com o desenvolvimento tecnológico dos *media* e da produção artística de massas. Segundo a expressão de Giddens “somos a primeira geração a ter acesso a uma era global”.⁴

² ROSCHEL, Renato. Música Popular Brasileira. *Almanaque música: folhaonline*, consultada em 18-11-2005, www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/musicapopular/brasil.htm

³ RISÉRIO, António. 2004. *Uma História da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal Editores, pp. 57 e ss.

⁴ CANCLINI, Néstor García. 2003. *A Globalização Imaginada*. São Paulo: Iluminuras, p.41.

Em busca do “início” da globalização, Canclini vai diferenciar este conceito dos de internacionalização e transnacionalização da cultura.⁵ O primeiro remonta, como já referido, às navegações transoceânicas do século XVI, e às “trocas” culturais decorrentes do contacto dos europeus com povos de outras culturas. No que diz respeito à transnacionalização, o autor refere que esta se consolidou nos princípios do século XX. Caracterizada por dar alguns passos além da internacionalização, como o surgimento de organismos e movimentos que “não se encontra exclusiva nem predominantemente numa nação”.⁶ Por fim, a globalização é um resultado contínuo desses dois processos que a precederam, mas agora com uma dependência recíproca⁷. O que significa que estamos perante um processo de compromissos mútuos à escala mundial.

1.1. A música popular

A música popular (caracterizada pelo uso de práticas que incluem todos os aspectos culturais e sociais, seus subsequentes significados, com regras e rituais, hierarquizados e com um sistema de credibilidade de uma comunidade)⁸ surge como uma forma de consolidação da identidade nacional. A cultura (entendida como o processo de formação da personalidade humana através da aprendizagem)⁹, ou melhor, no processo de construção de uma identidade cultural – e aqui estamos a referir à construção ou reconstrução de Estados – passa pela música¹⁰. Assim, a música está inerentemente associada a um espaço/lugar (por exemplo, quando falamos em *tango* imediatamente associamos à Argentina, assim como *samba* ao Brasil) e a um determinado período.

Esta questão de construção ou manutenção da identidade nacional leva o Estado a intervir, ou melhor, fomentar políticas para o desenvolvimento das actividades musicais locais (nacionais), podendo ser através de determinadas percentagens de tempo para as músicas locais nas rádios.¹¹ Infelizmente, o que

⁵ Canclini, Néstor García (2003), *op.cit.*, p.41e ss.

⁶ *Ibidem.*

⁷ *Ibidem.*

⁸ CONNELL, John. 2003. *Sound Tracks, popular music, identity and place*. London: Routledge, p.3.

⁹ CRESPI, Franco. 1997. *Manual de Sociologia da Cultura*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 14.

¹⁰ Não podemos nos esquecer de que qualquer Estado soberano possui como forma – ou característica própria – de sua identidade o Hino Nacional, que nada mais é do que a representação, em forma musical, do povo.

¹¹ CONNELL, John. 2003. *Sound Tracks, popular music, identity and place*. London: Routledge, p.118.

vemos na realidade brasileira é justamente o oposto. O Estado brasileiro, na maioria das vezes, apoia somente compositores/cantores já de renome, tanto nacionalmente como internacionalmente. Traduzidas em aprovações de leis estaduais e federais que disponibilizam os apoios financeiros somente para estes poucos (embora a cultura musical brasileira seja multi-diversificada, i.e. uma cultura híbrida).¹² Em contrapartida, a “dominação” de uma cultura estrangeira no Brasil não se verificou. Cerca de 60% dos lançamentos musicais mensais no Brasil são de músicas brasileiras e, cerca de 80% das músicas tocadas nas rádios são brasileiras.¹³

Importa-nos referir que a música, como forma de expressão de determinado grupo, nem sempre foi aprovada pelas políticas dos Estados. Verificamos assim, que em determinados casos, a música foi vítima de repressões políticas. Entendida como forma de contestação da autoridade estatal (são os casos dos regimes totalitários, comunistas, ou mesmo, colonialistas)¹⁴ a música passou a representar certos “subgrupos” de uma mesma sociedade – indígenas, gays, liberais, anarquistas – ou seja, todos aqueles que sofriam algum tipo de discriminação social (veremos mais à frente o movimento tropicalista).

Em suma: a música popular – assim como a língua e a religião – é de vital importância para identificação de um grupo (Estado), seus conteúdos podem reflectir seus costumes, suas dificuldades, suas paixões, a uma realidade social particular, preconceito, etc. Podem também sofrer influências de outros estilos musicais, formando assim uma cultura única local (e aqui verificamos como o global influencia o local e vice-versa), i.e., aquilo que os sociólogos chamam de “hibridismo cultural”. A globalização cultural – com a rapidez das chegadas dos meios de informações através dos discos importados – veio trazer à tona boa parte destas culturas locais, formando assim uma cultura popular internacional, com a emergência de músicas de várias etnias. Aquilo que foi chamado de *world music*, que surgiu nos finais da década de 80.

No Brasil um movimento chamado *bossa nova* deu início a uma cultura musical revolucionária – embora ainda tímida – que irá acompanhar a cultura brasileira até aos dias de hoje.

¹² MENDONÇA, Luciana F. M. 2002. O local e o Global na música popular brasileira: indústria fonográfica, cultura local e políticas públicas, in *Global Cultura: media, arts, policy and globalization*. New York: Routledge, p. 12.

¹³ MENDONÇA, Luciana F. M. 2002. *op.cit.* p. 5.

¹⁴ CONNELL, John. 2003. *Sound Tracks, popular music, identity and place*. London: Routledge, p.129.

1.2. A globalização cultural

A globalização e seus mitos são característicos do mundo actual. Nem tudo que se diz sobre este conceito é verdadeiro. Sabemos que a globalização da cultura é algo de recente e, que está intimamente ligada ao desenvolvimento dos meios de comunicação social.¹⁵ Contudo, este não é um processo de uniformização do mundo¹⁶, mas sim um processo de reprodução, reestruturação e sobredeterminação das diferenças. Podendo, segundo Alexandre Melo, ser caracterizado, ao mesmo tempo, como um processo de revelação/anulação de diferenças, diferenciação/homogeneização e democratização/hegemonização cultural.¹⁷

Isto nos remete a outro ponto importante para o debate proposto, que é o conceito de local e de global. O global pode ser entendido como um rol de estratégias para a dominação, por parte de determinados grupos, das culturas dos países mais pobres.¹⁸ Por outro lado pode também ser imaginado pela vontade de determinados grupos ou indivíduos de procurarem mercados mais amplos (por exemplo, um artista que queira seu trabalho exposto em Nova Iorque ou Cidade do México, ou qualquer outra parte do globo; ou mesmo este ensaio ser publicado em várias línguas).

Em contrapartida, o local é composto pelas relações entre determinada sociedade e sua produção cultural. Concluimos assim que, nos tempos presentes, não podemos falar do local sem o global e vice-versa. Para tentar aprofundar este pensamento basta imaginarmos que o *rock* passou a ser ouvido em todo mundo a partir da década de 60. De certo modo, podemos verificar que houve uma uniformização da música mundial. Por outro lado, se olharmos para uma determinada comunidade que somente ouvia sua música popular (por exemplo, uma comunidade que somente ouvia sua música folclórica) e, a partir de certo ponto, tem acesso a um disco do Elvis. Olhando a partir desta comunidade, verificamos que esta comunidade teve um aumento das opções musicais e, conseqüentemente, uma maior diversidade musical. Assim, a globalização cultural, simultaneamente, produz mais uniformidade e mais diversidade.

Dito isto, podemos concluir que, quanto maior é a uniformização maior é a diversidade, desde que sejam analisadas todas as perspectivas possíveis.¹⁹ Portanto,

¹⁵ MELO, Alexandre. 2002. *Globalização Cultural*. Lisboa: Quimera, pp.36 e 37.

¹⁶ CANCLINI, Néstor García. 2003. *ibid.*

¹⁷ MELO, Alexandre. 2002. *op.cit.* p. 39.

¹⁸ CANCLINI, Néstor García. 2003. *op.cit.* p. 29.

¹⁹ MELO, Alexandre. 2002. *op.cit.* p. 43.

o local é o global e o global é o local.²⁰ O rock é um bom exemplo. Da mesma forma que este “estilo” (imagem) e suas variantes podem ser considerados “universais” (devido a um conjunto de práticas, expressões corporais e emoções institucionalizadas), também pode ser, simultaneamente, formas de expressão de identidades locais (através da “absorção” do rock e posterior aplicação para determinados movimentos musicais locais).²¹

Relativamente a uma alegada forma de neocolonialismo americano, podemos exibir alguns aspectos que refutam este preconceito. Primeiramente, não podemos considerar que haja somente uma cultura americana, sendo caracterizada por um grande nível de diversidade cultural (na realidade, seria difícil encontrar uma cultura onde haja uma cultura “una”). Portanto, se não há uma única “cultura americana”, não podemos classificá-la como um único movimento expansionista de supressão de outras culturas. Um raciocínio homólogo seria pensar em uma “cultura europeia”. Ora, sabemos que nos países da Europa encontramos variadas peculiaridades regionais, para não se falar nas diversas línguas (como factor étnico).²² Relativamente às produções norte-americanas, é certo que estas chegam a uma escala global com mais facilidade – o cinema de Hollywood é, talvez, o melhor exemplo. Contudo, não podemos nos esquecer da ascensão cultural Asiática e da América do Sul.²³

2. A música popular brasileira

A história da música popular brasileira até meados do século XIX se confunde com a história da música portuguesa e também possui grandes influências africanas. Por exemplo, a “modinha” surge quase que simultaneamente no Brasil e em Portugal, inspirada nas óperas clássicas e de carácter melancólico, onde se trata temas amorosos. Já o “lundu”, ritmo de meneios e sapateados – considerado mais sensual – é de influência africana.²⁴ Logo depois surge o “choro” – que se trata de grupos instrumentais que improvisam muito na sua actuação – grandemente

²⁰ Ibidem.

²¹ O grupo brasileiro “Angra” mistura música “erudita” com o rock, formando assim uma singular – e difícil – forma de expressão musical.

²² Para um aprofundamento sobre o assunto ver: MELO, Alexandre. 2002. op.cit. pp. 45 e 46.

²³ Ibidem.

²⁴ Ibidem.

influenciado pelas danças de salão europeias (polca e mazurca).²⁵ Em 1899, Chiquinha Gonzaga compõe *Abre Alas*, que será a primeira marcha carnavalesca brasileira.

Já nos inícios do século XX, e com o desenvolvimento da indústria fonográfica, as gravações mecânicas possibilitam uma nova forma de trabalho dos compositores brasileiros que vão surgindo das classes médias. Em 1917 *Pelo Telefone* (Donga) se torna o primeiro samba gravado e, com isso, marca o começo da profissionalização da música popular e o nascimento oficial do samba. O desenvolvimento da rádio vai permitir uma estruturação do samba nas décadas de 20 e 30 e, conseqüentemente, o aparecimento de vários nomes da música popular brasileira como: Ary Barroso (*Aquarela do Brasil*); Lupcinio Rodrigues; Dorival Caymmi; Noel Rosa; dentre outros. E aqui verificamos que o relativo avanço tecnológico possibilitou a afirmação da música, contudo ainda pouco difundida mundialmente. Segundo Canclini, este momento da MPB seria o momento da sua transnacionalização, onde vemos uma consolidação de instituições musicais.

Mas é a partir de meados da década de 50 que a “bossa nova” vai se instalar no Brasil como um movimento que vai romper com as fórmulas tradicionais de composição musical. Neste período, que é o período em que a globalização vai transformar o mundo da música, veremos um grande impacto do local no global. Por outras palavras, determinados grupos puderam expor para o mundo suas tradições, costumes e sua raça, através da música. Confirmando assim os processos apresentados por Canclini, onde o primeiro – a internacionalização – estaria nas primeiras “trocas” entre colonizadores e colonizados, o segundo – a transnacionalização – nos inícios do século XX com a gravação do primeiro samba brasileiro *Pelo Telefone* e, finalmente – a globalização – como resultado desses dois processos anteriores.

A palavra “bossa” – na gíria do Rio de Janeiro – significava “jeito”, “maneira”, “modo”.²⁶ Nomes como Antônio Carlos Jobim, Vinicius de Moraes, João Gilberto fizeram parte da gênese desse movimento. Em 1956 os dois primeiros são projetados internacionalmente com a partitura da peça *Orfeu da Conceição*. Em 1958, com o lançamento do disco *Canção de Amor demais* e, particularmente com a música *Chega de Saudade*, é o marco fundador da bossa nova. Predominantemente avultada de tons menores (que insinuavam uma desafinação), a bossa nova vai ser lançada internacionalmente com uma apresentação em Nova Iorque.²⁷

²⁵ Ibidem.

²⁶ BARROS, Sóstenes P., *Histórias da Bossa Nova* em <http://www.almacarioca.com.br/mpb.htm>

²⁷ Autor desconhecido, *História da Bossa Nova* em http://www.cifrantiga.hpg.ig.com.br/Crono2/historia_da_bossa.htm

Entretanto, a partir da década de 60, a bossa nova vai ser alvo de várias críticas. Principalmente devido a uma certa alienação dos seus conteúdos relativos à realidade social deste período, não sendo classificada como “música engajada”, i.e., música de protesto. A partir de 1964 outras tendências marcaram a música popular brasileira, como a “jovem guarda” e o “tropicalismo”.

A “jovem guarda”, grandemente influenciada pelo *rock* americano, é marcada por um gênero musical descontraído e romântico. Seus precursores foram Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa.

O “tropicalismo” é um claro exemplo de contestação – através da música – à autoridade estatal (como se havia referido acima). O contexto político interno do país ajudou muito para a formação ideológica deste movimento. Com o golpe militar de 1964 – marcando assim o (re)início da ditadura no Brasil, que iria durar até 1985 – o então presidente João Goulart apresentou uma série de reformas políticas no país. Mas foi o general-presidente Castelo Branco, em 1968, que aprovou o Ato Institucional n.º 5 que decretou o fim das liberdades civis e de expressão.²⁸ O país, culturalmente, fervia. Foi neste contexto que o movimento tropicalista surgiu em protesto à ditadura militar. Liderados por Gilberto Gil e Caetano Veloso – que chegaram a ser exilados – e também Nara Leão, este movimento é marcado por uma grande quantidade de mensagens subliminares em suas composições. Canções como *Alegria, Alegria* (Caetano Veloso) e *Prá não dizer que eu falei das flores* (Geraldo Vandré) (anexo) marcaram uma geração inteira (são considerados “hinos” dos movimentos estudantis da época, onde muitos contribuíram com suas vidas em prol da liberdade de expressão). Em busca de um internacionalismo a Tropicália vai conquistar o público mundial, tanto que a repercussão de Caetano e Gil no exterior é de relevância. Finalmente, os tropicalistas influenciaram as gerações posteriores da música popular brasileira. Cantores como Carlinhos Brown, Chico Science, Chico César, Arnaldo Antunes, dentre vários outros, tiveram alguma influência dos tropicalistas.

O *rock*, o *punk* e a *new wave* marcaram a década de 80, por se afastar de qualquer tipo de estruturação musical – é o “faça você mesmo”. É neste período também que encontramos uma grande comercialização do rock nacional brasileiro. Vimos a formação de vários ídolos: Raul Seixas, Legião Urbana, Engenheiros do Hawaii, Barão Vermelho, Rita Lee, dentre outros. Estes continuam sua influência na década seguinte.

Nos anos 90, nomes como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Paulinho da Viola, vão representar a chamada música regional brasileira, principalmente do Norte e do Nordeste. É neste momento também que o mercado da música brasileira teve

²⁸ Autor desconhecido, *Tropicália* em <http://www2.uol.com.br/tropicalia/>

um crescimento significativo. Entre 1990 e 1997 ocorreu um crescimento de 128%, passando de décimo terceiro para o sexto lugar no ranking do mercado internacional da música.²⁹ Isto sem levar em conta o enorme mercado de músicas piratas, onde o Brasil tem o segundo lugar. O que significa cerca de 40 milhões de CDs ilegais vendidos anualmente.³⁰ Este crescimento é um claro exemplo dos efeitos da globalização.

A partir de então, o regionalismo predomina na música popular brasileira (rap, pagode, axé music, música sertaneja, etc.). Onde seria desnecessária uma análise aprofundada, devido à proposta do ensaio.

Vimos assim, que a música popular teve uma função extremamente importante no processo de formação da cultura brasileira. Ao longo dos séculos representou um determinado cenário (imagem) social. Com esta breve descrição da evolução da música popular brasileira podemos constatar que, desde seu início, temos uma diversidade cultural, ou seja, não podemos falar de uma música brasileira “pura”.

Conclusão

A globalização cultural teve um papel extremamente importante na transformação da indústria musical brasileira. Podemos ver que, a partir de 1950, houve uma enorme mudança na forma de olhar para a música, sendo esta resultado de uma cultura que transpôs a barreira nacional para se “mundializar”. Como já referido, o aumento da indústria brasileira em 128% entre 1990 e 1997 somente foi possível graças à consolidação/expansão do processo de globalização.

Em resposta às hipóteses apresentadas no princípio do trabalho, podemos concluir que a globalização tem um efeito ambíguo no que diz respeito à homogeneidade/diversidade das culturas locais. Podemos ver, no caso do *rock* brasileiro dos anos 80, que bandas como Legião Urbana, Titãs ou Engenheiros do Hawaii uma forma de absorção e assimilação do *rock* internacional. Sendo assim, não podemos partilhar da opinião de que a globalização cultural é uma forma de neocolonialismo.

²⁹ MENDONÇA, Luciana F. M. 2002. op.cit. p. 4.

³⁰ Ibidem.

Nos seus diversos momentos desde então vimos que cada um representou certa realidade social (bossa nova do Rio de Janeiro; tropicalismo – forma de protesto; jovem guarda – nova forma do rock; outros). O que, por sua vez, resultou em uma cultura própria dos brasileiros. Portanto, uma clara fonte de nacionalismo.

Nos dias de hoje estamos perante um estágio muito mais avançado do que há cinquenta anos. Para além das músicas de Tom Jobim e Vinicius de Moraes, vimos que o global passou a “englobar” músicas como o axé, o pagode, o rap brasileiro. Não podemos negar o sucesso que Daniela Mercury, Ivete Sangalo, Zeca Pagodinho e Gabriel o Pensador fazem em Portugal actualmente.

Por fim, a MPB – em grande parte devido à globalização – representou e continua a representar um povo (ou povos) que luta para ser ouvido.

Bibliografia

História da Bossa Nova. Disponível na Internet em http://www.cifrantiga.hpg.ig.com.br/Crono2/historia_da_bossa.htm, página consultada em 18-11-2005.

Tropicália. Disponível na Internet em <http://www2.uol.com.br/tropicalia/>, página consultada em 18-11-2005.

BARROS, Sóstenes P., “Histórias da Bossa Nova” Disponível na Internet em <http://www.almacarioca.com.br/mpb.htm>, página consultada em 18-11-2005.

CANCLINI, Néstor Garcia. 2003. *A Globalização Imaginada*. São Paulo: Iluminuras.

CHION, Michel. 1997. *Músicas, Media e Tecnologias*. Lisboa: Instituto Piaget.

CONNELL, John. 2003. *Sound Tracks, popular music, identity and place*. London: Routledge, pp. 1-18 e 117-143.

CRESPI, Franco. 1997. *Manual de Sociologia da Cultura*. Lisboa: Editorial Estampa.

MELO, Alexandre. 2002. *Globalização Cultural*. Lisboa: Quimera.

MENDONÇA, Luciana F. M. 2002. “O local e o global na música popular brasileira: indústria fonográfica, cultura local e políticas públicas” in *Global cultura, media, arts, policy and globalization*. New York: Routledge.

RISÉRIO, António. 2004. *Uma História da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal Editores.

ROSCHER, Renato. Música Popular Brasileira, *Almanaque música: folha online*, consultada em 18-11-2005, www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/musicapopulardobrasil.htm

Anexo

Caetano Veloso

Alegria, Alegria
Caminhando contra o vento
Sem lenço, sem documento
No sol de quase Dezembro
Eu vou

O sol se reparte em crimes,
Espaçonaves, guerrilhas
Em cardinales bonitas
Eu vou

Em caras de presidentes
Em grandes beijos de amor
Em dentes, pernas, bandeiras
Bomba e brigitte bardot

O sol nas bancas de revista
Me enche de alegria e preguiça
Quem lê tanta notícia
Eu vou

Por entre fotos e nomes
Os olhos cheios de cores
O peito cheio de amores vãos
Eu vou
Por que não, por que não

Ela pensa em casamento
E eu nunca mais fui à escola
Sem lenço, sem documento,
Eu vou

Eu tomo uma coca-cola
Ela pensa em casamento
E uma canção me consola
Eu vou

Por entre fotos e nomes
Sem livros e sem fuzil
Sem fome sem telefone
No coração do Brasil

Ela nem sabe até pensei
Em cantar na televisão
O sol é tão bonito
Eu vou
Sem lenço, sem documento
Nada no bolso ou nas mãos
Eu quero seguir vivendo, amor
Eu vou
Por que não, por que não...

Prá não dizer que não falei das flores

Geraldo Vandré
Composição: Geraldo Vandré

Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Nas escolas nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantado e seguindo a canção

Vem vamos embora que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora não espera acontecer

Pelos campos a fome em grandes plantações
Pelas ruas marchando indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão

Vem vamos embora que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora não espera acontecer

Há soldados armados, amados ou não
Quase todos perdidos de armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição:
De morrer pela pátria e viver sem razão

Vem vamos embora que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora não espera acontecer

Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados, armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais, braços dados ou não
Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição

Vem vamos embora que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora não espera acontecer

RECENSÃO CRÍTICA

O Brasil e a integração sul-americana

Fernando de Sousa

JAGUARIBE, Helio. 2008. *Brasil, Mundo e Homem na Atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

COSTA, Darc. 2009. *Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Acabam de ser publicadas duas obras de autores brasileiros, que procuram chamar a atenção para o papel que compete ao Brasil na Política Internacional e para o caminho que o País deve trilhar para definir um projecto nacional que, aliás, se revela idêntico nos dois autores.

Hélio Jaguaribe, licenciado em Direito, sociólogo e professor dedicado às Ciências Sociais, fornece-nos uma selecção de trabalhos que escreveu nos últimos 25 anos, a partir de 1983, interessando-nos nós, para esta recensão, as partes relativas aos “Estudos sobre Relações Internacionais” e ao “Brasil”.

Darc Costa, doutor em Engenharia e professor coordenador do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, debruça-se “sobre a necessidade de reformulação da Estratégia Nacional do Brasil”

Helio Jaguaribe defende o projecto de integração sul-americana, através do fortalecimento do MERCOSUL, enquanto instrumento de preservação das respectivas identidades nacionais, à semelhança do que aconteceu com os próprios países europeus no âmbito da União Europeia.

Segundo ele, a não adesão do Brasil à ALCA, “condição fundamental para que o Brasil preserve as suas possibilidades de um destino histórico próprio”, “pode ser finalmente assumido” “a partir do momento em que se tenha irreversivelmente consolidado o MERCOSUL”.

Darc Costa, no seu erudito trabalho, analisa a história das ideias que constituíram o Ocidente, numa perspectiva de civilização; o modo como se constituiu o

Brasil, como nação; e a estratégia nacional do Brasil no âmbito da sua inserção na América do Sul e no Mundo.

Para Darc Costa, relações do Brasil com os seus vizinhos e o projecto de integração da América do Sul constituem o maior desafio da política externa brasileira. A integração da América do Sul – continua este investigador –, representa “o primeiro passo da estratégia nacional do Brasil”, através de uma aliança inicial com a Argentina e a Venezuela, a qual levará obrigatoriamente à integração dos demais países da região para a formação de um “Megaestado no hemisfério sul”. Para esta comunidade sul-americana assim constituída torna-se da maior importância a questão energética – nomeadamente o petróleo e o gás, sem esquecer a energia nuclear – a água potável, a produção de alimentos e a questão ambiental.

O Projecto Nacional para o Brasil – conclui Darc Costa – passa por uma integração bem sucedida na América do Sul, mas com duas premissas: “ser centro sem ser império”; e “ser centro sem ser subserviente à acumulação”.

Os dois autores apresentam, alguns pontos comuns que eu gostaria de sublinhar.

- Ambos revelam um particular interesse pelas Relações Internacionais.
- Ambos defendem a autonomia e a projecção do Brasil no âmbito da globalização, de forma a este país se tornar um dos grandes actores da Política Internacional.
- Ambos sublinham a importância da América do Sul enquanto região que tem sabido preservar uma “importante margem de autonomia interna e externa”.
- Ambos estão de acordo em defender a integração regional, opondo-se ao modelo hegemónico norte-americano.

Algumas questões ficam em aberto, procurando os dois autores evitar a realidade diversa e plural que caracteriza a América do Sul ao presente.

- Como conciliar governos políticos tão heterogéneos?
- Como encontrar a convergência e atenuar as evidentes tensões políticas, económicas e diplomáticas?
- Quem privilegiar em termos de integração regional – o MERCOSUL, que tem mercado passo ou a recente UNASUL, enquanto projecto político bem mais ambicioso que o MERCOSUL?

Seja como for, a leitura das duas obras, precedidas de prefácios de políticos brasileiros de grande relevo – Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, respectivamente – é obrigatória para todos aqueles que se debruçam sobre a América Latina, em geral, e o Brasil, em particular. Pelo menos, o Brasil sabe o que quer, ao contrário de alguns países da região, que oscilam entre a hegemonia dos Estados Unidos da América e a oposição ao imperialismo americano, e de outros que nem sabem, ainda, o que querem.

NOTAS SOBRE OS AUTORES

NOTAS SOBRE OS AUTORES

Celso Marcos Vieira de Souza, nasceu no Rio de Janeiro, Brasil. Licenciado e com MBA em Ciências Sociais, na Universidade de Rio de Janeiro, tendo realizado um Master in Internat, Public Policy na Johns Hopkins University, EUA. Completou o Instituto de Rio Branco, em 1968. Tem desempenhado vários cargos quer ao nível da diplomacia bilateral quer ao nível da diplomacia multilateral, destacando-se, em 1985, o cargo de Ministro-Conselheiro na Missão brasileira junto à OEA em Washington, EUA; em 1987, na embaixada brasileira em Washington, os cargos de Ministro-Conselheiro, e Encarregado de Negócios durante a ausência do titular. Foi embaixador na Embaixada no Cairo, Egipto, em 2004, na Embaixada em Viena, Áustria, em 2006, sendo Representante Permanente junto aos Organismos da ONU em Viena, acreditado cumulativamente à Croácia, Eslováquia e Eslovénia, como Embaixador; chefe de delegação nas reuniões da Junta de Governadores e da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), Viena, bem como da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO). Desde 2007 exerce as funções de embaixador do Brasil em Portugal.

Fernando de Sousa, professor catedrático da Universidade do Porto (1984) e da Universidade Lusíada do Porto (1990), é presidente do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), fundado pela Universidade do Porto e pela Fundação Eng. António de Almeida, e membro de diversos centros de investigação e sociedades científicas nacionais e estrangeiras. Presidente da Direcção do Ateneu Comercial do Porto (1987-1992), membro da Assembleia do Atlântico Norte (1983-1986 e 1991-2000), e deputado à Assembleia da República (1983-1985 e 1991-1999), tendo presidido à IX Conferência Interparlamentar EUREKA (1998), à Comissão Parlamentar da História do Parlamento (1992-1995) e à Comissão Parlamentar do Património (1995-1999). Ao presente, encontra-se a dirigir vários projectos de investigação, entre os quais, “A Emigração Portuguesa para o Brasil”; “Os Presidentes do Parlamento Português (1821-2012)”; “História da Agência Abreu (1840-2010)”; e “As Relações Políticas e Económicas de Portugal com a Rússia (1750-1820)”. De entre as largas dezenas de trabalhos que publicou no âmbito da História Económica, Social e Política da Época Contemporânea, assim como das Relações Internacionais, destacam-se: *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, Porto, 1980 (tese de doutoramento); *Banco Borges & Irmão. Uma Instituição Centenária (1884-1984)*, Porto, 1984; *Jornal*

de Notícias. A Memória de um Século (1888-1988), Porto, 1990; *História da Estatística em Portugal*, Lisboa, 1995; *A Associação Industrial Portuense. Para a História do Associativismo Empresarial*, Porto, 1996; *Os Transportes Colectivos do Porto. Uma Perspectiva Histórica*, Porto, 2001; *Leixões. Uma História Portuária*, Porto, 2001 (os três últimos com a colaboração de Jorge Alves); *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Porto, 2003; *Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Volume X da *Nova História de Portugal* (coordenação). Lisboa: Editorial Presença, 2004; *O Património Cultural da Real Companhia Velha*, Porto, 2005; *Dicionário de Relações Internacionais*, Porto, CEPESE/Afrontamento, 2005 e 2008 (2.^a ed.); *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*, Porto, 2006; *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*, Rio de Janeiro, 2006 (coordenação); *Félix Pereira de Magalhães. Um político do liberalismo português (1794-1878)*, Lisboa, 2007; *A emigração portuguesa para o Brasil*, Porto, CEPESE, 2007 (coordenação); *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*, São Paulo, 2008 (coordenação); *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha (1756-1834)*, Porto, CEPESE, 2008 (com a colaboração de Conceição Pereira); *Espólio Fotográfico Português* (coordenação), Porto, CEPESE, 2008; *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*, Porto, CEPESE, 2009 (coordenação); *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, Porto, CEPESE, 2009 e *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*, Porto, CEPESE/Fronteira do Caos, 2009.

Marília Sardenberg Zelner Gonçalves, nasceu em Curitiba, Estado do Paraná, Brasil. Formada em Letras Neolatinas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Diplomata de Carreira, desde 1972. Completou o Instituto Rio Branco, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e o Curso de Altos Estudos do Ministério das Relações Exteriores. Trabalhou no Departamento de Assuntos Europeus e tem larga experiência na área de direitos humanos, havendo integrado, na condição de membro, o Comité sobre os Direitos da Criança e a Subcomissão sobre a Protecção das Minorias das Nações Unidas. Foi cônsul geral do Brasil no Porto (2004-2006), embaixadora do Brasil na Tunísia (2006-2008), e exerce, actualmente, o cargo de embaixadora do Brasil na Eslováquia.

Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento, nascido no Recife (Pernambuco), em 1º de fevereiro de 1934. Bacharel e doutorado pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife, depois Universidade Federal de Pernambuco. Bacharel e licenciado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Pernambuco. Ex-professor assistente, adjunto e titular da

Faculdade de Filosofia na mesma Universidade. Desde 1975, professor titular no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde se tornou professor emérito em 2005. Professor visitante em universidades principalmente da Alemanha, França, Portugal, Espanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Doutor *honoris causa* pela Universidade de Erlangen-Nuremberg, na Alemanha. Membro efetivo da Academia Pernambucana de Letras; Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Autor dos seguintes livros, entre outros: *História das Idéias Socialistas no Brasil* (1981); *História dos Partidos Brasileiros* (1981); *Vida e Morte das Constituições Brasileiras* (1987); *Gilberto Freyre – Uma Biografia Intelectual* (1993) e *A Grande Ibéria – Convergências e Divergências de uma Tendência* (2005). Colaborador de revistas internacionais de Filosofia, Direito, História e Ciência Política.

Lauro Moreira, além de suas actividades profissionais de diplomata de carreira, foi sempre um militante da causa cultural e artística, dedicando-se às artes cénicas (actor, director e autor), ao cinema (documentarista) e à fotografia (premiado em concursos nacionais). Serviu em postos diplomáticos em Buenos Aires, Genebra, Washington, Barcelona e Marrocos, além de chefiar a Divisão de Difusão Cultural e mais tarde, o Departamento Cultural do Itamaraty. Foi embaixador do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Lisboa. Em todos esses postos, dedicou-se sempre à promoção das artes e da cultura brasileiras, sobretudo da música e da poesia em língua portuguesa, preferindo palestras, escrevendo textos e organizando recitais. Em 1998 lançou o CD duplo *Mãos Dadas*, onde interpreta poetas de todos os países de língua portuguesa e, em 2005, gravou o álbum *Manuel Bandeira: o poeta em Botafogo*, contendo 50 poemas interpretados por ele e pelo próprio poeta, enriquecidos pela música de Camargo Guarnieri. Em 2008 lançou um CD duplo onde interpreta 120 poemas de Marly de Oliveira, a grande poetisa brasileira falecida em 2007, com música original de Pedro Braga. Criou também o grupo *Solo Brasil* para apresentar o que há de mais representativo na música brasileira do século XX.

Adriano de Freixo, doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde defendeu uma tese intitulada “*Minha Pátria é a Língua Portuguesa*”: *A Construção da Idéia da Lusofonia em Portugal*, é professor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ) e autor de diversos livros e artigos abordando temas como a ditadura militar brasileira, as relações internacionais contemporâneas e os países lusófonos e a CPLP. Nos seus trabalhos mais recentes destacam-se os livros *A Ditadura em Debate: Estado e Sociedade nos Anos do Autoritarismo* (2005); *O Brasil de João Goulart*:

Um Projeto de Nação (2006) e *Tempo Negro, Temperatura Sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5* (2008), dos quais é organizador e um dos autores.

Darc Antonio da Luz Costa, é engenheiro formado pela Pontifícia Universidade Católica/RJ; consultor na área de planejamento de diversas instituições, mestre em engenharia de produção pela PUC/RJ, doutor em engenharia de produção pela COPPE/UFRJ, professor convidado do programa de pós-graduação em Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ, onde ministrou cursos de Estratégia Nacional; exerceu no período de 2003 a 2004 a função de vice-presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); é conferencista da Escola de Políticas Públicas e de Governo da UFRJ; é membro do Conselho Diretor do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES); é conselheiro do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra onde foi coordenador entre 1999 e 2002; é conselheiro da Holding ALGAR S.A –Uberlândia-MG; correspondente estrangeiro da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, sócio-administrador da DLC – Desenvolvimento, Logística e Cenários Simples Ltda.; presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Venezuela no Rio de Janeiro e presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul.

Williams da Silva Gonçalves, nasceu no Rio de Janeiro, Brasil. É graduado em História (Universidade Federal Fluminense-UFF), mestre em Filosofia Política (Pontifícia Universidade Católica-PUC/RJ) e doutor em Sociologia (Universidade de São Paulo-USP). É professor associado da Universidade Federal Fluminense-UFF e professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ. É professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFGRS e professor do Curso de Doutorado em Relações Internacionais da Universidad Nacional de Rosario-UNR (República Argentina). É professor convidado da COPPEAD da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. É conferencista permanente da Escola Superior de Guerra-ESG. É colaborador permanente do Centro de Estudos Políticos e Estratégicos-CEPE da Escola de Guerra Naval-EGN (Marinha do Brasil). Dos livros que publicou destacam-se: *O Realismo da Fraternidade:Brasil-Portugal (do Tratado de Amizade ao Caso Delgado)*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 2003; *Dicionário de Relações Internacionais*. São Paulo, Manole, 2005 e *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2007 (3.^a edição).

Paula Marques dos Santos, licenciada em Relações Internacionais; com uma pós-graduação em Comércio Internacional, é doutorada em História das Relações Internacionais. Docente na Universidade Lusíada do Porto e na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, onde é directora do curso de Secretariado de Administração e responsável pela coordenação da formação contínua e Pós-Graduações. Orientadora de diversas dissertações de mestrado em Relações Internacionais na Universidade Lusíada do Porto. Investigadora do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), onde integra a equipa que se encontra a proceder ao levantamento dos livros de registo de passaportes de emigrantes portugueses, no âmbito do Projecto “A Emigração Portuguesa para o Brasil”, com vários artigos publicados sobre emigração portuguesa, relações externas de Portugal e comunicação política. Publicações mais relevantes: “The Portugal-Brazil Relations (1930-1945) - the relationship between the two national experiences of the Estado Novo”. In *E-journal of Portuguese History*. Vol. 4, number 2, Winter 2006. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph; “A emigração do distrito de Viseu para o Brasil entre as duas guerras mundiais (1918-1940)” (em co-autoria). In SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia (coords.). 2007. *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Afrontamento; “Os portugueses no Brasil durante a II guerra mundial – a questão da nacionalidade e a naturalização obrigatória”. In MATOS, Izilda; SOUSA, Fernando; HECKER, Alexandre (orgs.). 2008. *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. São Paulo: EDUSC; *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: CEPESE/ Afrontamento (colaboração); “A emigração do distrito de Viseu em direcção ao Brasil (1854-1974)”. In SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (org.). 2009. *Nas Duas Margens: os Portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento; “A legislação sobre a emigração para o Brasil na I República”. In SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (org.). 2009. *Nas Duas Margens: os Portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento; “Interagir com o mundo do trabalho – o ensino colaborativo e o voluntariado” (em co-autoria). In *Actas do Congresso Ibérico Ensino Superior em Mudança: Tensões e Possibilidades*. Universidade do Minho [CD-ROM], 2010; “A legislação portuguesa sobre a emigração para o Brasil durante o Estado Novo (1926-1974)” (em co-autoria).

Paulo Amorim, é licenciado (1994) e mestre (2008) em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto, com a tese *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil durante a II Guerra Mundial (1939-1945)*, e doutorando em Relações Internacionais na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada do Porto. Docente da Universidade Lusíada do Porto e investigador do Centro

de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), onde integra a equipa que se encontra a proceder ao levantamento dos livros de registo de passaportes de emigrantes portugueses, no âmbito do Projecto "A Emigração Portuguesa para o Brasil". Publicações mais relevantes: "A extinção das funções públicas da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1852)", in *População e Sociedade*, n.º 9, Porto, CEPESE, 2002 (co-autoria); "Os fundos documentais da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro nos Arquivos do Rio de Janeiro", in *População e Sociedade*, n.º 10, Porto, CEPESE, 2003; *O Património Cultural da Real Companhia Velha*, Porto, 2005 (colaboração); *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*, Porto, 2006 (colaboração); "A emigração portuguesa para o Brasil através dos livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto (1880-1890)", in *A emigração portuguesa para o Brasil*, Porto, CEPESE, 2007 (co-autoria); "Os negócios da Companhia dos Vinhos com o Brasil (1834-1843)", in *A Companhia e as relações económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*, Porto, 2008 (co-autoria); *Dicionário de Relações Internacionais* (coordenação de Fernando de Sousa), Porto, 2005 e 2008 (2.ª ed.); "A emigração portuguesa para o Estado de São Paulo através dos livros de passaportes do Governo Civil do Porto (1880-1893): percursos de uma diáspora (1880-1893)", in *Nas duas margens. Os portugueses no Brasil*, Porto, CEPESE, 2009 (co-autoria); *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, Porto, CEPESE, 2009 (colaboração); *A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)*, Porto, CEPESE/Fronteira do Caos, 2009 (colaboração).

Maria Izilda Santos de Matos, é doutorada em História (1991), pós-doutorada na Université Lumière Lyon 2/França (1997), professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Participa de vários projectos de pesquisa, é pesquisadora do CNPq. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, actuando principalmente nos seguintes temas: imigração portuguesa, história e género, história e cidade. Entre suas obras destacam-se: *O imaginário em debate*. SP, Olho d'água, 1998; *Melodia e Sintonia: o masculino, o feminino e suas relações em Lupicínio Rodrigues*. RJ, 2.ª ed., Bertrand Brasil, 1999; *A Cidade em debate*. SP, Olho D'água, 1999; *Por uma história das mulheres*, SP: EDUSC, 2000; *Meu lar é o botequim*, SP, Cia Editora Nacional, 2.ª ed., 2002; *Dolores Duran: Experiências Boêmias em Copacabana nos anos 50*. RJ: Bertrand Brasil, 2.ª ed, 2002; *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*, SP, EDUSC, 2002; *Ancora de Emoções*, Bauru, EDUSC, 2005; *Gênero e Terceiro Setor*. Ed. Catavento, 2005; *A cidade, a noite e o cronista: São Paulo de Adoniran Barbosa*.

Bauru, EDUSC, 2008; *Deslocamentos e histórias: os portugueses*, Bauru, EDUSC, 2008.

Gladys Sabina Ribeiro, é professora do Departamento e da Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e coordenadora executiva do CEO/PRONEX – UFF. Atualmente é professora associada II do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal Fluminense. É coordenadora executiva e pesquisadora principal do Centro de Estudos do Oitocentos (CEO)/PRONEX – CNPq – FAPERJ. É cientista do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ-2007-2008), bolsista de produtividade do CNPq; pesquisadora associada do CEMI – UNICAMP, pesquisadora e colaboradora do Real Gabinete Português de Leitura; associada e colaboradora da Associação Nacional dos Professores de História, coordenadora do *Lato Sensu* em História do Brasil – UFF. Trabalha com História do Brasil, em particular, sobre o período do Império e da Primeira República, dedicando-se aos temas de poder e política, cidadania e direitos, à nação e a formação de uma identidade nacional e do antilusitanismo. Publicou *Mata Galegos*, Brasiliense (Coleção *Tudo é História*, n.º 129, 1990) e *A liberdade em construção*, Relume-Dumará/FAPERJ, 2002.

Paulo Cruz Terra, é doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Licenciado e mestre em História, encontra-se a desenvolver o seu doutoramento em História desde 2008, sob o Título: *Cidadania e trabalho: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*.

Fernando José Ludwig, é doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos pela Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais (CES). Possui licenciatura (Universidade de Coimbra) e mestrado (University of Kent – UK) em Relações Internacionais. Para além de publicações em revistas e jornais nacionais e internacionais, foi estagiário do United Nations Regional Information Center for Western Europe (UNRIC), em Bruxelas.

RESUMOS

RESUMOS

CELSO MARCOS VIEIRA DE SOUZA

As relações Portugal-Brasil dos anos 1990 até hoje

Este artigo pretende apresentar uma abordagem sobre a evolução do relacionamento entre Portugal e o Brasil, desde a última década do século XX até aos nossos dias, tendo em conta as condicionantes regionais, económicas e financeiras em que cada um destes países se encontra inserido, bem como os fenómenos transnacionais e que afectam todo o sistema internacional – os fenómenos que mais atraem a atenção dos governos dos países do globo nos dias atuais – a mudança climática, o terrorismo, a energia, os movimentos migratórios e o crime organizado, para citarmos os que têm provocado maior número de reuniões e acordos nos fora internacionais. Tudo isto para tentar perceber como se tem desenvolvido o diálogo luso-brasileiro e se tem procurado reforçar o elo entre os dois Estados.

Palavras-chave

Portugal, Brasil, relações luso-brasileiras, globalização

FERNANDO DE SOUSA

MARÍLIA SARDENBERG GONÇALVES

O aprofundamento das relações Brasil-Portugal no contexto da globalização

Este artigo constitui um contributo para a análise das relações entre Brasil e Portugal, enquadradas no âmbito da globalização. É no contexto de uma economia mundial globalizada, que Portugal e o Brasil podem desenvolver uma estratégia mútua de cooperação, que transcenda o quadro de aproximação e relacionamento

(inquestionável) entre o Mercosul e a União Europeia, de forma a darem um novo sentido às relações luso-brasileiras e a ultrapassarem definitivamente as simples e episódicas relações culturais e as afirmações retóricas de circunstância que as caracterizaram durante largas décadas.

Palavras-chave

Portugal, Brasil, economia, cooperação, Atlântico

VAMIREH CHACON

Brasil e Portugal no mundo

Este artigo desenvolve uma análise crítica sobre Portugal e o Brasil na actualidade, evidenciando todas as suas potencialidades, como também referindo as assimetrias e os pontos menos favoráveis para o desenvolvimento do relacionamento bilateral, de acordo com o enquadramento europeu de Portugal e americano do Brasil. Aponta caminhos que terão de ser escolhidos para relançar Portugal em termos internacionais e para se reforçar o diálogo Portugal-Brasil, em termos económicos e políticos.

Palavras-chave

Portugal, Brasil, relações luso-brasileiras, globalização, economia

LAURO MOREIRA

Portugal, Brasil, a CPLP e a lusofonia

Este artigo desenvolve uma análise acerca do papel que a CPLP tem nos dias de hoje, não só para o diálogo e cooperação entre os seus Estados-membros, mas também para a sua própria projecção e posicionamento no sistema internacional perante os restantes actores internacionais. Pretende-se demonstrar que,

através do património imaterial (a língua), forjado a partir da experiência vivida no âmbito do triângulo Portugal-Brasil-África ao longo do tempo, emergiu de lusofonia, uma construção em permanente evolução.

Palavras-chave

CPLP, sistema internacional, cooperação

ADRIANO DE FREIXO

**As relações luso-brasileiras e a CPLP. Algumas reflexões em torno da
idéia da lusofonia**

Na década de 1980, setores da elite política e da intelectualidade lusas resgataram o antigo ideal de articulação de uma “Comunidade Lusófona”, existente sob diferentes perspectivas desde os primeiros anos do século XX. Naquele momento, Portugal ensaiava um “retorno” à África, quase uma década depois da dissolução de seu império colonial. Assim, procurou-se construir um consenso nacional em torno da sua construção, através da idéia da lusofonia, uma releitura, em novos parâmetros, do discurso secular da originalidade da cultura portuguesa e das marcas que ela deixou no mundo, a partir das grandes navegações dos séculos XV e XVI. Desta forma, através do resgate e da resignificação de um conjunto de mitos extremamente caros ao imaginário lusitano, a idéia da lusofonia ganhou corpo e tornou-se efetivamente uma força mobilizadora para amplos setores da sociedade portuguesa. No entanto, nos outros países que possuem o português como idioma oficial, dentre os quais o Brasil, tal idéia não tem grande repercussão, visto que a mesma se sustenta em uma mitologia cultural e em um imaginário social que são essencialmente lusitanos carecendo, assim, de uma “comunidade de sentido” para os não-portugueses. Tais questões – longe de serem as únicas – ajudam a explicar o desinteresse – e o desconhecimento – da opinião pública e dos formuladores da política externa brasileira pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Palavras-chave

Relações luso-brasileiras, lusofonia, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, mitos culturais

DARC COSTA

Estratégia nacional e imigração

O artigo coloca a imigração portuguesa para o Brasil como a grande arte da Estratégia Nacional deste país. Apresenta esta concepção como uma decorrência da primitiva visão de longo prazo presente no Portugal que surge da ruptura da cristandade medieval. Apresenta a estratégia nacional do Brasil e suas razões antropológicas, históricas, económicas e geográficas.

Palavras-chave

Portugal, Brasil, migrações, estratégia nacional brasileira

WILLIAMS GONÇALVES

As relações luso-brasileiras nos anos 1950

O trabalho versa sobre as mais importantes questões relativas às relações Brasil-Portugal nos anos 1950. Nele, o autor defende a tese segundo a qual Portugal esteve sempre com a iniciativa diplomática nessas relações, uma vez que elas diziam respeito ao interesse do governo em manter o Império Colonial então ameaçado pela forte pressão descolonizadora internacional. Para Portugal o apoio brasileiro era vital, pelo fato de a ex-colônia ser um grande país da América do Sul e fazer parte do contexto geográfico do Atlântico Sul. Por outro lado, os políticos brasileiros de orientação conservadora apoiavam Portugal em virtude da admiração que tinham por Oliveira Salazar, especialmente pelo seu forte sentimento anti-comunista.

Palavras-chave

Brasil, Portugal, relações bilaterais, diplomacia, desenvolvimento, Atlântico Sul

PAULA MARQUES SANTOS
PAULO AMORIM

**As relações Portugal-Brasil na primeira metade do século XX
(1910-1945)**

A primeira metade do século XX caracteriza-se, no que se refere ao relacionamento Portugal – Brasil, como um período onde, embora este elo bilateral não tenha sido um dos vértices centrais da política externa de cada um destes países lusófonos (pelo menos relativamente aos resultados alcançados), tenha ficado demonstrada a importância, para ambos os lados do Atlântico, da manutenção da ligação luso-brasileira, quer ao nível político-diplomático, quer ao nível pragmático, procurando aprofundar esse relacionamento através de mecanismos formais e operacionais que se traduzissem em vantagens para as populações nacionais e para o melhoramento da própria imagem e prestígio de cada nação perante o sistema das relações internacionais. Neste artigo, pretendemos analisar a evolução deste relacionamento bilateral desde o fim do regime monárquico em Portugal até ao final da II Guerra Mundial, momentos que consideramos basilares e que delimitam uma fase específica deste relacionamento. Por um lado, o fim do regime monárquico português permite comprovar que seria possível manter o relacionamento luso-brasileiro, o qual não conseguirá ser reforçado nas décadas de 1910 e 1920 devido à inconstância e instabilidade da I República, mais preocupada com as questões internas e depois com a I guerra mundial e com as suas consequências. Por outro lado, o ano de 1945 conhece o fim do segundo conflito mundial e também o fim do regime varguista no Brasil, conduzindo não só a uma conjuntura mundial que se funda em ideais e valores adversos ao regime português, mas também a uma política externa brasileira diferente que se procura adaptar a esse novo sistema.

Palavras-chave

Portugal, Brasil, relações político-diplomáticas, 1908-1945, Estado Novo

MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS

Pelo pão e pela liberdade. Imigrantes, padeiros e experiências políticas em São Paulo (1870-1945)

Este artigo pretende ser uma contribuição para o estudo das experiências cotidianas de imigrantes na cidade de São Paulo, no período entre 1870 e 1945. A análise procurará recuperar a teia de relações cotidianas na sua dimensão da experiência no mundo dos negócios e do trabalho, recobrando as atividades de produção e comercialização do pão, observando a trama das conexões e tensões que se estabeleciam entre proprietários e trabalhadores nas padarias, na sua maioria de origem portuguesa. Privilegiando a documentação do DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e social), particularmente os prontuários, a proposta recupera enfrentamentos, formas de resistência, luta e greves que atingiram o setor da panificação.

Palavras-chave***Portugueses, imigrantes, padeiros, São Paulo***GLADYS RIBEIRO
PAULO TERRA**A actuação dos imigrantes portugueses nos movimentos sociais, como fonte de garantia e alargamento de direitos**

Este artigo tem o intuito de analisar a participação dos imigrantes portugueses ao longo do processo de constituição da cidadania no Brasil, enfocando, principalmente, a sua actuação na Primeira República brasileira (1890-1930). A cidadania é vista aqui como um processo e não limitada aos canais formais de participação política, mas comporta um feixe de manifestações e pressões sociais exercidas pelos indivíduos, associações, colectividades ou grupos sociais na defesa de seus interesses. Os imigrantes portugueses procuraram exercer seus direitos e tê-los garantidos pelo Estado recorrendo ao Judiciário, bem como faziam-no na

prática, participando nos movimentos sociais. As aspirações e lutas dos imigrantes devem ser entendidas dentro do contexto do trabalho urbano, que envolvia constantes disputas entre eles e os homens “de cor”.

Palavras-chave

Imigrantes portugueses, direitos civis e políticos, movimentos sociais, Primeira República, Brasil, trabalho urbano

FERNANDO LUDWIG

Globalização cultural. A música popular brasileira

O processo de globalização, intensificado nos séculos XX e XXI, atingiu os mais variados sectores (política, economia, militar, informação, etc.) tanto nacional quanto internacionalmente. Não obstante, a cultura foi um deles. Assim, o presente artigo argumenta que a globalização cultural é um factor de extrema importância para a solidificação de uma determinada identidade nacional e que, ao mesmo tempo, pode ser compreendido como fonte de homogeneização e diversificação cultural. Deste modo, apresenta-se o estudo de caso da Música Popular Brasileira (MPB) e suas características que representam a(s) identidade(s) de um povo, uma trajectória que muitas vezes se confunde com a própria história do Brasil.

Palavras-chave

Globalização, cultura, Música Popular Brasileira (MPB), globalização cultural, identidade nacional

ABSTRACTS

ABSTRACTS

CELSO MARCOS VIEIRA DE SOUZA

As relações Portugal-Brasil dos anos 1990 até hoje

This paper presents an analysis about the evolving relationship between Portugal and Brazil over the last decade of the twentieth century to the present day, taking into account the regional, economic and financial conditions in which each country is located, as well as the transnational phenomena that affect the entire international system - the phenomena that attract most attention from the governments of the countries in the world today - climate change, terrorism, energy, migration and organized crime, to name those who have caused greater number of meetings and agreements in international fora. All this to try to understand how it has developed the dialogue Luso-Brazilian and has sought to strengthen the link between the two states.

Keywords

Portugal, Brazil, Portuguese-Brazilian relations, globalization

FERNANDO DE SOUSA

MARÍLIA SARDENBERG GONÇALVES

O aprofundamento das relações Brasil-Portugal no contexto da globalização

This paper is a contribution to the analysis of relations between Brazil and Portugal, framed by the Globalization. It is in the context of a globalizing world economy, that Portugal and Brazil can develop a strategy of mutual cooperation that goes beyond the framework approach and relationship (no doubt) between Mercosul and the European Union in order to give new meaning to

between Portugal and Brazil and definitely beyond the simple and episodic cultural relations and the rhetorical statements of fact that characterized for decades this bilateral relationship.

Keywords

Portugal, Brazil, globalization, cooperation, Atlantic

VAMIREH CHACON

Brasil e Portugal no mundo

This article develops a critical analysis of Portugal and Brazil today, showing their full potential, but also referring to other less favorable points for the development of bilateral relations, according to the unbalances and the European framework of Portugal and the Latin American framework of Brazil. It suggests approaches that will be chosen to revive Portugal in international terms and to strengthen the Portugal-Brazil dialogue, in an economic and political way.

Keywords

Portugal, Brazil, Portuguese-Brazilian relations, globalization, economy

LAURO MOREIRA

Portugal, Brasil, a CPLP e a lusofonia

This work discusses the more important topics associated with the role that has CPLP at the present, not only for the dialogue and cooperation among its Member States, but also to its own projection and positioning in the international system facing other international players. Author intends to demonstrate that, through the intangible heritage (the language), forged from experience

within the triangle Portugal-Brazil-Africa over time, emerged lusofonia, a building in constant evolution.

Keywords

CPLP, international system, cooperation

ADRIANO DE FREIXO

As relações luso-brasileiras e a CPLP. Algumas reflexões em torno da idéia da lusofonia

In the 1980's, sectors of the political and intellectual Lusitanian elite rescued the ancient ideal of the articulation of a "Speaking-Portuguese Community", which existed under different perspectives since the first years of the twentieth century. At that moment, Portugal rehearsed a "return" to Africa, almost one decade after the dissolution of its colonial empire. Thus, it started to build a national consensus around its construction, thought the idea of lusofonia, a new reading, under new parameters, of the secular speech of the originality of the Portuguese culture and the marks it left in the world, through the great navigation of the XV and XVI centuries. In this way, through the rescue and new signification of an amount of extremely important myths to the Lusitanian imaginary, the idea of lusofonia gained weight and effectively became a mobilizing force to large sectors of the Portuguese society. However, in other countries that have Portuguese as the official language, including Brazil, this idea doesn't have large repercussion, as it is based on a cultural mythology and a social imaginary that are essentially Lusitanian, demanding, in this way, a "community of meaning" to the non-Portuguese. Such issues – far from being the only ones – help explain the lack of interest – and the ignorance – of the public opinion and the Brazilian foreign policy makers in the Community of Portuguese-Speaking Countries (CPLP).

Keywords

Portuguese-Brazilian relations, lusofonia, Community of Portuguese-Speaking Countries, cultural myths

DARC COSTA

Estratégia nacional e imigração

The paper points the Portuguese immigration to Brazil as the great manufacturer of the country's national strategy. It presents this conception as a consequence of the Portuguese long term primitive vision that emerges from the break of the Medieval Christendom. It describes the Brazilian national strategy and its anthropological, historical, geographical and economic reasons.

Keywords

Portugal, Brazil, migrations, Brazilian national strategy

WILLIAMS GONÇALVES

As relações luso-brasileiras nos anos 1950

This work discusses the more important topics associated with the relationship between Brazil and Portugal in the 1950's. The author argues that the diplomatic initiatives was always Portuguese, in order to protect its own interests to maintain the Colonial Empire. It was very important to Portuguese government to obtain the Brazilian diplomatic support, because the ex-colonial possession is a great country of the South America and is part of the South Atlantic geographic context. By other side, the conservative Brazilian politics had a great admiration by the Oliveira Salazar personality, especially for his anti-communist discourse.

Keywords

Brazil, Portugal, bilateral relations, diplomacy, development, South Atlantic

PAULA MARQUES SANTOS
PAULO AMORIM

**As relações Portugal-Brasil na primeira metade do século XX
(1910-1945)**

The first half of the 20th century is, regarding the Portugal – Brazil relationship, a period where, although the bilateral link has not been one of the most important in foreign policy definition of each country, shows the importance for both sides of the Atlantic to keep the Luso-Brazilian connection, at political-diplomatic level, as well as at pragmatic level, seeking to deepen this relationship through formal and operational mechanisms that could bring advantages to populations and to improve the national prestige of each nation to the international relations system. In this paper we pretend to analyze the evolution of these bilateral relations since the end of the Portuguese monarchy until the end of the II World War, events that we consider basic to limit a particular period of this relationship. First, the end of the Portuguese monarchy proves that it would be possible to keep the Luso-Brazilian relationship, which cannot be strengthened during the 1910 and 1920 decades due to the volatility and instability of the Portuguese First Republic, more concerned with internal issues. On the other hand, the year of 1945 knows the end of the Second World War as well as the end of the Vargas regime in Brazil, leading not only to a world situation founded on ideals and values adverse to the Portuguese regime, but also a Brazilian different foreign policy that tries to adapt itself to this new world system.

Keywords

Portugal, Brazil, political-diplomatic relations, 1908-1945, Estado Novo

MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS

Pelo pão e pela liberdade. Imigrantes, padeiros e experiências políticas em São Paulo (1870-1945)

This article is intended as a contribution to the study of the everyday experiences of immigrants in the city of Sao Paulo in the period between 1870 and 1945. The analysis will seek to recover the web of relationships in their everyday dimension of experience in business and labor, recovering the activities of production and marketing of bread, watching the fabric of connections and tensions that have established between owners and workers in bakeries in most of Portuguese's origin. Focusing the documentation DEOPS (State Department of Political and Social Order) of, particularly the charts, it recovers confrontations, forms of resistance, struggle and strikes that hit the sector of the bakery.

Keywords

Portuguese immigrants, bakers, São Paulo

GLADYS RIBEIRO
PAULO TERRA

A actuação dos imigrantes portugueses nos movimentos sociais, como fonte de garantia e alargamento de direitos

This article proposes to analyze the participation of Portuguese immigrants on the long process of constitution of citizenship in Brazil, focusing on Brazilian Primeira República (1890-1930). Citizenship is seeing here as a process and not limited to the formals channels of politic participation, but embodies a bunch of manifestations and social pressures exercised by individuals, collectivities, or social groups on the defense of their interesting. The Portuguese immigrants aimed to exercise their rights and having them guaranteed by the Estate, making use of the Judicial, and participating of social movements. The aspirations and

fighters must be understood inside the context of urban labor, which involves regular conflicts between them and “colored” men.

Keywords

Portuguese immigrants, civil and political rights, social movements, Primeira República, Brazil, urban labor

FERNANDO LUDWIG

Globalização cultural: a música popular brasileira

The globalization process, intensified in the 20th and 21st centuries, has had influence in diverse sectors (politics, economics, military, information, etc.) at the national and international levels. Not differently, culture was one of them. In this way, this article argues that cultural globalization is a fundamental tool for the consolidation of national identity, as well as, at the same time, it might be understood as a source of cultural homogeneity and diversity. The characteristics of Brazilian Popular Music (MPB) are here analyzed as a case study, which presents its vicissitudes as a national identity instrument, a course that is often intertwined with the Brazilian history itself.

Keywords

Globalization, culture, Brazilian Popular Music (MPB), cultural globalization, national identity

ÍNDICE GERAL

Índice geral

Introdução	7
<i>Introduction</i>	11
Artigos	
As relações Portugal-Brasil dos anos 1990 até hoje Celso Marcus Vieira de Sousa	17
O aprofundamento das relações Brasil-Portugal no contexto da globalização Fernando de Sousa/ Marília Sardenberg Gonçalves	39
Brasil e Portugal no mundo Vamireh Chacon	53
Portugal, Brasil, a CPLP e a lusofonia Lauro Moreira	59
As relações luso-brasileiras e a CPLP. Algumas reflexões em torno da ideia da lusofonia Adriano de Freixo	65
Estratégia nacional e imigração Darc Costa	79
As relações luso-brasileiras nos anos 1950 Williams Gonçalves	99
As relações Portugal-Brasil na primeira metade do século XX (1910-1945) Paula Marques dos Santos/ Paulo Amorim	121

ÍNDICE GERAL

Pelo pão e pela liberdade. Imigrantes, padeiros e experiências políticas em São Paulo (1870-1945)	
Maria Izilda Santos de Matos	141
A atuação dos imigrantes portugueses nos movimentos sociais, como fonte de garantia e alargamento de direitos	
Gladys Ribeiro/Paulo Terra	159
Globalização cultural	
Fernando Ludwig	177
<i>Recensão crítica</i>	
O Brasil e a integração sul-americana	
Fernando de Sousa	193
<i>Notas sobre os autores</i>	197
<i>Resumos</i>	207
<i>Abstracts</i>	217
<i>Índice geral</i>	227

